



Universidade de Aveiro Departamento de Educação  
Ano 2010

**ADELINA RAMOS  
PINTO**

**PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA: MEMÓRIA DOS  
FÓRUNS INFANTO-JUVENIS DE AVEIRO**



Universidade de Aveiro Departamento de Educação  
Ano 2010

**ADELINA RAMOS  
PINTO**

**PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA: MEMÓRIA DOS  
FÓRUNS INFANTO-JUVENIS DE AVEIRO**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, especialização de Educação Social e Intervenção Comunitária, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Rosa Lúcia de Almeida Leite Castro Madeira, Professora Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro



## **o júri**

Presidente

Professor Doutor António Augusto Neto Mendes  
Professor Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

Vogais

Professor Doutor Fernando Ilídio Silva Ferreira  
Professor Associado da Universidade do Minho

Professora Doutora Rosa Lúcia de Almeida Leite Castro Madeira  
Professor Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

Na construção deste processo solitário, temos sempre o contributo de várias pessoas, sem as quais este projecto de investigação não teria sido possível.

À minha orientadora Professora Doutora Rosa Lúcia de Almeida Leite Castro Madeira (que carinhosamente chamamos Prof. Rosinha) por acreditar e fazer parte desta minha caminhada, nos momentos bons e difíceis e por acreditar no futuro deste projecto.

Aos amigos, família pelo apoio e força no prosseguir dos nossos objectivos, pelo companheirismo, compreensão e amizade.

A todos os que fizeram parte deste projecto, em especial David Silva, da Associação Portuguesa de Educação Ambiental por toda a força e apoio que depositaram no meu trabalho, ajudando e encorajando para o prosseguimento deste projecto de investigação de mestrado.

Aos colegas de curso, em especial à Rita e Benilde que foram as companheiras desde o primeiro dia que entrei na Universidade de Aveiro.

A todos aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para que este trabalho fosse possível.

À Fátima Matos Almeida, presidente da Associação Portuguesa de Educação Ambiental, que desde o início no exercer das minhas funções na associação acreditou e confiou neste projecto colectivo - Fóruns Infanto-Juvenis de Aveiro

**palavras-chave**

Educação Ambiental, Fóruns Infanto-Juvenis, Participação, Cidadania, Carta da Terra, Agenda 21Escolar.

**resumo**

Este trabalho foi realizado na modalidade de Projecto no âmbito do Curso de Mestrado em Ciências da Educação, adoptando uma metodologia qualitativa partindo de um estudo de caso e baseou-se em experiências concretas, tendo em conta a relevância dos processos participativos das crianças em estratégias locais para a sustentabilidade.

Neste trabalho é apresentado um enquadramento teórico onde se discute a questão da infância e dos seus direitos, numa reflexão inicial dos seus significados e sustentada nas garantias de reconhecimento dos “Direitos da Criança”. Fizemos um percurso pela história do processo de reconhecimento da Criança e da construção dos seus direitos a nível internacional, identificando os momentos de construção de documentos que os legitimam.

Abordámos o lugar das Crianças no contexto da globalização, procurando mostrar como é que se torna visível o tempo e o espaço de ser criança associadas a este processo.

O trabalho apresenta um outro capítulo, onde tratamos a questão da sustentabilidade ambiental e social como direito das crianças, chamando a atenção para o reconhecimento do ambientalismo como um movimento gerador de novas subjectividades e actores sociais.

Discutimos a questão da educação ambiental como um desafio para uma nova concepção de humanismo, portadora dos valores de uma cidadania. E, as crianças e jovens, como cidadãos de direitos, devem tomar parte como protagonistas na resolução de problemas que lhes dizem respeito e a serem ouvidas, assim como a terem oportunidade de opinião e participar na tomada de decisões

**keywords**

Environmental education, children and Youth Forums, participation, citizenship, Earth Charter, 21Escolar Agenda

**abstract**

This work was carried out in batch mode project under masters course in educational sciences, adopting a qualitative methodology from a case study and relied on concrete experiences, taking into account the relevance of participatory processes of children in local strategies for sustainability.

Presented a theoretical framework where it discusses the issue of childhood and rights, an initial reflection of their meanings and sustained in guarantees of recognition of the rights of the child. We made a journey through the history of the recognition process of the child and the construction of their international rights, identifying the moments of the construction documents that legitimize them .

Children also Discussed in the context of globalization, looking show how becomes visible time and space to be child associated with this process.

The paper presents another chapter, where the issue of environmental sustainability and social rights of children, calling attention to the recognition of environmentalism as a generator of new subjectivities movement and social actors.

We discussed the issue of environmental education as a challenge for a new conception of humanism, carrier of the values of citizenship. And, children and young people as citizen's rights should take part as protagonists in solving problems that concern them and to be heard, so as to have the opportunity to view and participate in decision-making.

*“ O sujeito pensante  
não pode pensar sozinho:  
não pode pensar sem a co-participação  
de outros sujeitos  
no acto de pensar sobre o objecto.  
não há um “penso”,  
mas um “pensamos”.  
É o “pensamos” que estabelece o “penso”  
e não o contrário.  
Esta co-participação dos sujeitos  
no acto de pensar  
se dá na comunicação.  
O objecto, por isso mesmo,  
não é a incidência terminativa  
do pensamento de um sujeito,  
mas o mediador da comunicação”*

Paulo Freire



# ÍNDICE

<b>Introdução</b>	3
Escolha dos Fóruns como caso a estudar	6
Os Fóruns Infanto-juvenis como processo participativo dinamizado pela ASPEA	7
A Trajectória dos Fóruns como lugar de participação Infanto-Juvenil	8
A Cidade Amiga das Crianças como desafio à participação Infanto-Juvenil	10
Aveiro: Uma Cidade Amiga das Crianças?	12
Problemática: do reconhecimento do contexto da acção ao espaço de investigação: um lugar a construir	13

## Primeira Parte

### ENQUADRAMENTO TEÓRICO

<b>CAPÍTULO 1 - Um Lugar para as Crianças como sujeito de Direitos e no contexto da globalização</b>	17
Breve contextualização histórica do processo de reconhecimento da Criança	18
Declaração Universal dos Direitos do Homem	20
Declaração Universal dos Direitos da Criança	20
As garantias de reconhecimento dos direitos da Criança na Europa	22
A Criança como objecto de atenção pelo Estado-Providência	22
As Crianças no contexto da Globalização	23
<b>CAPÍTULO 2 - A Sustentabilidade ambiental e social como direito das crianças</b>	27
O Ambientalismo como movimento social gerador de novas subjectividades e actores	31
O contributo da educação para uma nova ética e nova concepção de Cidadania Ambiental	33
A Sustentabilidade como conteúdo ou preocupação educativa em Portugal	35
A Cidadania como dimensão do Currículo Escolar	35
<b>CAPÍTULO 3 - A Participação como direito da criança à Cidadania Social</b>	37
O contributo do conhecimento científico para o reconhecimento da criança como actor social	38
As crianças como Cidadãs	38
Cidadania ... a Voz das Crianças!	40
A Participação como um direito de Cidadania da Infância	41
Da afirmação da Participação como valor à estimativa do Valor da Participação Infantil	42

Condições de participação segundo grau de Responsabilização.....	44
Modos de Participação .....	46
Margens de possibilidade de participação .....	46
O protagonismo Infantil como possibilidade.....	46
Protagonismo Infantil.....	47
Cosmopolitismo infantil.....	48

## **Segunda Parte**

### **CONSIDERAÇÕES E OPÇÕES METODOLÓGICAS**

<b>CAPITULO 4 - A metodologia da investigação .....</b>	<b>53</b>
Objectivos da investigação.....	54
Opções Metodológicas.....	55
O método de análise de conteúdo e a interpretação dos dados .....	59
Procedimentos para a Recolha de Informação .....	60
As fontes virtuais de informação e documentação.....	63
A opção pela entrevista não directiva e a selecção da pessoa interrogada .....	64
A escuta das crianças - conversas informais baseadas nos GDF.....	65
Depoimentos escritos.....	67
Tratamento de dados .....	67

## **Terceira Parte**

### **O CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

<b>CAPITULO 5 - Os contextos e análise dos resultados .....</b>	<b>73</b>
Caracterização do município .....	73
Contexto: as crianças e professoras .....	75
Contexto: Fóruns Infanto-Juvenis de Aveiro .....	78
A) Os Fóruns Infanto-Juvenis .....	82
A-1) Objectivos e conteúdos dos projectos escolares apresentados .....	82
A -2) Conteúdos e intencionalidades da acção educativa .....	86
B-1) A Participação Infantil .....	91
C-1) Os espaços onde se geram processos participativos (públicos e da sociedade civil) e os ambientes: sociais, culturais, educativos, ambientais, desportivos, religiosos, políticos e virtuais.....	94
Debates (conferências, mesas redondas, fóruns) .....	94
Seminários, workshops, grupos de discussão .....	95
Internet .....	95
Planificação colectiva .....	98
Os órgãos de comunicação social .....	99

## **Quarta Parte**

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

<b>Considerações finais</b> .....	103
Prospectiva .....	104
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	105
<b>ANEXOS</b>	
Anexo 1 - Transcrições .....	114
Anexo 2 - Depoimentos escritos .....	121
Anexo 3 - Quadros e Gráficos .....	129
Anexo 4 - Ficha de Registo artigo de Jornal .....	189
Anexo 5 - Documentos oficiais .....	201

## ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Tipos de recolha de dados.....	58
Quadro 2: Objectivos de estudo.....	59
Quadro 3: As fontes documentais.....	63
Quadro 4: Intervenção Comunitária para uma cidadania ambiental. ....	81, 82
Quadro 5: Objectivos dos projectos dos Fóruns Infanto-Juvenis.....	83
Quadro 6: Objectivos dos projectos curriculares apresentados nos Fóruns .....	85
Quadro 7: Diplomas de Direito Internacional relativos à Infância e Juventude .....	130
Quadro 8: Modelo de participação infantil de Shier (2001).....	131
Quadro 9: Cronograma de participação dos estabelecimentos escolares nos Fóruns Infanto-Juvenis (resenha).....	133, 134
Quadro 10: Objectivos e temas dos Fóruns Infanto-Juvenis .....	135, 136
Quadro 11: Objectivos sistematizados.....	137
Quadro 12: Agregação dos objectivos.....	138
Quadro 13: Objectivos dos projectos dos Fóruns Infanto-Juvenis ao longo dos anos	139
Quadro 14: Listagem dos objectivos dos projectos educativos/apresentações nos Fóruns.....	141 a 146
Quadro 15: Agrupamento dos objectivos dos projectos educativos/apresentações nos Fóruns.....	147 a 151
Quadro 16: Projectos escolares/temáticas e objectivos apresentados nos Fóruns Infanto-Juvenis.....	151 a 168
Quadro 17: Temáticas dos projectos curriculares apresentados nos Fóruns ...	169 a 180
Quadro 18: Dimensão: Identificação das temáticas do artigo dos jornais “Diário de Aveiro”.....	181 a 183
Tabelas 1 a 7: Frequência absoluta e relativa das temáticas ambientais abordadas nos projectos e apresentados nos Fóruns de 2004 a 2010.....	184 a 187

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Figura 1: A Metáfora da Escada Roger Hart (1992) .....	44
Figura 2: Níveis de participação, por Sherry Arnstein.....	45
Figura 3: Frequência de objectivos dos projectos dos Fóruns Infanto-Juvenis .....	83
Figura 4: Frequência de objectivos dos projectos curriculares .....	85
Figura 5: Frequência de temáticas ambientais abordadas nos projectos apresentados no Fórum de 2004.....	87
Figura 6: Frequência de temáticas ambientais abordadas nos projectos apresentados no Fórum de 2005.....	87
Figura 7: Frequência de temáticas ambientais abordadas nos projectos apresentados no Fórum de 2006 .....	88
Figura 8: Frequência de temáticas ambientais abordadas nos projectos apresentados no Fórum de 2007.....	88
Figura 9: Frequência de temáticas ambientais abordadas nos projectos apresentados no Fórum de 2008 .....	89
Figura 10: Frequência de temáticas ambientais abordadas nos projectos apresentados no Fórum de 2009.....	89
Figura 11: Frequência de temáticas ambientais abordadas nos projectos apresentados no Fórum de 2010.....	90
Figura 12 e 13: Resultados de consultas na internet.....	96
Figura 14: Resultados de consultas na internet.....	96
Figura 15 e 16: Resultados de consultas na internet .....	97
Figura 17 e 18: Resultados de consultas na internet.....	97
Figura 19 e 20: Excertos de notícias do "Diário de Aveiro" .....	99

## ABREVIATURAS

AG21E	Agenda 21 Escolar
ASPEA	Associação Portuguesa de Educação Ambiental
ATL	Actividades dos Tempos Livres
CAC	Cidade Amiga das Crianças
CDC	Convenção sobre os Direitos da Criança
CEB	Ciclo do Ensino Básico
CIVITAS	Centro de Estudos (programas) sobre Cidades e Vilas Sustentáveis
CPADA	Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente
CPCJ	Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
CT	Carta da Terra
DE	Depoimentos Escritos
DS	Desenvolvimento Sustentável
EA	Educação Ambiental
GDF	Grupo de Discussão Focalizada
GT	Grupo de Trabalho
GTIAG21EA	Grupo de Trabalho para a Implementação da Agenda 21 Escolar de Aveiro
Jl	Jardim de Infância
ONGA	Organização Não Governamental de Ambiente
ONG's	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização da Nações Unidas
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCT	Projecto Curricular de Turma
UE	União Europeia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância









## INTRODUÇÃO

---

---



---

## Introdução

O presente trabalho inscreve-se no campo da *Educação Social e Intervenção Comunitária* e pretende, tal como sugerem Caride e Meira (2005) “*aventurar-se*” necessária e indubitavelmente, *em espaços e tempos da intervenção socio-educativa no mundo actual, nas convicções e nos múltiplos desafios à sua transformação com afincos crítico e emancipador*.

Sendo, embora, a Educação social uma área que privilegia a acção com pessoas em circunstâncias de inadaptação, marginalização e exclusão, e/ou de diversas idades, este trabalho enquadra-se numa outra vertente deste campo de conhecimento e intervenção comunitária: a *educação cívico-social*. Neste sentido pretende ser um contributo para a construção ética, moral e política de uma *cidadania sem fronteiras*, que active atitudes e comportamentos democráticos, baseados no diálogo, na tolerância, no respeito pela liberdade de opinião e pela diversidade da vida. A participação social e formação de valores essenciais à convivência, em condições de liberdade e respeito pelas pessoas e ambiente, constituem o conteúdo de uma práxis socio-educativa promotora da inserção social. (2005, Caride e Meira).

Recaem neste âmbito da educação social preocupações comuns à educação para a cidadania visada também pelos sistemas educativos, onde se traduz em conteúdos que são incorporados como eixos ou temas transversais, que afectam a globalidade do curriculum; conteúdos que qualificam a educação como: ambiental, intercultural, do consumidor, para a paz, a compreensão internacional e a saúde, que mobilizam novos actores pedagógicos e sociais além dos professores, educadores e escolas; actores que incluem também animadores, centros cívicos e culturais, associações, organizações não governamentais (ONG's) etc. a quem a educação social reclama actuações políticas que transcendem as suas atribuições ou tarefas específicas.

Ao inscrever-se no campo da *Educação Social e Intervenção Comunitária*, o presente trabalho orienta-se também por uma lógica ou perspectiva de projecto, o que implica por princípio, o envolvimento dos actores sociais em todos os momentos de processos participativos. Por isso, quando iniciamos este percurso tínhamos como objectivo recorrer a metodologia de Investigação - Acção Participativa, que é privilegiada por esta área de conhecimento e intervenção social; como era através desta que nos propúnhamos constituir um *investigador colectivo* que ao reconstituir o percurso e a dinâmica dos *Fóruns Infanto-Juvenis* de Aveiro, da iniciativa da Associação Portuguesa de Educação Ambiental, adiante designada por ASPEA, criasse condições de análise crítica, de

enriquecimento e radicalização dos processos participativos que envolvessem as crianças enquanto potenciais protagonistas da construção de Aveiro como “Cidade Amiga das Crianças” (CAC).

A condição de trabalhador/estudante impôs-se-nos no entanto como constrangimento a esta decisão, obrigando-nos a prescindir deste tipo de investigação por um trajecto mais solitário, de reconstrução histórica dos fóruns como *estudo de caso*, na expectativa de, através deste, identificar pontos críticos ou situações limite do modelo de acção adoptado na dinamização desta iniciativa, que pudessem mobilizar os actores sociais mais activos, na criação de um novo contexto informal de acção comunicativa.

O recurso ao *estudo de caso*, enquanto método de produção de conhecimento social, pareceu ser uma abordagem que, ao mesmo tempo que nos iria permitir reconstruir a memória colectiva, pela revitalização de documentos dos *Fóruns Infanto-Juvenis de Aveiro*, nos permitiria identificar quer as potencialidades, quer os limites da experiência de participação vivida e promovida por um conjunto de actores locais – adultos e crianças - interessados na criação de dispositivos de participação infantil e juvenil no município de Aveiro.

Este pareceu-nos ser um contributo interessante de um trabalho de Educação Social que assumisse como ponto de partida um percurso que se identifica com a educação ambiental, nos que de comum une estes dois campos de interesse: a participação cidadã de diversos grupos de actores locais, na criação de condições de sustentabilidade social do desenvolvimento local.

Esta seria, por outro lado, a forma de conciliar o meu interesse de estudo e produção de conhecimento sobre uma nova condição de cidadania da infância, a partir da observação indirecta das concepções dos adultos e das próprias crianças sobre a sua participação no espaço público. Deste ponto de vista estaríamos também a reforçar a conciliação e convergência de interesses da ASPEA e da Câmara Municipal na sensibilização e mobilização social pública para as questões da sustentabilidade ambiental e social.

A questão da participação cidadã das crianças na Cidade seria introduzida como tema crítico no processo de (re) constituição de memórias e de horizontes de *Saberes e Fazeres* mobilizados por preocupações ambientais através de processos que implicaram as crianças de Aveiro como actores sociais, no sentido que lhe é atribuído no artigo 12º da Convenção dos Direitos da Criança (CDC) que estabelece que “os Estados Partes garantem à criança (...) o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança,

---

de acordo com a sua idade e maturidade.” (Alfageme, 2003). Assim como, no art. 13º prevê a liberdade, para a criança, de exprimir as suas opiniões, bem como “ (...) a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda a espécie (...)” <sup>1</sup> sob forma oral, escrita, impressa ou artística ou por qualquer outro meio à escolha da criança.

Fomos assim inspirados pelas “palavras sábias” de Michele Sato “ É essencial fornecer de que lugar e por quais caminhos se viu o que se viu (...) ” (Sato, 2004, p.44). O que estabelecemos como sentido e horizonte possível deste trabalho foi a tarefa de juntar histórias que nos ajudem a entender como e porque fizemos o que fizemos, para que em conjunto, descubramos fenómenos que poderão dar-se a conhecer (Denzin&Lincoln, 2006). Este foi a premissa pela qual se norteia o projecto de investigação que aqui relatamos.

Como ponto introdutório será apresentada a motivação que levou à realização da investigação documentada no presente trabalho, a escolha do estudo de caso dos Fóruns Infanto-Juvenis e a sua trajectória no contexto local. Faremos um breve enquadramento à iniciativa da CAC como desafio à participação infanto-juvenil e apresentamos a organização de conteúdos dos restantes capítulos abordados.

Na primeira parte serão explanados os pressupostos teóricos – evolução da concepção de infância; reconhecimento da criança no quadro legal de Direito Internacional, o enquadramento do problema ambiental, como ponto critico de partida na revolução industrial, colocando posteriormente a reflexão em diversos eventos que levam à emergência de uma sustentabilidade ambiental e social, que dão evidência ao trabalho deste projecto.

Numa segunda parte são abordados os pressupostos metodológicos, onde apresentamos os procedimentos da metodologia que sustentam o desenvolvimento do trabalho empírico, as razões da sua escolha, a caracterização dos contextos da investigação. Caracterizamos também os actores da investigação. Procuramos, ainda, fazer uma

---

<sup>1</sup> Decreto do Presidente da República nº 54-A/2001 de 17 de Outubro. DIÁRIO DA REPÚBLICA Nº 241/2001 - I Série-A. Presidência da República. Lisboa

reflexão sobre a realidade da nossa acção à luz do enquadramento teórico que apresentámos na primeira parte deste nosso trabalho.

Nesta ultima parte do trabalho pretendemos apresentar, a partir de depoimentos escritos de pessoas que mais directamente estiveram envolvidas ao longo da “história” dos Fóruns Infanto-juvenis de Aveiro bem como, através de documentos produzidos para o efeito, uma análise aos mesmos para compreender o processo desenvolvido como espaços de promoção de participação infantil/ ou como os adultos promovem ou facilitam a participação das crianças/ e em que contexto e com que condições as crianças são ouvidas.

Finalizamos com algumas considerações finais.

### **A Escolha dos Fóruns como caso a estudar:**

Foi a minha actividade profissional, enquanto educadora de infância com funções de coordenação de projectos numa associação de educação ambiental – ASPEA, que fundamentou a escolha da categoria social Infância para esta investigação, tendo em conta que as “Crianças estão a merecer estudos como crianças” (Corsaro;1997, p.95). Por outro lado, quisemos contribuir, através deste trabalho, para o processo de implementação da iniciativa CAC na Cidade de Aveiro, com um conjunto de reflexões emergentes nos processos de investigação com crianças e sobre a participação das crianças.

Por outro lado, tanto a escolha do tema quanto o enfoque central do nosso Projecto de Investigação foi fortemente influenciado pela experiência vivida no nosso percurso pessoal e profissional de envolvimento activo em grupos e processos interessados no entendimento e no enfrentar as preocupações ambientais através de iniciativas onde se incluem os Fóruns Infanto-Juvenis. Estes Fóruns pareceram-nos ser contextos ricos de interacções com outros actores sociais, de trabalho de equipa e de coordenação, que conheci no papel de colaboradora (durante três anos) até assumir responsabilidades de coordenação/organização desta iniciativa.

Estamos por isso conscientes dos possíveis efeitos da nossa implicação no desempenho deste novo papel de investigadora, num campo em que nos assumimos como actores e activistas, pelo que nos parece sensato atender à afirmação de Costa (1989), de que “*certas* características sociais do investigador, particularmente a sua pertença de classe e a sua actividade profissional, condicionam o processo de recolha de informação e devem ser tomados em conta na análise”.

---

## **Os Fóruns Infanto-juvenis como processo participativo dinamizado pela ASPEA**

Para compreender a génese dos fóruns parece-nos fundamental identificar, desde o primeiro momento, a entidade que os promoveu, enquanto contexto (s) da sua emergência e dos processos participativos a que deram corpo e história. Pensamos que esta é uma condição essencial para que o questionamento do vivido possa gerar uma intervenção apropriada e enriquecida com os pressupostos teóricos da sociologia da infância, sob a inspiração dos princípios metodológicos da investigação acção participativa.

Este projecto centra-se numa das acções da ASPEA, que é uma ONGA, sem fins lucrativos, de utilidade pública. Fundada em 1990, a ASPEA tem como principal objectivo o desenvolvimento da Educação Ambiental (EA) no ensino formal e não formal. Para levar a cabo este objectivo, várias estratégias/acções são levadas a efeito pelos membros da sua direcção e pelos seus sócios, nomeadamente (i) uma conferência anual para professores e outros técnicos interessados na EA; (ii) seminários e cursos de formação contínua de professores e de monitores de ambiente; (iii) projectos ligados a programas nacionais e internacionais <sup>2</sup>; (iv) Redes de escolas fomentando a cooperação nacional e internacional; (v) oficinas de ambiente, projectos apoiados pelas autarquias (Aveiro, Loures, Almada...) e escolas; Fórum Infanto-Juvenil, com frequência anual.

A associação tem como principal foco da sua acção a comunicação ambiental, tanto a nível formal, não formal como informal, em contexto educacional: JI Escolas do 1ºCEB ao Secundário. A forma de envolvimento destas instâncias e actores sociais passa pela proposta, desenvolvimento e apresentação de trabalhos desenvolvidos no âmbito da temática ambiental ou por encontros promovidos a pretexto da comemoração de efemérides ligados ao ambiente - água, floresta, biodiversidade. O maior foco de actuação é, neste caso, as escolas, através de actividades que pressupõem um grande envolvimento e motivação dos membros da ASPEA, enquanto agentes de desenvolvimento de uma cidadania ambiental.

---

<sup>2</sup> Destes destacamos: “Guardiães do Ambiente /Caretakers of the Environment”; o Programa SEEPS – Educação para a Sustentabilidade em Escolas do 1º ciclo do Ensino Básico e ECONET 21; GEYC – Young Leaders Program, a nível internacional; projectos Ciência Viva - Projecto Carta da Terra. Instrumento de Sustentabilidade e Projecto Rios.



Neste contexto parece pertinente referir a identidade da ASPEA enquanto membro dos Corpos Sociais da Confederação Portuguesa de Associações de Defesa do Ambiente, CPADA, bem como o seu papel na criação de uma rede de contactos permanente entre ONGA nacionais e internacionais e enquanto representante, de Portugal, na organização *Caretakers of the Environment* - rede internacional de escolas, de professores e de alunos do ensino secundário, desde a sua fundação.

Pelo papel que tem desempenhado quer no âmbito da formação de professores, de educadores e outros agentes, quer na facilitação de contactos e criação de contextos de discussão, de troca de saberes, (in) formação e difusão de boas práticas ou de modelos e experiências em prol do ambiente e da sustentabilidade, a ASPEA parece-nos ser um contexto local com condições favoráveis a emergência do sujeito colectivo que possa animar a reflexão sobre a qualidade dos processos participativos que envolvam as crianças, numa perspectiva que promova o seu protagonismo no Município de Aveiro. Esta é mais uma razão que justifica a nossa opção pelo estudo dos *Fóruns Infanto-Juvenis* como potencial contributo para a iniciativa CAC.

### **A Trajectória dos Fóruns como lugar de participação Infanto-Juvenil**

Esta iniciativa surgiu em 2004, no âmbito das atribuições da ASPEA como uma ONGA, que pretende facilitar a articulação entre as entidades governamentais e a sociedade civil, no domínio da EA, tendo a responsabilidade de organizar acções dirigidas aos seus associados e à comunidade em que se encontra inserida.

A sua intervenção, em matéria de EA/ Participação e Cidadania Ambiental, a nível do concelho de Aveiro, tem dado especial centralidade a dois documentos fundamentais: a Carta da Terra (CT) e a Agenda 21Escolar (AG21E).

Desde 2001, estes eventos, desenvolvidos no município de Aveiro, com a colaboração da Câmara Municipal de Aveiro, entre outras instituições, inserem-se num projecto mais amplo – o Dia da Terra, que decorre do compromisso da ASPEA que acompanhou desde 1992, da Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro, o processo de consulta/discussão

---

intercultural e posterior elaboração da CT, tendo sido constituída desde 2005, como “Ponto Focal da Iniciativa Carta da Terra”, em Portugal <sup>3</sup>.

Trata-se de um documento que propõe como valores comuns defender “o respeito pela Natureza, nos direitos humanos universais, na justiça económica e numa cultura de paz” (*Carta da Terra*). Propõe também a tomada de consciência das ameaças e dos desafios ambientais, como condição essencial para o desempenho do papel de cidadãos activos, que participem em processos de decisão, estabelecendo uma base ética, sólida, para a construção de um mundo sustentável. A CT foi reconhecida na 32ª Conferência Geral da UNESCO, em 2003, como um enquadramento ético importante para o desenvolvimento sustentável e uma ferramenta para o ensino de valores e princípios fundamentais para a construção dum mundo de equidade, sustentável e pacífico.

O Projecto “Carta da Terra. Instrumento de Sustentabilidade” apresenta duas **finalidades** fundamentais:

- a) Tornar os cidadãos conhecedores e agentes de mudança no quadro dos princípios e valores da CT, através da disseminação, subscrição e implementação da CT e envolvendo todos os actores da comunidade educativa;
- b) Constituir uma plataforma de colaboração entre diferentes parceiros que contribua para a implementação dos objectivos e das estratégias da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e, conseqüentemente para a avaliação dos *resultados esperados*, bem como para a identificação dos respectivos indicadores potenciais.

Dos seus objectivos destacam-se os seguintes:

- Encorajar o uso pedagógico da CT e de outros documentos estruturantes;
- Promover um novo contexto para a acção na comunidade educativa, de acordo com os princípios e práticas da CT, entre outros.

Em termos de divulgação e de partilha o projecto contempla a realização do Fórum Infanto-Juvenil, na data da comemoração do Dia da Terra, congregando crianças e

---

<sup>3</sup> 30 de Novembro de 2005 foi a data da assinatura do *Memorandum de Entendimento* (Protocolo de Colaboração) assinado entre a ASPEA e a Secretaria Internacional da Carta da Terra

jovens que irão divulgar experiências, dando-lhes oportunidade do exercício da cidadania participativa.

Os Fóruns Infanto-Juvenis visam promover entre alunos, a troca de experiências e divulgação dos seus projectos pedagógicos e, também, ser um espaço de participação e reflexão; conjugar esforços comuns para a promoção da EA e promover a realização destes eventos para que crianças e jovens pudessem reunir para discutir questões importantes e de interesse a todos sobre problemáticas que a Terra enfrenta, através da reflexão de valores ambientais de preservação e conservação do planeta, como património comum, a respeitar e cuidar.

O Projecto “Carta da Terra. Instrumento de Sustentabilidade” que foi elaborado pela ASPEA, para comemorar o primeiro ano da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) mereceu por parte da Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (Ministério da Educação) o reconhecimento do seu interesse pedagógico, enquanto contributo da EA para o Desenvolvimento Sustentável.

### **A Cidade Amiga das Crianças como desafio à participação Infanto-Juvenil**

A iniciativa CAC surge como um novo contexto local que desafia a participação das crianças como efeito da acção internacional da UNICEF e como dispositivo e como movimento social pela implementação da CDC.

Esta iniciativa teve origem na Resolução da Segunda Conferência das Nações Unidas sobre as Comunidades e a Estabilidade Humana – Habitat II com o objectivo de promover as cidades, enquanto lugares agradáveis, onde todos e em especial as crianças possam viver com qualidade de vida. A mobilização mundial a favor da construção das Cidades Amigas das Crianças envolve actualmente 859 cidades, em vários continentes, como consolidação de um movimento que passou a estar organizado em rede desde 2000. O Secretariado Internacional da Rede de CAC tem sede em Itália e cabe-lhe a missão de promover a troca de informação e de experiências e elaboração de estudos técnicos para a avaliação de boas práticas.

A UNICEF define uma CAC como contexto local que “promove que todas as crianças tenham voz pública, contribuindo dessa forma com os seus pontos de vista, para a melhoria da sua cidade como um lugar bom para se viver”. Esta instância internacional advoga a participação infantil como: contributo para um adequado desenvolvimento pessoal das crianças; (ii) melhoria dos processos de tomada de decisão, porque eles se

---

implicam por um colectivo; (ii) ajuda na protecção da infância contra abusos em geral, contra os seus direitos, porque têm a oportunidade de denunciar (elemento facilitador da aquisição de valores democráticos).

Neste sentido o programa CAC, visa apoiar e premiar todos aqueles locais que trabalham em benefício do cumprimento dos princípios nele contidos e, em especial, o que é relativo a uma participação infantil real e mais efectiva. Para tal apresenta um programa que pretende ser um guia de orientação para as administrações locais, considerando as autarquias como as referências mais próximos dos cidadãos: das crianças e de todas as pessoas implicadas no trabalho a favor da infância. Este guia apresenta-se como um instrumento básico para iniciar, potenciar e instrumentalizar as suas acções na promoção à participação dos seus cidadãos mais jovens.

Segundo documentos disponíveis, o Município de Aveiro subscreveu conjuntamente com outros treze Municípios <sup>4</sup> o Protocolo CAC, proposto pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e o Comité Português da UNICEF. Tal aconteceu no dia 1 de Junho de 2007, na sequência da apresentação do Projecto referente à Defesa dos Direitos das Crianças nas Cidades, realizado na Póvoa do Varzim.

É importante realçar que este projecto segue os principais Fundamentos da Convenção dos Direitos das Crianças, com grande ênfase no “Direito de Participação” (artº12); e que a sua implementação define também como um dos seus elementos estruturantes a “Participação das Crianças”.

Ao assumir este compromisso gera-se a necessidade de criar localmente, contextos de participação das crianças, que assegurem o seu envolvimento activo nas tomadas de decisões e a escuta das suas opiniões. O pressuposto é de que todas as crianças gostam que lhes seja pedida a opinião e gostam de participar mesmo quando os assuntos não fazem parte do seu quotidiano. Por outro lado, esta adesão à iniciativa das CAC exige a adopção de um quadro legal amigo das crianças, que salvguarde os “Direitos das Crianças”, bem como uma estrutura que garanta que a opinião das crianças seja vista como prioritária. É também requerido que haja um instrumento que periodicamente seja capaz de identificar e avaliar os impactos que as leis, as políticas e

---

<sup>4</sup> Outros Concelhos são: Amadora, Aveiro, Cascais, Guarda, Matosinhos, Palmela, Ponte de Lima, Portimão, Póvoa de Varzim, Trancoso, Vila do Conde, Vila Franca de Xira e Viseu.

as acções têm nas crianças antes, durante e após a sua implementação e o compromisso de elaboração de um relatório sistemático sobre o estado do cumprimento dos direitos das crianças da cidade. Implica finalmente um empenho na sensibilização da população em geral, de adultos e das crianças, para a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças.

### **Aveiro: Uma Cidade Amiga das Crianças?**

Aveiro, tal como tem acontecido na maioria dos locais onde se pretende reconhecer o Município como contexto amigo das crianças, no cumprimento efectivo dos seus direitos de participação através de processos participativos que as impliquem, é um espaço cada vez mais urbanizado, poluído, onde espaços verdes e de lazer são escassos, o que prejudica a qualidade de vida e o desenvolvimento de todas as crianças. A lógica da separação e da especialização – criação de serviços, estruturas cada vez mais independentes e autosuficientes gerou esta tendência como constante na cidade actual. Neste sentido subescrevemos a afirmação de que “já não é suficiente dar às crianças serviços para a infância, devemos devolver-lhes as cidades.”(Romano Prodi Nápoles, em 1997, no primeiro Fórum Internacional das cidades à medida das crianças).

Tonucci (2009) vê no projecto CAC a possibilidade de mudança do parâmetro de referência centrado no adulto, varão e trabalhador para as crianças, com o seu olhar e o ponto de vista. Por isto, pode converter-se no paradigma para uma nova filosofia de governo da cidade, movendo-se sobre os eixos principais da autonomia de movimento, de participação das crianças no governo da cidade

Ao ter aderido à CAC, Aveiro como cidade, deixa de poder negar aos seus cidadãos – crianças, a possibilidade de desfrutar dos seus direitos consagrados no art.º 12 da Convenção da ONU dos Direitos da Criança.

É neste sentido que os Fóruns Infanto-Juvenis se apresentam como um espaço público, aberto à participação das crianças fora da sua actividade escolar e do seu estatuto e ofício de aluno. A sua realização em locais públicos da cidade podem fazer valer o que está afirmado no referido artigo da Convenção. A visibilidade das crianças neste espaço público e contexto de acção comunicativa surge como uma oportunidade e desafio ao debate entre adultos, actores locais com poder de opinião e decisão, a respeito dos direitos civis e políticos não exercidos pelas crianças na Cidade. Questionar a cidadania, reflectir sobre a democracia e a democraticidade das decisões e a utilização dos recursos públicos a partir da problematização do (não) direito legítimo das crianças em expressarem a sua opinião, cada vez que se tomam decisões que lhes afectem, parece

---

ser uma forma interessante de promover a sua cidadania activa entre adultos na cidade de Aveiro. É este um dos objectivos deste projecto de mestrado em Ciências da Educação. Em que esperamos poder compreender melhor a delicada dinâmica que se cria com a participação das crianças no governo das cidades, tendo como ponto de partida a análise dos Fóruns Infanto-Juvenis como proposta de Participação das Crianças a (re) Construir com outros actores para viabilizar condições para a sua participação autêntica e o seu protagonismo efectivo.

**Problemática: do reconhecimento do contexto da acção ao espaço de investigação: um lugar a construir**

É tendo em conta este contexto que nos interessa analisar os Fóruns Infanto-Juvenis enquanto espaço de desenvolvimento de processos participativos com as crianças, considerando a possibilidade de os reinscrever como contributo histórico, experiencial e crítico no desenvolvimento local da iniciativa CAC.

Iniciativa que assume a “Participação das Crianças” como um dos seus principais Fundamentos, de acordo com os quatro princípios fundamentais da CDC (art.º 12).

Com a reconstrução histórica e análise crítica da experiência dos *Fóruns Infanto-Juvenis* de Aveiro, pretendemos responder às seguintes questões:

- Em que medida e por que processos os Fóruns promovem a participação Infantil?
- De que forma os adultos promovem e facilitam a participação das crianças?
- Em que contextos e com que condições as crianças são ouvidas?
- Em que medida as suas opiniões são tomadas em conta no processo de organização, realização e avaliação desta iniciativa?”

Ao responder a estas questões esta investigação pretende criar condições: textos, contextos e pretextos para elucidar e enriquecer as condições de escuta e de diálogo dos adultos que participaram na construção desses Fóruns com as crianças, tendo como base o seu reconhecimento enquanto actores sociais plenos, e sujeitos da história de construção de uma trajectória inacabada, a que é importante dar visibilidade enquanto parte da memória colectiva do Município que se dispõe e propõe tornar-se uma *Cidade (+) Amiga das Crianças*



## **PRIMEIRA PARTE**

---

---

### **ENQUADRAMENTO TEÓRICO**





## CAPÍTULO 1

### **Um Lugar para as Crianças como sujeito de Direitos e no contexto da globalização**

O conceito de infância tem variado ao longo das gerações e dos tempos, apresentando as actuais tendências civilizacionais humanistas, numa nova sensibilidade voltada para as crianças.

Fazendo uma breve incursão pela história da infância será neste ponto importante, embora haja o risco de generalizações abusivas a que as extrapolações de tempo e de espaço sempre podem conduzir, contudo é necessário para entender ao olhar actual a afirmação anterior.

Durante a Idade Média, antes da escolarização das crianças, estas partilhavam os mesmos lugares e situações dos adultos, fossem eles domésticos, de trabalho ou de festa. Na sociedade medieval não havia a divisão territorial e de actividades em função da idade dos indivíduos e não havia o sentimento de infância ou uma representação elaborada dessa fase da vida (Ariès, 1973, cit. por Nascimento *et al.*, 2008).). Ou seja, não havia uma separação entre o que seria adequado para crianças e o que seria específico da vivência dos adultos, passando as crianças de um desmame tardio para o mundo dos adultos, onde a transmissão do conhecimento acontecia por intermédio do convívio com os mais velhos e com outras crianças. Aí, aprendiam os ofícios através da observação, auxiliando ou servindo, como aprendizes, em casas de outras famílias.

Assim, da falta de atenção em relação à infância, houve um salto para um novo tipo de pensamento com Descartes na Idade Moderna. Surge no século XVII, nas classes dominantes, a primeira concepção de infância, a partir da observação dos movimentos de dependência das crianças muito pequenas. O adulto passou, então, pouco a pouco a preocupar-se com a criança, que ligou esta etapa da vida à ideia de protecção, onde a palavra “infância” passou a designar a primeira idade de vida: a idade da necessidade de protecção, que perdura até os dias de hoje. Pode-se perceber, assim, que até o século XVII, a ciência desconhecia a infância. Isto porque, não havia lugar para as crianças na sociedade. Foi, então, a partir das ideias de «protecção», «amparo», «dependência», que surge a infância. Segundo Levin (1997, cit por Nascimento *et al.*, 2008) as crianças, eram vistas apenas como seres biológicos, que necessitavam de

grandes cuidados e, também, de uma rígida disciplina, a fim de transformá-las em adultos socialmente aceites.

O século XVIII foi determinante para que as crianças deixassem de ser consideradas como *adultos em miniatura* para começar a surgir as primeiras leis de protecção à infância, um pouco por toda a Europa, e sobretudo em países como a França, a Inglaterra e Países Baixos, porque até então considerava-se que as crianças eram inteiramente responsáveis pelos seus actos com representações, desde como “*homúnculos*”, “seres humanos miniaturizados” que tinham que ser cuidados e protegidos e que eram considerados importantes pela sua incompletude e imperfeição (Àries, 1973; Pollock, 1983; Becchi e Julia, 1998; Heywood, 2002 cit. por Tomás, 2006a).

É com a institucionalização da escola que o conceito de infância começa lentamente a ser alterado, através da escolarização das crianças e a partir do desenvolvimento de uma pedagogia para as crianças. É a partir daqui, que se começa a falar numa construção social da infância, que segundo Villaverde (2000, p.17, cit. por Tomás, 2006a) passa-se da perspectiva da criança como *adulto em miniatura* para a perspectiva da *criança como sujeito em formação*. A atitude de disciplina face às crianças “era assumida pelos moralistas e escolásticos da época, os quais entendiam a infância como um período de imaturidade, daí a necessidade das crianças serem treinadas, disciplinadas e instruídas”.

Foi sobretudo a partir do século XX que emergiu uma nova consciência social face à infância devido, em grande parte, aos esforços legislativos para promover e garantir, mesmo que na maioria das vezes apenas no campo teórico, os direitos das crianças, e cujo expoente máximo foi a Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas (1990).

### **Breve contextualização histórica do processo de reconhecimento da Criança**

Vários organismos internacionais têm vindo a apresentar as declarações de princípios, entre outros instrumentos que contemplam mecanismos de actuação mais eficazes, reconhecendo-se de forma crescente que a criança é um sujeito que deve participar, com autonomia e responsabilidade, nos processos de decisão que lhe dizem respeito.

Os diplomas de Direito Internacional que iremos fazer uma breve explanação, encontram-se agrupados no quadro (anexo (A) 3, quadro 7).

---

Os direitos da criança são objecto de vários diplomas de Direito Internacional, com conteúdos desiguais e com as suas respectivas fontes. Estas normas e princípios de direitos internacionais integram-se no movimento de protecção dos Direitos do Homem, que foram de facto impulsionadores dos Direitos da Criança, na segunda metade do século XX e consequentemente do final da 2ª Guerra Mundial.

Em Portugal, o Direito Internacional está assegurado na constituição, no seu artigo 8º, por intermédio de uma cláusula geral de recepção plena, o que quer dizer que vigora na ordem interna naquela qualidade independentemente do seu conteúdo (Miranda *et al.*, 2000).

A história do Direito Internacional de protecção dos Direitos do Homem é recente, desde a segunda metade do século XX e constituem um património comum à humanidade.

A primeira referência aos direitos da criança num instrumento jurídico internacional, surgiu em 1924 quando a Assembleia da Sociedade das Nações adoptou uma resolução, endossando a Declaração dos Direitos da Criança, promulgada no ano anterior pelo Conselho da União Internacional de Protecção à Infância. Nos termos da Declaração, os membros da Sociedade das Nações eram convidados a guiarem-se pelos princípios da “Declaração de Genebra” (1924). Esta Declaração reconhecia que a criança devia ser protegida independentemente da sua raça, nacionalidade ou crença ou sexo, devendo ser auxiliada, respeitando-se a integridade da família. Segundo esta Declaração, a criança deve ser alimentada, tratada, auxiliada e reeducada. A criança deve ser também a primeira a ser socorrida em situação de emergência e ser protegida contra qualquer forma de exploração.

Em 1946, após a Segunda Guerra Mundial, o Conselho Económico e Social das Nações Unidas recomendou que se adoptasse a “Declaração de Genebra” com o objectivo de canalizar as atenções mundiais do pós-guerra para os graves problemas com as crianças e tendo criado no mesmo ano o *Fundo das Nações Unidas para as Crianças - UNICEF*.

Em 1950 a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu que esta instituição devia prosseguir o seu trabalho, por tempo indefinido tendo o seu nome sido alterado *Fundo das Nações Unidas para a Infância*.

Em 1948 foi adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, mas esta não consagrava a totalidade dos direitos e

especificidades das crianças, no entanto foi um documento fundador dos documentos internacionais sobre a matéria.

### *Declaração Universal dos Direitos do Homem*

Segundo Casares (1998) a “Declaração Universal dos Direitos do Homem” não é um documento específico sobre os direitos da criança, apesar de as abranger. Todavia, deve referir-se este documento, por ter sido fundador dos documentos internacionais sobre a matéria.

Décadas passadas sobre a Declaração, os Direitos do Homem continuam, em larga escala, por concretizar: começando pelos mais elementares, como a igualdade e a liberdade, passando pelos direitos económicos, sociais e culturais, cívicos e políticos, terminando nos direitos de pertença e integração.

Decorridos dois anos de proclamação da “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, surge um novo diploma alusivo à protecção internacional dos direitos humanos, no âmbito da actividade de um organismo de cooperação regional, o Conselho da Europa: a “Convenção Europeia dos Direitos e Liberdades Fundamentais do Homem”. Trata-se de um tratado internacional, fonte formal do Direito Internacional, multilateral e solene, produzindo efeitos jurídicos assim como morais. Assenta no respeito pela democracia política, baseada no património de ideias e tradições políticas e respeito pela liberdade. Desta forma os Países Ocidentais assumem a sua identidade, em contraste com a “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, resultante do difícil compromisso celebrado entre os diferentes blocos existentes.

A convenção destina-se à promoção dos direitos dos homens, em geral, reproduzindo os direitos civis e políticos designados na “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, a que se foram acrescentando novos direitos incluídos nos protocolos adicionais. Os direitos sociais, económicos e culturais são ratificados mais tarde, na “Carta Social Europeia”, a que faremos referência posteriormente. As crianças recebem, por raras vezes, a atenção explícita do legislador, como sucede no direito à liberdade e segurança (no art.º 5, nº1, alínea d). (Delgado, 2006).

### *Declaração Universal dos Direitos da Criança*

Uma década depois da proclamação dos Direitos do Homem, a Assembleia-geral das Nações Unidas decide elaborar uma outra declaração, concernente então aos Direitos da Criança. Assim, em 1959 foi promulgada a “Declaração Universal dos Direitos da Criança” que afirmava que “a humanidade deve dar o melhor de si mesma à criança”,

---

constituindo durante muitos anos o maior enquadramento moral para os direitos da criança, apesar de não comportar quaisquer obrigações jurídicas. De acordo com esta Declaração a criança devia gozar de protecção especial e beneficiar de oportunidades e facilidades para se desenvolver de forma saudável e em condições de liberdade e dignidade. Foi um marco histórico, na protecção das crianças e jovens, por passarem a ser objecto da atenção do legislador internacional directa e exclusivamente, e não por consequência, como sucedia nos documentos já referenciados.

O resultado destes esforços aparece na “Carta Social Europeia”. A sua finalidade é melhorar níveis de vida e promover bem-estar à população “(...) les Etats membres du Conseil de l’Europe sont convenus d’assurer à leurs populations les droits sociaux spécifiés dans cês instruments afin d’améliorer leur niveau de vie et de promouvoir leur bien-être”, *de acordo com o que* consta no preâmbulo da Carta do Dec. do Presidente da República nº 54-A/2001 de 17 de Outubro.

O ano de 1979 foi proclamado como o “Ano Internacional da Criança”. Um dos objectivos gerais deste evento constituía a promoção dos interesses da criança e a consciencialização do público e dos políticos para as necessidades especiais da criança. Foi a comemoração do Ano Internacional da Criança que deu seguimento ao projecto inicial da CDC de 1989.

Em 1985, são proferidas as “Regras de *Beijing*” com o propósito de estabelecer critérios comuns, subordinados aos mesmos princípios e conteúdo processual, na aplicação da Justiça de Menores. (Op cit., 2006a)

Em 1989, várias décadas depois da “Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Criança”, a Organização das Nações Unidas elabora finalmente uma “Convenção sobre os Direitos da Criança” “na sequência lógica de uma evolução que, gradualmente, passa da proclamação de princípios para a construção de regras de que resultam a produção de efeitos jurídicos, voluntariamente desejados.” (Delgado, 2006, p.118).

A CDC classifica e descreve os diversos tipos de direitos, designadamente os seus direitos civis, económicos e culturais, assim como as formas mais adequadas de reacção perante a negligência ou a prática juvenil de infracções penais.

No ano de 1990 surge um terceiro documento concernente à infância e juventude, os “Princípios Orientadores de Riade”, para prevenção da delinquência juvenil. Este documento visa orientar a legislação e a política dos Estados membros, de modo a prevenir a delinquência juvenil. Aplicando-se de igual modo a situações de risco, já que

a prática de infracção é antecedida, na maioria dos casos, por situações em que o jovem se encontra em risco. A situação de risco social é referida em diversas regras, como preocupação especial do sistema educativo e da actuação dos serviços comunitários. Os fundamentos excepcionais que legitimam a colocação institucional referem-se a situações em que o jovem se encontra em risco ou perigo, incluindo-se as práticas de factos qualificados legalmente por crimes. Delgado (2006, cit por Pinto *et al*, 2008).

### **As garantias de reconhecimento dos direitos da Criança na Europa**

Em 1996 o Conselho da Europa elabora nova convenção, a “Convenção Europeia sobre os Direitos das Crianças” com a finalidade de garantir as condições necessárias para o exercício dos direitos da criança, visando promover o seu interesse superior. É no âmbito da UE que os maiores progressos se alcançam na protecção e promoção dos Direitos da Criança.

O Direito Comunitário remete, para outro diploma, originário de outra instituição europeia, na matéria dos direitos humanos, evitando-se por este meio a multiplicação e a justaposição de legislação com o mesmo objecto. O “Tratado de Amesterdão” inclui a primeira referência específica às crianças, nos tratados da UE. À juventude o Tratado reserva dois artigos que abordam a educação e a formação profissional, devendo ser desenvolvidas pela responsabilidade dos estados membros pelo conteúdo e organização, competindo à comunidade promover e desenvolver acções de cooperação e de intercâmbio entre os diferentes sistemas educativos.

As instituições comunitárias aprovaram a “Carta Europeia sobre os Direitos da Criança”, na sequência de uma resolução do parlamento Europeu, em 1992. Este diploma tem uma vocação regional, prescindindo dos consensos que resultam da intervenção regular dos comportamentos relativos às crianças de todo o mundo.

A Carta dos Direitos Fundamentais na UE vem reafirmar, no ano 2000, a protecção dos Direitos Humanos, no seio da União e da Comunidade Europeia. Neste diploma estabelece-se uma relação entre os objectivos da UE e a protecção dos direitos fundamentais. Delgado (2006, cit. por Pinto, *et al.*, 2008).

### **A Criança como objecto de atenção pelo Estado-Providência**

A intervenção do Estado no campo da infância fez parte do processo histórico de construção do Estado-Providência e da formulação de políticas sociais.

---

Ao longo do século XX, verifica-se uma acumulação de capitais nos países centrais que permite a libertação de meios que são aplicados em políticas sociais a favor da classe operária e dos grupos sociais desfavorecidos.

Entre essas políticas sociais estavam incluídas medidas de protecção à infância e juventude, tendo sido introduzido em quase todos os países europeus. Nas décadas seguintes, as suas políticas foram divergindo no que à infância dizia respeito, por exemplo nos Países como o Reino Unido, os Países Baixos e a Alemanha Ocidental consideravam a criança como uma responsabilidade e um assunto privado da família, não integrando a criança numa área pública de intervenção do Estado, o que levou ao crescimento dos sistemas privados de equipamentos sociais para a infância. Enquanto nos Países como a França ou a Bélgica adoptaram uma política de responsabilidade mista - público-privada - (Branco, 1993; Piselli, 1995, cit. por Tomás, 2006a).

A partir dos anos setenta, a iniciativa privada começa a ganhar expressão através das ONG e é através destes organismos internacionais que começam a ser detectados e denunciados casos de crianças vítimas de inúmeras situações de risco: negligência, má nutrição e saúde precária são apenas alguns exemplos dos problemas que afectam a infância.

É também no século XX que surgem as associações, instituições e organizações transnacionais que trabalham em prol da infância, como por exemplo a UNICEF, e se cria um quadro jurídico-legal de protecção às crianças. Segundo Sarmiento e Pinto (1997) é justamente no domínio do reconhecimento das crianças como actores com pleno direito de participação que têm sido observados menos progressos e maior controvérsia na construção de políticas e na organização e gestão das instituições para a infância.

### **As Crianças no contexto da Globalização**

Em 2005 o relatório de UNICEF sob o tema “Uma Geração sobre Ameaça”, faz referência expressa às consequências que a globalização hegemónica, tem trazido às crianças de todo o mundo, como se referirá em tempo oportuno.

A actual situação mundial e, nas últimas décadas do século passado, tem levado a uma crescente reflexão sobre as transformações que têm ocorrido, devido ao fenómeno mundial da globalização. Reflexão, essa, na forma como o mundo se tem organizado, sobretudo quanto às condições precárias de vida (da sociedade actual), acentuando as disparidades sociais (miséria, fome, desemprego...) e, no que respeita à infância a nível global. Se por um lado se avançou para uma economia de serviços e criação de



dispositivos de mercado à escala universal, deslocalização de empresas, etc. também se chegou às rupturas no mercado de trabalho, pela subida das taxas de desemprego e a uma situação ambiental muito crítica ... com sérias implicações no estatuto social da infância e nos modos, diversos e plurais, das condições actuais de vida das crianças.

Tendo em conta os problemas/exclusão que afectam as crianças em todo o mundo, Tomás (2006a) refere a terminologia de Santos “espaço-tempo” para se referir ao “espaço-tempo infantil”, que segundo o autor existem três classes ou grupos no processo de tempo e espaço mundial.

Tendo em conta que “as transformações mais frequentemente associadas ao processo de globalização é a compreensão tempo-espaço, ou seja, o processo social pelo qual se aceleram e se difundem pelo globo” (Harvey, 1989, *cit. in* Santos, 2001, p. 70, *cit. por* Tomás, 2006b). De acordo com o autor as três classes - “*classe capitalista global*”, aqueles que controlam; “*os subordinados*” referindo-se aos refugiados e trabalhadores migrantes e, “*os que contribuem para a globalização*”, as que são prisioneiros do seu tempo-espaço local, dando o exemplo das crianças que contribuem para uma cultura mundial de consumo e que permanecem nos seus espaços quotidianos da rua, aldeias ou cidades. A título de ex. fala das crianças que estão presas aos teares da Índia, contribuindo para uma cultura mundial do consumo do vestuário e, em Portugal, o exemplo das crianças que cosem sapatos no domicílio ou nas fábricas, contribuindo para uma cultura mundial de calçado, as crianças africanas que são raptadas e assassinadas, contribuindo para uma cultura mundial de tráfico de órgãos...crianças.....crianças.

As consequências que a globalização hegemónica tem trazido às crianças de todo o mundo, ainda a abordar neste trabalho (os conflitos bélicos regionais, a insegurança urbana, as rupturas financeiras globais, as mudanças ambientais, com as consequentes doenças alérgicas, etc.) a ameaça é geral, mas é certamente mais forte nos países mais pobres (sendo trágica em alguns países da África subsariana), ou nas regiões ou grupos populacionais mais pobres dos países ricos. Numa palavra, a ameaça sobre a infância está profundamente articulada com as desigualdades sociais.

Segundo Sarmento (2002), essa ameaça sobre a infância, põe em causa a concepção e a norma de infância que a modernidade instituiu. O declínio do programa institucional e, segundo o sociólogo francês François Dubet – exprime-se na turbulência que atravessa instituições como a escola e a família, com consequentes expressões na ruptura do processo de socialização. A “colonização” dos mundos de vida infantis pela indústria cultural e pela média leva à emergência de comportamentos consumistas,

individualistas, “hiper-competitivos e a erotização infantil (a transfiguração do erotismo infantil pela dominação do erotismo adulto hegemónico). Alguns autores vêem nesta mudança geracional o fim da infância. Esta tese, em geral, é conservadora e reaccionária e invoca os “bons velhos tempos” de um passado cheio de referências e valores ancestrais, que, parece, nunca ter existido.

Segundo Tomás e Soares (2004) consideram que, apesar da construção de consensos globais sobre os direitos das crianças (adoptados a nível global), das transformações positivas de melhores condições das suas vidas e de uma consciência global “do cuidado”, continuam a persistir factores e condições de exclusão das gerações mais jovens face aos direitos sociais, tais como a pobreza, o extermínio e a fome e onde milhões de crianças são vítimas de um processo de exclusão numa cultura mundial.

A par, aparece a existência de um espaço mediático que nos remete para questões em que as referências que se atribuem às crianças advêm de títulos e imagens que nos falam de drogas, maus-tratos infantis, a violência, etc. Em contrapartida, são raras as referências a iniciativas que atribuam às crianças o papel de agentes activos na construção da agenda social e política.

Desta forma, a construção do mundo da infância emerge de vários factores (como a morte, a injustiça, a doença, o desconforto, o abandono e a violência...), que nos colocam perante uma infância excluída, expressando uma ideologia difusa e conservadora. (Op. Cit. Sarmento, 2002).

Os efeitos geracionais da exclusão social nos diversos espaços estruturais a começar pelo espaço doméstico em transformação. O “espaço doméstico”, submetido a mudanças na estrutura das famílias com o aumento das famílias monoparentais, do número de divórcios, dos grupos domésticos de pessoas sós ou de famílias recomposta, ao longo dos últimos anos, tem causado o aumento da pobreza infantil e a família tem vindo a perder “de modo progressivo e significativo o estatuto de instância primeira de socialização”, passando esse estatuto para o espaço público (o das instituições estatais, ou o da rua ou o do bairro), que acabam por ser geradores de novos processos de referência e de sociabilidades nas novas gerações.

Às novas condições geradas no espaço doméstico acrescentam-se os factores de exclusão presentes nos “espaços estruturais da produção” do “mercado e da cidadania”. Relativamente ao “espaço estrutural da produção”, Sarmento refere que este é dominado por quatro pontos fundamentais no que respeita à exclusão social das crianças, nomeadamente a incidência da pobreza entre as gerações; o trabalho infantil,

os efeitos do desemprego nas gerações mais jovens e a criação de novas desigualdades inerentes ao acesso desigual dos bens do mercado de produtos para a infância.

Ainda em relação ao primeiro ponto, refere que é nos dois pólos geracionais opostos (infância/juventude e terceira idade), que os índices de pobreza são mais acentuados. Isto quer dizer que, tomando por referência o conjunto do grupo etário, há, percentualmente, mais crianças/ jovens pobres do que adultos pobres.

No que diz respeito ao trabalho infantil, assinala apenas que as condições da modernidade tardia e da globalização, aumentou a exploração do trabalho de menores, quer nos países periféricos, como nos semiperiféricos e centrais e, nos sectores da indústria que assentam a sua competitividade nos baixos-custos da mão-de-obra assalariada. Além disso, as actividades como o lazer, os espectáculos, a publicidade etc., têm vindo a incluir, de forma constante, o trabalho no quotidiano das crianças. A ruptura entre pares de categorias que se encontraram sempre associados no período de génese e expansão da modernidade, tais como trabalho/emprego, trabalho/cidadania, emprego/vínculo profissional e qualificação/ colocação profissional afectam os percursos desejáveis das crianças, reformulando as suas aspirações e condicionando as opções presentes (Op cit. Sarmento, 2002).

No espaço do mercado há que atender ao mercado de produtos para a infância (por ex. jogos, roupas, ténis e sapatos, vídeos, produtos informáticos, parques temáticos, rotas de turismo infanto-juvenil, guloseimas etc.), que para além da uniformização de gostos e estilos de comportamento e de vida, tem vindo a determinar os custos pela obtenção desses produtos no seio das famílias, como também a apetência para o marketing e publicidade, onde as crianças pobres são remetidas para a condição de exclusão perante os seus pares, pelo facto de não terem ou terem menor acesso ao consumo. E é nas relações de pares que as desigualdades são estabelecidas, “pela perversidade do *fetichismo* da mercadoria e pela inculcação dos valores do mercado nas gerações mais jovens” (Op cit. Sarmento, 2002, p.272).

## CAPÍTULO 2

### **A Sustentabilidade ambiental e social como direito das crianças**

No decorrer da história assistimos a várias mudanças na forma como o homem tem transformado matérias-primas em produtos úteis à sua sobrevivência. A partir dos finais do séc. XVIII assiste-se a emergência da economia capitalista mas é a partir do séc. XIX que o processo de industrialização provoca transformações significativas para o homem contemporâneo com efeitos que se repercutem como paradigma, até os dias de hoje. A revolução Industrial provocou modificações nas estruturas da economia, da sociedade e da mentalidade. Neste processo, e como afirma Tourraine (1993, cit. por Pinto, 2008), a «ideia de progresso» ocupou um lugar intermédio, central, entre a ideia de racionalização que dá primazia ao conhecimento e a ideia de desenvolvimento que dá primazia à política. O crescimento económico passou a ser visto, desde então, como “motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais” Morin e Kern (1993, cit. por Pinto, 2008) predominando a crença na dominação do progresso e do poder económico, político e tecnológico, sobre a natureza. Foi esta visão de abundância ilimitada e infinita dos recursos e da capacidade humana de gestão e domínio da natureza que predominou no pensamento social até ao séc. XX. (Caride e Meira 2004, p.109). Por outro lado, o rápido desenvolvimento da capacidade produtiva que se seguiu à revolução industrial tornou a tecnologia onnipresente e onipotente, a ponto de anular, aparentemente a força do ambiente. Nada parecia impedir mais a posse da população humana.” (Carvalho, 1999, p.28). A evolução científica e tecnológica do séculoXX provocou assim profundas mudanças histórico sociais.

Para Giddens o “industrialismo” resultante do desenvolvimento da sociedade capitalista (Goldblatt, 1996) foi «devorador de naturezas» (cit. por Schmidt 1999, p. 197). No seu intuito de manter as taxas de crescimento contínuas, promoveu o incentivo ao consumo, para aumentar a reprodução do capital. Tal facto conduziu nos anos 1950, à produção do marketing e publicidade, que levaram o consumidor a renegar a análise das vantagens/qualidades comparativas dos produtos em detrimento das imagens veiculadas pela propaganda.

A partir do ano de 1920, o padrão de desenvolvimento estabelecido foi abalado pela crise ecológica, que por sua vez gerou crises sociais. Com o avanço económico após a

segunda Guerra Mundial, passou a caber ao Estado o papel de intervir, de redistribuir a riqueza gerada, de controlar o conflito entre as classes e de facilitar o crescimento económico.

Apesar do desenvolvimento científico, tecnológico e industrial sem precedentes, bem como das leis de mercado e de consumo desenfreadas, o sistema capitalista e respectivos modelos de desenvolvimento, não conseguiram no entanto, resolver problemas tais como o crescimento demográfico, o esgotamento dos recursos naturais ou as desigualdades que confrontam a pobreza de muitos com a riqueza de poucos. Apesar do triunfo do capitalismo global se ter apossado integralmente do conceito de progresso com o desenvolvimento científico e técnico e com os seus excelentes avanços, não foi possível travar, nos anos de 1960 e 1970, a decadência do planeta como resultado do desmedido e incontrolado abuso dos seus ecossistemas (Caride e Meira 2004, p.118).

A situação tornou-se cada vez mais crítica e problemática com a dimensão e agravamento e a globalização dos problemas ambientais. A crise estrutural que provocou a subida do preço do petróleo, a crise energética dos anos 70 -1973/74, voltou a desencadear a inflação, revoltas juvenis, crises políticas, diagnósticos sobre os limites de crescimento, problemas ecológicos, ambientais. Instalou-se assim o mal-estar que passou a atravessar todos os domínios da vida humana. (cit por Pinto, 2008).

A Globalização dos riscos ambientais levou à crítica ou debates sobre a modernidade nos domínios da sociologia, onde sobressaem as posições Giddens e de Beck.

Giddens analisou as questões ambientais como uma das consequências do desenvolvimento da sociedade capitalista enquanto Beck colocou as reflexões sobre o ambiente no centro da sua teoria sobre a “*sociedade de risco*”, a que deu o nome de «*modernização reflexiva*»<sup>5</sup> focalizando temas como a formação de uma sociedade civil transnacional e de uma “sociedade mundial do risco”.

Segundo este autor, enquanto na sociedade industrial a desigualdade social e a vulnerabilidade ao perigo estavam articuladas, uma vez que as classes sociais mais

---

<sup>5</sup> “*Modernização reflexiva*” significa a possibilidade de uma (auto) destruição de toda a época - “(auto) destruição criativa” : a da sociedade industrial (abrindo horizontes para a “alta modernidade”). O sujeito desta destruição criativa não é a revolução, nem a crise, mas a vitória da modernização ocidental” (“um tipo de modernização destrói outro e o modifica”). (Beck, 1994, cit. por Carvalho, 1999, p.28)

---

elevadas tinham maior capacidade para escapar aos perigos antrópicos e aos lugares das poluições industriais, na «sociedade de risco», a hierarquia social e o perigo desarticulam-se, uma vez que o risco estende-se a todas as classes sociais, culturas, raças e nações. Esta globalização dos riscos ambientais, sendo embora, segundo ele mais “democratizante”, recria novas lógicas de distribuição desigual de danos tanto geográfica como socialmente. Foi a tomada de consciência do carácter global crise *ecológica que levou à* tomada de consciência ambiental. Com o agravamento dos problemas do ambiente, à escala global e dos desequilíbrios sociais entre Norte e o Sul, tornou-se necessário rever as políticas e as práticas do desenvolvimento, já que como referem a Caride e Meira “as esperanças depositadas num desenvolvimento mais humano, acabam por derivar, já nos anos 1980 para a frustração ou o fracasso (...)” Para os autores esta frustração/ou fracasso, decorre da supremacia dos interesses das leis económicas, onde “triunfam as teses que privilegiam o crescimento económico, embora seja à custa da equidade e do incremento das desigualdades sociais.” (Caride e Meira, 2004, p.128 - 134).

O fracasso das políticas de desenvolvimento na maioria dos países do “Terceiro Mundo”, o aumento da pobreza, a desintegração social e os riscos ecológicos levou à discussão sobre os “limites do crescimento” que tornaram claro que a crescente exploração dos recursos naturais do planeta por parte das sociedades industriais não poderia continuar ao mesmo ritmo nem ser aplicada à escala global. O termo *sustentabilidade* entrou no nosso vocabulário associado à necessidade de encontrar soluções para os problemas ligados ao desenvolvimento, na sequência das assimetrias cada vez mais profundas entre pessoas, povos, países e regiões originadas pelo processo da globalização que a todos afectava à escala planetária.

É neste contexto que surge o conceito de desenvolvimento sustentável, que dá ênfase ao equilíbrio entre equidade e qualidade de vida, mais do que na qualidade de produção ou do consumo. A preocupação com a sustentabilidade ambiental, foi sendo cada vez mais alargado ao longo das últimas décadas a outras dimensões, como resposta às transformações a nível social, económica e cultural.

A par da exigência de se garantir (i) a restrição do uso de energias não renováveis (como o petróleo), (ii) a limitação de descarga de substâncias no meio ambiente, no sentido desta não ultrapassar a capacidade de assimilação do mesmo e (iii) da prevenção dos riscos e o perigo para a vida humana provocados pelo Homem, bem como das outras as espécies, no sentido da preservação da biodiversidade

ecossistemas, relativos a sustentabilidade ambiental, a preocupação com a sustentabilidade passou a visar também a dimensão social.

Este alargamento do campo visado pelo conceito de desenvolvimento sustentável gerou novas exigências no sentido (i) da organização de estruturas económicas de longo prazo que respondam às exigências de sistemas estáveis; (ii) da estabilização do valor monetário, prevenindo a inflação; (iii) no facto dos custos dos benefícios e serviços deverem ser pagos pela geração que deles beneficia; (iv) no uso eficaz dos recursos; na garantia de todos os serviços económicos deverem ser produzidos de forma transparente e tendo em conta todas as despesas; (v) na negociação de pactos intergeracionais justos, que não coloquem em desvantagem as gerações futuras.

Finalmente a problematização da sustentabilidade do desenvolvimento, promovido pela modernidade e intensificado sob efeito da globalização económica, política, social e cultural vem reclamar atenção para o papel dos indivíduos e de uma sociedade que está intimamente ligada à noção de bem-estar. Neste sentido a sustentabilidade social tem por objectivo a estabilidade social no sentido de também beneficiar as gerações futuras.

É renovada a importância fundamental de questões tais como (i) a garantia da auto-determinação e dos direitos humanos dos cidadãos; (ii) a promoção da igualdade de oportunidades; (iii) a inclusão dos cidadãos nos processos de decisão social, (iv) a promoção da autonomia da solidariedade e da capacidade de auto-ajuda dos cidadãos; (v) a garantia de meios de protecção social fundamentais para os indivíduos mais necessitados. (Caride e Meira, 2004).

É neste contexto que se inscrevem os investimentos das sociedades nacionais e no *tempo-espaço* comprimido pelos novos meios de transportes e pelas novas tecnologias de informação e comunicação, onde se intensificaram os fluxos de informação e de pessoas, que coloca todos em contacto com todos e onde o “pluralismo cultural” é recolocado sob a forma de redes e cada espaço transforma-se numa rede de relações sociais altamente complexa, num entrelaçar cada vez mais intenso de diferentes culturas. (Santos, 1994, p.9).

Ao mesmo tempo que se vive como problema e desafio global, a possibilidade de sustentabilidade do planeta, o processo de globalização estabeleceu também uma nova relação entre as culturas locais e global que pode ser entendido como problema (relativamente a economia, produção e consumo capitalista) como também como terreno propício ao cosmopolitismo e a emergência de novos movimentos sociais.

---

A par da valorização da tradição e do fortalecimento dos regionalismos manifestos na identidade cultural, a disseminação da cultura mundializada influenciou os padrões de comportamento e a incorporação dos costumes e valores de outras culturas nos hábitos do quotidiano, em todas as latitudes.

Neste contexto a dimensão do local volta a ser valorizada e as pessoas deixam de se identificar como classe, passando a procurar identidades particulares, ou seja, pequenos grupos com os quais se identifiquem e de alguma forma se relacionem. A revalorização do direito às raízes e o desabrochar de novas identidades regionais e locais alicerçadas nas crescentes interações globais e a *desterritorialização* (Op. Cit. Santos, 1994) das mesmas gera, entre outros factores, condições propícias a novos movimentos sociais.

### **O Ambientalismo como movimento social gerador de novas subjectividades e actores**

Foi em 1970 que se comemorou, pela primeira vez, o “Dia da Terra”, que pressionou o governo dos Estados Unidos à criação de uma agenda ambiental e de uma série de leis destinadas à protecção do ambiente. Em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (Suécia), discutiu-se, pela primeira vez, o *futuro do mundo* e que culminou com a “Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano” - guia para preservar e melhorar o ambiente humano. Nas décadas seguintes a ocorrência de acidentes e catástrofes ambientais, levaram a elaboração de declarações, tais como a *Agenda21 (AG21)* e de outros documentos oficiais: *Carta da Terra (CT)*, que foram aprovadas na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (ECO92). Contudo a praxis da educação ambiental no terreno educativo para a análise comparada do «*capítulo 36*» da AG21 sobre “a promoção da educação, a consciencialização pública e formação»<sup>6</sup> e o *Tratado sobre educação*

A *Educação Ambiental (EA)*, *Environmental Education*, é mencionada, pela primeira vez, em Março de 1965, na Conferência em Educação, na Universidade de Keele, na Grã-Bretanha. A Primeira Conferência Intergovernamental em Educação Ambiental,

---

<sup>6</sup> Agenda 21 Local (AG21L) é um instrumento composto por 40 capítulos, aprovado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco92), no Rio de Janeiro, tendo em vista um plano de acção em matéria de ambiente e desenvolvimento, comprometido com a preservação da vida no planeta.



organizada pela UNESCO e que teve lugar em Tbilisi (Geórgia, em 1977), foi o marco mais importante da evolução da EA. A publicação das suas grandes orientações representa, ainda, uma importante fonte de consulta para acções em EA.

Na Conferência de Tbilisi, foi definido o conceito de EA que se mantém válido até hoje. Esta foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do ambiente através de abordagens interdisciplinares e de uma participação activa e responsável de cada indivíduo e da colectividade.

Em diferentes escalas de análise pode identificar-se, por um lado, a evolução das medidas nacionais de protecção ambiental, por outro lado, é de assinalar também a evolução das preocupações mundiais, materializadas em acordos ou em intenções por parte de organizações internacionais.

Nas últimas décadas têm-se registado esforços nacionais e internacionais, de âmbito governamental e/ou não governamental, no sentido de se identificarem estratégias e propostas de acção que reponham, por parte do ser humano, o respeito pelas leis que regem o equilíbrio das componentes ambientais (biofísicas em interacção com o ser humano e com as suas actividades). São exemplos destes esforços, a nível internacional, as conferências de Estocolmo (1972), Belgrado (1975), Tbilisi (1977), Rio (1992) e Thessaloniki (1997), que contribuíram com importantes bases de reflexão e de trabalho, enquadrando e fundamentando políticas de carácter geral, e práticas de educação ambiental, em particular.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento/ou Rio92, com o objectivo de propor um modelo de desenvolvimento comprometido com a preservação da vida no planeta, produziu importantes documentos, dos quais o maior de todos e o mais importante, foi a AG21. Este documento transformou-se num instrumento de referência e mobilização para a mudança do modelo de desenvolvimento com vista a sociedades cada vez mais sustentáveis, num processo participativo de planificação de acções.

A CT é uma declaração, que resultou de um intenso processo participativo e foi fruto do processo da Conferência do Rio92, baseada em princípios e valores fundamentais, que deverão nortear pessoas e Estados no que se refere ao desenvolvimento sustentável. A CT serve como um código ético planetário e uma vez aprovado pelas Nações Unidas, a CT será o equivalente à Declaração Universal dos Direitos Humanos no que concerne à sustentabilidade, à equidade e justiça.

---

Assim, AG21 (acções) e CT (princípios e valores) são instrumentos importantes para o exercício de ética e poder político na nova sociedade e nesta luta por um planeta saudável. Tanto a CT como AG21, deverão ser uma conjugação de esforços para se tornarem em instrumentos de trabalho insubstituíveis (Ramos Pinto, 2006). *O encontro entre a Agenda21 e a Carta da Terra foi dado, uma vez que o novo modelo de desenvolvimento precisa de uma nova sustentação ética.*

“A dimensão ambiental da presente crise global significa, nesta viragem de milénio, que as relações de poder entre grupos, sexos, etnias, classes, povos, Estados e gerações dependem da mediação que os nossos modelos científicos, culturais e económicos estabelecem com a Natureza. Assumem-se os compromissos preconizados nos diferentes documentos, e, também, a implementação de *processos de participação a nível local e das escolas*”, de acordo com Soromenho-Marques (1998, p.24)

A desconstrução do paradigma da modernidade, no sentido resolução da crise ambiental exige, segundo alguns autores, a adopção de uma nova Ética, assente em valores que respeitem e promovam o equilíbrio dinâmico do planeta em que “se busca projectar o desenvolvimento na busca de vias mais pacíficas e na construção de uma sociedade mais justa e solidária, tendo em conta a conciliação dos direitos sociais com os individuais e na construção de países e Estados cada vez mais voltados para a «desenvolvimento humano» ”. (Ramos Pinto, 2004, p. 1-4).

### **O contributo da educação para uma nova ética e nova concepção de Cidadania Ambiental**

Há autores que propõem uma educação ambiental aplicada para mitigar a percepção do risco (que não do risco em si mesmo). Tapia e Toharia (1995, cit.por Caride e Meira, 2004, p. 70) consideram que: “há sempre um risco, por pequeno que seja, em qualquer coisa que façamos. Por isso é importante a EA.”. Daí que permitiria desde pequenos o “conhecimento do que significa o risco aceitável, a escolha dos males menores, a aplicação do princípio básico segundo o qual a solução perfeita não existe (...)”. Do ponto de vista da gestão ambiental pretende-se que a tomada de decisões sejam as menos más possíveis, sem pretender jamais que sejam as melhores absolutamente. Entre as múltiplas questões que poderá suscitar este enfoque educativo, pergunta-se no entanto a *quem* cabe a definição da noção de risco aceitável, quais os «parâmetros» que fazem que esta noção possa ser objectiva e aprendida de uma vez na infância para sempre e porque se deve admitir que existem riscos aceitáveis”

O que se constata no entanto é que na viragem do milénio, parece generalizada a ideia de que a Escola não formou adequadamente, em termos ambientais, os cidadãos que se encontram hoje em idade activa, sendo notória a necessidade de preparar as crianças e os jovens no sentido de um desenvolvimento sustentável. Deveria caber à Educação Ambiental sistematizar, seleccionar e difundir um conjunto de informações que contribuam, nos diferentes contextos educativos, para enriquecer as competências das crianças e dos jovens, com um conjunto de valores e uma consciência crítica fortalecedores de uma cidadania participativa.

Nesta sequência, é visível a contradição entre os investimentos – financeiro, na investigação, formativo, etc., que a vários níveis têm sido feitos em termos de Educação Ambiental e os resultados negativos que cada vez mais se verificam no que respeita aos índices de degradação do ambiente, quer em termos nacionais, quer em termos planetários.

Ao contrário da perspectiva de uma educação que mitigue a percepção do risco ambiental há autores que propõem uma nova ética da responsabilidade ecológica.

A dimensão ética Segundo Boff, o cuidado para com a Terra representa o global e o cuidado para com o próprio habitat representa o cuidado local “O ser humano tem os pés no chão (local) e a cabeça aberta para o infinito (global).” Por isso, o autor afirma que “cada pessoa precisa descobrir-se como parte do ecossistema local e da comunidade biótica, seja no seu aspecto de natureza, seja na sua dimensão social.”

Conclui ressaltando que “para cuidar do planeta precisamos todos passar por uma «alfabetização ecológica» e rever nossos hábitos de consumo”, sendo necessário desenvolver uma “ética do cuidado”. Essa “*ética do cuidado*”, principalmente *do cuidado para com o planeta*, tem sido um desafio à político-económica do mundo, uma vez que há divergências de opiniões e de medidas a serem tomadas para reverterem a degradação ecológica e as suas inúmeras consequências que atingem a fauna, flora e os seres humanos. (Boff, 2004, p.134-135).

De acordo com Soromenho-Marques (1998,p.148-149), a ética ambiental constitui um desafio para uma nova concepção de humanismo, onde a liberdade e responsabilidade se equacionam como o limite regulador de uma *praxis* múltipla e complexa - ética, política e económica - sustentável. Trata-se de uma ética da liberdade que é inseparável de uma pedagogia ambiental, portadora dos valores de uma cidadania renovada. Uma cidadania capaz de formar indivíduos que estejam à altura dos desafios da crise ambiental global. Sendo a escola um lugar de aprendizagem e convivência social esta deveria oferecer, a quem a ela acede, não apenas um espaço físico e um

espaço organizacional, mas também, e sobretudo, um espaço relacional, de convivência, de cooperação e de resolução de conflitos.

Sendo a escola o lugar privilegiado das aprendizagens, onde se devem adquirir valores e promover atitudes e comportamentos pro-ambientais, torna-se urgente uma intervenção eficaz, ao nível da educação, que na perspectiva de desenvolvimento sustentável inverta a tendência actual, comprometedora da existência da própria espécie humana. Como cidadãos, as crianças e os jovens devem aprender a tomar decisões relativas ao ambiente e a estar conscientes relativamente à tomada de certas decisões políticas que podem ter consequências ambientais.

### **A Sustentabilidade como conteúdo ou preocupação educativa em Portugal**

Em Portugal, até Abril de 1974, a Educação Ambiental não foi contemplada em termos formais. A Constituição da República Portuguesa de 1976 contempla alguns aspectos relacionados com o ambiente e educação ambiental.

Apesar de não haver directrizes programáticas nesse sentido os professores mais conscientes começaram a actuar através de acções isoladas, muitas vezes envolvendo várias disciplinas, no dia da Floresta, mais tarde na Área Escola e actualmente em Área Projecto, usaram criatividade em actividades diversas (clubes do ambiente, saídas de campo, entre outras), implementaram a Educação Ambiental (não excluindo, aqui, acções pontuais e sem consequências pedagógicas). Na maior parte dos casos, estas actividades eram dinamizadas por professores de Ciências da Natureza, com a colaboração de outros professores e/ou da escola, e de entidades locais: Câmaras Municipais, Reservas e Parques Naturais, entre outros. Hoje, a Educação Ambiental está relativamente difundida no nosso país, integrando vários projectos pontuais, revestidos de diferentes matizes, que vão desde o JI, 1ºCEB ao ensino superior. (Ramos-Pinto, 2004).

Só em 2001 a Educação Ambiental, surge como dimensão transversal, surge integrada na Educação para a Cidadania.

### **A Cidadania como dimensão do Currículo Escolar**

O desenvolvimento de competências na educação para a cidadania é fundamental. Neste contexto, a educação para a cidadania é assumida como uma área transversal, podendo a sua abordagem reflectir um conjunto de temáticas, como a educação para os direitos humanos, a educação ambiental, a educação para a saúde, por exemplo, as quais constituem preocupações da sociedade actual. Pretende-se, assim, sensibilizar

alunos e professores para uma compreensão e uma participação mais consciente na sociedade, questionando comportamentos, atitudes e valores.

A escola passa também a dispor de áreas vocacionadas para a valorização da educação para a cidadania – áreas integradoras e transdisciplinares, nomeadamente Estudo Acompanhado e Formação Cívica no ensino básico e Área de Projecto nos ensinos básico e secundário contempladas nos horários de professores/adultos e alunos/Crianças. Finalmente, a educação para a cidadania visa desenvolver atitudes de auto-estima, respeito mútuo e regras de convivência que conduzam à formação das crianças como cidadãos solidárias, autónomas, participativas e civicamente responsáveis. (Martins, 1991).

Pretende igualmente estimular a sua participação activa na vida da turma e da comunidade em que estão inseridos, bem como proporcionar momentos de reflexão sobre a vida da escola e os princípios democráticos que regem o seu funcionamento.

---

## CAPÍTULO 3

### A Participação como direito da criança à Cidadania Social

A Convenção sobre os Direitos da Criança que é constituída por 54 artigos que podem ser agrupados em três categorias distintas a multiplicidade de direitos consagrados na CDC - os *direitos de provisão* (os direitos sociais da criança, nomeadamente os associados à salvaguarda da saúde, educação, segurança social, cuidados físicos, vida familiar, recreio e cultura); os *direitos de protecção* (relativamente à discriminação, abuso físico e sexual, exploração, injustiça e conflito); e os *direitos de participação* (os direitos civis e políticos consagrados às crianças - ao nome e identidade, a serem consultadas e ouvidas, a terem acesso à informação, à liberdade de expressão, opinião e tomada de decisões), Hammarberg (1990 *cit por* Fernandes, 2005 *in* Palma da Silva, 2006).

Embora actualmente, os direitos de provisão e protecção sejam universalmente aceites, apesar de nem sempre cumpridos. No entanto, o reconhecimento e a aplicação dos direitos de participação são ainda questionados por muitos teóricos. As razões para este questionamento são diversas e centram-se na ideia que as crianças não possuem racionalidade e autonomia que lhes permitam participar nas tomadas de decisão e, por outro lado, no receio que o aumento da participação infantil provoque a diminuição do poder dos adultos na relação adulto-criança.

A discussão que sustenta esta ambiguidade entre protecção e participação infantil tem sido conceptualizada de formas distintas, por diferentes autores, que ora acentuam a dependência, ora acentuam a emancipação das crianças, podendo retirar-se destas discussões três paradigmas de infância (Fernandes, 2005):

- ✓ O *paradigma da criança dependente* encara os adultos como guardiães e defensores da criança. A exclusão das crianças da tomada de decisão baseia-se em presunções sobre a sua falta de racionalidade e incapacidade de tomar decisões acertadas e informadas, competência que irá aumentando à medida que evolui a sua maturidade (Fernandes, 2005).
- ✓ O *paradigma da criança emancipada* vê as crianças como um grupo minoritário, privado de direitos civis (Franklin, 1986; Hill e Tisdall, 1997 *cit in* Fernandes, 2005). Os defensores desta perspectiva consideram que as crianças revelam competências para desenvolver um pensamento racional e para fazer escolhas

acertadas, pelo que podem ser “*empowered*” se não as tratarmos como crianças. Diversos autores entendem que se as crianças nunca forem autorizadas a tomar decisões porque não têm experiência, o processo de tomada de decisão nunca se poderá iniciar (Fernandes, 2005).

- ✓ O *paradigma da criança participativa* é um equilíbrio entre as duas perspectivas anteriores, reconhecendo a protecção das crianças. Este paradigma centra-se na ideia de interdependência entre os diferentes direitos de que a criança é detentora, onde é tão importante as respostas sociais para a satisfação dos seus direitos de provisão e protecção, como são as respostas para a aplicação dos seus direitos de participação (Fernandes, 2005). Para que isso seja possível é necessário ceder informação adequada e apropriada à sua idade, para, assim, ela poder formular opiniões válidas e dar-lhe espaço para se expressar. ( cit por Pinto *et al.* 2008)

### **O contributo do conhecimento científico para o reconhecimento da criança como actor social**

O interesse pela infância e pelos seus problemas no final do séc. XX, através de estudos e de crescentes discussões sobre a infância, que contribuem para a construção social da criança como sujeito de direitos, e como protagonistas das suas acções, sob o pressuposto de que a criança é um sujeito histórico, que está inserido em diversos espaços estruturais que incluem o espaço doméstico, o espaço da produção e mais recentemente o espaço do mercado, que atrás referimos, ao perspectivar o impacto excludente da Globalização. Neste momento nos debruçaremos sobre o lugar que a criança ocupa em dois outros espaços estruturais: o *espaço de cidadania* e o *espaço da comunidade*, que nos ajuda a esclarecer os contextos onde a participação das crianças deve ser inscrita no espaço público, enquanto cidadãos que têm pleno direito a participar. (Sarmento, 2002).

### **As crianças como Cidadãos**

Sarmento (2002) refere como *espaço da cidadania de inserção da criança*, a escola, onde se vive actualmente a crise da instituição escolar (estrutural) que exige que esta caminhe para uma “reabilitação da escola pública enquanto espaço cívico de formação (...) e a mobilização da participação das crianças e dos jovens (...)”.(Op.cit. 2002, p.275). Acrescenta que essa participação é mais sentida em espaços menos institucionalizados, trazendo para a agenda política, questões, por exemplo, ligadas ao ambiente, entre outros. Ainda no que respeita a esta questão - participação, o autor refere que hoje é de suma importância na renovação democrática, contudo só será

---

possível pelo “reconhecimento dos direitos de participação das crianças na constituição do espaço público e pela mobilização expressiva da sua opinião (...)” (Sarmiento, 2002). este é no entanto o lugar onde a criança está subordinada ao poder do adulto, ao abrigo de uma estatuto social referido ao seu ofício enquanto aluno.

Sirota (2001) refere o ano de 1970 como o momento em que surge a noção “*Ofício de criança*” e mais tarde a noção de *ofício* no espaço escolar a partir da experiência, através de trabalhos de Dubet. Numa 2ª etapa encontra-se o “*ofício do aluno*” onde Perrenoud retomou o significado do conceito *ofício* no espaço escolar a partir da noção de experiência. Para Dubet *ofício* é uma interpretação permanente, um debate social sobre finalidade da escola e a experiência é um objecto sociológico. Numa outra etapa há a busca da compreensão do processo de socialização a partir de que as crianças são capazes de gerar heterogeneidades culturais. É retomada a noção do *ofício do aluno e de criança*. O autor refere, ainda, que a escola configura o “ofício de aluno” como componente essencial do “ofício de criança” - utilizando as expressões que foram consagradas nas obras de Regine Sirota (1993) e de P. Perrenoud (1995), entre outros - através do cometimento de exigências e deveres de aprendizagem, que são também modos de inculcação de uma epistemologia, de um saber homogeneizado, de uma ética do esforço e de uma disciplina mental e corporal, inerentes à cultura escolar e ao saber dominante. Em relação à concepção de infância, a autora Regine Sirota coloca que, tanto na sociologia geral quanto na sociologia da educação, o que se teve foi uma concepção durkheimiana de infância, considerando a criança um receptáculo da vida adulta, um vir a ser. (Sarmiento, 2009, p.28-29).

A outra grande corrente fundadora dos estudos da sociologia da infância, teve como grande representante Montandon (2001), que propõe a emergência da uma sociologia da infância, a partir da investigação do “*ofício de criança*”. Montandon (2001) apresenta, nos seus estudos, uma ruptura com as abordagens clássicas da socialização infantil e adopta a concepção das crianças como actores. (Marchi, 2010).

A partir da década de 1990, os estudos sobre as crianças, segundo Pinto e Sarmiento (1997), passam a considerar o fenómeno social da infância, ultrapassando os métodos reducionistas. Destas novas pesquisas, surgem diferentes infâncias, “porque não existe uma única, e sim, em mesmos espaços têm-se diferentes infâncias, resultado de realidades que estão em confronto”.

De acordo com os mesmos autores o que resulta evidente da concepção da infância como uma categoria social é o pressuposto de que as crianças sejam reconhecidas



como actores sociais de pleno direito, ainda que com características específicas (nomeadamente em virtude da sua dependência), concepção que opõem a uma visão das crianças como meros destinatários de cuidados sociais específicos. Sarmiento e Pinto (1997)

Para Sarmiento é no último espaço estrutural: no “*espaço comunitário*” que se define a condição da infância na modernidade tardia, espaço de interacção entre as crianças onde se estabelecem os valores e os sistemas simbólicos que configuram as culturas infantis, verificando-se, actualmente, uma transferência para o espaço das solidariedades grupais no espaço comunitário, onde na modernidade se estabeleciam dentro do círculo doméstico ou da escola. O autor dá exemplos dos “bandos de bairro” ou “crianças de rua”, que se expressam através de formas muito criativas de expressão das culturas de crianças e jovens (por ex. as músicas *Rap*). De forma menos estruturada, aparecem as formas comunitárias integrativas de pertença infantil dos grupos informais (por ex. das festas de aniversário). (Sarmiento, 2002).

### **Cidadania ... a Voz das Crianças!**

Até recentemente, enquanto a infância era vista como o lugar da criança, a cidadania era compreendida como um status atribuído especificamente aos que atingiam a condição de adulto.

No entanto, não são poucos os que, actualmente, tanto no discurso oficial quanto no discurso académico defendem a noção de criança cidadã, numa inversão ao paradigma que vai do “ofício de brincar” e do “ofício de aluno”, ao “*ofício de ser criança*” (Sirota, 1998), obrigando assim, ao reconhecimento das crianças como actores que têm uma vida quotidiana, cuja análise não se reduz à dos quadros instituídos, onde produzem com o grupo de pares – os “novos” outros significativos - comportamentos culturais, valores, linguagens, jogos, da capacidade criativa, mas sobretudo colectiva, que se pode expandir, gerando modos de governo próprios às sociedades infantis. (Vilarinho *et al*, 2000.).

Do ponto de vista metodológico, o paradigma da sociologia de retorno ao actor, leva a sério o actor social que é a criança e exprime a tomada de consciência do seu direito à palavra e o seu reconhecimento como produtoras de sentido.

Apela às abordagens sócio-antropológicas, onde mais do que olhar para observar é preciso escutar para compreender o que (nos) dizem as crianças. Desta forma, propõem que as crianças sejam entendidas como participantes activas dos seus mundos de crianças, pela elaboração de racionalidades e visões do mundo que são

---

construídas social e culturalmente, com base em valores e critérios que vão “forjando de saber, saber-fazer e saber-estar” inerentes ao grupo e à sua cultura infantil. Corsaro (1997, cit. por Vilarinho *et al.*, 2000).

São estes aspectos que contribuem para a discussão do estatuto social das crianças e das suas condições para um novo exercício da cidadania, nomeadamente no que se refere aos direitos de participação. Se a noção de criança surge com a Escola Nova, a consciência sobre os direitos das crianças e, neste caso particular, o direito de participação, é de reconhecimento mais recente, de 1989, com a C.D.C., ainda que, no quotidiano, esse reconhecimento seja muito pouco evidente.

#### A Participação como um direito de Cidadania da Infância

Sarmento e Pinto (1997) consideram no reconhecimento das crianças como actores sociais, que tem levado à discussão acerca dos seus direitos, a qual se tem baseado na distinção tradicional entre direitos de *protecção* (nomeadamente do nome, identidade, pertença a uma nacionalidade), de *provisão* (cuidados e educação, entre outros aspectos), e de *participação* (nas decisões relativas à sua vida e às instituições em que actuem).

É no repensar um direito de participação das crianças - o direito à participação social e à partilha de decisões nos seus mundos de vida, assumindo que este se constrói nas interacções. Tal significa que o reconhecimento às crianças do estatuto de actores sociais só faz sentido se se fizer acompanhar da auscultação da sua voz e da valorização da sua capacidade de atribuição de sentido, quer às suas acções quer aos seus contextos de vida, ainda que expressos com características específicas, de acordo com o seu desenvolvimento.

Segundo Fernandes (2006), “participação é também sinónimo de voz, acção e construção da autonomia e criança é, etimologicamente, aquele que não fala”, pelo que pensar numa perspectiva de cidadania para a infância implicará sempre um esforço para promover a participação infantil, considerando as crianças como actores participativos nas relações sociais, fundamentalmente implicadas no processo de relação social.

Como afirmou Paulo Freire (1997, cit por Tomás, 2006, p. 204): “ninguém é autónomo primeiro para depois decidir” e “é decidindo que se aprende a decidir”.

Segundo Tomás (2006) “A socialização política e a aprendizagem da cidadania são temáticas que na investigação na Sociologia da Infância surgem, sobretudo, associadas

à análise de dispositivos como os conselhos de turma, conselhos municipais de crianças ou parlamentos das crianças ou o interesse no desenvolvimento das suas competências” Considera, ainda que “(...) os programas que são desenhados e implementados para a infância e que tentam responder às suas necessidades a nível local, nacional ou internacional são tanto mais eficazes quanto mais a participação das crianças for permitida. Essas políticas poderão ser mais efectivas se as crianças participarem no debate sobre a natureza das mudanças e das oportunidades que lhes dizem respeito.” (Tomás, 2006, p. 206).

#### Da afirmação da Participação como valor à estimativa do Valor da Participação Infantil

A participação infantil é um meio de aprendizagem com valor em si mesmo e um direito fundamental da infância que reforça os valores democráticos. São várias as escalas e possibilidades da participação infantil e são variadíssimas as teorias sobre a participação infantil, algumas das quais têm tido uma influência decisiva nos programas e nas práticas internacionais. É o caso da *Escala de Participação de Rogert Hart*. O autor identifica vários níveis de participação das crianças, as etapas de não participação (manipulação, decoração e tokenismo - simbolismo) e as etapas de participação (delegação com informação, consulta e informação, iniciativa adulta com partilha de decisões com a criança, processo iniciado e dirigido pelas crianças).

Relativamente à *escala da participação de Hart* considera etapas de não participação (três degraus), conforme figura 1.

- O primeiro degrau - manipulação ocorre em situações onde as crianças são utilizadas em determinadas iniciativas não tendo sido informadas sobre as mesmas.
- O segundo degrau – decoração, onde as crianças continuam a ser usadas, tal como no degrau anterior, para realçar as causas dos adultos de uma forma relativamente indirecta. O que distingue este degrau do anterior é o facto de os adultos não apresentarem as crianças como dinamizadoras, mas sim como meras figuras decorativas.

O terceiro degrau - da não participação “*tokenism*” (Não existe termo correspondente em português. Tokenism refere-se a políticas ou práticas de inclusão limitadas que criam uma falsa aparência de práticas inclusivas.) corresponde a iniciativas em que as crianças aparentemente têm voz no processo, mas, na realidade, a sua autonomia no processo é praticamente inexistente. Um exemplo é as conferências onde as crianças são seleccionadas de acordo com as suas competências de comunicação, articulação

---

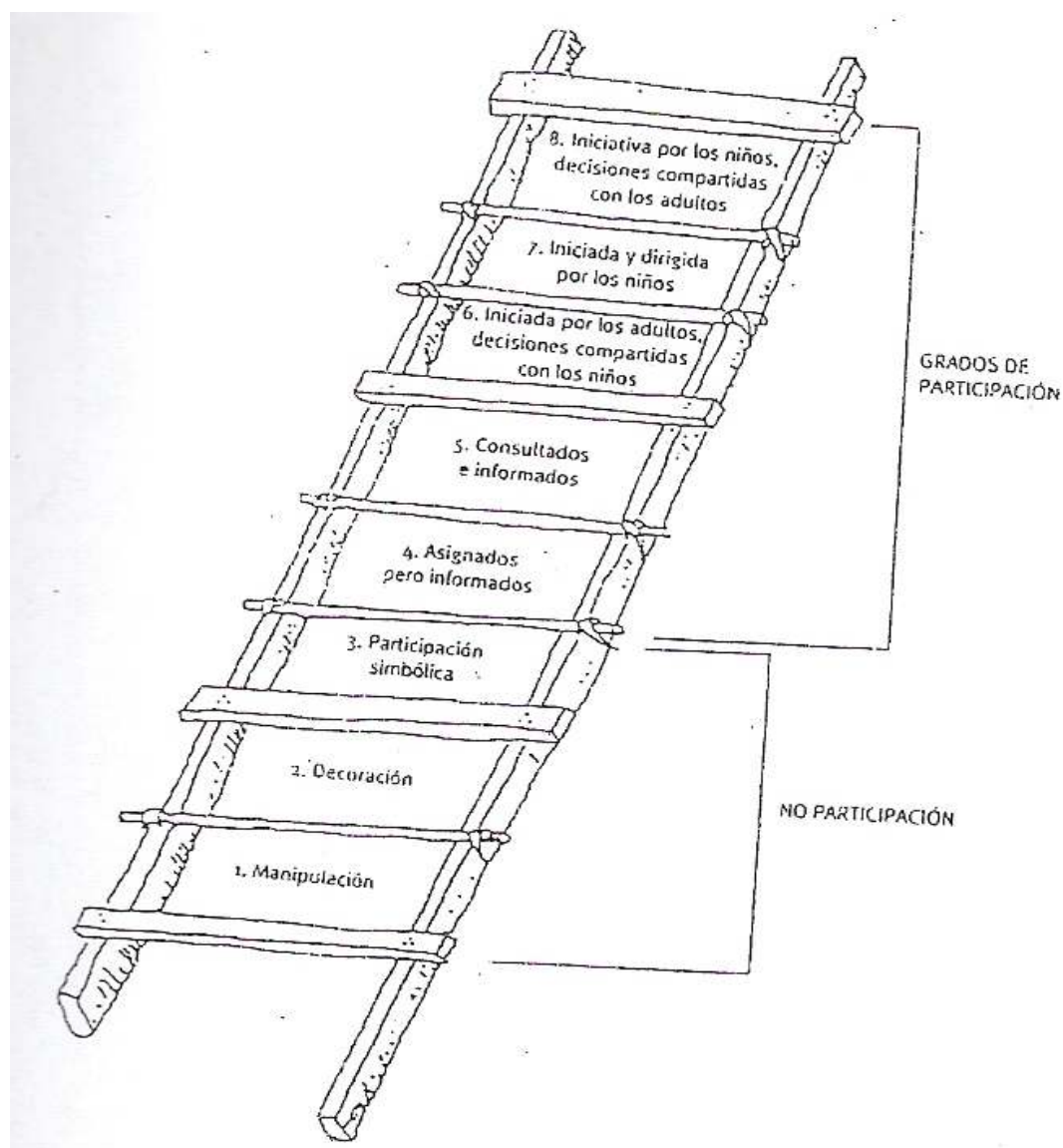
ou aparência para fazerem parte de um painel de exposição de assuntos para os quais não foram preparadas. (Fernandes, 2005). Os restantes cinco degraus ilustram posições crescentes em participação infantil: etapas de participação

- ✓ O primeiro degrau – delegação com informação diz respeito a uma fase do processo, em que a criança está informada delegando, no entanto, noutros a sua participação, acabando por ter um papel significativo mas não muito interventivo.
- ✓ O segundo – consulta e informação, acontece quando as crianças são consultadas e informadas acerca de um projecto, que apesar de ser desenhado e dirigido por adultos, é também um processo em que as suas opiniões são tratadas seriamente.
- ✓ O terceiro degrau – iniciativa adulta com partilha de decisões com a criança, identifica o momento em que o adulto inicia o projecto, mas partilha decisões com a criança, acabando as duas partes por ter um papel activo no desenvolvimento do processo.
- ✓ O quarto degrau – iniciado e dirigido pelas crianças, retrata o projecto iniciado e dirigido por crianças, sem qualquer intervenção do adulto, não existindo portanto qualquer parceria entre eles.
- ✓ O quinto degrau – iniciado e dirigido pelas crianças com decisões partilhadas com os adultos, onde há uma partilha de decisões.

Ao longo da subida da escada, aumenta a implicação e envolvimento das crianças em processos de mobilização e participação, que apesar de permitir compreender a intensidade da participação infantil, não deve ser, de acordo com Hart (1992 *cit in* Fernandes, 2005), considerada como um barómetro de qualidade de qualquer projecto, uma vez que não há crianças iguais e, por isso, é possível que diferentes crianças, em diferentes momentos e em diferentes contextos, prefiram desempenhar graus variados de participação ou envolvimento.

Mas a participação infantil não é algo constante e comum a todas as crianças. Existem diferentes estádios de participação infantil afinal o envolvimento da crianças nos diferentes projectos não é sempre igual em diferentes circunstâncias. (cit por Pinto, A.; *et al.*, 2008).

**Figura 1 - A Metáfora da Escada Roger Hart (1992)**



### **Condições de participação segundo grau de Responsabilização**

Uma outra proposta da participação infantil é apresentada por H. Shier (2001 *cit in* Fernandes, 2004). É inspirada no modelo inicial proposto por Hart (1992) mas que explora diferentes aspectos do processo de participação infantil. Ao contrário de Hart, a proposta de Shier não contempla níveis de *não participação*. (a manipulação, a decoração e o *tokenismo*), conforme quadro em anexo (A3, quadro 8) iniciando a sua sistematização relativamente a atitudes positivas face à participação”, de acordo com

Soares (2005, p. 120, cit. por Tomás, 2006a). Segundo a mesma autora, são várias as escalas e possibilidades da participação infantil, como também são muitas as teorias sobre participação infantil com influência decisiva em programas e práticas internacionais. Dando como exemplo o caso da “Escada de Participação de Rogert Hurt”, já referida anteriormente e que foi influenciado pela tipologia estabelecida por Sherry Arnstein (1969), conforme a figura 2.

**Figura 2 - Níveis de participação, por Sherry Arnstein**

	Controlo do Cidadão	
	Poder delegado	
	Parceria	
	Conciliação	
	Consulta	
	Informação	
	Terapia	
	Manipulação	

Fonte: Adaptado de Arnstein (1969, Tomás, 2006a)

Ao identificar uma questão para cada nível e estágio, esta sistematização permite ilustrar as possibilidades que o participante tem relativamente à sua posição e também a identificação dos passos que poderá tomar para aumentar o seu nível de participação.

### Modos de Participação

Jaume Trilla e Ana Novella (2001, *cit in* Fernandes, 2004), baseando-se em Hart, propõem uma outra tipologia de participação infantil: participação simples; participação consultiva; participação projectiva e metaparticipação. Segundo os mesmos autores, existem quatro critérios ou factores modeladores da participação: implicação, informação/consciência, capacidade de decisão e compromisso/responsabilidade. Defendem que há um aumento progressivo em relação à complexidade da participação.

1. Participação simples, que caracteriza o acto de tomar parte num determinado processo como espectador, sem intervir;
2. Participação consultiva, que pressupõe uma atitude de escuta das crianças sobre os assuntos que lhe dizem directa ou indirectamente respeito;
3. Participação projectiva, que implica que as crianças sintam que o projecto é seu, participando em todos os momentos;
4. Metaparticipação, na qual as crianças pedem, e constroem novos espaços e mecanismos de participação.

### Margens de possibilidade de participação

Natália Soares, com base nas propostas elaboradas por Hart (1992) e Shier (2001) relativamente às margens de participação infantil, define três patamares de participação das crianças na investigação: o patamar da mobilização (processo iniciado pelo adulto, em que a criança é convidada a participar, considerada como parceira); o patamar da parceria (processo desenvolvido entre crianças e adultos) e o patamar do protagonismo (processo dependente em exclusivo da acção da criança).

### O protagonismo Infantil como possibilidade

É necessário, ainda, avaliar a participação, nomeadamente, a capacitação das crianças através da sua inclusão em programas, investigações e/ou projectos considerando a sua participação em condições de simetria. Outra das questões importantes a avaliar, é a capacidade das crianças influenciarem as decisões políticas e técnicas e, posteriormente, conhecerem os efeitos dessa mesma participação.

---

### Protagonismo Infantil

Alguns autores, principalmente os ligados aos movimentos sociais da América Latina, têm vindo a discutir um outro conceito, com um alcance mais alargado, na sua opinião, do que a participação infantil, o do *protagonismo infantil* que pretende ilustrar as possibilidades das crianças se organizarem, de forma a pensarem, proporem e agirem, ou seja, de terem capacidade de determinar a sua própria vida. Gaitán considera que “o protagonismo é um processo social, mediante o qual se pretende que crianças e adolescentes desempenhem um papel principal no seu desenvolvimento e no da sua comunidade para alcançar a realização plena dos seus direitos atendendo ao seu interesse superior” (1998, p.86 cit in Fernandes, 2004).

A autora considera para o efeito a existência de três mecanismos essenciais para desenvolver este processo - a *organização infantil* que é um processo, lúdico, flexível e democrático, de sensibilização pelas crianças dos contextos onde se insere; a *participação infantil* pretende incrementar o poder da infância organizada na sua relação com os adultos, para garantir a legitimidade e incidência social do protagonismo infantil e a *expressão infantil*, que é a manifestação do ser, pensar e sentir das crianças que deverão estar em correspondência com os seus interesses.

Cussiánovich et al. defendem que o protagonismo infantil “*possui de modo inerente um carácter político, social, cultural, ético, espiritual, que reclama uma pedagogia e convida a um repensar do estatuto social da infância e do mundo adulto, dos seus papéis na sociedade local e na reunião entre os povos*” (2001, p.61 cit in Fernandes, 2004). O aspecto principal do conceito, para estes autores, é a possibilidade de construção de uma consciência colectiva sobre as características dos quotidianos que as crianças partilham, do direito a serem respeitados como seres humanos e sujeitos capazes de tomar decisões.

A necessária abertura e reconstrução do espaço Público como lugar de participação política das Crianças

Embora já existam alguns exemplos de participação infantil, os diversos Estados e comunidades têm ainda desafios a cumprir. Eis alguns deles, relativos à implementação e promoção da participação infantil em várias escalas:

Escala Global: Concretiza-se através da acção do cosmopolitismo infantil e os MSC. Para o Comité dos Direitos da Criança, a participação infantil é um princípio fundamental para assegurar o cumprimento dos direitos que as crianças possuem, ou,



tal como Crowley refere “...é um direito civil e político básico para todas as crianças e é, portanto, um fim em si mesmo” (1998:9 cit in Fernandes, 2004).

### Cosmopolitismo infantil

O cosmopolitismo infantil é um conceito que ainda se encontra numa fase incipiente, mas é encarado como uma forma de globalização alternativa, contra-hegemónica, que considera não só o desenvolvimento de movimentos formais, como por exemplo o desempenhado por organizações como UNICEF, Childwatch, UNESCO entre outras, mas também a “necessidade de (re) pensar formas de promover mecanismos teóricos e práticos, junto do grupo social das crianças e dos seus principais interlocutores, que permitam desvelar os intrincados trilhos da sua acção, participação e protagonismo” (Tomás e Soares, 2004, p.1, cit por Pinto, *et al.*, 2008).

*Escala Nacional:* Defende-se a criação de um observatório da infância em Portugal e no Brasil à semelhança do que acontece noutros países, como a Espanha (1999) ou Colômbia (1999), como resposta a uma recomendação do Comité para os Direitos da Criança.

*Escala local:* Se no âmbito global, os MSC constituem a intervenção política mais consistente envolvendo crianças, é no plano local que mais afirmativamente se tem revelado a acção política das crianças. De acordo com Tomás, a exemplo na cidade de Braga, aonde se desenvolve um projecto que visa promover a participação das crianças no espaço público.

Apesar de serem ainda incipientes, há já espaços e práticas sociais que promovem a participação infantil, como por exemplo, o que acontece com as *Cidades Amigas da Infância*<sup>7</sup>. Portugal, é também um dos países que optou por aderir à ideia das CAC, sendo actualmente treze os municípios (Amadora, Aveiro, Cascais, Guarda, Matosinhos, Palmela, Ponte de Lima, Portimão, Póvoa de Varzim, Trancoso, Vila do Conde, Vila Franca de Xira e Viseu) que se encontram envolvidos no referido projecto e

---

<sup>7</sup> Portugal, é também um dos países que optou por aderir à ideia das “Cidades Amigas das Crianças”, sendo actualmente treze os municípios (Amadora, Aveiro, Cascais, Guarda, Matosinhos, Palmela, Ponte de Lima, Portimão, Póvoa de Varzim, Trancoso, Vila do Conde, Vila Franca de Xira e Viseu) que se encontram envolvidos no referido projecto e que cada vez mais se mostram disponíveis e capazes de ouvir as crianças e os jovens antes de colocar em prática políticas que lhes digam respeito (EDUCARE, 2007).

que cada vez mais se mostram disponíveis e capazes de ouvir as crianças e os jovens antes de colocar em prática políticas que lhes digam respeito (EDUCARE, 2007).

O projecto “Cidade Amiga da Crianças”, assenta na implementação de alguns pressupostos, entre os quais, a “*Participação das Crianças*” e é uma cidade, ou um sistema local de governo, que se compromete a respeitar os Direitos da Criança.



## **SEGUNDA PARTE**

---

---

### **CONSIDERAÇÕES E OPÇÕES METODOLÓGICAS**



## CAPITULO 4

### A metodologia da investigação

Na realização de qualquer trabalho de pesquisa a escolha metodológica constitui um elemento fundamental para a condução do estudo. Iniciamos, assim, a segunda parte deste trabalho com a apresentação da opção metodológica da investigação explicitando a abordagem seleccionada.

Na investigação em ciências sociais as realidades dinâmicas e complexas exigem do investigador um posicionamento coerente, claro e sistemático relativamente aos marcos de referência, sejam eles teóricos ou metodológicos. Nesta perspectiva, após termos enquadrado o nosso trabalho de investigação num referencial teórico, partimos para o seu enquadramento num referencial metodológico.

Nesse sentido, pretendemos apresentar o trabalho começando por conceptualizar a estratégia de investigação escolhida, tendo esta privilegiado o paradigma metodológico qualitativo, partindo de um *estudo de caso*. A diversidade das fontes de informação que foi tida em conta para obtermos uma perspectiva mais esclarecedora possível sobre os processos de participação das crianças e a utilização rigorosa de critérios metodológicos essencial para assegurarmos a legitimidade e fidelidade dos dados recolhidos que foram organizados, analisados e compilados para a prossecução da sua análise. Num segundo momento abordamos os procedimentos metodológicos que serviram de suporte para o estudo e, consequentemente, para a construção deste trabalho.

A escolha do estudo baseou-se por compreender e descrever um caso particular, de uma experiência concreta – *Fóruns Infanto-juvenis*, tendo em conta a relevância dos processos participativos das crianças, a partir do contexto escolar, nas estratégias de sustentabilidade, esperamos, assim, que este trabalho venha a permitir compor um corpo interpretativo e metodológico para melhorar as estratégias e as práticas de participação infantil, em contexto escolar num comprometimento ambiental.

Na perspectiva da aplicação prática, o desenho e a realização de um projecto de investigação qualitativa exige uma determinada organização a nível de estrutura e de sistematização. Neste sentido, entendemo-lo como um processo que tome em conta a situação pessoal do investigador, as especificidades das fontes de informação e as

características do contexto da investigação; em que deve descrever as tarefas que correspondem a cada uma das fases do projecto, desde a sua elaboração, passando pelo seu desenvolvimento até à apresentação escrita num trabalho final. Podendo, assim, ser utilizada uma metodologia plural que cruza técnicas de diferentes métodos e, segundo Pacheco (1995, p. 72), “com estratégias interdependentes que se destinam a recolher diferentes perspectivas dos sujeitos sobre o objecto de estudo ou a obter diferentes perspectivas do mesmo fenómeno”.

É importante realizar uma caracterização da/s abordagem/s utilizadas, considerando o seu valor na decisão dos métodos e, consequentemente, as técnicas utilizadas para a recolha de informações ao longo do projecto.

Antes de fundamentar a escolha da metodologia qualitativa para este trabalho, será oportuno referir que, Segundo Yin (1984, cit. por Coutinho&Chaves, 2002), apesar do carácter qualitativo que envolve este método ou estratégia de pesquisa, como prefere, destaca-se aqui a possibilidade de utilização de dados quantitativos para a sua realização, apesar de essa utilização se dar em menor escala e com técnicas estatísticas menos sofisticadas. Assim, são considerados dados numéricos utilizados para exemplificar alguma afirmação ou ilustrar, de uma maneira concreta, certos aspectos mensuráveis, fundamentalmente na análise aos /dados dos Fóruns Infanto-juvenis.

Não pretendemos, com este trabalho, obter somente informações acerca do paradigma da mobilização. Procuramos, no processo da obtenção de resultados, entender, interpretar e reflectir sobre os processos participativos, como afirmaram Carr e Kemmis (1988, cit. por Coutinho&Chaves, 2002), uma das finalidades da investigação é a sua contribuição para a melhoria das práticas para além da produção de teorias.

Assim, passamos a descrever o caminho traçado e a metodologia empregue, como referiram Lessard-Hebert *et al.* (2005, p. 77-78) “a validade interna de um trabalho é reforçada quando o investigador tem a preocupação de descrever a sua metodologia, a fundamentação das escolhas, a explicitação das suas fontes e dos métodos utilizados”.

### **Objectivos da investigação**

Os objectivos da nossa investigação foram definidos com base nas interrogações levantadas pretendendo, desta forma, encontrar linhas de acção que nos permitam contribuir para o conhecimento científico sobre a participação das crianças no contexto da CAC no que respeita a questões ambientais.

Como objectivos específicos temos:

- 1) Contribuir para o estudo e sistematização de conceitos relacionados com a participação infantil em matéria de educação ambiental no município de Aveiro;
- 2) Conhecer os processos ao nível da participação infantil e de intervenção educativa diante da problemática ambiental no município de Aveiro;
- 3) Identificar as práticas educativo-ambientais e os processos de participação infantil que estão implícitos e explícitos nos projectos apresentados nos fóruns infanto-juvenis de Aveiro;
- 4) Analisar, a partir dos documentos e da opinião dos actores sociais, de que forma os processos de participação infantil se traduzem ou devem traduzir em linhas estratégicas ou áreas de acção ao nível dos projectos curriculares de turma.
- 5) Contribuir com estudos provisórios para o seguimento da investigação.

### **Opções Metodológicas**

É a elaboração conceptual, que constitui a parte central e fundamental de onde as estratégias metodológicas de qualquer investigação deverão partir. De acordo com Yin (1994, cit. por Coutinho&Chaves, 2002), a selecção da metodologia de investigação deve ser valorizada de acordo com as características fundamentais do estudo. É importante realizar uma caracterização da(s) abordagem(s) utilizadas, considerando o seu valor na decisão dos métodos relativamente às técnicas utilizadas para a recolha de informações durante o processo de investigação.

Nesta base, segundo Bell (2004, p. 85, cit. por Coutinho&Chaves, 2002) “nenhuma abordagem depende unicamente de um só método (...) Algumas abordagens dependem muito do tipo de recolha de dados”, enquanto para Erickson (1986, cit. por Coutinho&Chaves, 2002) o assunto e o propósito da investigação é que decidem a opção metodológica do investigador e não a concordância com este ou aquele paradigma.

Assim, a opção por uma abordagem qualitativa e por uma estratégia de estudo de caso serão explicitadas e justificadas em seguida.

O estudo de caso é um exemplo de pesquisa qualitativa, utilizado em diferentes domínios da investigação, tratando-se de uma abordagem metodológica de investigação, especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos. Segundo Bogdan e Bilken (1994, cit. por Ramos Pinto, 2004).) a importância centra-se no enfoque da análise dos processos



em vez dos resultados, enquanto Yin (1984, cit. por Coutinho&Chaves, 2002), o *estudo de casos*, é uma forma de pesquisa que pode utilizar dados qualitativos e quantitativos. Além disso, o *estudo de casos* nem sempre requer a presença do investigador num local determinado, podendo inclusivamente ser realizado, por exemplo, através do telefone, ou da Internet.

Segundo diversos autores (Denny, Anguera, Stake, Serrano) é um método ou forma de investigação “que implica el estudio intensivo y en profundidad de um mismo fenómeno u objeto de interés”, supondo um processo de pesquisa sistemática que se caracteriza pelo “examen detallado y comprehensivo del caso objeto de interés”. Para Pérez Serrano (1994) pode tratar-se de um programa, um evento, uma pessoa, uma instituição ou um grupo social. (Lopez Noguero *et al.*, 2002, p. 137). Este foi, um dos factores que nos levou a optar por este método, considerando os Fóruns Infanto-Juvenis um evento, que se realiza em Aveiro no Dia da Terra (22 de Abril ou data aproximada).

Para outros autores, Bogdan e Biklen, 1994 (cit. por López Noguero, F. *et al.*, 2002), trata-se de um dos procedimentos mais utilizados pela maioria dos investigadores para o seu primeiro projecto de âmbito qualitativo, tendo em conta, que são estudos de caso, sobretudo exploratórios, descritivos e utilizados para conseguir informações prévias sobre a matéria de interesse para estudo. Daí, a nossa opção devido à sua adequação ao problema que pretendemos estudar e às possibilidades que oferece para dar resposta aos propósitos estabelecidos, assim como, por se tratar de um trabalho inicial de investigação com as suas fragilidades e condicionamentos.

De acordo com o que foi exposto, Stake, (cit. por López Noguero. *et al.*, 2002, p. 137), acrescenta que “El estudio de casos es el estudio de la particularidad y de la complejidad de un caso singular, para llegar a comprender su actividad en circunstancias importantes”.

Segundo Erikson, (cit. por Lessard Hébert *et al.*, 2005, p. 44-45), observa, contudo, “que existe por parte dos investigadores uma certa ausência de interesse pelas problemáticas centradas na acção e nos seus significados para os actores”, justificando esse desinteresse porque “as próprias pessoas que produzem e partilham certas perspectivas «meaning-perspectives» interessantes são negligenciadas pelos investigadores, devido ao facto de serem consideradas “membros da sociedade com relativamente pouco poder”. Atrever-nos-íamos a acrescentar, em particular as crianças e mesmo, no contexto escolar, os docentes e estudantes.

---

Ainda, no *estudo de caso*, tal como a expressão indica, examina-se o “caso” em detalhe, em profundidade no seu contexto natural, recorrendo-se de todos os métodos que se revelem apropriados.

Segundo Coutinho&Chaves (2002), que se apoiam numa vasta revisão de literatura, o facto de o investigador estar pessoalmente implicado na investigação confere aos planos qualitativos um forte cariz descritivo, daí que a grande maioria dos investigadores considere o *estudo de caso* como uma modalidade de plano qualitativo. Na realidade, numa investigação de cariz qualitativo, sendo o investigador - “instrumento” para a recolha de dados, depende da sua integridade, conhecimento e sensibilidade a qualidade desses dados (validade e fiabilidade).

Tencionamos acautelar, com a metodologia empregue, a fiabilidade das análises efectuadas na utilização de técnicas, sobretudo de consulta documental e depoimentos de conversa/escritos com crianças e depoimentos escritos de adultos.

Assim, pode-se recorrer a estratégias de diferentes tipologias de *estudos de casos* em função de diferentes critérios como a perspectiva temporal, o número de casos, as intenções, a natureza do trabalho ou os objectivos. Se nos referimos, por exemplo, à perspectiva temporal podemos ter, de acordo com López Noguero *et al.* (2002, p. 139) uma investigação sem perspectiva temporal ou sincrónica onde se incluem *estudo de um só caso* (estudos exploratórios de caso, estudo de um caso extraordinário, estudos documentais, estudos fenomenológicos, estudos de caso sobre a base de um modelo prévio) ou estudo de dois casos, a exemplo dos *estudos comparativos* e *estudo de casos múltiplos*, como o que se apresenta neste trabalho.

Começando por Stake (1995, cit. por Coutinho & Chaves, 2002,p.227) – que é uma referência clássica, distingue três tipos:

- *Estudo de caso intrínseco*, quando o investigador pretende uma melhor compreensão de um caso particular que contém em si mesmo o interesse da investigação;
- o *instrumental*, quando o estudo de caso funciona como um instrumento para compreender outro(s) fenómenos;
- o *colectivo*, quando instrumental se estende a vários casos, para possibilitar, pela comparação, conhecimento mais profundo sobre o fenómeno, população ou condição.

Bogdan & Bilken (1994, cit. por Ramos Pinto, 2004), Punch (1998, cit. por Noguero y Llorente, 2002, p. 139), classificam o número de casos, de casos único e *estudo de casos múltiplos*.

Em relação ao primeiro, são aqueles que centram a sua análise num caso único e a sua utilização está justificada por razões como: ter um carácter crítico que permita confirmar, mudar ou ampliar o conhecimento sobre o objecto de estudo; ou porque apresenta uma grande estrutura que o torne peculiar; ou pouco comum; ou pelo seu carácter revelador, como ocorre com as informações recolhidas em testemunhos a partir do método biográfico. O *estudo de dois casos*, são aqueles conhecidos como estudos comparativos e os *estudos de casos múltiplos* são aqueles que se centram no interesse da investigação, não de um caso concreto, mas num conjunto de um determinado número de casos que têm, em si, uma entidade própria. Com base neste pressuposto optamos por um *estudo multicase*, que segundo Lessard-Hébert *et al.* (2005), visa descobrir convergências entre vários casos, a partir da perspectiva de actores, quer adultos como crianças e da interpretação do investigador (Denzin e Lincoln e col., 2006), tendo em conta como já se referiu, por ser íntegro e sensível na qualidade desses dados - validade e fiabilidade.

Para Yin (1984, cit. por Coutinho & Chaves, 2002) considera um outro critério em que equaciona se o investigador enquadra a recolha de dados de observação a uma única ou várias unidades de análise - pólo teórico, a que correspondem respectivamente e na aceção do autor, os *holistic ou estudo de caso global* e no segundo um estudo de casos *embebbed ou inclusivo* (Léssard-Hébert *et al.*, 2005). De acordo com os dois critérios (número de casos e número de unidades de análise), Yin propõe quatro tipos conforme o quadro seguinte (quadro 1):

**Quadro 1 – Tipos de recolha de dados**

	Plano de caso único	Plano de caso múltiplo
Global	Tipo 1	Tipo 2
Inclusivo	Tipo 3	Tipo 4

(In Yin, 1994, cit. por Coutinho & Chaves, 2002, p.228)

Tendo em conta os *objectivos no estudo de casos*, para Yin (1994, cit. por Coutinho & Chaves, 2002) pode ser conduzido por três propósitos básicos: explorar; descrever ou explicar; para Guba e Lincoln (1994, cit. por Coutinho & Chaves, 2002) o investigador pode: relatar ou registar os factos tal como sucederam; descrever situações ou factos; proporcionar conhecimento acerca do fenómeno estudado; comprovar efeitos e relações presentes no caso; para Ponte (1994, cit. por Coutinho & Chaves, 2002) refere duas funções “descritiva” e “analítica”. Por fim, Gomez, Flores e Jamirez (1996)

concluem que os objectivos no *estudo de casos* podem ser: “explorar; descrever; explicar; avaliar e/ou transformar.” (Coutinho & Chaves, 2002,p.226).

Procurando perceber o conjunto dos três critérios fundamentais (nº casos, nº unidades e objectivos do estudo), constata-se a partir do quadro (quadro 2), que nos leva a 20 tipos de casos possíveis, resultantes do cruzamento do número de unidades de análise (único ou múltiplo) com a qualidade intrínseca destas unidades (global ou inclusiva) com os possíveis objectivos do estudo.

**Quadro 2 – Objectivos de estudo**

Nº casos	Unidade de Análises	OBJECTIVOS DO ESTUDO				
		Exploratório	Descritivo	Explicativo	Transformador	Avaliativo
Caso único	Global	Tipo 1	Tipo 5	Tipo 9	Tipo 13	Tipo 17
	Inclusivo	Tipo 2	Tipo 6	Tipo 10	Tipo 14	Tipo 18
Caso Múltiplo	Global	Tipo 3	Tipo 7	Tipo 11	Tipo 15	Tipo 19
	Inclusivo	Tipo 4	Tipo 8	Tipo 12	Tipo 16	Tipo 20

Fuente: López Noguero, F. et al. (2002)

Os objectivos são uma visão global das linhas que vão ser desenvolvidas em torno do tema abordado. Na abordagem dos objectivos desta pesquisa, a classificação pode ser denominada, como supracitado, de exploratória e descritiva... Conforme Trivinos (cit. internet) “Os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar a sua experiência em torno de determinado problema.”. Pretende, assim, colocar em evidência a procura da pesquisa no primeiro momento, enquanto “a pesquisa de forma descritiva, observa as características de determinada população, ou fenómeno, ou estabelecimento de relações entre variáveis. Essa forma vislumbra a exactidão dos factos recolhidos para determinada realidade”. Tendo em conta o que se referiu, a presente pesquisa caracteriza-se como um “estudo exploratório e descritivo”.

### **O método de análise de conteúdo e a interpretação dos dados**

A análise de conteúdo incide, segundo Quivy e Campenhoudt (2003, p. 226, cit. por Coutinho & Chaves, 2002), sobre mensagens tão variadas como obras literárias, artigos de jornais, documentos oficiais, programas audiovisuais, declarações políticas, actas de reuniões ou relatórios de entrevista pouco directivas. A escolha dos termos utilizados pelo locutor (o que dá o material de análise), a sua frequência de aparição com outras unidades significantes e o seu modo de disposição, a construção do «discurso» e o seu desenvolvimento são fontes de informação a partir das quais o investigador tenta

construir um conhecimento. Este pode incidir sobre o próprio locutor (por exemplo: a ideologia de um jornal, as representações de uma pessoa, ou as lógicas de funcionamento de uma associação cujos documentos internos estivéssemos a estudar) ou sobre as condições sociais em que este discurso é produzido (por exemplo: um modo de socialização ou uma experiência conflituosa).

No processo de *recolha de dados*, o estudo de caso recorre a várias técnicas próprias da investigação qualitativa, nomeadamente o diário de bordo e o relatório, a entrevista e a observação. Embora os métodos de recolha de dados mais comuns num estudo de caso sejam a observação e as entrevistas, nenhum outro método poderá ser descartado.

Os métodos de recolha de informações são escolhidos de acordo com a tarefa a ser cumprida (Bell, 1989, cit. por Coutinho & Chaves, 2002). Assim sendo, são utilizadas múltiplas fontes ou dados por permitir por um lado, assegurar as diferentes perspectivas dos participantes no estudo e por outro, obter várias “medidas” do mesmo fenómeno, criando condições para uma triangulação dos dados, durante a fase de análise dos mesmos. A entrevista adquire bastante importância no estudo de caso, pois através dela o investigador percebe a forma como os sujeitos interpretam as suas vivências já que “é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (Bogdan e Biklen, 1994, p.134). Os diferentes tipos de entrevistas existentes têm sido classificados de formas diversas.

Fontana e Frey (1994, cit. por Coutinho & Chaves, 2002) consideram a existência de três grandes tipos: i) estruturada; ii) semi-estruturada e iii) não estruturada;

Ao longo da investigação podem ser elaborados relatórios do tipo descritivo ou reflexivo, como ferramenta de recolha de dados. Os relatórios podem também surgir numa fase final, de forma a redigir conclusões sobre os dados recolhidos.

A pesquisa documental deve constar do plano de recolha de dados: cartas; memorandos; comunicados; agendas; planos; propostas; cronogramas; jornais internos, regionais, etc.

### **Procedimentos para a Recolha de Informação**

Consideramos, com base nos pressupostos até aqui enunciados, e no comprometimento com o proporcionar conhecimento acerca do fenómeno estudado, é necessário reunir tanta informação quanto possível sobre o objecto de estudo com a intenção de esclarecer pressupostos teóricos defendidos antes da recolha de dados e a

---

validade da interpretação dos mesmos. Cabendo aqui referenciar, que no âmbito do nosso contexto académico, o sentido de projecto voltado para uma acção ou práxis de educação cívico-social - formação dos valores essenciais para a convivência, o respeito pelas pessoas, pelo ambiente e a participação social/infantil, etc., cabe à educação social aventurar-se por qualquer espaço e tempo de intervenção, nos múltiplos desafios à sua transformação com afincos crítico e emancipador. (Caride e Meira, 2005). Voltado para essa praxis, este projecto centra-se numa das acções da ASPEA, os Fóruns Infante-Juvenis de Aveiro.

O estudo começou pela recolha de dados, revendo-os e explorando-os à medida que se foram tomando decisões sobre o objectivo do trabalho, que apresentamos de seguida os procedimentos e instrumentos metodológicos que se utilizaram para a realização do mesmo.

Foram tomadas opções que consideramos, em relação à organização do trabalho empírico, os objectivos propostos para a investigação e também as acções fundamentais para acautelar a objectividade e o rigor na recolha de dados de documentos significativos na compreensão da nossa realidade a estudar. Assim, a nível das metodologias qualitativas podemos contar com várias técnicas de recolha, anteriormente referenciadas, mas não deixando de considerar nesta investigação a pesquisa documental. E, para obtermos uma perspectiva da opinião das crianças sobre participação infantil, procurámos obter informações de diferentes procedências, das crianças e adultos, com procedimentos adequados, de maneira a garantir a fidelidade e validade dos factos. No entanto, relativamente aos critérios metodológicos que seguimos, convém realçar que as análises de cariz qualitativo, em que o investigador está pessoalmente implicado ao nível do estudo (Léssard-Hébert *et al*, 2005), estão intrinsecamente ligadas de alguma subjectividade, que é necessário ter em consideração.

Neste trabalho, procurámos escutar as vozes daqueles que considerámos serem mais significativos para a compreensão da problemática em questão, as crianças e professores de duas escolas, com participações diferenciadas. Uma pela continuidade e a outra por uma participação pontual e intercalar, conforme quadro 10 (Anexo3). Tendo em conta o que alguns autores referem e que são unânimes em afirmar que inquirir todos os indivíduos (universo) é um processo moroso e dispendioso, na maior parte das vezes inútil e noutras impossível. De maneira a organizar a recolha de dados

utilizámos um conjunto de técnicas, que serão apresentadas adiante, e relatamos as escolhas e o procedimento para a recolha, registo e análise dos dados.

Uma teoria bem fundamentada de apoio aos propósitos das diferentes questões e da construção dos instrumentos para a recolha e análise de dados, devem orientar o *estudo de comparação ou multicasos*, necessitando de uma teoria orientadora que é preciso levar a “*saber quem, onde, quando e que situações observar?*” (op.cit., 2005, p. 170). Tendo em conta, no caso da abordagem de cariz qualitativo, recai o comprometimento de escolher os procedimentos mais apropriados para a recolha das informações consideradas importantes para os objectivos da investigação, sobre o principal responsável - o investigador.


Neste estudo, o procedimento de recolha de dados recorre a diferentes técnicas inerentes à investigação qualitativa, designadamente a consulta documental, depoimentos escritos e entrevista, assegurando assim condições, durante a respectiva fase de análise, para a triangulação de dados. Segundo Yin (1984, cit. por Coutinho & Chaves, 2002), a utilização de diversas origens de dados na estruturação de um estudo de caso, permite apreciar um conjunto mais variado de pontos de análise e ao mesmo tempo permite consolidar o mesmo acontecimento.

A investigação principiou com a recolha, consulta e análise de documentos oficiais da associação, assim como de documentos a partir de consultas na internet (documentos depositados por alunos) e comunicação social, estabelecimento de ensino (PCT e avaliações). Nesta investigação a consulta documental revelou-se fundamental pois a mesma auxiliou a uma melhor compreensão da problemática em questão. Contudo, o investigador está mais ou menos limitado nas suas análises pelo problema que pode surgir através da incompatibilidade dos dados fornecidos por esta técnica em comparação com outras utilizadas, assim como pelo campo de fenómenos que deseja estudar segundo Quivy e Campenhoudt (2003, cit por Ramos-Pinto e Meira-Carda, 2003, p. 72). Conscientes desta limitação tivemos o cuidado na validação dos dados através de critérios pré-estabelecidos, que passaram por controlar a credibilidade das fontes, dos documentos e respectivas informações contidas, assim como a sua adequação aos objectivos e exigências deste estudo.

Na pesquisa documental foram considerados três aspectos para a obtenção de informação oportuna e relevante relacionada com o contexto da investigação e o objecto de estudo: situação, descrição e documentação: a) Situação: *onde* se desenvolve o processo; *quem* promove o processo; quando se inicia o processo; b)

Descrição: *como* se desenvolve o processo. c) Documentação: *quais* os documentos produzidos. (Ramos Pinto, 2004, p.73). Neste âmbito, foram identificados documentos produzidos e, conseqüentemente, feita a sua revisão conforme quadro seguinte (Quadro 3).

**Quadro 3 – As fontes documentais**

<b>AS FONTES DOCUMENTAIS</b>		
<b>Audiovisuais não utilizados</b>	<b>Escrita Utilizados</b>	
	<b>Documentos oficiais, outros</b>	<b>Referências bibliográficas</b>
CD-ROOM Gravações do Fórum Infanto-juvenil (filme)	Projectos Relatórios actividades escolas Programas Planos Cartazes Fichas inscrição e informativas PCT, Relatórios de avaliação das escolas, Apresentações PowerPoint	Boletim informativo – ASPEA e CMA Meio de comunicação social (jornal)
	<div style="text-align: center;">   Fichas de síntese dos documentos </div>	

Elaboração própria

As fontes documentais (quadro 3), quer oficiais, quer outras foram consideradas de acordo com os seus conteúdos e origem dos documentos pertinentes para o estudo e no sentido de fornecer dados que permitiram a interpretação, triangulação e dados sobre a investigação

### **As fontes virtuais de informação e documentação**

As fontes virtuais de informação (em educação ambiental e de opinião/divulgação do evento) e de dos meios de comunicação, de acordo com o que já foi referido, “entram na área do discurso público ou vêm a fazer parte do processo político (...)”, porque, segundo Rodrigues (1984, p.35 cit. por Carvalho, 2004, p. 46) “é nos meios de comunicação social que circula o discurso da opinião pública”, tornando-se, assim, espaços de debate e de convívio, que pouco a pouco, tornou-se produção de opinião.

Para além da revisão de literatura efectuada sobre o tema do estudo e de estudos desenvolvidos pela equipa de investigação do OBSERVA, houve recurso à utilização dos serviços de internet. Recorremos, durante a fase de pesquisa documental deste trabalho de investigação, a diferentes formas de obter informações sobre o tema de estudo: contactos através de correio electrónico com pessoas e autores de trabalhos relevantes para a investigação; consulta de bases de dados bibliográficas, catálogos de



bibliotecas e livrarias. Resultou deste trabalho a identificação de alguns documentos de interesse para o trabalho de investigação, referenciados na bibliografia.

### **A opção pela entrevista não directiva e a selecção da pessoa interrogada**

Apresentamos, em seguida, os depoimentos escritos de cinco actores locais, do qual uma é transcrição da entrevista efectuada, enquanto instrumentos utilizados para a recolha dos dados. No âmbito da investigação qualitativa, a entrevista junto de pessoas privilegiadas, é um dos instrumentos mais utilizados recentemente e de maneira sistemática na investigação social e educativa e presente na fase exploratória da investigação. Albarello et al. (1997) dizem que aquilo que é dito dá informações sobre o pensamento da pessoa que fala e, secundariamente, sobre a realidade que é objecto do discurso. Este autor afirma, igualmente, que as entrevistas podem ser classificadas num “*continuum*”: num dos pólos, o entrevistador favorece a expressão mais livre do seu interlocutor, intervindo o menos possível; no outro, é o entrevistador quem estrutura a entrevista a partir de um objecto de estudo estritamente definido.”

Foi nossa opção para este trabalho, o recurso ao uso da *entrevista não directiva*. Para Pourtois e Desmet (1988, p.131, cit. por Léssard-Hébert et al, 2005, p. 161) esta modalidade é um “processo preliminar (...). Ela vai permitir referenciar e classificar os problemas, os comportamentos, os sistemas de valores, etc. das pessoas.”. Para estes autores interessam-se principalmente pela utilização da *entrevista não directiva* como instrumento de investigação, onde o entrevistador deve encorajar a livre expressão do sujeito através da escuta, atenta e também activa. Os dados provenientes de entrevista devem ser registados por escrito (ou transcritos, no caso de ter havido gravação áudio) e reduzidos (formatados) para serem tratados.

No nosso estudo optámos pela entrevista, que surgiu de forma não intencional, ou seja, foi proposta pela pessoa interrogada em substituição do depoimento escrito. Neste sentido, optámos pela entrevista não directiva, como técnica de investigação, permitindo uma escuta activa a fim de a aprofundar e de melhor a compreender. Teve como objectivo conhecer a apreciação que a professora faz da participação das crianças no Fórum Infanto-Juvenil e conhecer qual o envolvimento das crianças, num processo de interacção no espaço colectivo e a oportunidade de intervirem activamente/ou não no “desenho”/preparação/implementação do programa/das actividades à participação, transcrição em anexo (A1, Transcrições –T1 e T2).

Nos estudos quantitativos interroga-se um número muito limitado de pessoas, pelo que a questão da representatividade, no sentido estatístico do termo, não se coloca. O

---

critério que determina o valor da amostra passa a ser a sua adequação aos objectivos da investigação, tomando como princípio a diversificação das pessoas interrogadas. Segundo Albarello *et al.* (1997) “ (...) os indivíduos não são escolhidos em função da importância numérica da categoria que representam, mas antes devido ao seu carácter exemplar.” (Op. Cit., 1997, p. 103).

Neste trabalho, optámos por definir, o grupo de professores participantes activos, justificado pelo facto de considerarmos que o estudo são estratégias e processos de participação infantil e, como tal, não seria oportuno assentarmos o estudo noutro grupo social antes de termos uma caracterização do grupo de professores que facilitam o processo no qual as partes se influenciam mutuamente/ou não na realização de um plano ou “desenho”/na preparação/implementação do programa/ou actividades à participação.

Tratando-se de um estudo exploratório partimos do pressuposto que contaremos com dados “ténues”, mas do qual se poderão obter informações importantes e pertinentes para o âmbito do nosso estudo e respondendo, naturalmente, aos objectivos da investigação.

Após a fase exploratória a primeira preocupação do investigador “consistirá em saber como estabelecer o contacto com as pessoas que deseja interrogar” Albarello *et al.*, 1997, p. 105). No nosso caso particular, não tivemos qualquer condicionalismo (recusa; formalidade ou outra), antes pelo contrário, a aceitação da pessoa seleccionada partiu de interesse próprio, beneficiando da relação pessoal e aqui sem grande preocupação com os objectivos. O pedido de entrevista explicitava que a mesma duraria cerca de trinta minutos, em horário que não interferiria nas actividades de cariz pessoal ou profissional. Foi escolhido o horário das 15h30min à 16h na BE da escola aonde exerce funções, tendo sido revelado a pertinência do estudo.

### **A escuta das crianças – Conversas informais baseadas nos GDF**

Outra técnica que se considera importante numa investigação com objectivo de auscultar as vozes e as opiniões das crianças em interacção social umas com as outras

é o Grupo de Discussão focalizada-GDF<sup>8</sup>. Os *focus groups* oferecem um método de gerar dados na base do *grupo de interação* e de *discussão*, assim como explorar diferentes perspectivas de um tópico. Um GDF é um pequeno grupo de discussão que está centrado num tópico particular sendo facilitado por um pesquisador. A característica chave do GDF é a interação qualitativa e a unidade de análise constituir-se pelo grupo e não por cada indivíduo que toma parte na discussão. Neste sentido, surge a ideia que os grupos de discussão focalizada assumem um papel central como estratégia de gerar dados, explorando o modo de produção do conhecimento social e cultural dos significados.

As conversas informais, baseadas em GDF, apresentado em anexo (A1, Transcrições – T3), foi aplicado aos alunos da turma do 2º ano do ensino básico a funcionar na escola básica da Glória, de acordo com o que já foi abordado anteriormente e de forma consentida, ou seja, foi solicitado à coordenadora da escola o consentimento para a escuta das crianças em horário que não afectasse o período de actividade escolar. Que por sua vez, fez chegar a informação aos restantes professores da escola e respectivos encarregados de educação. Foram realizadas duas sessões de GDF a um grupo de três crianças, que manifestaram interesse voluntário em participar neste trabalho, através da proposta apresentada á turma.

O processo de escuta decorreu no mês de Setembro (28 de Setembro no período da manhã e de tarde). Inicialmente estava planeado para se realizar a escuta das crianças em dois pequenos grupos, de forma que não afectasse o bom funcionamento do horário escolar. Assim, o 1º grupo, seria da 9h às 9h30min na biblioteca escolar da escola e o segundo grupo - no intervalo das 10h30min às 11h. Contudo, por manifestação de interesse das crianças só foi possível efectuar a um grupo de três crianças com idades compreendidas entre os 7 e 8 anos de idade. Assim, depois de acomodados nos sofás e de preparação da gravação para o portátil, com uso de microfone, fizemos uma breve "Introdução", na qual esclarecemos o que pretendíamos com a realização deste trabalho de escuta. Foi pedido a obtenção do consentimento informado dos encarregados de educação, para posterior transcrição. Da gravação para portátil só foi

---

<sup>8</sup> Informações retiradas de uma apresentação em Powerpoint GDF "Grupos de Discussão Focalizada" de Laura Fonseca, elaborada no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação – Educação Social e Intervenção Comunitária

---

possível a legibilidade audível das vozes do primeiro grupo. As crianças foram informadas, numa linguagem acessível, sobre a gravação das discussões, lembrando que estas não serão divulgadas e servirão apenas para facilitar a análise das informações com o conhecimento e autorização das crianças para estudo. Assim, destacou-se, numa fase introdutória, a importância da participação de todos na conversa e foi de seguida, feito o convite às crianças a apresentarem-se rapidamente. Segue em anexo (A5) o consentimento informado (necessário para este tipo de trabalho).

### **Depoimentos escritos das crianças**

Foi proposto a três crianças, via e-mail, a participação na realização de um questionário através de perguntas abertas, como resposta livre e usando uma linguagem própria a emitir opiniões. Considerando que se tratava de crianças com idades superiores a 11 anos de idade, que segundo Christensen et al. (2005) “ A maioria das crianças a partir dos onze anos de idade é totalmente capaz de articular as suas percepções, opiniões e crenças e, com relativamente poucas adaptações, os inquéritos projectados para adultos (...)” (Christensen et al., 2005, p. 102). Este contacto foi no seguimento do efectuado pela Professora que os acompanhou ao longo de vários anos nos Fóruns Infanto-juvenis e que, apesar de ser possível utilizar um instrumento de questionário, foram tidos em conta a questão da literacia e confidencialidade e consentimento informado, depois de uma breve explicação do objectivo deste trabalho. Destas, e após alguma insistência no contacto, tivemos duas respostas, conforme anexo (A2, Depoimentos escritos (DE). - DE1 - DE6

### **Tratamento dos dados**

Neste estudo lemos todo o material recolhido, fez-se o registo de todos os documentos a partir de fichas de registos e de síntese de todos os documentos (da comunicação social e os dos fóruns), apoiados em traços metodológicos qualitativos (análise documental) e na análise de conteúdo como processo de tratamento de dados obtidos. Tendo em conta todas as componentes do programa dos Fóruns, temas, objectivos, temáticas, tipologias de estabelecimentos de ensino, etc. Estes foram analisados tendo em atenção os diversos níveis de categorias de análise (Albarelo *et al.*, 1997), de forma a reduzir o material textual. O método de análise de conteúdo, segundo Oliveira *et al* (2004) é para dar um sentido ao conjunto de dados, em que os investigadores referem ideias que lhes parecem estar presentes em todo o trabalho, construindo categorias de respostas, sendo estas tratadas com base no material empírico.

O estudo de caso é também conhecido como uma estratégia de investigação de triangulação. A necessidade de triangulação surge da necessidade ética para confirmar a validade dos processos. Em estudos de caso, isto pode ser feito utilizando várias fontes de dados, segundo Yin (1984, cit. por Coutinho & Chaves, 2002), que para aumentar a credibilidade das interpretações realizadas pelo investigador, este deverá recorrer a um ou a vários “protocolos de triangulação”.

Denzin (1984, cit. por Coutinho & Chaves, 2002) identificou quatro tipos de triangulação:

- *triangulação das fontes de dados*, em que se confrontam os dados provenientes de diferentes fontes;
- *triangulação da teoria*, em que se abordam os dados partindo de perspectivas teóricas e hipóteses;
- *triangulação metodológica*, em que para aumentar a confiança nas suas interpretações o investigador faz novas observações directas com base em registos antigos, ou ainda procedendo a múltiplas combinações “inter metodológicas” (aplicação de um questionário e de uma entrevista semi estruturada, etc.).

Entre outros procedimentos metodológicos que iremos utilizar neste trabalho - a *análise de conteúdo*, segundo López Noguero (2002), considera necessário algum cuidado, uma vez que esta técnica de tratamento da informação é caracterizada pelo autor como uma tarefa difícil, havendo alguns constrangimentos devido à abundância e heterogeneidade de documentos, no entanto releva esta técnica de recolha de dados como predominante, tendo em conta uma sociedade moderna onde a escrita e os meios de comunicação ocupam uma posição cada vez mais destacada. Segundo Carvalho (2004) “ (...) a temática ambiental e dinâmicas políticas de opinião pública (...) tornaram-se presentes à consciência pública, sobretudo, por via da sua mediatização.”. Porque, como refere Oliveira (cit. por Carvalho 2004, p.45)

“ (...) na complexa sociedade de informação os “mass média” desempenham uma dupla mediação: uma “mediação cognitiva”, enquanto dão notícia, relatam o que acontece, reproduzem “a realidade”, criam símbolos, percepções e “visões” do mundo, mas também uma “mediação estrutural”, enquanto no seu discurso sobre as coisas e as pessoas, sobre os acontecimentos, eles produzem a própria realidade, realizando assim num âmbito social mais largo e complexo, a estratégia de perpetuarem a sua própria forma expressiva (...) sobre os acontecimentos recorrendo à criação de códigos significativos e reinterpretativos da realidade”

A comunicação social surge, também, como um importante veículo de intermediação na divulgação das diferentes temáticas, e interpretação dos problemas ambientais. Para além da perspectiva dos media enquanto agentes de informação/socialização, servem como instâncias sociais para a produção/construção social da realidade, como para seleccionarem e darem voz aos autores, que se “agregam numa preocupação colectiva perceptível no espaço público, através de mecanismos de participação colectiva (...)”. Com base nestes pressupostos, alguns dos documentos a analisar são notícias saídas em jornais e opiniões deixadas pelos alunos em locais da internet, acerca do evento.

Conclui-se que, relativamente à modalidade de investigação em que o *estudo de caso* se enquadra, verificamos que segundo os diversos autores, o estudo possui um forte cariz descritivo. No entanto, há também autores que defendem que o estudo de caso pode ser conduzido sobre qualquer um dos paradigmas de investigação, considerando por isso mais coerente a sua inclusão nos planos de investigação do tipo misto.

Para concluir, um estudo de caso representa um método de investigação relevante, sobretudo porque assenta numa pesquisa intensiva e aprofundada de um determinado objecto de estudo, que segundo Martínéz (1998, cit. por Noguero y Llorente, 2002, p. 142) assinala três fases: “Pre-activa; Inter-activa y Pos-activa”, quanto à sua *estrutura e organização do estudo de casos* e que pode e deve organizar-se em várias fases, nomeadamente:

- **Fase Pre-activa** (Proactiva) pode entender-se, também, como “Fase Preparatória”. É a etapa de reflexão e outra de desenho, onde se evidencia os diferentes enfoques ou paradigmas do estudo e delimita o processo de actuação nas suas fases sucessivas. Onde se define o marco teórico e objecto de estudo, questões e método de investigação e o domínio de técnicas de recolha de dados, a calendarização prevista, análise de dados, etc.
- **Fase Inter-activa** corresponde ao trabalho de campo e aos procedimentos e desenvolvimento do estudo, utilizando diferentes técnicas.
- **Fase Pos-activa** é a chamada, por Rodríguez, G. y otros (1996, cit. por Noguero y Llorente, 2002, p. 143) a fase “analítica” e “informativa”. Esta etapa consiste na aplicação de um conjunto de operações e tarefas – redução de dados, obtenção de dados. Esta fase é completa com a elaboração e difusão da informação.



## **TERCEIRA PARTE**

---

---

### **O CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**





---

## CAPÍTULO 5

### Os contextos e análise dos resultados

O estudo refere-se ao período temporal desde 2004, apesar de se comemorar pela primeira vez o Dia da Terra em Aveiro em 2001, até a Abril de 2010, numa fase de ampliação dos Fóruns *Infanto-Juvenis de Aveiro*.

#### Caracterização do município

O Distrito de Aveiro de acordo com as áreas geográficas definidas para a divisão do território nacional o Concelho de Aveiro pertence ao Baixo Vouga que, por sua vez, está inserido na região centro do país. Administrativamente o Concelho de Aveiro é um dos dezanove municípios que pertence ao distrito de Aveiro confrontando-se: a norte com o Concelho da Murtosa; a sul com os Concelhos de Ílhavo, Vagos e Oliveira do Bairro; a este com os Concelhos de Albergaria-a-Velha e Águeda e a oeste com a Costa Atlântica.

O *Concelho de Aveiro*: o município é o quinto concelho do distrito de Aveiro em termos de superfície com 199,9 Km<sup>2</sup> e o segundo mais populoso, com 73.335 habitantes (74.063 habitantes em 2003, Fonte: ANMP) e o sétimo a nível de densidade populacional com 366,89 hab./Km<sup>2</sup>, de acordo com o Recenseamento Geral da População e Habitação em 2001 (INE) <sup>9</sup>

Aveiro situa-se na Região Centro de Portugal Continental, mais concretamente, no Litoral Atlântico, na sub-região do Baixo Vouga e é composto por 14 freguesias: Aradas, Cacia, Eirol, Eixo, Esgueira, Glória, Nariz, Nossa Senhora de Fátima, Oliveirinha, Requeixo, Santa Joana, São Bernardo, São Jacinto e Vera Cruz. O concelho de Aveiro integra uma área importante da Ria de Aveiro, que compõe os canais urbanos e faz parte da área de quatro freguesias, separando a cidade da Freguesia de São Jacinto.

---

<sup>9</sup> Nos Censos de 2001 a População Residente em Portugal era de 10. 356.117, sendo 5.355.976 mulheres e 5.000.141 homens.

*A Cidade de Aveiro:* Segundo a Tipologia das Áreas Urbanas, aprovada pelo Conselho Superior de Estatística (DR II, de 11/9/1998) atribui como áreas “Predominantemente Urbanas” (APU) todas as freguesias do concelho, à excepção de Eirol, Nariz, Nossa Senhora de Fátima e Requeixo que são classificadas como áreas “Medianamente Urbanas” (AMU), sendo apenas São Jacinto como área predominantemente rural. De acordo com esta classificação 91,1% da área do concelho é caracterizada como urbana.

No entanto, por parecer tratar-se de uma análise mais expressiva da diversidade da realidade local, a classificação apresentada pelo Observatório Permanente de Desenvolvimento Social., define as freguesias da Vera Cruz e Glória como zonas urbanas, Aradas, Esgueira, Cacia e Oliveirinha como zonas peri-urbanas com características predominantemente urbanas, Santa Joana, Eixo, São Bernardo e São Jacinto como peri-urbanas com características predominantemente rurais, e Nariz, Nossa Senhora de Fátima, Requeixo, Eirol como territórios rurais, tendo em linha de conta, nestes últimos dois casos, o peso da população do sector primário no total da população activa e a tipologia de equipamentos existentes (Universidade de Aveiro, 2001, p.13).

*População e estruturas familiares concelhias:* de acordo com os Censos 2001, abordado no diagnóstico social de Aveiro, existem no concelho de Aveiro 26 040 famílias clássicas.

Um outro índice de análise a referir a nível do concelho de Aveiro, é a nível do desenvolvimento humano (cruza interrelacionadamente a esperança de vida à nascença - nível de longevidade, a taxa de alfabetização - nível de educação, água, electricidade e instalações sanitárias - nível de conforto, e produto interno bruto - nível de vida), que de acordo com os dados existentes, apresenta à escala do distrito como o detentor do maior índice de desenvolvimento humano, na medida em que é o concelho que mais se aproxima à unidade. Este dado é de suma importante, uma vez que constitui uma leitura de síntese do território em análise, mas também permite, e num quadro de intervenção futura, ponderar a importância concelhia do nível de qualificação, da coesão social, promover o desenvolvimento sustentável das regiões, a qualidade de

---

vida urbana e o desenvolvimento rural e garantir a melhoria sustentada da protecção social<sup>10</sup>

*Ensino – Níveis de instrução:* O nível de qualificações académicas de uma população permite elucidar sobre o seu nível cultural e potencial de desenvolvimento sócio-económico.

Tem-se vindo a observar, segundo o último censo, uma diminuição do número dos indivíduos analfabetos e dos que sabem ler e escrever sem possuir qualquer grau de ensino.

Os números relativos à evolução dos níveis de instrução da população residente no concelho entre 1981 e 1991 e os dados dos censos de 2001 permitem concluir ter havido um acréscimo do número de indivíduos escolarizados, assim como um aumento de frequência nos níveis mais elevados do sistema educativo. De destacar o conjunto que engloba o actual Ensino Secundário, o Bacharelato e a Licenciatura, pois a percentagem de indivíduos que nele se inserem mais que duplicou em termos comparativos de 1981 para 1991 e manteve-se a evolução em 2001. (cit. por Pinto et.al., 2008).

### **Contexto: as crianças e professoras**

O grupo com quem nos propusemos trabalhar pertence à turma A do 2º ano da Escola Básica do primeiro ciclo (EB1) da Glória - Aveiro, composta por 24 alunos. A turma é constituída por 24 alunos, sendo 12 rapazes e 12 raparigas, com uma menina em “abandono escolar”.

De uma forma geral, os alunos que a constituem pertencem a agregados familiares pouco numerosos uma vez que muitos têm um irmão ou uma irmã e a maior parte dos alunos provêm de agregados familiares de nível socioeconómico e cultural elevado. Quase todos os alunos frequentam ATL onde almoçam e frequentam as actividades extra curriculares. Apenas cinco alunos almoçam regularmente na cantina da escola e dois fazem-no esporadicamente.

---

<sup>10</sup> Segundo as directivas do *Plano de Desenvolvimento Económico e Social* (P.N.D.E.S.) 2000-2006

Os alunos ocupam os seus tempos livres em actividades diversificadas, tais como: natação, ballet, música, dança, ver televisão, judo, xadrez, etc.

Quase todos os encarregados de educação compareceram às reuniões e mostraram-se bastante interessados em participar na vida escolar do seu educando.

A professora Purificação Barros, à data da realização da sua participação nos Fóruns Infanto-Juvenis, encontrava-se na escola aonde exerce funções actualmente como Professora do 1ºCEB na EB1 da Glória.

Puri, assim tratada pelos seus alunos e colegas, tem vindo, desde sempre, a desenvolver trabalhos e projectos com a turma no âmbito da Educação Ambiental, implicando os pais nesse processo. Uma das temáticas exploradas com os alunos é a dos resíduos – reutilização de materiais, que segundo a própria (A1, T1):

*(...) eu desenvolvo muitas questões ambientais, desde o dia-a-dia, do desgaste, à reciclagem...tudo de materiais de desgaste eu utilizo, tudo o que posso (...).Começou a sua inserção nos Fóruns, através de propostas externas à ASPEA, via Câmara Municipal de Aveiro e apesar da informação chegar no início do ano lectivo à escola. “ (...) porque chega sempre... como é hábito. Nós temos a informação, mas depois começa-se a trabalhar e passa ao esquecimento...*

As jovens, de 14 anos com quem nos propusemos trabalhar pertencem à turma do 9º ano da Escola Básica nº2 de Cacia, e residem na freguesia de Vilarinho (Cacia). Tiveram uma participação frequente ao longo da história dos Fóruns Infanto-juvenis, desde o primeiro ano - 2004 até 2009 (seis anos consecutivos), como as próprias o afirmam. (Margarida, A2, DE1)

*O meu percurso por estes fóruns já é de algum tempo... Desde que ando no quinto ano que participo neles e já participei em fóruns em variados locais ... não acho que a minha participação neste tipo de projectos me tenha influenciado pela negativa, pelo contrário aprendi bastantes coisas com eles*

A Escola a que pertencem, insere-se no concelho de Aveiro e localiza-se na margem esquerda do rio Vouga, integrando, entre outros, os lugares de Cacia. É a escola sede, actualmente designada Escola nº2 de Cacia, iniciando a sua actividade em 1995. Em 1998 com a implementação dos Agrupamentos, a então C+S de Cacia tornou-se sede de Agrupamento que só em 2000 ficou constituído. Em 2000 nasceu o Agrupamento de Escolas de Cacia e era constituído por 7 escolas do 1º ciclo e 6 JI. Após o

---

encerramento de estabelecimentos escolares, o Agrupamento, é constituído, actualmente, por 5 escolas do 1º ciclo.

O número de alunos tem vindo a decrescer. Por um lado fruto da diminuição da natalidade, mas também por muitos alunos preferirem as escolas da cidade, por razões que se prendem com a actividade profissional dos pais.

De acordo com o seu projecto educativo, o Agrupamento de Escolas de Cacia considera essencial a participação das Famílias na educação dos seus filhos e educandos. Neste contexto, procura envolver e implicar os Pais e Encarregados de Educação no seu percurso educativo como agentes igualmente importantes na promoção do sucesso escolar e educativo dos seus educandos.

A Professora, Maria da Conceição de Oliveira Monteiro Marques da Silva, que sempre acompanhou o grupo a que pertenciam as jovens, é licenciada em Educação do Ensino Básico- 1º ciclo. Foi até 2009 Professora coordenadora de projectos internacionais na Escola Básica nº2 de Cacia, como a própria o afirma (A2, DE6):

*Ao longo da minha vida profissional tenho participado em acções de prevenção e superação dos desequilíbrios ambientais, incentivando os meus alunos e respectivas famílias à mudança de atitudes e comportamentos, através de pequenos gestos diários. Inicialmente desenvolvíamos acções isoladas e, a pouco e pouco, o nosso trabalho foi ganhando a forma de projecto, alguns nacionais e outros, na sua maioria, internacionais. Acredito que, através destes projectos de Educação Ambiental, os alunos adquirem as competências (cognitivas, metodológicas, comunicativas, de ordem pessoal e social) necessárias à solução de problemas a nível local e global. É o caso do projecto internacional «The Little Earth Charter» que é uma adaptação da Carta da Terra para crianças (...).*

*Foi então que recebemos o convite da ASPEA e da Câmara Municipal de Aveiro para participar no Fórum Infanto-juvenil do Dia da Terra, em Aveiro.*

## **Contexto: Fóruns Infanto-Juvenis de Aveiro**

### **Concepção e Organização**

Constituindo a comunidade educativa um modelo simplificado de sociedade é o local privilegiado para promover uma educação para a cidadania ambiental <sup>11</sup> como, também, é um lugar de referência para o desenvolvimento de estratégias que promovam o respeito pelos princípios da sustentabilidade local, devendo ter em conta as solicitações de crianças e jovens na definição de assuntos do seu interesse e de uma intervenção crítica por parte das mesmas.

A ASPEA, neste contexto, propôs à autarquia de Aveiro, através da Divisão de Educação, que apresentou como proposta, à Comissão Municipal de Educação <sup>12</sup>, a criação de um Grupo de Trabalho para a Implementação da Agenda21 Escolar de Aveiro (GTIA21EA). Os compromissos, aceites pela referida autarquia, pressupõem que “ (...) todos os cidadãos, entidades públicas e privadas, organizações governamentais e não governamentais, com a coordenação do GTIA21EA, participem em processos de participação, propondo e fomentando estratégias inovadoras de sustentabilidade e decidam que acções, aplicadas no contexto educativo, se comprometem realizar para melhorar o modelo de vida da comunidade educativa.” (Ramos Pinto, 2004). Foi nesse propósito que surgem os Fóruns Infanto-Juvenis e que têm sido desenvolvidos conjuntamente com o município de Aveiro, desde 2004, e inseridos no contexto de um projecto mais amplo – Dia da Terra, com início no ano de 2001.

Fazendo de novo um outro enquadramento dos Fóruns, relativamente à data de realização e objectivos, estes eventos aparecem enquadrados no Projecto da Carta da Terra.

A ASPEA tem pautado a sua intervenção no sentido de tornar possível a aplicação da Carta da Terra em Portugal, numa perspectiva educativa. Desta forma, subscreve a Carta da Terra no ano de 2004 e desde essa altura projectou a sua implementação nas escolas portuguesas e na comunidade em geral, através de acções de sensibilização aos professores participantes dos Cursos de Formação Contínua e em Maio de 2005, constitui-se como Ponto Focal da Carta da Terra, com o estabelecimento do

---

<sup>11</sup> De acordo com o Dec-Lei nº 6/2001 de 18 de Janeiro

<sup>12</sup> Órgão de coordenação e consulta entre a Divisão de Educação e o Vereador da Educação

---

*Memorandum de Entendimento* (Protocolo de Colaboração) com o Secretariado Internacional da Carta da Terra, sediada na Costa Rica. Assim sendo, torna-se a Entidade Afiliada da Carta da Terra, com a ratificação do protocolo em Novembro de 2005 na Holanda, aquando do Seminário *Carta da Terra + 5*.

Este documento foi apresentado em Portugal, nas XII Jornadas de Educação Ambiental da ASPEA, que decorreram na Ericeira, em Janeiro de 2005, onde Guillem Ramis, o representante da Carta da Terra em Maiorca coordenou o *workshop* de apresentação e disponibilizou os materiais pedagógicos em castelhano já adaptados aos diferentes níveis do ensino básico. Em termos de divulgação e de partilha o projecto contempla a realização do Fórum Infante-Juvenil, iniciado em 2004 em Aveiro, na data da comemoração do Dia da Terra, congregando crianças e jovens que divulgam experiências, dando-lhes oportunidade do exercício da cidadania participativa.

Os Fóruns Infante-Juvenis têm sido levados a efeito no Dia da Terra, em colaboração com a Câmara Municipal de Aveiro e apoio pontual de outras instituições. De forma orientada oferece às crianças uma oportunidade de promover entre alunos, a troca de experiências e divulgação dos seus projectos pedagógicos/curriculares bem como conjugar esforços comuns para a promoção da Educação Ambiental. Este evento rejeita uma lógica e uma posição relativamente à participação infantil, como *manipulação ou decoração ou tokenism*, conforme defendido e reconhecido por Roger Hart (1992), na “*metáfora da escada da participação*”, antes tem subjacente o reconhecimento das crianças como actores e sujeitos de direitos de uma forma participativa e autónoma.

Até este momento do nosso estudo desenvolvemos conceitos teóricos e metodológicos que o orientam e que servirão de base para estabelecermos o nosso referencial empírico, apesar de todas as complexidades e fragilidades que reconhecemos à volta da investigação social em geral e deste estudo em especial. Pretendemos, desta maneira, estabelecer uma relação entre o conhecimento teórico produzido e o conhecimento empírico que se obteve a partir deste estudo.

Neste contexto, e na perspectiva de intensificar a intervenção em matéria de EA/ Participação e Cidadania Ambiental, em particular, com documentos fundamentais, como a CT e a AG21E, surgem os Fóruns Infante-Juvenis de Aveiro (a nível de concelho).

Educar para uma cidadania ambiental implica, segundo Gaudiano (2006 p.187) combater contra algumas questões contraditórias “ que existem na ordem em que nos



inserimos como sujeitos sociais, que nos influencia na maneira de actuar em relação ao ambiente”. De acordo com o que foi dito, de que forma os Fóruns têm avançado para uma cidadania ambiental a partir do que foi vivenciado e trabalhado ao nível do contexto escolar que leve em conta o respeito por todas as formas de vida, pela integridade dos ecossistemas, melhor pelos quatro princípios básicos em que se apoia a Carta da Terra? <sup>13</sup>.

Começando a partir das informações da análise dos dados de diferentes documentos, assim como, pela análise das fichas de registo dos artigos dos jornais (A4, ficha de registo artigo de jornais/noticias de jornal dos diferentes eventos), as estratégias de acção, contaram com a participação de diversos grupos, Clubes cívicos e/ou Clubes sociais e desportivos, grupos culturais, organizações da sociedade civil (ONG's...), representantes do poder público, comunidade escolar, entre outros técnicos e especialistas (institucionais) e com a comunidade local/educativa desde 2001 a 2010, de acordo com o quadro 7, respeitando as suas peculiaridades.

Neste contexto, ao longo dos vários anos, relevamos o importante papel da educação ambiental na comunidade local e nas dinâmicas comunitárias. Foram várias contribuições, quer das práticas escolares (ano: 2004 a 2010), com ênfase ao compromisso que devem adquirir as suas iniciativas formativas com os direitos da cidadania e a participação como “(...) um «dever» do desenvolvimento” (2007, Caride et al, p. 87.), para a “(...) democratização das sociedades, considerando que não se pode transformar nem melhorar a realidade sem que os agentes da sociedade estejam conscientes das mudanças e que se comprometam com elas.”. Por outro lado, a criação de espaços (ano: 2001 a 2004) de expressão, interacção e formação, envolvendo a nível político, social, cultural e gestores, como promoção da participação, quer das crianças como dos outros actores locais. Foram contextos, oferecendo a professores/professoras/estudantes/crianças/jovens, entre outros, que de acordo com os autores anteriores é “dar poder” e dotá-las de meios para exercer esse poder a favor do bem-estar geral.

---

<sup>13</sup> A Carta da Terra foi construída sobre quatro princípios básicos: 1.Respeito e cuidado pela comunidade de vida; 2.Integridade ecológica; 3.Justiza social e económica;4.Democracia, não violência e paz.

Conforme adverte Ander-Egg (1980, cit. por Caride, 2007, p.129) os programas para o desenvolvimento da comunidade devem ser tidos em conta de acordo com cada comunidade. Assim, e segundo os mesmos autores, existem diferentes tipos de programas de desenvolvimento da comunidade, que vai de encontro aos nossos propósitos, no sentido de poderem ser programas iniciados por organismos não governamentais (ex. escolas, ONG's/ONGA's, associações) ou pela comunidade. Ainda segundo os mesmos autores, nessa mesma perspectiva e num contexto que apela à educação social, a organização da participação dos actores locais deve ser uma aposta por um desenvolvimento que seja sustentável, humano, ético, comunitário, cívico nas suas concepções e práticas, indo mais além da retórica dos discursos e que a forma de actuação seja alternativa, implicando dinâmicas (2007, Caride et al.). Com esta perspectiva, muitas das estratégias de acção levadas a cabo, no âmbito das comemorações do Dia da Terra e dos Fóruns, levam-nos a crer que o desenvolvimento de espaços, como mesas redondas (Tomada de posição e Boas Práticas); animação, como espaços de sensibilização; Fórum Participativo (Grupo de Trabalho) e os Fóruns Infanto-Juvenis, são espaços pró-activos (actuar antes e desde as causas), de relações, capacitando as crianças para uma participação social mais activa e criativa.

**Quadro 4 - Intervenção Comunitária para uma cidadania ambiental**

<b>Estratégia de Acção Modalidade de Comunicação e Interação com a Comunidade Local</b>	<b>Organização da Participação dos Actores Locais</b>	<b>Protagonistas</b>
<b>Ano: 2001 a 2004</b>		
Conferência - Informação/ Formação	Espectadores/Formandos Informação Tomada de conhecimento	Técnicos e especialistas (Investigadores, políticos...): Institucionais e de outras instâncias de formação.
Mesas redondas - Tomada de posição e Boas Práticas	Espectadores e oradores Tomada de Posição	Políticos, Gestores e Peritos Activistas e outros Actores locais
Animação - Expressão de interesse pela "causa"	Mobilização - sensibilização Práticas sociais - culturais – ambientais Mudança social	Associações, Grupos culturais, Clubes cívicos e/ou Clubos sociais e desportivos – Artistas, voluntários, comunidade escolar
Comunicação Social	Formação de opinião pública (comunicação ambiental) - Tomada de responsabilidade	Jornalistas no diálogo com Peritos e Lideres Locais

Ano: 2004 a 2010		
Fórum Participativo /Grupo de Trabalho	Tomada de Decisão Co-responsabilização cívico-política	Políticos locais, gestores, e outros agentes representativos da Comunidade (CPCJ e associação de pais por ex.)
Fóruns Infanto-Juvenis	Hetero e Auto- Formação pela Comunicação de práticas de relação com o conhecimento/acção	Professores, Educadores - Projectos Curriculares turma/educativos - Programas ambientais Alunos - Clubes/Turmas Adultos (Associações Cívicas) e Instituições Crianças e Jovens
	Sensibilização/consciencialização Pública Co-responsabilização cívica e ambiental.	
Comunicação Social	Formação de opinião pública (comunicação ambiental) - Tomada de responsabilidade – Intercâmbio de informação – voz aos autores	Jornalistas no diálogo com crianças Jovens/crianças

Elaboração própria sob a orientação

## A) Os Fóruns Infanto-Juvenis

### A-1) Objectivos e conteúdos dos projectos escolares apresentados

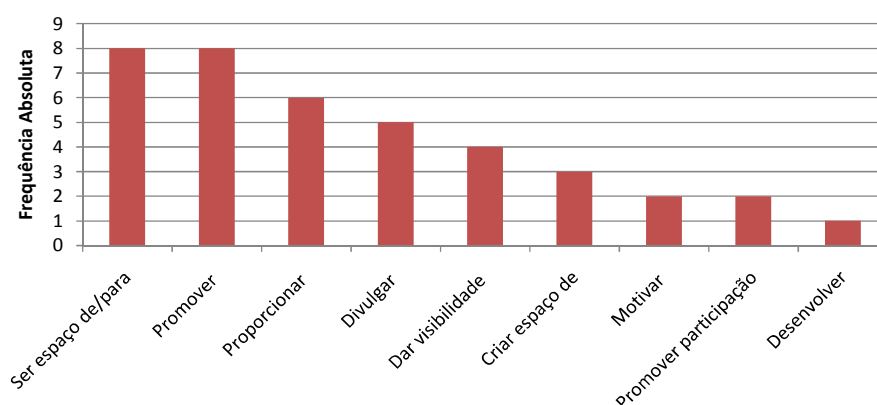
A componente dos objectivos dos programas e/ou dos projectos dos diferentes protagonistas pode determinar, de certa forma, as grandes linhas de força do discurso teórico que se pretende deixar representado.

Iniciamos a interpretação a partir dos dados que foram recolhidos dos projectos dos fóruns - categoria dos “Objectivos gerais, específicos, ambientais e educativos dos Fóruns Infanto-Juvenis”, através três etapas (elaboração própria) – listagem; sistematização e agregação de acordo com os quadros do A3 (quadros 9 - 12). Chegamos assim, a nove grandes grupos ou unidades dos objectivos dos projectos dos Fóruns, que, de acordo com a frequência com que surgem nos projectos, ordenam-se do seguinte modo conforme quadro 5 e figura 1:

**Quadro 5 – Objectivos dos projectos dos Fóruns Infanto-Juvenis ao longo dos anos**

<b>Categoria A: Objectivos gerais, específicos, ambientais e educativos dos Fóruns Infanto-Juvenis</b>	
<b>Frequência utilizada</b>	<b>Grupos ou unidades de objectivos dos projectos dos Fóruns Infanto-juvenis</b>
<b>8</b>	<b>Ser um espaço de ...</b> Mobilização de redes/interacção/comunicações (2) Socialização (3) Partilha (3)
<b>8</b>	<b>Promover...</b> o intercâmbio de experiências/ a integração de conceitos de ambiente/ um fórum de debate entre alunos e comunidade...
<b>6</b>	<b>Proporcionar...</b> um espaço de troca de experiências e formação entre todos os actores envolvidos/ momentos de encontro entre crianças/jovens de diferentes localidades/ uma percepção integrada dos problemas ambientais na comunidade educativa...
<b>5</b>	<b>Divulgar...</b> a Carta da Terra.
<b>4</b>	<b>Dar visibilidade ...</b> a trabalhos/projectos educativos a trabalhos/projectos educativos realizados nas escolas...
<b>3</b>	<b>Criar espaço de...</b> discussão, actuação, mobilização e divulgação/ grupos para trabalhar numa metodologia que construa redes de interacção de experiências/iniciativas/ projectos/propostas pedagógicas concretas ...
<b>2</b>	<b>Promover participação...</b> o intercâmbio de experiências/ a integração de conceitos de ambiente/ um fórum de debate entre alunos e comunidade...
<b>2</b>	<b>Motivar...</b> a comunidade educativa/ à integração de conceitos
<b>1</b>	<b>Desenvolver...</b> um espírito de consciência para uma melhoria do meio ambiente ...

Elaboração própria

**Figura 3: Frequência de objectivos dos projectos dos Fóruns**

A partir da leitura do Quadro 5 e da Figura 1, constata-se o predomínio dos objectivos “*Ser um espaço de...*”; “*Promover...*” e “*Proporcionar...*”, seguido do grupo “*Dar visibilidade...*”, “*Divulgar...*” e com referências duas vezes a “*Promover a participação...*”. Nos objectivos “*Ser um espaço de...*”, são contabilizadas onze vezes, sendo contudo um conjunto que não se destina ao mesmo fim, estando definidos como: *Ser um espaço de Socialização* e *Ser um espaço de fomento de redes de interacção/comunicações* referido três vezes, enquanto “*Ser um espaço de partilha de saberes, valores, competências...*” aparecem referidos duas vezes. Por outro lado, predominam objectivos operacionais, por exemplo “*Divulgar a Carta da Terra...*”, “*Dar visibilidade a trabalhos/projectos educativos*”. Ressalta, assim, desta forma um predomínio dos objectivos dos projectos dos Fóruns associados à visibilidade da acção pedagógica, a que se seguem, os objectivos à promoção da participação das crianças e da formação cívica/preocupações ambientais.

Poderá parecer que estas categorias associadas à visibilidade da acção e a objectivos operacionais, poderá explicar-se pelo facto da ASPEA ser o ponto focal da Carta da Terra, como já se adiantou e como se pode verificar pelos temas anuais dos fóruns, sobretudo a partir do ano de 2005 (ano em que a associação se torna a Entidade Afiliada da Carta da Terra, com a ratificação do protocolo) (A3, quadro 13).

Passamos de seguida a uma análise dos objectivos dos projectos das escolas através de documentos (fichas de inscrição, resumos dos projectos e PCT) e que interessa perceber e verificar se poderão determinar diferentes distribuições nos objectivos. Conforme os procedimentos atrás descritos, a partir dos quadros em A3 (quadro 14 e 15), chegámos a cinco grandes grupos ou unidades dos objectivos, que, de acordo com a frequência com que surgem nos projectos, ordenam-se conforme o quadro seguinte:

**Quadro 6** - Objectivos dos projectos curriculares apresentados nos Fóruns

<b>Categoria A:</b> Objectivos gerais, específicos dos projectos educativos/curriculares escolares nos Fóruns	
<b>Frequência utilizada</b>	<b>Grupos ou unidades dos objectivos escolares</b>
8	Cultivar valores.../Incentivar ao respeito .../educação para cidadania...
4	Fomentar a partilha de experiências
4	Desenvolver actividades de ...
3	Preservar, poupar, reciclar
2	Adquirir as competências
Outros	Sensibilizar comunidade educativa Participar Cultivar espécies vegetais Calcular pegada ecológica ...

Elaboração própria

**Figura 4:** Frequência de objectivos dos projectos curriculares

Constata-se pelos objectivos dos projectos escolares dos estabelecimentos de ensino/educação, que participaram ao longo dos Fóruns, o predomínio dos objectivos associados às categorias “dos valores” obtidos, como por exemplo “*Fomentar a partilha/Incentivar ao respeito*”/cultivar valores e, no “*Adquirir as competências*” é uma categoria de objectivos menos valorizada.

Tendo em conta o objectivo do nosso estudo, destaca-se pela negativa, como resultados pouco satisfatórios sobre a “participação...”.

Numa análise comparativa entre, a síntese dos principais resultados dos objectivos dos projectos dos estabelecimentos de ensino/educação e os dos Fóruns, podemos verificar que não coincidem e poderá concluir-se que a maioria dos projectos/programas não é significativo a alusão à participação das crianças, como também às preocupações ambientais.

### **A-2) Conteúdos e intencionalidades da acção educativa**

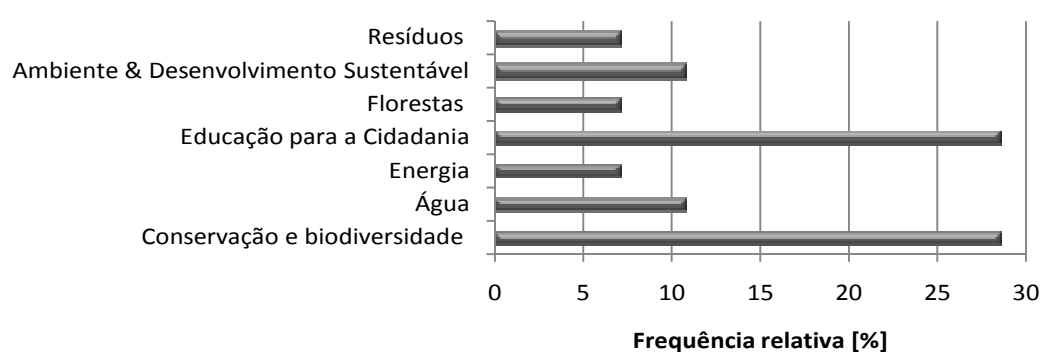
Procurámos nesta parte do trabalho, caracterizar os conteúdos/temáticas dos projectos curriculares/ apresentados nos Fóruns de 2004-2010 mais desenvolvidos abordadas nos referidos eventos.

A tentativa de encontrar elementos de resposta para estas questões não é simples nem linear, porque lidamos, por um lado, com uma grande diversidade de documentos e por outro, com uma grande diversidade de representações. Para este efeito, a nossa opção de trabalho na análise dos projectos apoiou-se numa grelha de listagem de todos os projectos e objectivos dos respectivos estabelecimentos de educação/ensino. E, numa fase seguinte, voltou-se à elaboração de uma outra grelha, listando toda a informação sistematizada dos *conteúdos de documentos*. O tratamento da informação resultante da análise da documentação (fichas de inscrição, resumo dos projectos; PCT, apresentações PowerPoint das escolas) facilitou o agrupamento dos diferentes projectos/actividades de EA e a sua compilação, quer dos objectivos, quer das temáticas trabalhadas com as crianças, conforme quadros do A3 (quadro 17 e 18), cujas categorias correspondem ao âmbito da educação ambiental e conforme a categorização apresentada pelo estudo de Schmidt (2010).

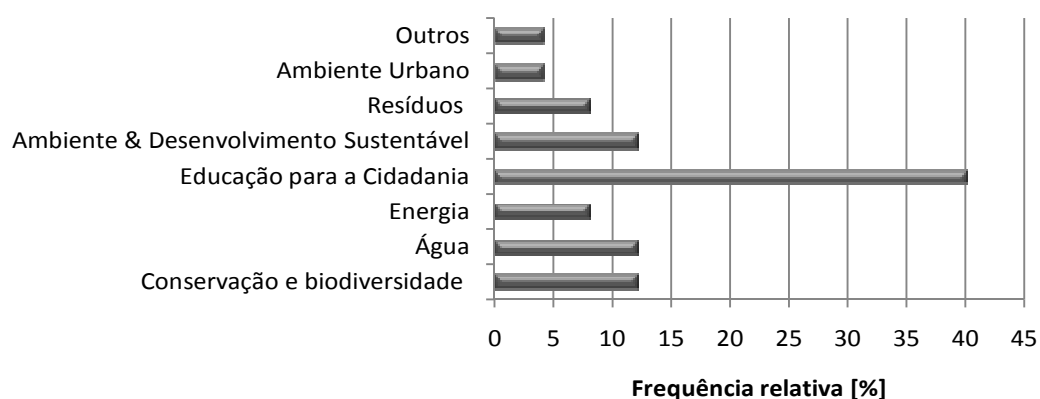
Mas vejamos que temáticas mais desenvolvidas nesses projectos dos estabelecimentos de educação/ensino e apresentados nos Fóruns Infanto-juvenis em Aveiro, de 2004 a 2010. As temáticas ambientais reflectem uma súmula de todos os anos, de acordo com os temas e projectos tratados nas escolas e apresentados nos diferentes Fóruns: a) Conservação e biodiversidade; b) Água; c) Energia; d) Educação para a Cidadania; e) Florestas; f) Ambiente & Desenvolvimento Sustentável; g) Resíduos Ambiente urbano; h) Poluição atmosférica; i) Ciência e tecnologia; j) Agricultura Saúde e qualidade ambiental; k) Património natural e histórico-cultural; l) Consumo.

As opções aqui assumidas e de acordo com as seguintes figuras e tabelas do A3 as (figuras de 6 – 11) e as (tabelas, 1 – 7) reflectem, em larga medida, uma boa parte dos objectivos propostos, com temas diversificados. A categoria da Cidadania e participação merecem um maior esforço por parte de uma assinalável fatia dos projectos, no que são acompanhados pelos temas – educação para a cidadania; cidadania; acesso à participação; promoção de valores e o trabalho com os documentos da Carta da Terra e Agenda21Escolar, entre outros temas.

**Figura 5: Frequência de temáticas ambientais abordadas nos projectos apresentados no Fórum de 2004**

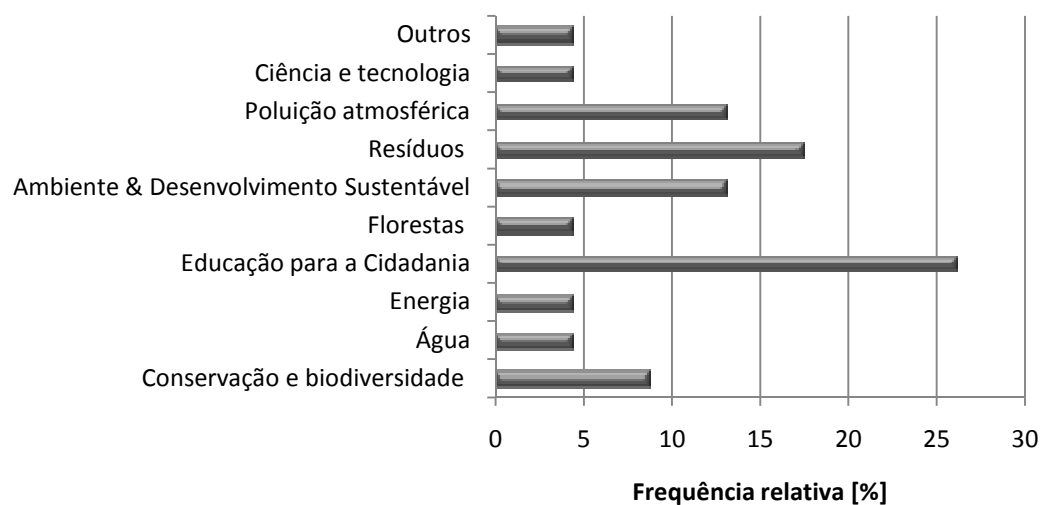


**Figura 6: Frequência de temáticas ambientais abordadas nos projectos apresentados no Fórum de 2005**

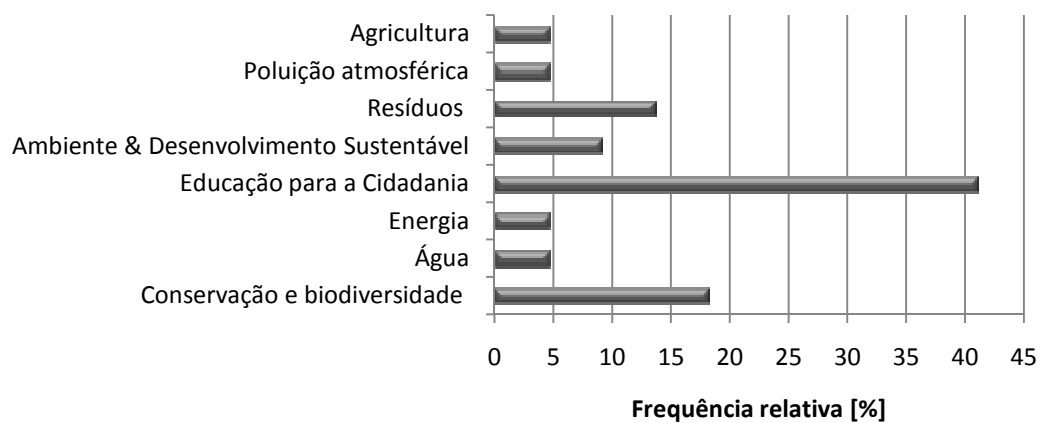




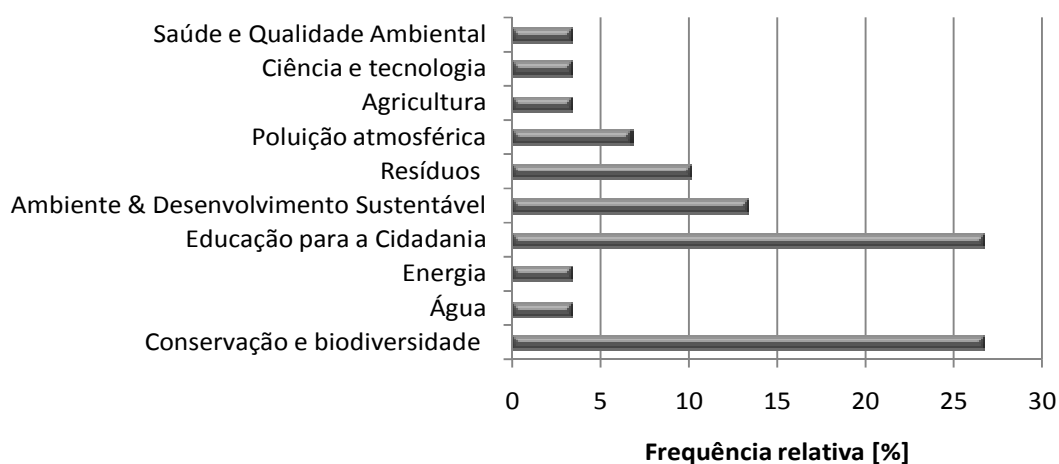
**Figura 7: Frequência de temáticas ambientais abordadas nos projectos apresentados no Fórum de 2006**



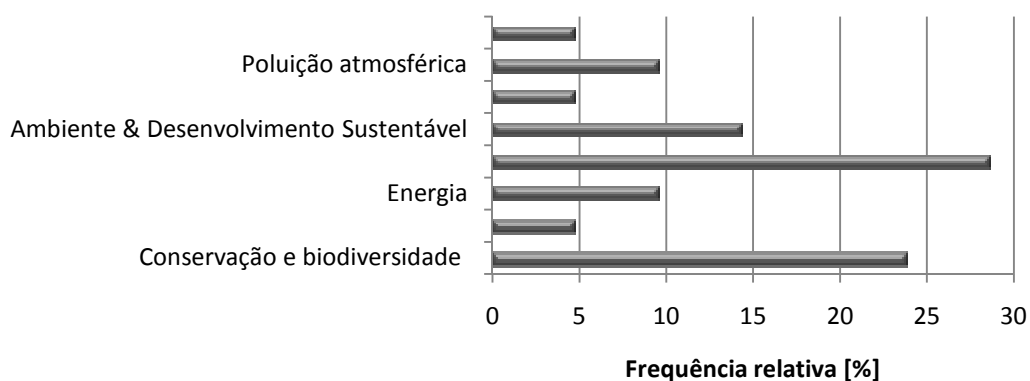
**Figura 8: Frequência de temáticas ambientais abordadas nos projectos apresentados no Fórum de 2007**



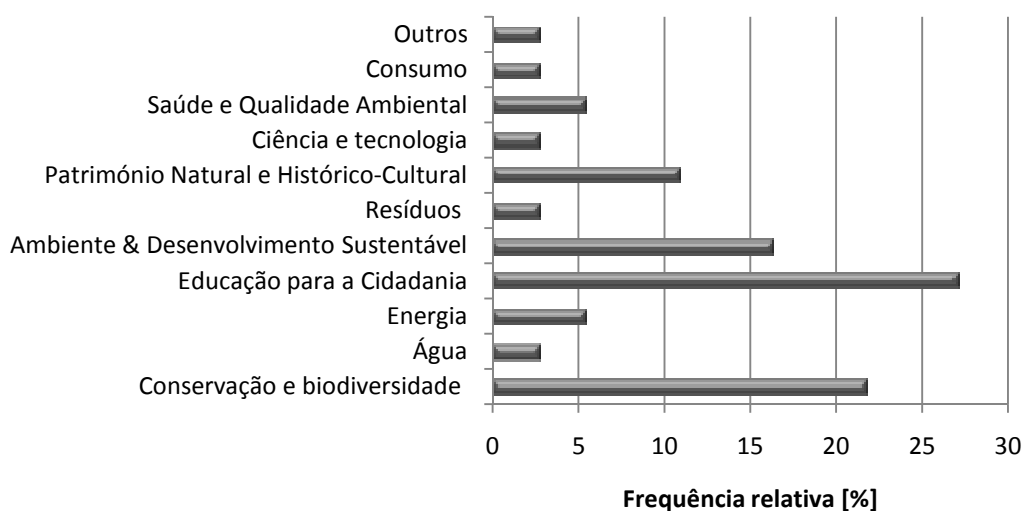
**Figura 9: Frequência de temáticas ambientais abordadas nos projectos apresentados no Fórum de 2008**



**Figura 10: Frequência de temáticas ambientais abordadas nos projectos apresentados no Fórum de 2009**



**Figura 11: Frequência de temáticas ambientais abordadas nos projectos apresentados no Fórum de 2010**



Os projectos escolares apresentaram temáticas tão diversificadas apelando a direitos universais consagrados constitucionalmente, mas também com as práticas sociais e culturais que conferem um sentido de pertença e formas semelhantes de se organizarem, através de projectos internacionais, onde se explora uma cultura de tolerância, não-violência e paz, a Educação Multicultural, a Diversidade Linguística e onde se fomenta a partilha de experiências, etc.

Desta forma, tem um sentido de pertença e de co-responsabilidade em relação à comunidade de que fazemos parte e o cuidado pelo nosso planeta Terra e a vida em toda a diversidade, assente em valores essenciais da democracia. Segundo Gaudiano, estes valores levam a tomar atitudes como um “cidadão ambiental” comprometido a “aprender acerca do ambiente e a desenvolver-se na acção ambiental responsável” (2006, p.183).

Outro tema que acompanha uma grande fatia de projectos são os que trabalham os temas de conservação e da biodiversidade, incluindo as questões relacionadas com a “conservação e preservação”, o conhecimento da flora e o funcionamento dos ecossistemas e, a alguma distância, a questão da água e recursos hídricos, saúde e qualidade ambiental. Seguem-se depois, como temas mais trabalhados nos projectos

---

apresentados sob a temática de ambiente em geral. Esta categoria agrega temas mais gerais sobre temáticas do ambiente e/ou desenvolvimento sustentável.

### **B-1) A participação Infantil**

Segundo Ackermann *et al.* (2003, cit.por Tomás, 2006a, p.12) identificam como tipos de contextos onde ocorre a “ participação infantil de uma forma deliberada e organizada: em eventos a nível local, nacional (...) onde as crianças são encorajadas a expressar as suas preocupações empreendidas em relação directa com a programação da agência; iniciativas conduzidas pelas crianças, tais como clubes e “parlamentos” de crianças, geralmente no nível local; projectos de desenvolvimentos comunitários nos quais as crianças estão envolvidas juntamente com os adultos; movimentos sociais/organizações (...)”.

Pela análise anterior dos objectivos e temáticas dos projectos escolares, os resultados sobre os processos participativos das crianças, não demonstram assumir formas de envolvimento, obrigações e compromissos das crianças com resultados muito satisfatórios. Sendo ainda muito incipientes, já estão contemplados ao nível de:

- i) “Participar nos processos de decisão para a tomada de consciência da importância do Ambiente no dia-a-dia”; ii) “Participar em formas de promoção do ambiente”; iii) “Participar em actividades que alertem para a preservação do ambiente”; iv) “Desenvolver competências nas crianças para que se tornem participativos, para que tenham uma imagem apropriada e positiva acerca de si, dos outros e das suas capacidades, para que aprendam a participar com confiança e segurança e reconheçam os que afectam os seus pensamentos e acções, sendo progressivamente responsáveis pelos seus actos.”; v) “Contribuir para a formação de cidadãos intervenientes e ambientalmente conscientes”.*

Segundo a mesma autora, refere que a participação pode ser plena, circunstancial ou contínua, podendo assumir um carácter mais espontâneo ou mais organizado. Pode ainda, assumir um carácter público e/ou privado, pode ser colectiva e/ou individual etc. No que respeita a alguns âmbitos de participação, podemos analisar através de documentos - avaliações escolares, (A5) e DE que:

*As questões ambientais estiveram sempre presentes na sala de aula. (...) a participação no Fórum da Terra” e “A participação no Fórum Infantil da terra foi uma experiência enriquecedora para todos (...)”, como “Todos os*

*trabalhos realizados foram expostos na exposição da Universidade de Aveiro e no Fórum Infantil sobre o Ambiente. Em anexo (A5, relatórios).*

A partir dos DE no A2 podemos analisar os modos de participação das crianças, comparando as falas das crianças e as da professora, da EB1 da Glória:

*(...) Propus à turma. Na altura, eu acho que era um quarto ano, ou terceiro. E eu vim com a ideia e eles acharam muito interessante. Fiz o trabalho dentro da sala de aula (...).*

*Essa «combinação» ou essa questão de participação foi planeada com as crianças» (...) “Sempre, sempre a opinião. Partiu delas muita coisa, porque era uma turma muito participativa, com muito espírito de iniciativa, muitas ideias e eu aproveitava isso tudo. Com um bocadinho de ajuda... eu ajudava sempre, não é. (Purificação, A2, T1).*

São várias as escalas e possibilidades da participação infantil e são várias as teorias sobre a participação infantil. Conforme o que foi desenvolvido na parte teórica, temos o como referência a Escada de Participação de Rogert Hart, influenciado pela tipologia estabelecida por Sherry Arnstein (1969) (Figura2, p. 45). O autor identifica vários níveis de participação das crianças, quer a nível de desenvolvimento ou de oportunidades educativas, entre outras. Considerando aqui, o contexto educativo, não se pretende avaliar o nível da iniciativa. Contudo e de acordo com o que nos permite ocorrer, podemos afirmar, de acordo com esse instrumento, a iniciativa, neste caso em particular, partiu do adulto, mas partilha decisões com a criança, acabando as duas partes por ter um papel activo no desenvolvimento do processo.

E diz, ainda:

*Nós temos que pôr a nossa tónica”*

*“ (...) Sempre, sempre a opinião. Partiu delas muita coisa, porque era uma turma muito participativa, com muito espírito de iniciativa, muitas ideias e eu aproveitava isso tudo. Com um bocadinho de ajuda... eu ajudava sempre, não é. Nós temos que pôr a nossa tónica. (Purificação, A1, T1).*

*Aqui, poderíamos acrescentar, que em situações pontuais ou devido a vários factores, a criança toma iniciativa, mas o adulto sempre intervém, tomando decisões partilhadas.*

*Ora vejamos o que as crianças dizem:*

---

*I: Quem teve a ideia de falar sobre as árvores ou outros meninos? quem é que teve as ideias de escrever num papel aquilo que vocês levaram para o fórum?*

*“(,,,)fomos nós, mas a professora também nos ajudou um bocadinho”. (Carolina A1,T3)*

*“Fizemos (silêncio) haaa tipo umas, uma (silêncio) haaa escrevemos uma coisa, pronto, dizemos aos meninos sobre as árvores” (André, T3)*

Podemos verificar que fica bem claro as posições, quer da Professora, quer das Crianças pela analogia, considerando que se trata de crianças muito pequenas. Outro testemunho vem demonstrar o que já se explanou anteriormente:

*I: Quem teve a ideia de falar sobre as árvores (...)? quem é que teve as ideias de escrever num papel aquilo que levaram para o fórum?*

*“ fomos nós, mas a professora também nos ajudou um bocadinho. (Carolina, A1, T3)*

Segundo testemunhos escritos das crianças, conforme em anexo, o que as crianças sabem e dizem sobre a participação infantil e o que pensam dos Fóruns Infanto-Juvenis de Aveiro:

*“ O me mais me chamou a atenção foi o facto de pessoas se empenharem tanto para que tudo corra bem nas apresentações, fazerem tudo “direitinho”, tratarem-nos como se fossemos pessoas adultas a participar numa palestra importante... as pessoas não vem os fóruns como uma coisa qualquer mas sim como algo realmente importante e é bom saber que a participação dos mais jovens realmente importa.” (Margarida, A2, DE1).*

*“(...) foram abrindo horizontes, em termos das relações humanas, uma vez que interagíamos com várias crianças de vários países e em relação às preocupações que devemos ter em relação ao nosso planeta (...)”.*

*“Eu participei em fóruns até ao meu 9º ano e desde que me lembro.*

*Quando andava no 6º ano cheguei a ir, juntamente com os meus colegas, a Cáceres; tive a oportunidade de ver trabalhos de outras crianças e de lhes mostrar o nosso. Ao longo do meu trajecto, que foi sempre acompanhado pelo Professora Conceição, lembro-me de participar em várias apresentações do nosso projecto ao público. Os projectos de cada grupo eram sempre recebidos com muito entusiasmo.” (Renata, A2, DE2)*

*... Sobre Participação Infantil:*

*Eu sei o que é, não sei é dize-lo por palavras...É quando crianças ou adolescentes participam em projectos ou fóruns dando a sua opinião sobre*

*um tema e desenvolvê-lo de modo a desenvolverem novas capacidades.”*

(Margarida, A2, DE1).

*“É quando as crianças participam de forma activa em determinados projectos, influenciando as questões em seu redor”* (Renata, A2, DE2)

**C-1) Os espaços onde se geram processos participativos (públicos e da sociedade civil) e os ambientes: sociais, culturais, educativos, ambientais, desportivos, religiosos, políticos, virtuais...**

Como refere Heras (2000) é necessário reinventar a participação com base em novos instrumentos que possibilitem uma eficiente comunicação com os novos contextos sociais e culturais.

Nesta análise seguimos as “ideias” apresentadas por Heras (2003, p. 53) para *“desenvolver de forma organizada a participação e que permitam ver em diferentes partes alguns processos”*. Resultou daqui que alguns dos instrumentos apresentados por Heras (2003, cit. por Ramos Pinto, 2004) podem ser considerados em algumas situações, sobretudo quando nos referimos essencialmente aqueles que partem de iniciativas da sociedade civil ou de contextos escolares...

**Debates (conferências, mesas redondas, fóruns)**

Consideramos as reuniões promovidas tanto pela sociedade civil como pelas instituições da sociedade civil, quando estas são abertas a qualquer pessoa interessada em participar na discussão de assuntos de interesse comum. É um tipo de acção facilitadora de troca de ideias permitindo o esclarecimento e dúvidas. Como referência podemos dizer que a Associação Portuguesa de Educação Ambiental promoveu três debates no âmbito da comemoração do Dia da Terra (2001 – 2004), tendo sido destinado a toda a comunidade e em particular à comunidade educativa e em que tivemos a oportunidade de contar, para um desses debates, com a presença de German Vargas (Universidade Santiago) e Hilda Weissman-Ayuntamiento Barcelona, entre outros, conforme quadro (quadro 4, p. 81-82). Estes são espaços pensados para a comunidade adulta, onde as crianças não são chamadas a participar, nem a se pronunciarem sobretudo sobre questões que lhes dizem respeito. Contudo, os Fóruns Infanto-juvenis estão aqui contemplados.

---

### **Seminários, workshops, grupos de discussão**

Estes instrumentos de participação constituem uma valiosa ferramenta quando se realizam com um número reduzido de participantes, no sentido de aprofundar temas e apresentar propostas ao processo participativo. Pode, ainda, servir como partilha de preocupações, conhecer em profundidade um problema ambiental ou trabalhar a gestão de conflitos, etc., que de acordo com a análise do quadro (quadro 4, p. 81-82) verificamos que teve como protagonistas da acção políticos locais, gestores e outros agentes representativos da comunidade, como por exemplo CPCJ.

### **Internet**

A Internet é, actualmente, um instrumento de comunicação assumidamente reconhecido pela grande maioria da população, sobretudo pelos mais jovens. No entanto, é necessário ter em atenção aos “info-excluídos” que são aqueles cidadãos que não têm acesso a este meio ou não o utilizam por opção. Este é, um dos meios onde de abrem oportunidades de comunicação, de acesso à informação; de debate ou consulta em matéria de ambiente.

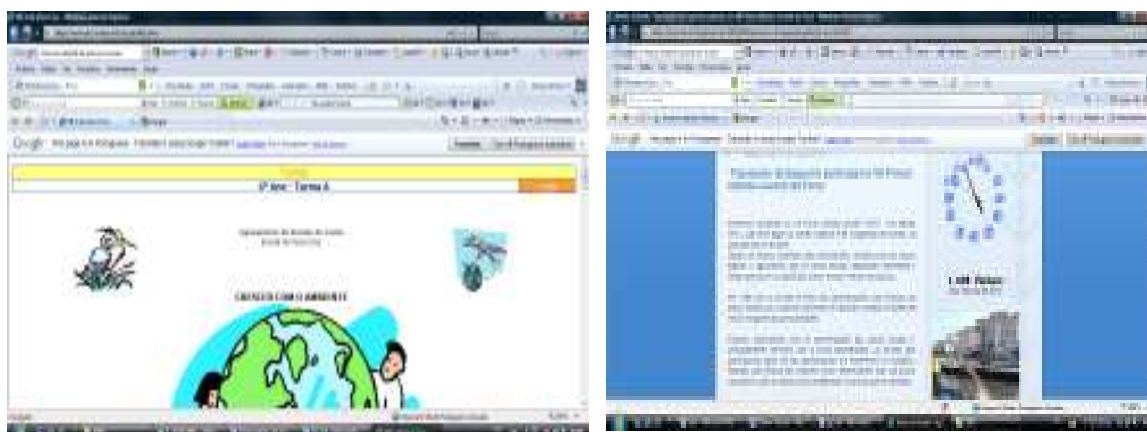
A exemplo disso, temos diferentes testemunhos de jovens que participaram nos Fóruns Infanto-juvenis de Aveiro, onde deixaram as suas opiniões em páginas da internet da escola, blogues escolares, entre outros:

*Nós fomos convidados a participar neste Fórum e apresentar o projecto internacional que estamos a desenvolver na área de Educação Ambiental, em parceria com outros países. Gostámos muito de mostrar aquilo que fazemos em prol do Ambiente e de conhecer o que se está a fazer nas outras Escolas (...), conforme figuras abaixo -*

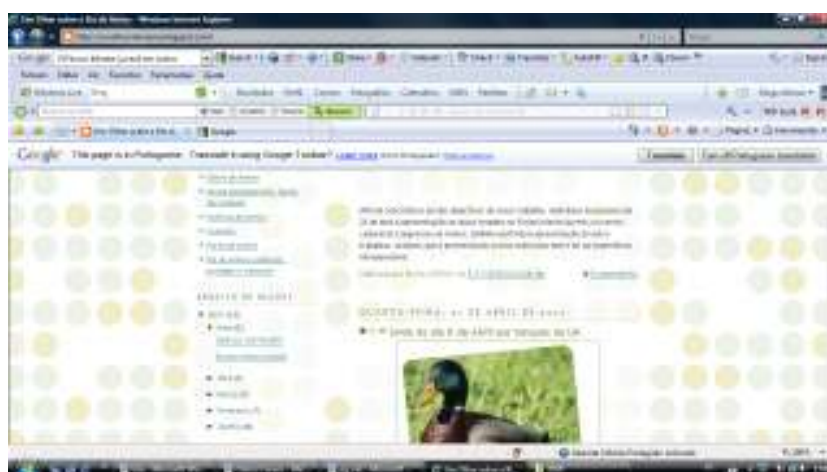
*“Olá, nós somos alunos da Escola Aires Barbosa, do 5º D, em Esgueira, Aveiro. A nossa turma tem 27 alunos, 14 meninas e 13 rapazes, com idades compreendidas entre os 10 e 12 anos. Estivemos presentes no VII Fórum Infanto-Juvenil «Terra - Um Mundo Vivo», que teve lugar no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, no passado dia 22 de Abril. Por volta das 14.30 deu-se inicio das apresentações, mas ficámos um pouco tristes pois a abertura do Fórum foi durante a manhã e à tarde não estava ninguém das personalidades (...).”*



**Figura 12 e 13** – Alguns resultados de consultas na internet ([www.eb1.aveiro-n3.rcts.pt](http://www.eb1.aveiro-n3.rcts.pt), consulta em Maio.2010)



**Figura 14** - resultados de consultas na internet <http://umolharsobrearia.blogspot.com/> (consulta em Maio.2010)



Verificou-se que crianças deixaram informações, descrevendo os projectos apresentados:

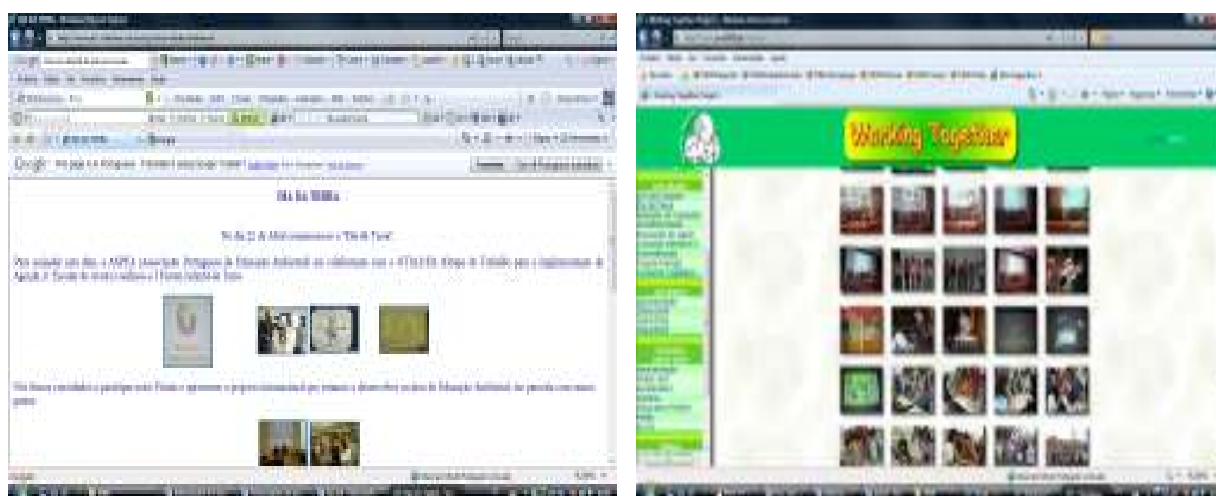
*“Os alunos do 4º Ano - Turma A do Agrupamento de Escolas de Aveiro, da Escola da Vera Cruz, no Dia Mundial da Terra de 2004, os alunos, professores representantes da ASPEA e demais assistentes. É com muito agrado, que os alunos do quarto ano turma A, da Escola da Vera Cruz, estão presentes neste Fórum Infantil do Ambiente enquadrado nas comemorações do dia mundial da Terra. Crescer com o Ambiente foi o tema escolhido por nós, para esta apresentação. Pretendemos, contar-vos duma forma simples a*

*caminhada, que nós fizemos em Educação Ambiental ao longo destes quatro anos de escolaridade. (...)”.*

**Figura 15 e 16** – Resultados de consultas na internet (consultada em Maio de 2010) [www.eb1.vilarinho-cacia.rcts.pt/actividades/dia](http://www.eb1.vilarinho-cacia.rcts.pt/actividades/dia)



**Figura 17 e 18** – Resultados de consultas na internet



Deverá ser da responsabilidade de todos os actores sociais em geral, da escola e dos políticos em particular, investir em estratégias participativas, que deverão ser igualmente processos socioeducativos contribuindo para um novo paradigma de participação infantil e assim apostar, em termos da nossa sociedade contemporânea, nas qualidades pessoais e numa participação efectiva. Como podemos constatar pelos depoimentos escritos, quer “deixados” em blogs na Internet, quer pelas opiniões escritas das crianças, que:

*“Confira a programação do Fórum Infanto-Juvenil, um espaço democrático em que crianças e jovens serão protagonistas na luta pela defesa da educação como direito universal” em Aveiro 2010.04.22 (16:19:49) em <http://terranova.pt>.*

*A “Tripulação de Esgueira participa no VII Fórum Infanto-Juvenil da Terra. Estivemos presentes no VII Fórum Infanto-Juvenil “Terra - Um Mundo Vivo”, que teve lugar no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, no passado dia 22 de Abril.*

*Depois de sermos recebidos pelo secretariado, sentámo-nos nos nossos lugares e aguardámos que as outras escolas chegassem. Entretanto o tempo passava e os alunos das outras escolas vinham aos poucos. Por volta das 14.30 deu-se início às apresentações, mas ficámos um pouco tristes pois a abertura do Fórum foi durante a manhã e à tarde não estava ninguém das personalidades.” Consulta em <http://Aveiroeomar.blogspot.com/2010/06/tripulação-de-esgueira-participação-no-vii.html>, acedido Maio de 2010.*

### **Planificação colectiva**

Este meio de promover a participação apresenta resultados satisfatórios na medida em que utiliza técnicas de grupo proporcionando aos cidadãos debater e planificar projectos, planos ou acções concretas no âmbito das diferentes temáticas abordadas, como a exemplo dos diferentes projectos apresentados e de acordo com este trabalho, de intervenção sócio-ambiental, educação para a cidadania, Agenda 21 escolar, etc. numa estreita colaboração com técnicos ou especialistas na matéria, quer da sociedade civil ou autárquicos .... Apesar de ser uma técnica relativamente recente pode contribuir para o desenvolvimento de programas de acção ambiental integrados em estratégias locais de sustentabilidade.

De acordo com os objectivos dos estabelecimentos de educação/ensino aparecem referências à promoção de um conjunto de actividades, a participação em actividades que alertem para a preservação do ambiente; a Implementação da Agenda21 ao nível local, visando a aplicação de conceitos e ideias de educação e gestão ambiental à vida quotidiana da escola, não fazendo alusão à sua planificação.

---

## Os órgãos de comunicação social

Consideramos, igualmente, os órgãos de comunicação social como um instrumento de participação na medida em que foram apresentados exemplos de como se pode utilizar o jornal ou a rádio de uma forma participativa. A exemplo temos várias notícias ao longo dos vários anos de realização dos Fóruns, conforme anexos e quadros sobre os títulos da notícia.

Sem dúvida que estes instrumentos de participação são considerados como um recurso cada vez maior por parte dos cidadãos e da comunidade educativa. No entanto, este meio não contribui muito para a transmissão de informação significativa sobre as questões ambientais e como meio de tornar visível a acção das crianças, nem muitas das vezes como alunos e em menor número enquanto cidadãos.

Neste mesmo sentido, verificamos, conforme os registos em A4, que abordam os aspectos relativos ao programa, assim como, fazem alusão à participação de entidades públicas. Entre os vários jornais analisados e conforme figura quadro, analisamos os seguintes títulos:

Figura 19– excerto de notícias do  
Diário de Aveiro  
De 23 de Abril de 2002



Figura 20– excerto de notícias do  
Diário de Aveiro  
De 21 de Abril de 2004



A voz das crianças:

*Decorridas as actividades do dia da Terra revela que fez “uma pá para tirar o sal e fazer montes”. Além disso, esclarece “participei num trabalho de grupo e em que fizemos uma salina de cartão para depois pintarmos, foi do que mais gostei de fazer. Quanto ao sal não gosto muito, porque faz sede.” Disse. (Rita Ribeiro, 8 anos, Escola Primária nº3 da Vera Cruz”*

*Aprender quais os objectos que flutuam na água e os que atraem hímenes, foi aquela que maior lhe despertou. Todavia a pintura foi aquela que maior atenção lhe despertou “Gosto de pintar, porque o meu pai costuma fazê-lo nos tempos livres”, justifica (Maurício Varela, 4º ano na Escola Primária nº da Vera Cruz.).*

Verificamos que, numa das publicações do jornal aparece alusão às crianças como “**crianças ambientalistas**”, tendo-lhes sido dada voz através de opiniões sobre as actividades da acção.

Os média realçam determinados aspectos sensacionalistas como a comemoração de efeméride, no caso particular a comemoração do “Dia da Terra assinalado em Aveiro” (notícia de 21 de Abril de 2004, no Diário de Aveiro), conforme anexo. Como este, outros exemplos ao longo dos anos que se realizaram os Fóruns Infanto-Juvenis, assumem a forma de reportagens, com profusão de informação sobre o acontecimento. Esta situação negligencia o potencial comunicativo que se torna mais acessível para a maioria da população. Em 2005 tem como título da notícia o tema do Fórum Infanto-Juvenil “ Construir Cidadania: um contributo da Carta da Terra”; 2006 *apela ao* “Dia da Terra assinalado hoje”; em 2008 e 2009 aparece como título da notícia o nome do evento “Hoje e amanhã, no Centro Cultural e de Congressos Fórum Ambiental reúne 1200 jovens” e “Fórum Infanto-juvenil reúne centenas de alunos”.

Segundo Gaudiano (2006, p. 200), “ Por melhor que seja uma informação (...), produz muitas distorções e desvios que, por vezes, não só não ajudam (...) a informar, como geram uma resistência ao apelo da informação”. Verificamos, também, que os media não prestam atenção à participação das crianças, nem facilitam o intercâmbio de informação do trabalho realizado pelas mesmas. Este veículo de informação, é um meio por excelência para promover uma participação infantil e social mais bem informada e consciente das suas responsabilidades e compromissos em relação aos projectos, no caso concreto de âmbito ambiental.

## **QUARTA PARTE**

---

---

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**



---

## Considerações finais

O produto do trabalho de investigação que apresentamos compreende, por um lado o processo de aprendizagem do investigador e por outro lado os processos e os resultados, que entendemos ser o início de etapa de uma pesquisa que corresponde às concepções teóricas e de alguns actores sobre a participação infantil e as acções educativo-ambientais nas estratégias educativas de sustentabilidade, com uma incidência especial sobre os Fóruns infanto-juvenis.

No âmbito deste estudo podemos considerar que na educação estará uma das soluções para se poder avançar no caminho de uma sociedade mais participativa. Neste papel relevante outorgado à educação ou à educação ambiental, é atribuída, à escola um papel importante na formação para a cidadania, constatado pelo trabalho desenvolvido ao nível das temáticas trabalhadas nas escolas, que estruture uma sociedade mais participativa através das crianças/jovens e, através destes, chegar também a implicar as famílias, num envolvimento com a comunidade em geral. Neste caso a própria escola terá de integrar dentro das suas políticas educativas uma gestão participativa com projectos concretos de participação, conforme referido por Costa (2003) e já tratado no referencial teórico.

Deste trabalho de investigação sobressai que, existem condições a nível da comunidade estudada, para se promoverem estratégias de participação através dos instrumentos de participação existentes não numa base passiva, mas sim de uma maneira sócio-educativa, onde se criem mecanismos para que os cidadãos possam utilizar os canais e espaços de participação de uma forma pró-activa.

Colocada em prática, a participação requer que os adultos ouçam as crianças em todas as suas múltiplas e diversificadas maneiras de se comunicarem, garantindo a liberdade de se expressar e levando em conta as suas opiniões em assuntos que lhes digam respeito e que as afectem. Ainda que surjam proposta por parte dos adultos/professores, são eles que iniciam o projecto, no entanto há partilha nas decisões, acabando ambos por ter um papel activo no desenvolvimento do processo.).

Desta forma, os níveis de participação deverão, igualmente, merecer uma reflexão e compromissos políticos para que se possam vir a produzir contributos eficazes e enriquecedores, através das culturas infanto-juvenis, ou de outras formas de comunicação, como através de música, artes e dramatizações, etc.

Dentro da organização das apresentações na participação dos Fóruns, são as crianças, que assumem tarefas dentro da escola, com a colaboração das professoras., como já foi abordado anteriormente e como se pode constatar:



### **Prospectiva**

Tendo em conta a continuidade dos Fóruns Infanto-juvenis e ser este o primeiro trabalho de investigação será interessante ter em conta:

- Analisar dos discursos sobre participação junto de todos os actores, quer crianças, adultos como promotores/organizadores dos Fóruns Infanto-Juvenis
- Aperfeiçoar a metodologia e integrar um grupo de discussão para a respectiva triangulação metodológica.
- Estudar a relação entre os diferentes grupos de actores sociais em matéria de participação nas estratégias locais de educação ambiental para a sustentabilidade;
- Por outro lado analisar de que forma, nos processos participativos, o relato oral tem mais ou menos significado do que os documentos escritos e, ainda verificar de que forma a escrita consegue transmitir o oculto, os sentimentos, as formas de expressão, as diferenças de opinião, os conflitos, os processos, etc.
- Elaborar um processo de escuta das crianças que participaram nos Fóruns

## Bibliografia

Albarelo, L.; Digneffe, F.; Hiernaux, JP.; Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais. Trajectos*. Viseu: Gradiva.

Alfageme, E., C., R & Martínez, M. (2003). *De la participación al protagonismo infantil. Propuestas para la acción*. Madrid: Plataforma Organizaciones de Infancia.

Arroteia, J.C. (2007a). *Do desenvolvimento da educação*. Cadernos de Análise Sócio-Organizacional da Educação, nº14. Aveiro: Universidade de Aveiro (Policopiado).

Arroteia, J.C. (2007b). *Educação e desenvolvimento: fundamentos e conceitos*. Aveiro: Universidade de Aveiro (Policopiado).

Boff, L. (2004) *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. 11ª ed. Petrópolis: Vozes.

Caride, J.A. e Meira, P.A. (2004). *Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano*. Lisboa: Instituto Piaget.

Caride, J.A. e Meira, P. (2005). *Educación Ambiental e Educación Social: a necesaria converxencia transdisciplinaria*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

Caride, J.A.; Freitas, O.M.; Callejas, G.V. (2007). *Educação e Desenvolvimento Comunitário Local, Perspectivas Pedagógicas e Sociais da Sustentabilidade*. Porto: Profedições.

Carvalho, N. (1999). *O ambiente como problema social*. (fotocopiado)

Casares, F. (1998). *La Declaración Universal de Derechos Humanos cincuenta años después*. In Asociación para las Naciones Unidas em España, *La Declaración Universal de los Derechos Humanos* (pp. 19-25). Barcelona: Icaria Editorial.

Castells, M. (1999). *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. O Poder da identidade*. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian. Vol. 2

Costa, A. F. (1989). *A Pesquisa de terreno em sociologia* In: SILVA, A. S.; Pinto, J. M. (orgs.). *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Afrontamento, p.129-148.

Coutinho, C.P.; Chaves, J.H., (2002): *O estudo de caso na investigação em tecnologia educativa em Portugal*. Revista Portuguesa de Educação.15:1 pp.221-243.

Cruz, M.B. (1995); *Instituições políticas e processos sociais*; Lisboa: Editora Bertrand.

Cunha, P. d'O. (1994); *A Formação moral no ensino público (evolução de uma ideia)*; in *Brotéria*, n.º 138, pg. 59-80.

Delgado, P. (2006). *Os Direitos da Criança – da participação à responsabilidade.O sistema de protecção e educação das crianças e jovens*. Porto: Profedições.

Denzin,N.K.;Lincoln,Y.S. e colaboradores. (2006) *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa. Teorias e Abordagens*. Editora Artmed. 2ed.

EDUCARE (2007) Acedido a 20 de Maio 2010, em <http://www.educare.pt/educare/Actualidade/Noticia.aspx?contentid=355EF7659DCF1DD5E04400144F16FAAE&opsl=1&channelid=0>

Fernandes, N. (2006). *A investigação participativa no grupo social da infância*. Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho. *Currículo sem Fronteiras*, v.6, n.1, pp.25-40

Fernández, X. B. (2006). *Identidad y cultura en la sociedad globalizada: algunas reflexiones a propósito de los nuevos desafíos locales en el ámbito de las políticas culturales*. In *Nação e Estado: Entre o Global e o Local*.

Figueiredo, C. C.; Santos, A. S. (1974-1999); *A Educação para a Cidadania no Sistema Educativo Português*; Lisboa: GAERI/IIIE, 2000

Flekkoy, M. & Kaufman, N. (1997). *Rights and responsibilities in family and society*. London: Jessica Kingsley Publishers.

Freitas, M. (2004). *A Educação para o Desenvolvimento Sustentável e a Formação de Educadores/ Professores*. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 22, n. 02, p. 547-575. Acedido a 20 de Maio 2000, em <http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectivas.htm>

Gaudiano E.G. (2006). *Educação Ambiental*. Lisboa: Instituto Piaget.

- Giddens, A. (1988). *Dimensões da modernidade*, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 4, pp. 237-251.
- Giddens, A. (2000) *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- Goldblatt, D. (1996). *Teoria Social e Ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget
- Hannigan, J.A. (1995). *Sociologia Ambiental. A formação de uma perspectiva social*. Lisboa: Instituto Piaget
- Hannigan, J.A. (1995). *Sociologia Ambiental. A formação de uma perspectiva social*. Lisboa: Instituto Piaget
- Heras, F. (2000). *Participación ciudadana, educación ambiental y acción local. Actas Nuevas Propuestas para la acción* - Reunión internacional de expertos en educación ambiental, Organizado por Xunta de Galicia e UNESCO. Santiago de Compostela.(p.725 – 740).
- Lessard-Hébert, M.; Goyette G. & Boutin, G.(1990). *Investigação qualitativa: Fundamentos e Práticas*.2.ed. Lisboa: Instituto Piaget
- Lessard-Hebert, M.; Goyette,G.; Boutin, G. (2005). *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas*. 2ed.Lisboa: Instituto Piaget.
- Llorente, T. (2002). *La planificación de la investigación en Educación Social*. Em: López Noguero, F., Llorent,T.P (coord.), (2002). *Investigar en EDUCACIÓN SOCIAL*. Sevilha: Universidad de Sevilla, Consejería de Relaciones Institucionales, Junta de Andalucía.
- Lyotard F. (1984). *A condição Pós-Moderna*. Lisboa, Gradiva
- Marchi, R., C. (2010). *O “ofício de aluno” e o “ofício de criança”: articulações entre a sociologia da educação e a sociologia da infância*. Universidade Regional de Blumenau (FURB), Brasil in *Revista Portuguesa de Educação*, 2010, 23(1), CIEd - Universidade do Minho pp. 183-202.
- Martins, G. O. (1991). *Escola de Cidadãos*; Lisboa: Editora Fragmentos.
- Meira, P.A. . *La Educación Ambiental y la dimensión comunitária*, Universidade de Santiago de Compostela
- Ministério da Educação (2001). *Materiais de apoio ao currículo – Educação Ambiental*
- Miranda, J; Silva, J.P. (2000). *Constituição da República Portuguesa*. (2ed.). Cascais: Copyright.
- Morin, E. (1995b). *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: Gedisa

Nascimento. C.T.; Brancher, V. R.; Oliveira, V.F. (2008). *A construção social do conceito de infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas*. Linhas, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 4-18, Jan. / Jun. 2008

Naval (1995). *Concepción; Educar Ciudadanos: la polémica liberal comunitarista en educación*. Pamplona: EUNSA

Noguero, F.L. y Llorente, T. P.(coord.); (2002). *Investigar en Educación Social*. Sevilla: Universidad de Sevilla.

Oliveira L.; Pereira A.; Santiago R. (2004). *Investigação em Educação. Abordagens conceptuais e práticas*. Porto: Porto Editora.

Pacheco, J. (1995). *O pensamento e acção do professor*. Porto: Porto Editora.

Palma da Silva, R.P.R, (2006). *Quando eu for grande quero ser...O trabalho para as crianças de meio rural: com as mãos na terra e os olhos no futuro*. Tese de Mestrado em Sociologia da Infância. Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, Braga, pp.307.

Pinto A. (2008). TP e TP1 da disciplina *Educação Desenvolvimento Comunitário* (EDC). Aveiro: Universidade de Aveiro

Pinto A; Simões R. Oliveira, B. (2008) Projecto EDC (disciplina Educação e Desenvolvimento Comunitário) \_TP2, introdução (p. 1 - 5). Aveiro: Universidade de Aveiro

Pinto, A.; Andrade, B.; Simões, S.; Fernandes T. (2008) TP\_EI (Educação e Inclusão). *A Criança: novos problemas, novos desafios*. Aveiro: UA.

Pinto, M. & Sarmento, M. J. (Org.), (1997). *As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando campos*. In: *As crianças: contexto e identidades*. Braga: Centro de Estudos da Criança.

Ramos Pinto J. *Educação para a cidadania*. Acedido a 20 de Maio 2010, em Google académico (<http://scholar.google.pt/scholar>).

Ramos Pinto, J., (2004). *Participação social e educação ambiental: os processos participativos nas estratégias locais de sustentabilidade*. Programa interuniversitário de doutoramento em educação ambiental. TIT (trabalho de investigação tutelado), Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp.239.

Ramos-Pinto, J. (2004). *Educação Ambiental em Portugal: Raízes, influências, protagonistas e principais acções*. Em: *Educação, Sociedade & Culturas*. Porto. **21**: 151-165

---

Ramos-Pinto, J. (2006). *Agenda21 Escolar: da responsabilidade individual ao compromisso colectivo*. Em: ComScientia Ambiental. 2º Semestre de 2006, nº 2. Brasil. Acedido a 20 de Novembro 2009, em <http://www.comscientia-nimad.ufpr.br>.

Ramos-Pinto, J. e Meira-Cartea, P. (2003). *Educación Ambiental y Diversidad Cultural - Procesos de participación social en la Agenda21 Escolar como estratégias para la Sostenibilidad*. [CD-ROM]. Actas do IV Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental. Centro de Congresos de Habana, Cuba.

Santos, B. S. (1994). *Pela Mão de Alice: o social e o político na pósmodernidade*. Porto: Edições Afrontamento

Sarmiento M., (2005). *Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia*--

Sarmiento, M. J. (2002). "*Imaginário e culturas da infância*". Texto produzido no âmbito das actividades do Projecto "*As marcas dos tempos: a interculturalidade nas culturas da Infância*", Projecto POCTI/CED/2002

Sarmiento, M. J. (2009), *Infância, modernidade e mudança*. Universidade do Minho. Percursos & ideias, Nº 1 - 2ª Série. Lisboa: Revista Científica do ISCET.

Sarmiento. (2002). *Educação & Sociedade, ano XXIII*, no 78. Este texto fez parte da Mesa Temática: *Educação e políticas de exclusão: A negação dos direitos da Infância*, apresentada no Fórum Mundial de Educação (Outubro de 2001, Porto Alegre).

Sato, M. (2004). *Educação Ambiental*. RiMa Editora: São Carlos, SP.

Schmidt L; Nave, J.G.;Guerra,J. (2010). *Educação Ambiental, balanço e perspectivas para uma agenda mais sustentável*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Schmidt,L. (1999). *Sociologia do ambiente:genealogia de uma dupla emergência. Análise Social*, volume XXXIV (150), 175-210. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Schmidt,L.et al. (2010).*Educação Ambiental, Balanço e perspectivas para uma agenda mais sustentável*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Sirota, R. (2001). *Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objecto e do olhar*. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, São Paulo: Autores

Associados, n. 112, p. 7-32. Acedido a 20 de Agosto 2010, em [www.scielo.br/pdf/cp/n112/16099.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16099.pdf).

Sirotta, R. (1998), *L'émergence d'une sociologie de l'enfance: évolution de l'object*

Soromenho-Marques, V. (1998), *O Futuro Frágil – Os desafios da crise global do ambiente* Lisboa, Publicações Europa-América. Temática: “Educação e políticas de exclusão: A negação dos direitos da Infância”, apresentada no Fórum Mundial de Educação (Outubro de 2001), Porto Alegre

Tomás, C. (2006b). *As crianças como prisioneiras do seu tempo-espaço. Do reflexo da infância à reflexão sobre as crianças em contexto global. Currículo sem Fronteiras*, v.6, n.1, pp.41-55

Tomás, C. A. (2006a). “Há muitos mundos no mundo... *Direitos das Crianças, Cosmopolitismo Infantil e Movimentos Sociais de Crianças - Diálogos entre crianças de Portugal e Brasil...*”. Tese de Doutoramento em Estudos da Criança - Área de Conhecimento Sociologia da Infância. Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, Braga, pp. 414.

Ariès.(1973). Acedido através da Internet

<http://www.scribd.com/doc/19716181/PHILIPPE-ARIES-Historia-social-da-crianca-e-da-familia>., em Julho de 2010

Corsaro, (1997) W. *The Sociology of Childhood*. California: Pine Forge Press, retirado de : <http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n125/a0935125.pdf> em Maio de 2010

Corsaro, W. *Educação & Sociedade* vol.28 nº 98 Campinas Jan. /Apr. 2007 *Print version* ISSN 0101-7330

Crick, B. et al (1998) *Citizenship Report*; London: Qualifications and Curriculum Authority (QCA). Acedido através da Internet, de Google livros (<http://www.google.com/books>), em Maio de 2010

Ramos-Pinto, J. (2006). *Agenda21 Escolar: da responsabilidade individual ao compromisso colectivo*. Em: *ComScientia Ambiental*. 2º Semestre de 2006, nº 2. Brasil. <http://www.comscientia-nimad.ufpr.br>

Reboul O. (1992); *Les valeurs de l'éducation*; Paris: Presses Universitaires de France. Acedido através da Internet [http://www.meq.gouv.qc.ca/sections/viePedagogique/numeros/118/vp118\\_19-23.pdf](http://www.meq.gouv.qc.ca/sections/viePedagogique/numeros/118/vp118_19-23.pdf), em Maio de 2010.

Sarmiento, M. J. (2009). *Infância, modernidade e mudança*. Universidade do Minho. PERCURSOS & IDEIAS - Nº 1 - 2ª SÉRIE. Lisboa: Revista Científica do ISCET.

Sarmiento, M. J.; Fernandes, N. e Tomás, C. *Políticas Públicas e Participação Infantil*. Acedido através da Internet, em Maio de 2010, em <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC25/ManuelJacintoSarmiento.pdf>

Sirota, R. (2001). *Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objecto e do olhar*. São Paulo: Cadernos de pesquisa, n. 112, Mar/2001. Disponível em [www.scielo.br/pdf/cp/n112/16099.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16099.pdf). Acesso em 21/08/2010.

Tomás, C. e Soares, N. (2004). *O cosmopolitismo infantil: uma causa (sociológica) justa*. V Congresso de Sociologia. Acedido a 20 de Maio 2000, em [http://cedic.iec.uminho.pt/Textos\\_de\\_Trabalho/textos/ArtigoCongressoAPS.pdf](http://cedic.iec.uminho.pt/Textos_de_Trabalho/textos/ArtigoCongressoAPS.pdf)

Vargas, G. (2000). *La Educación Ambiental en los contextos indígenas*. Actas Nuevas Propuestas para la acción - Reunión internacional de expertos en educación ambiental . Organizado por Xunta de Galicia e UNESCO. Santiago de Compostela. 741-757

Vilarinho, M.E.; Rocha, C.; Ferreira, M.; (2000). *Para uma sociologia da infância ao serviço de uma cidadania participativa das crianças*. Actas do IV Congresso Português de Sociologia - Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos.





## **ANEXOS**

---

---

## **ANEXOS 1**

### **TRANSCRIÇÕES**

---

---

T 1

## Transcrições 1

**Data:** 3 de Setembro de 2010

**Local:** Biblioteca Escolar da EB1 da Glória

**Hora:** 15h30min

**Interviente:** Prof. Purificação Barros (Puri - carinhosamente tratada pelas crianças e colegas)

**Técnica:** entrevista não directiva

I: Vamos ter uma conversa informal e tendo em conta a inicial, propunha que começasses por falar um pouco, sobre... como chegaste à participação nos Fóruns?

Prof. – Podia ir-se ao fundo das questões.

I – Exactamente porque eu acho que isto é importante e é através destas conversas...

Prof. – Pois, se calhar também nunca eu parei para analisar isso que agora estamos a fazer.

I – Sim...

Prof. – Pois, correu bem, não houve contestação, olha...

I – Sim... Serve o mestrado e em particular este estudo sobre os Fóruns para se fazer uma reflexão do trabalho feito. E, particularmente sobre a participação infantil.

Prof. – Mas isso tem a ver com a tua organização?

I – Exactamente, tem a ver com organização. Mas o que interessa aqui é falar sobre a participação infantil, se entendes que houve uma participação efectiva das crianças.

Depois de ter analisado alguns documentos, verifiquei que houve escolas tiveram uma participação regular e outras que foram pontualmente ... que foi o caso...

Prof. – Foi o meu caso.

I – Exactamente. Foi o teu caso e gostaria de saber, porque é que não tiveste uma participação contínua, sendo os três anos – 2005, 2008 e 2010 – e sempre centrado em ti, como professora do grupo. Mas não foi contínuo.

Prof. – Pois não. E sabes porquê? Porque eu participei? isso veio da Câmara, mas não sabia o que era, não tinha muito conhecimento, como nunca tinha participado em nenhum, não me interessei. Depois alguém me disse assim: 'costumas fazer coisas tão boas em relação ao ambiente' – porque eu desenvolvo muitas questões ambientais, desde o dia-a-dia, do desgaste, à reciclagem... tudo de materiais de desgaste eu utilizo, tudo o que posso... e as pessoas como me conhecem nesse ponto de vista perguntaram-me 'porque é que tu não participas no fórum da Terra? Olha, era giro e tal... Tu não estás a fazer nenhum trabalho?'. Foi nesse sentido, estás a perceber? Porque eu faço os trabalhos e muitas vezes não damos a conhecer. Fazemo-los dentro da sala de aula. Então eu resolvi – é evidente que fazê-lo dentro da sala de aula de uma forma informal é diferente de ter que apresentá-lo. Tem que ser trabalhado, as crianças têm que "treinar", por exemplo, a projecção da voz, temos que preparar uma forma de o transmitir. Tudo isso... Esse trabalho já tem que ser mais específico. Então eu comecei a pensar 'Olha tens coisas bonitas, porque é que não vais?'. Então eu aceitei e propus à turma. Na altura, eu acho que era um quarto ano, ou terceiro. E eu vim com a ideia e eles acharam muito interessante. Fiz o trabalho dentro da sala de aula...

I – Essa "combinação" ou essa questão de participação foi planeada com as crianças?

Prof. – Sim, perguntei e depois estivemos a ver o que é que poderíamos fazer.

I – Elas deram sempre a sua opinião?

Prof. – Sempre, sempre a opinião. Partiu delas muita coisa, porque era uma turma muito participativa, com muito espírito de iniciativa, muitas ideias e eu aproveitava isso tudo. Com um bocadinho de ajuda... eu ajudava sempre, não é. Nós temos que pôr a nossa tónica. E então fizemos, que eu até nunca tinha ouvido a palavra biodiversidade e o teu irmão até disse assim 'olha isso era giro para colocar na net', porque eu fiz um trabalho até simples... vi lá trabalhos bem mais elaborados que o meu, mas fizemos uma coisa que estava vistosa, porque o tempo era curto. Foi tudo feito e programado. Eles já estavam postos no palco, em que uns recuavam e outros vinham para a frente. Todos. A minha preocupação máxima era que todos colaborassem, que os 25 alunos colaborassem, o que também não é fácil, não é...

I – Sim. É uma turma grande...

Prof. – E não houve PowerPoint nem nada disso (risos), foi tudo a *ler*, eles elaboraram histórias e até fizeram...

I – Ah... as crianças já me falaram. Que giro...

Prof. – Pois. Mas não foram estes. Mas estes também fizeram porque eu também faço. Foi quase parecido.

I – Pois, mas isso coincide com o que eles disseram.

Prof. – Isto foi com aquela turma. Depois eu até fiz uma coisa engraçada, alguns fizeram em casa, por iniciativas, por livre iniciativa, fizeram textos, criaram histórias em que metiam o problema da reciclagem, não é, e uma eu disse 'ora lê'. E leu e os outros aceitaram e ele foi ler. Depois uma outra acabou por fazer também uma outra história em casa. Foi engraçado.

I – Eram as crianças que faziam?

Prof. – Sempre as crianças que faziam. E eu depois até levava umas arvorezinhas, atrás tinha as histórias e eles liam as histórias. Fizemos umas fitas, não sei se te lembras...

I – Sim.

Prof. – Porque eu pensei assim 'tem que ser vistoso, como é evidente, apelativo'. Comprei um cetim e eles recortaram em feltro... árvores. Uns levavam árvores, outros levavam flores e outros levavam animais. Eles adoram fazer todo esse trabalho de expressão plástica, a escrita, a expressão, a canção, e depois fui tirar no CD, que uma vez fui ali também a um programa sobre ambiente na Universidade, já há uns anos atrás, que era sobre "*As florestas em movimento*".

I – Sim...

Prof. – Do Carlos Moniz. Tenho esse CD e cantámos uma canção, fizeram gestos coordenados, pus umas fitas – recordas-te? ...

I – Sim...

Prof. – Umas fitas de todos os verdes que eu encontrei, de vários verdes. Por acaso estava uma coisa muito simples, que não demora muito tempo, não é...fazia com eles – agora até intensifiquei porque acabei por ter outras ideias, desde a partilha do material, trazerem (um pai até disse olhe que nós temos muito material em casa, muitos lápis, muitas borrachas que nos vão oferecendo, podemos trazer para a turma). Gastamos isso tudo para pouparmos o ambiente, sobretudo. Poupa-se o dinheiro mas também se poupa o ambiente.

I – Exactamente.

Prof. – Então eu, durante os quatro anos que estou com as crianças, ao longo do ano trago muitos cartões, muitas coisas, aliás, as mães dizem-me assim 'eu não posso deitar nada ao lixo porque a minha filha diz-me assim é para a professora porque a professora sabe dar-lhe utilidade'. Estás a entender?

I – É a reutilização.

Prof. – Exactamente, a reutilização. 'A minha filha não me deixa pôr nada fora'. Por exemplo, as bolas do rollon, eu utilizo isso tudo para fazer os bonecos, o corpo humano, e depois tento usar ao longo do ano. Tudo reciclado. Até o Natal aqui, no projecto do Natal, todos os projectos eram feitos com material de reutilização.

I – Exacto, com materiais de reutilização...

Prof. – Tudo. Pronto... vem desde o dia-a-dia, não é um trabalho só pontual, é uns trabalhos que fazemos ao longo do ano. Eu faço-o ao longo do ano.

I – não deita nada fora e depois utilizam-se as coisas...

Prof. - exactamente. Depois é tudo mais fácil.

I – É importante a percepção das crianças sobre o que se está a fazer. Agora, quando tu chegaste ao primeiro fórum, se te recordas... como chegou a informação?

Prof. – Era o que te estava a dizer. A informação chegou no início à escola, porque chega sempre, como é hábito. Nós temos a informação mas só que depois uma pessoa começa a trabalhar e esquece-se, no fundo.

I – Mas a informação chega?

Prof. – Chega. A informação chega. Só que depois vamos esquecendo. Como o ano lectivo começa em Setembro e só vem depois em Março...

I – Exactamente.

Prof. – Ou Abril, uma pessoa esquece-se. Trabalha e esquece-se. Foi o que me aconteceu no segundo fórum, quando eu estava a fazer um projecto com a Escola Secundária, sobre as abelhas. Quem é que me falou, foi a engenheira Cristina Brandão, que falou com o São 'Então a escola da Glória não tem nenhum projecto?'

I – Isto foi em 2008?

Prof. – Pois. E então a São disse ‘não, não tem’. Então ela disse ‘Não tem? Mas está a fazer um projecto muito interessante’. Porque nós quando precisámos de fazer outro projecto em conjunto com a Mário Sacramento foram os alunos do 9.º ano com os nossos, que essa parceria achei-a muito interessante, também é uma novidade o primeiro ciclo trabalhar em conjunto com alunos mais velhos nas questões ambientais, e então foi por isso que eu participei nesse.

I – E agora o deste?

Prof. – O deste, como já fiquei assim meia conhecida, estás a entender (risos)

I – E houve a sensibilização?

Prof. – Não, eu também me tinha esquecido. É engraçado. (risos).

I - Ah...

Prof. – Disseram-me ‘Então Puri, não tens nada para apresentar?’, estás a ver? Nos outros anos passou-me porque não houve ninguém que me tivesse lembrado, pontualmente. Essa informação vem no início do ano ou vem com uma certa antecedência ou não sei se vem na agenda...

I – Na agenda da Câmara?

Prof. – Por exemplo eu este ano encontrei a Dr.ª Cristina e perguntei-lhe se havia e ela já me disse que não, senão também estava “às cegas”. Eu este ano já estava sensibilizada e propus à escola toda participar, estás a ver.

I – Sim...

Prof. – Como ela disse aquilo e eu tenho um projecto que é “A manta”, fazer um teatro com as crianças e isso envolve toda a comunidade, porque elas têm que trazer os trapinhos das roupas velhas, cortadinhos e em rolinhos. Eu propus às minhas colegas. ... e disse assim ‘agora não sei se vai haver fórum, vocês querem continuar? Querem avançar?’. Porque eu fazia sozinha, para a minha sala, estás a entender?

I – Hã-hã...

Prof. – Os pais adoraram a ideia e estão prontos. As colegas disseram ‘não, não, nós também queremos’. Tenho a revista no Carpinteiro (porque se for um euro não é muito dinheiro). Eu falei à Dr.ª Licínia mais para ver se havia uma verba para o teatro, são apenas uns pinos de madeira.

I – Já agora...achas que os fóruns são processos de participação das crianças, processos de “dar voz” às crianças?

Prof. – É assim, elas “dão a sua voz”, mas naquele que eu participei, há muito tempo de espera (o primeiro principalmente, ou foi no segundo?) Não sei se no segundo com escola Mário Sacramento eu tive mais tempo, não sei, como foi com o secundário...

I – Mais tempo como?

Prof. – É assim, as crianças pequeninas, as pequenas, esperam muito tempo, e depois elas vão lá mais do que para ouvir, vão para apresentar o seu. Se calhar poderia haver outra forma, mais familiar digo eu ou, em pequenos grupos.

I – Grupos mais pequenos?

Prof. – Não era? E se calhar mais vezes, poderia ser. Só um fórum por ano...

I – E o que propões? Voltando ao projecto, que te falei - cidade amiga das crianças, e tendo em conta “ouvir o que as crianças têm para nos dizer” sobre assuntos que lhe dizem respeito, o que consideras importante fazer-se?

Prof. – Que têm a responsabilidade?

I – Sim, que têm a responsabilidade.

Prof. – Eu acho muito bem, até que deviam fazer de vez em quando uma coisa pelas quais as crianças lutaram, que é para mostrar assim que afinal a “nossa voz” foi ouvida. Porque eles habituam-se de pequeninos a que ninguém lhes ligue e vão ser até cidadãos... porque às vezes nós duvidamos. Há pessoas que dizem assim: ‘nós nem sabemos se a reciclagem é feita?’. Porque ouvimos tanta coisa e estamos nós preocupados. Não sabemos. Agora a criança notou, vêm entrevistar, já fizeram isso, vieram perguntar à criança como querem a escola e depois não há nada. E a criança habitua-se que ao longo dos anos as suas exigências ou as suas sugestões não são atendidas.

I – Exacto.

Prof. – Acabam por cair em desânimo, não é?

I – Claro, mas como tornar isso a sério?

Prof. – Tornar mais sério.

I – Exactamente. Como tornar mais efectivo?

Prof. – Porque parece que é uma coisa, olha, porque foi bonito... Se foi recordado que eu fui, para mim é uma coisa muito importante na minha vida, porque os meus alunos que foram embora, quando estão comigo lembram-se 'oh professora, e o fórum?...'. Pronto, são experiências de vida, experiências interessantes e boas, porque eles aprenderam também a expor, a estar em público...

I – A que os outros ouçam as suas opiniões. Achas que é isso o que se passa entre as crianças e crianças/adultos?

Prof. – Isso é muito importante, mas acho que devia efectivamente haver mais...

I – De que forma?

Prof. – Sério.

I – Tornar as coisas mais “autênticas”.

Prof. – Sério é. Aquele momento é sério. Depois a partir daí é que...

I – Sim... Como é que se pode concretizar, para que as crianças possam dizer o que pensam sobre aquilo que lhes diz respeito, quer em relação ao ambiente, ao nível da cidade, transportes (eles frisaram aqui a questão dos transportes...)

Prof. – Pois...

I – Qual a melhor maneira de se organizar um fórum, que seja “participativo” e que aquilo que as crianças dizem “deve ser tomado em conta”, mesmo ao nível político?

Prof. – Pois, eu lembrei-me de um projecto que houve aí que era – eu não me lembro é do nome – quando eu vim para aqui. Como é que era? (pausa), havia uma comissão de cada escola, em que as crianças iriam falar...

I – Agenda21?

Prof. – Agenda21. Mas eu participei na Agenda21 e não era essa. Era outro antes. Cidade ...Não sei! Mas também nunca se viu, não sei, eu também não estava dentro, porque a gente não estando dentro, também não sabe o que é que aconteceu... Eu acho que havia alunos de cada escola, juntavam-se nos tais fóruns de debate, esses é que eram de debate mesmo, e, agora também não sei dizer-te se foram atendidas algumas exigências ou não. Mas acho que aí era diferente.

I – Ah... também foram feitos... fez-se os fóruns participativos, que eram os fóruns no âmbito da Agenda21.

Prof. – Antes de eu ter participado.

I – Não... foi durante esses anos...

Prof. – Pois nesse eu não estive, eu ainda não estava aqui nesta escola, tinha vindo há pouco tempo.

I – Foram feitos em várias escolas. Fez-se com as crianças, fez-se com os pais, com os professores, com os auxiliares...

Prof. – E havia um Xis de alunos escolhidos aqui, desta escola, com outros e outros, e havia os tais fóruns de debate. Não era assim muito apresentado como este, não era assim tão apresentado...

I – Sim, mas era para discutir...

Prof. – Era para discutir questões que tinham a ver com a qualidade de vida nas cidades, acho eu.

I – Terá sido o Projecto Cidade Amiga das Crianças?

Prof. – Não te lembras? Lembro-me que até a Manuela Rocha é que ia com esses. A Rosa é que deve saber.

I – Não... não estive presente.

Prof. – Eu acho que era depois da escola, eu acho.

I – À noite fazia-se com os pais, com as auxiliares...

Prof. – Pois, mas acho que isso acabou. Também há muitas iniciativas que acabam e não avalíamos o resultado ou, pelo menos, não nos chega. Nós “dávamos” as crianças e não sei o quê... também nos falha.

I – Falhou?

Prof. – Sim...

Fez-se uma breve pausa

## Transcrições 2

**Data:** 3 de Setembro de 2010

**Local:** Biblioteca Escolar da EB1 da Glória

**Hora:** 15h30min

**Interveniente:** Prof. Purificação Barros (Puri - carinhosamente tratada pelas crianças e colegas)

**Técnica:** entrevista não directiva

**Local:** Biblioteca (15h30min)

(continuação)

Prof. Eu acho interessante apresentar estes trabalhos que foram apresentados, porque havia com grande qualidade e depois a criança também tem possibilidade de criar um texto, de dramatizar, de trabalhar a expressão plástica, assim tudo é muito importante. Mas depois não tem o feedback dos outros, a análise dos outros, o tal debate do próprio trabalho que fez. Não vamos criar só aquilo do ícone “debate”. Devíamos criar sim, a exposição do trabalho, não é, a forma como se quiser, e no fim se calhar era fora...devia demorar mais tempo. Também podia ser.

I – Mais dias?

Prof. Sim, dar mais dias, com menos grupos.

I – E mais espaço de debate?

Prof. Pois, mais espaço de debate. Mesmo nos pequeninos da pré-escola, mas ao nível deles...

I – Este ano, já se fez em dias diferentes. Um dia para o 1ºCEB, de tarde para o 2º,3º e Secundário e, noutro para o pré-escolar.

Prof. No fim, iriam dizer o que é que acharam, fazendo-se uma análise.

I – Sim. E no final sair com algum documento? Com aprovação das crianças?

Prof. – Pois... Quem estiver a orientar podia até perguntar assim: “Então é importante isto que vocês disseram sobre ambiente?”. “Há aquele grupo, por exemplo, que detectou falhas ou problemas daqui e acolá. O que é que poderíamos fazer daqui? Que propostas?”

I – Exactamente.

Prof. Que propostas, mesmo os pequeninos...

I – Sim, sim...

Prof. – Propostas para levar e tentar encontrar um representante, ou da Junta de Freguesia, não é?

I – E que estes estejam representados até ao final dessa acção.

Prof. – Estarem os representantes e dizerem assim: ‘Eu sou o representante, digam lá’. E depois também diziam ‘Essa ideia que vocês têm não é muito viável, mas vejam outra’. Procurar, por exemplo, a procurar soluções...

I – Ou que as crianças considerem mais importante falar...

Prof. – Sim.

Prof. – Olhando, até aqui na escola eu já fiz um projecto com uma turma, quando foi tratar sobre crianças diferentes e a deficiência. Eles fingiram-se de cegos e estivemos a fazer um levantamento das dificuldades que teria uma criança com determinadas deficiências ao estar aqui na escola.

I – E o que sentiram?

Prof. – Pois sentiram. E são coisas que nós no dia-a-dia não nos apercebemos e só fazendo este exercício é que vemos.

I – Exactamente... Nesse aspecto conseguem.

Prof. – Até as escolas e tudo. Agora, estas mais antigas...

I – O que se deve fazer mais, para tornar as crianças mais participativas, em decisões... quer no que diz respeito à escola e à cidade?

Prof. – Estamos toda a vida a debater.

I – Tem que haver mudança. Como?



Prof. – Tem que haver, porque a “gente” já não acredita em nada. Os políticos são o que são e depois isto é uma sociedade que temos que agarrar outra vez, estes valores importantes.

I - Exactamente. Para se começar a acreditar?

Prof. – Sim, a acreditar. Estamos numa época em que ninguém acredita em ninguém.

Prof. – É. Eu tenho algumas das actividades...

Houve necessidade de terminar, uma vez que a Prof. Tinha compromissos na escola.

### Transcrição 3

**Data:** 28 de Setembro de 2010

**Local:** Biblioteca Escolar da EB1 da Glória

**Hora:** 9h

**Interveniente:** Grupo de 3 crianças do 2º ano A

- André; a Carolina e o Miguel

Idades: 7 anos

**Técnica:** Discussão focalizada

Antes houve uma conversa sobre o que se pretendia... Foi pedido autorização para gravar.

Resposta das crianças: “É giro. Sim...”

I : Agora, cada um de vocês vai dizer, porque assim é mais fácil... comecei por escrever o que disseram, mas não percebo o que eu para aqui escrevi... (enquanto se descobria como se gravavam as vossas vozes no computador) ... como já está resolvido ....

Cada um vai dizer, o que é que ... mais gostaram do fórum da Terra (assim conhecido pelas crianças), digam o que pensam...

... Dizem o nome antes, que é para eu saber quem fala.

O que é que mais gostaram por terem participado no fórum?

**André** (silêncio) de... ouvir os outros meninos.

**Carolina:** De... (silêncio) de termos (silêncio) ido lá fora

I: Sim... e mais?

**Carolina:** haaa (silêncio)

I: quando vocês chegaram ...o que é mais gostaram?

**Carolina:** da sala

I : da sala. E tu André?

**Miguel:** Miguel...

I: Miguel... desculpa.

**Miguel:** haaa... gostei de estar no palco.

I: hum... muito bem. Agora digam-me uma coisa, e o que é que gostaram menos?

**André:** De ouvir os... o barulho quando entrámos na sala.

I: do barulho?

**Carolina:** dos meninos ...não nos deixarem falar.

**Carolina:** de... (silêncio) deles fazerem muito barulho e depois portarem-se mal.

**Carolina:** quando... quando não conseguíamos falar ao microfone... quando ... havia falhas.

I: ah... pois agora estou a recordar. De vez em quando não era fácil, pois não? Porque os aparelhos não funcionavam, os computadores... os microfones não funcionavam... isso é verdade. Ora bem... então digam-me uma coisa, quando vocês... preparavam e combinavam o que iam apresentar no Fórum, aqui na escola, ... como faziam? Como é que vocês se organizaram? como é que vocês trabalharam na vossa sala, com a vossa professora para participar no fórum?

**André:** fizemos (silêncio) ... tipo umas, uma (silêncio)... escrevemos uma coisa, pronto, dissemos aos meninos sobre as árvores....

I: sim... E quem é que é que pensou nisso?

(Silêncio)

Carolina: foi....

I: Quem teve a ideia de falar sobre as árvores ou outros meninos? quem é que teve as ideias de escrever num papel aquilo que vocês levaram para o fórum?

**Carolina:** fomos nós, mas a professora também nos ajudou um bocadinho.

I: Ah... muito bem.

Interrupção... chegou um grupo de crianças à biblioteca...

## **ANEXOS 2**

### **DEPOIMENTOS ESCRITOS**

---

---

## Depoimento escrito 1

**Nome:** Margarida Araújo

**Escola:** Escola n2 de Cacia

**Meio de comunicação:** E-mail

Gostaria de me socorrer das V/ "Vozes" para dar Voz às vossas opiniões, ideias sobre o objectivo deste trabalho - PARTICIPAÇÃO INFANTIL.

1. Aveiro tem o "Projecto – Cidade Amiga das Crianças", com o objectivo de colocar em prática. e em plenitude o cumprimento dos V/ direitos, sobretudo a nível da PARTICIPAÇÃO, tendo em conta as V/ opiniões.
2. Aveiro, foi um dos treze municípios seleccionados (pelo facto de realizar o Fórum), entre - Amadora, Cascais, Guarda, Matosinhos, Palmela, Ponte de Lima, Portimão, Póvoa de Varzim, Trancoso, Vila do Conde, Vila Franca de Xira e Viseu.

### O que pretendo?

- Tendo a certeza que poderão contribuir (e muito) com a V/ experiência nesses encontros e juntos poderemos fazer algo para tornar efectiva e levar a sério o que se entende como PARTICIPAÇÃO.
- Como tal, gostaria de ter a vossa colaboração, em entrevistas ou conversas informais (pequenos grupos de discussão), num horário que não prejudique as vossas aulas e a rotina diária. Serão poucas.
- Nos grupos de discussão, para poder tomar notas e reflectir sobre as V/ ideias, peço-vos autorização para gravar as nossas conversas. As gravações não serão mostradas a ninguém e os V/ nomes só serão divulgados se assim o entenderem.

1. Uma das primeiras propostas que gostaria de vos colocar, é recorrer "às vossas memórias" sobre a V/ participação nos Fóruns da Terra.  
– O que mais vos chamou a atenção em todos os Fóruns? (pela negativa ou positiva).  
*O me mais me chamou a atenção foi o facto de pessoas se empenharem tanto para que tudo corra bem nas apresentações, fazerem tudo "direitinho", tratarem-nos como se fossemos pessoas adultas a participar numa palestra importante... as pessoas não vem os fóruns como uma coisa qualquer mas sim como algo realmente importante e é bom saber que a participação dos mais jovens realmente importa.*

**Nota:** Não é necessário fazer grandes relatórios. Não se preocupem com a escrita, só quero que o façam livremente conforme o que vos vier à memória e que sejam críticos e sinceros.

Outras questões:

Questão: O que é que entendem como – Participação Infantil?

Resposta: *Eu sei o que é , não sei é dizer-lo por palavras...É quando crianças ou adolescentes participam em projectos ou fóruns dando a sua opinião sobre um tema e desenvolvê-lo de modo a desenvolverem novas capacidades.*

Participações no Fórum.

Questão: Façam-me (sff) um breve relato (como entenderem) sobre a vossa trajectória/percurso (pessoal ) nos fóruns (com aspectos negativos e positivos).

Resposta: *O meu percurso por estes fóruns já é de algum tempo... Desde que ando no quinto ano que participo neles e já participei em fóruns em variados locais ... não acho que a minha participação neste tipo de projectos me tenha influenciado pela negativa, pelo contrário aprendi bastante coisas com eles.*

Questão: Essas experiências foram de alguma utilidade? Porquê?

Resposta: *Claro. Participar nestes fóruns deu-nos a oportunidade de conhecer novas pessoas, discutir temáticas, aprender a falar para o público, desenvolver projectos, conhecer novos locais, aprender novas coisas ...*

Questão: **As** experiências que referiste foram algum obstáculo para as tuas tarefas?

Se sim. Que tipo de obstáculo.

Resposta: *O único obstáculo que estes foruns me podem ter criado foi ter que dispensar algum do meu tempo livre que podia utilizar para estudar ou fazer trabalhos da escola, a preparar as apresentações ou os trabalhos... mas nunca perdi assim tanto tempo que me prejudicasse ao ponto de as notas baixarem os assim...*

Questão: Notas interesse nos teus colegas (meninas e rapazes) em participar? **Em que medida?**

Resposta: *Bem, algumas pessoas demonstram algum interesse em participar, pela a experiência toda no global , mas outras não têm mínimo interesse e se o fazem é de alguma forma obrigados... Também acho que o interesse que as pessoas demonstram a participar depende do tema a ser desenvolvido...*

Questão: Que atitudes ou mudanças positivas tiveram em ti a oportunidade de participares nos Fóruns?

Resposta: *Foram tantas! Aprendi a falar “para multidões”, a desenvolver temas, de certa forma a socializar melhor porque comunicamos com muita pessoas, aprendi a expressar melhor a minha voz , a empenhar-me a sério num projecto para depois “colher os frutos do meu trabalho”...*

Questão: Que atitudes ou mudanças negativas observaste ao longo da tua participação nos Fóruns?

Resposta: *Não acho que a minha participação nos foruns me tenha prejudicado de modo algum nem senti nenhuma mudança para prior pelo contrário...*

Questão: O que é que essas experiências facilitaram na tua vida escolar ou pessoal/ ou relações amizade?

Resposta: *Sinceramente acho que sou uma pessoa bastante sociável, mas nestes foruns como convivi com muitas pessoas novas aprendi a ser ainda mais! A nível escolar ajudou muito mais porque agora tenho mais facilidade a apresentar trabalhos orais como power-points entre outros...*

Questão: Que propostas sobre - participação infantil gostarias que se conhecessem ou utilizassem dentro do projecto do Fórum Infanto-juvenil, para promovê-lo?

Resposta: *Não sei um tema em específico mas algo que atraísse os adolescentes a participar neste tipo de projectos, algo cativante , que motivasse ... Pra mim este tipo de projectos só trouxe coisas boas por isso qualquer tema actual é interessante!*

Obrigada pela vossa colaboração!

## **Depoimento escrito 2**

**Nome:** Renata Vieira

**Escola:** Escola n2 de Cacia

**Meio de comunicação:** E-mail (enviado a

### **O que pretendo?**

- Tendo a certeza que poderão contribuir (e muito) com a V/ experiência nesses encontros, juntos poderemos fazer algo para tornar efectiva e levar a sério o que entendem como PARTICIPAÇÃO.

- Como tal, gostaria de ter a vossa colaboração, em entrevistas ou conversas informais (pequenos grupos de discussão), num horário que não prejudique as vossas aulas e a rotina diária. Serão poucas.

- Nos grupos de discussão, para poder tomar notas e reflectir sobre as V/ ideias, peço-vos autorização para gravar as nossas conversas. As gravações não serão mostradas a ninguém e os V/ nomes só serão divulgados se assim o entenderem.

2. Uma das primeiras propostas que gostaria de vos colocar, é recorrer “às vossas memórias” sobre a V/ participação nos Fóruns da Terra.

– O que mais vos chamou a atenção em todos os Fóruns? (pela negativa ou positiva).:

Questão: O que entendem sobre – Participação Infantil?

Resposta: *É quando as crianças participam de forma activa em determinados projectos, influenciando as questões em seu redor.*

Participações no Fórum.

Questão: Façam-me (sff) um breve relato (como entenderem) sobre a vossa trajectória/percurso (pessoal ) nos fóruns (com aspectos negativos e positivos).

Resposta: *Eu participei em fóruns até ao meu 9º ano e desde que me lembro.*

Quando andava no 6º ano cheguei a ir, juntamente com os meus colegas, a Cáceres; tive a oportunidade de ver trabalhos de outras crianças e de lhes mostrar o nosso.

Ao longo do meu trajecto, que foi sempre acompanhado pelo Professora Conceição, lembro-me de participar em várias apresentações do nosso projecto ao público.

Os projectos de cada grupo eram sempre recebidos com muito entusiasmo.

Questão: Essas experiências foram de alguma utilidade? Porquê?

Resposta: Sim, foram abrindo horizontes, em termos das relações humanas, uma vez que interagíamos com várias crianças de vários países e em relação às preocupações que devemos ter em relação ao nosso planeta.

Questão: As experiências que referiste foram algum obstáculo para as tuas tarefas?

Se sim. Que tipo de obstáculo.

Resposta: Em relação à comunicação, entre nós e as outras crianças, era difícil pois vivíamos em países diferentes, mas conseguíamos ultrapassar esse obstáculo através do contacto pela internet e correio.

Também era difícil convencer as pessoas de que o mundo é de todos e por isso o devemos poupar e cuidar, mas o poder das crianças é surpreendente.

Questão: Notas interesse nos teus colegas (meninas e rapazes) em participar? Em que medida?

Resposta: Sim, eu penso que as crianças se interessam bastante pelo meio ambiente e pelas relações que têm entre elas.

Questão: Que atitudes ou mudanças positivas tiveram em ti a oportunidade de participares nos Fóruns?

Resposta: Tornei-me mais responsável, tenho o cuidado de por o lixo no contentor certo e apagar as luzes que não são necessárias.

Questão: Que atitudes ou mudanças negativas observaste ao longo da tua participação nos Fóruns?

Resposta: Que me lembre, não haviam grandes problemas. Havia uma grande entreajuda entre todos, e ainda bem.

As piores mudanças eram mesmo aquelas que o planeta estava a passar.

Questão: O que é que essas experiências facilitaram na tua vida escolar ou pessoal/ ou relações amizade?

Resposta: O contacto com crianças de vários países tornaram-me menos tímida e mais extrovertida. E ainda bem!

Questão: Que propostas sobre - participação infantil gostarias que se conhecessem ou utilizassem dentro do projecto do Fórum Infanto-juvenil, para promovê-lo?

Resposta: Penso que deveriam ser inseridas todas as actividades que promovam o interesse das crianças pelo meio ambiente, não tenho ideia de nenhuma proposta em concreto.

(esta proposta foi adaptada a partir da elaborada por SAURI -2002)

Obrigada pela vossa colaboração!

### **Depoimento escrito 3**

**Nome:** Anabela Saraiva

**Meio de comunicação:** Enviada por e-mail a 29 de Setembro de 2010 e Recebida a 3 de Outubro de 2010

Questões colocadas:

***"Realização de um breve relato da trajectória pessoal, bom como o processo de aproximação e vivência à temática da Educação Ambiental e/ou Carta da Terra (ex.Fóruns Infanto-juvenis de Aveiro). Acrescentando aqueles aspectos que mais marcaram e que chamaram a atenção com relação à historia dos Fóruns.***

**Educadora de Infância**

A Educação Ambiental entrou na minha trajectória pessoal desde que surgiram os primeiros ecopontos e o mais próximo da minha residência situava-se no Concelho vizinho. Posteriormente, entrou na minha vida profissional, através da ASPEA (delegação de Aveiro) e da proposta de Protocolo que solicitou à Câmara Municipal de Aveiro. Durante os 5 anos em que exerci funções na Divisão de Educação foi considerado um Projecto prioritário de intervenção junto da Comunidade Educativa do Concelho de Aveiro através da Agenda21 Escolar tendo sido editadas duas Agendas em suporte papel e uma em CD-ROM. Participei na formação anual promovida pela ASPEA e participei na dinamização de grupos de trabalho para a sua implementação no Município e na organização do Fóruns Infanto-Juvenis de Aveiro. A Carta da Terra integrou o site do Município de Aveiro e foi amplamente divulgada.

**Consideras estes Fóruns Infanto-Juvenis processos de participação das crianças - Se sim, como? Não, porquê?**

Considero que a participação da criança nos Fóruns Infanto-Juvenis é muito importante para o seu desenvolvimento harmonioso e global. É assim que se formam crianças como cidadãos livres, solidários e intervenientes. A participação das Escolas em actividades promovidas por outros parceiros é uma forma de abertura da mesma ao meio envolvente como factor da qualidade e de aprendizagens significativas e ao longo da vida. Todos aprendemos uns com os outros e aprendemos a aprender fazendo e a apresentação de testemunhos de práticas pedagógicas relevantes é salutar e os municípios só têm a ganhar com isso em gerações futuras.

#### **Depoimento escrito 4**

**Nome:** David Silva

**Meio de comunicação:** Enviada por e-mail a 29 de Setembro de 2010 e Recebida a 10 de Outubro de 2010

Questões colocadas:

***"Realização de um breve relato da trajectória pessoal, bom como o processo de aproximação e vivência à temática da Educação Ambiental e/ou Carta da Terra (ex. Fóruns Infanto-juvenis de Aveiro). Acrescentando aqueles aspectos que mais marcaram e que chamaram a atenção com relação à história dos Fóruns.***

O contacto que tive com os fóruns infanto-juvenis de Aveiro deriva do facto de ser membro da ASPEA desde 2006, tendo participado, portanto, nos últimos quatro fóruns. Estes fóruns são espaços por excelência para a participação cívica e democrática das crianças e jovens que estão envolvidos em projectos na área ambiental, através de projectos educativos da própria escola ou de projectos da componente disciplinar Área-Escola.

A minha participação nos fóruns, enquanto membro da ASPEA, foi mais direccionada para o apoio logístico. Durante a apresentação dos trabalhos, pelas diversas escolas e jardins-de-infância, reparei que muitos desses trabalhos eram excelentes e de elevada qualidade, alguns mais pela criatividade e pelas expressões plásticas e teatrais, outros mais pelo carácter científico e técnico, sendo estes últimos abordados pelo ensino secundário. Noto alguma falta de valorização, e consequente motivação, dos trabalhos expostos pela comunidade em geral, ou seja, se não fosse estes fóruns, os trabalhos ficariam numa gaveta de um professor ou, então, apenas expostos num átrio de uma escola. Por isso, estes fóruns são espaços extremamente participados e de

vanguarda para a promoção da cidadania, da democracia participativa e da valorização do trabalho realizado pelas crianças, jovens, professores, coordenadores, encarregados de educação e auxiliares educativos.

Os aspectos menos bons que rodeiam os fóruns relacionam-se com a sua clausura em edifício, a segregação criada para com a comunidade exterior e alguns trabalhos serem demasiado expositivos, sem interacção e debate. Na minha óptica e numa perspectiva *learnsapes*, ou seja, aprender fora de portas, o fórum não se devia circundar apenas ao espaço físico do Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, mas sim, abrir possibilidades de dinâmicas ao ar livre. Relativamente ao outro aspecto, a população em geral deveria participar também no evento, enquanto público, permitindo uma maior interacção e sensibilização para as diversas temáticas ambientais expostas. Na minha opinião, os trabalhos das escolas deveriam ser discutidos após a apresentação, aumentando, assim, a interacção com o público.

Como opinião pessoal, sugeria que, por exemplo, houvesse prémios para os melhores trabalhos a cada nível de ensino, como forma de estimular e gratificar o esforço de todos os intervenientes no projecto educativo.

A entrega de certificados aos participantes também foi uma boa iniciativa dos Fóruns, permitindo, deste modo, que os alunos ficassem com uma lembrança/registo do evento. A produção de um CD com textos, imagens e vídeos com todos os trabalhos, dinamizados durante o Fórum, também seria uma mais-valia.

## Depoimento escrito 5

**Nome:** Maria da Luz Costa

**Meio de comunicação:** Enviada por e-mail a 29 de Setembro de 2010 e Recebida a 3 de Outubro de 2010

Questões colocadas:

***"Realização de um breve relato da trajectória pessoal, bom como o processo de aproximação e vivência à temática da Educação Ambiental e/ou Carta da Terra (ex.Fóruns Infanto-juvenis de Aveiro). Acrescentando aqueles aspectos que mais marcaram e que chamaram a atenção com relação à historia dos Fóruns.***

Foi no ano.... que o colega destacado na Aspea e eu requisitada á minha Escola pensámos em organizar a comemoração do Dia da Terra, pois seria um acto diferente do habitual. Contactámos a Câmara municipal de Aveiro, o Instituto do Ambiente entidades que sempre nos apoiaram e resolvemos fazer uma actividade que desse a conhecer á população em Geral qual a importância da conservação do nosso planeta.

Além da participação activa da Escola da Vera Cruz da qual e fui directora e dinamizadora de vários projectos de Educação Ambiental, penso que nesse ano já teríamos sido galardoados pela 3ª vez, com a Bandeira das Eco-escolas, á mais díspar população.

Colaboraram: bombeiros, grupos folclóricos e etnográficos, orfeão universitário de Aveiro etc,

Foi um dia de imensa chuva mas esquecida pela honra de termos tido a presença da Presidente do Instituto do Ambiente e o Secretário e Estado do Ambiente que nessa altura lançou aqui a campanha do ruído.

Apesar do balanço positivo, no ano seguinte , tendo na Associação uma estagiária de Biologia da Universidade de Aveiro, resolveu dar-se uma valência diferente á data, pois já havia escolas que sensibilizadas para projectos de Ed Ambiental, achámos oportuno dar a conhecer aos outros através da sua apresentação num pavilhão cedido pela câmara.

Neste ano não tive actividade específica, pois tinha-me aposentado.

Foi uma situação temporária, porque no ano seguinte regressei, como voluntária, dando todo o apoio ao colega , pois foram-se criando laços da amizade e queríamos fazer sempre mais e mais. Entretanto foi substituído por uma outra colega e eu continuei a trabalhar com ela até há 2 anos. Fez-se muito, chegou a juntar-se cerca de mil crianças de todo o concelho, de um dia passou-se a dois , trouxemos Escolas convidadas doutros distritos, como Viseu e Coimbra. Esta ultima foi uma Escola da Fig da Foz, que eu tinha visitado e achei fantástico o trabalho feito para as comemorações da Semana da Escola e veio durante dois anos com trabalhos de apresentação de projectos.

Apesar de terem aparecido projectos muito Bons, com Bons actores, louvo o trabalho apresentado pelas turmas dos mais pequeninos, dos 5 aos 10 anos.

Todo este trabalho teve o apoio incondicional do Departamento da Educação e do Ambiente, que apoiou sempre a Educadora destacada na ASPEA.

**«Considera estes Fóruns Infanto-Juvenis processos de participação das crianças - Se sim, como? Não, porquê?»**

Sem dúvida que estes Fóruns, foram pelo seu empenho, tanto referente aos docentes e resto do pessoal envolvido, mas muito especialmente às crianças, um comatar dum trabalho, que para eles era sempre o melhor em relação aos outros.

Dava gosto vê-los com os seus gestos e dicção muito apurada a apresentar, representando de tal forma, que poderíamos pensar que era um teatro simples, muito especial, mas só DELES. Fiquei encantada e aprendi muito com esta iniciativa. Apesar de estar por razões dolorosas longe deste grupo de trabalho, desejo que continue, pois as Nossas Crianças e Jovens merecem e precisam destes incentivos para a sua Formação.

## Depoimento escrito 6

**Nome:** Maria da Conceição de Oliveira Monteiro Marques da Silva

**Meio de comunicação:** Enviada por e-mail a 29 de Setembro de 2010 e Recebida a 17 de Outubro de 2010

Questões colocadas:

***"Realização de um breve relato da trajectória pessoal, bom como o processo de aproximação e vivência à temática da Educação Ambiental e/ou Carta da Terra (ex.Fóruns Infanto-juvenis de Aveiro). Acrescentando aqueles aspectos que mais marcaram e que chamaram a atenção com relação à história dos Fóruns.***

Licenciada em Educação do Ensino Básico – 1º ciclo

Professora coordenadora de projectos internacionais na Escola Básica nº2 de Cacia

Nasci no seio de uma família numerosa na qual imperavam valores como o amor, a ternura, o respeito, a entreajuda, a cumplicidade...Desde pequenina que, nas minhas brincadeiras, havia sempre uma escola em que a professora era eu e os conteúdos abordados relacionavam-se com a igualdade, a justiça e o respeito! E assim foi...tornei-me professora porque, como gosto muito de crianças, queria ir ao seu encontro, partilhar com elas o arco-íris do sonho e a alegria da descoberta, ajudá-las a crescer dentro de alguns valores que eu acredito poderem contribuir para um mundo mais justo e pacífico. Tinha o firme propósito de ser uma pessoa activa, participativa e consciente da complexidade do mundo, disposta a incentivar e incutir o gosto pela protecção da beleza, da diversidade e da vitalidade da Terra.

Ao longo da minha vida profissional tenho participado em acções de prevenção e superação dos desequilíbrios ambientais, incentivando os meus alunos e respectivas famílias à mudança de atitudes e comportamentos, através de pequenos gestos diários.

Inicialmente desenvolvíamos acções isoladas e, a pouco e pouco, o nosso trabalho foi ganhando a forma de projecto, alguns nacionais e outros, na sua maioria, internacionais.

Acredito que, através destes projectos de Educação Ambiental, os alunos adquirem as competências (cognitivas, metodológicas, comunicativas, de ordem pessoal e social) necessárias à solução de problemas a nível local e global; com a permuta de dados e experiências tornam-se pessoas responsáveis, críticas e intervenientes assegurando, assim, a sua formação integral num espaço privilegiado de Educação para a Cidadania.

É o caso do projecto internacional **"The Little Earth Charter"** que é uma adaptação da Carta da Terra para crianças, em que os alunos dão as mãos num mesmo objectivo de Respeito, de Justiça e de Paz, contribuindo para a estruturação da sua personalidade e para o seu equilíbrio emocional.

Foi então que recebemos o convite da ASPEA e da Câmara Municipal de Aveiro para participar no Fórum Infanto-juvenil do Dia da Terra, em Aveiro.

Foi com bastante entusiasmo que os alunos receberam a notícia e se prepararam para partilhar as suas experiências; a minha expectativa também era grande apesar de algum receio da forma como os outros veriam o nosso trabalho; mas foi uma experiência muito marcante e aprendemos bastante com os outros trabalhos, todos de grande qualidade, que nos permitiram reflectir nos nossos deveres enquanto cidadãos.

Durante cinco anos consecutivos participámos nestes fóruns e poderei dizer que foram marcos importantes para os meus alunos e para mim; pude confirmar que a partilha faz os alunos crescer



dentro de comportamentos e atitudes cívicas em relação ao ambiente físico e social em que estão inseridos e abre-lhes novos horizontes, ensinando-os a pensar e a agir, individual e colectivamente; garante também a sustentabilidade ecológica, a supressão das desigualdades e da exclusão social e incute nos alunos auto-confiança e segurança, imprescindíveis para o seu crescimento e plena integração na sociedade.

## **ANEXOS 3**

### **QUADROS E GRÁFICOS**

---


---

**Quadro 7** - Diplomas de Direito Internacional relativos à Infância e Juventude

ENTIDADE	DIPLOMAS	DATAS
<b>ONU</b>	<i>Declaração Universal dos Direitos do Homem</i>  <i>Declaração Universal dos Direitos da Criança</i>  <i>Regras de Beijing</i> (Regras mínimas das Nações Unidas para administração da justiça de menores)  <i>Directrizes de Riade</i> : princípios orientadores das Nações Unidas para prevenção da delinquência juvenil  <i>Convenção sobre os Direitos da Criança</i>	Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas aprovada em 12/10/1948  29/10/1959  Resolução nº45/113 - 1985  Resolução nº45/112  Nova Iorque, 20/11/1989 (ratificada por PT a 21/09/1990)
<b>Conselho da Europa</b>	Convenção Europeia dos Direitos e Liberdades  Carta Social Europeia  Convenção Europeia sobre o exercício dos Direitos da Criança	04/11/1950  Torino, 18/11/1961  Estrasburgo 25/01/1996
<b>UE</b>	Carta Europeia dos Direitos da Criança  Tratado de Amesterdão  Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	Resolução do Parlamento Europeu de 08/07/1992  02/10/1997  Nice, 07/12/2000

Baseado em Delgado (2006)

**Quadro 8 – Modelo de participação infantil de Shier (2001)**

RESPONSABILIZAÇÃO VS NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO		ABERTURA	OPORTUNIDADE	OBRIGAÇÕES
As crianças partilham poder e responsabilidade na tomada de decisão		Está preparado para partilhar algum do seu poder adulto com as crianças	Há algum procedimento que permita às crianças e aos adultos partilharem poder e responsabilidade nas decisões?	É uma exigência política que crianças e adultos partilhem poder e responsabilidade nas decisões?
As crianças são envolvidas no processo de tomada de decisão		Está preparado para permitir que as crianças se juntem ao seu processo de tomada de decisão?	Há algum procedimento que permita às crianças juntarem-se no processo de tomada de decisão?	É uma exigência política que as crianças tenham que ser envolvidas no processo de tomada de decisão?
As perspectivas da criança são tidas em conta		Está preparado para ter em conta as opiniões das crianças?	Tem um conjunto de ideias para ajudar as crianças a expressarem as suas opiniões?	É uma exigência política que as opiniões das crianças sejam tidas em consideração?
As crianças são apoiadas no sentido de expressarem as suas perspectivas		Está preparado para apoiar as crianças a expressarem as suas opiniões?	Tem um conjunto de ideias e actividades que ajudem as crianças a expressarem as suas opiniões?	É uma exigência política que as crianças sejam apoiadas no sentido de expressarem as suas opiniões?
As crianças são ouvidas		Está pronto para ouvir as crianças?	Desenvolve um trabalho que permita ouvir as crianças?	É uma exigência política que as crianças sejam ouvidas?

Traduzido e adaptado por Soares (2003, *cit in* Fernandes, 2005)



**Quadro 9 – Resenha Fórum Infanto-Juvenil - Carta da Terra**

<b>Ano</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Tema</b>	<i>“Que contributo está a dar a nossa escola, a nível local, para que a Terra fique melhor?”</i>	<i>“Construir Cidadania: um contributo da Carta da Terra”</i>	<i>“Um compromisso com a Carta da Terra”</i>	<i>“Carta da Terra: Um compromisso ético para o Futuro”</i>	<i>“Terra: O Planeta que queremos ter!”</i>	<i>“Terra: um espaço de aprendizagem”</i>	<i>“Terra, um Mundo Vivo”</i>
<b>Data</b>	22 Abril	22 Abril	20 Abril	23 e 24 Abril	22 e 23 Abril	20 e 21 Abril	22 e 23 de Abril
<b>Local</b>	Auditório do Parque de Feiras e Exposições de Aveiro	Centro Cultural e de Congressos de Aveiro (Pequeno Auditório)	Centro Cultural e de Congressos de Aveiro (Pequeno Auditório)	Centro Cultural e de Congressos de Aveiro (Grande Auditório)	Centro Cultural e de Congressos de Aveiro (Grande Auditório)	Centro Cultural e de Congressos de Aveiro (Pequeno e Grande Auditório)	Centro Cultural e de Congressos de Aveiro (Pequeno e Grande Auditório)
<b>Nº de escolas</b>	7 Escolas 7 Agrupamentos de Escolas do concelho de Aveiro	10 Escolas/Instituições educativas 6 Agrupamentos de Escolas do concelho de Aveiro	10 Escolas/Instituições educativas 5 Agrupamentos de Escolas do concelho de Aveiro	12 Escolas/Instituições educativas 5 Agrupamentos de Escolas do concelho de Aveiro	18 Escolas/Instituições educativas 6 Agrupamentos de Escolas do concelho de Aveiro	10 Escolas/Instituições educativas 5 Agrupamentos de Escolas do concelho de Aveiro	22 Escolas/Instituições educativas 6 Agrupamentos de Escolas do concelho de Aveiro 4 escolas dos concelhos - CIRA (Águeda, Murtosa, Albergaria-a-Velha e Estarreja)
<b>Nº de alunos</b>	114	213	319	602	1204	793	986

Nº de prof.	18	30	31	43	120	65	66
<b>Entidades envolvidas</b>	* ASPEA (1 elemento destacado a tempo inteiro e 5 colaboradores)	* ASPEA (1 elemento destacado a tempo inteiro e 6 colaboradores)	* ASPEA (1 elemento destacado a tempo inteiro e dois colaboradores)	* ASPEA (1 elemento destacado a tempo inteiro e três colaboradores)	* ASPEA (1 elemento destacado a tempo inteiro e dois colaboradores)	* ASPEA (1 elemento destacado a tempo inteiro)	* ASPEA (1 elemento destacado a tempo inteiro e 4 colaboradores)
	* Câmara Municipal de Aveiro (divisão ambiente; educação)	* Câmara Municipal de Aveiro (divisão ambiente; educação; desporto)	* Câmara Municipal de Aveiro (divisão ambiente; educação)	* Câmara Municipal de Aveiro (Divisão Ambiente)	* Câmara Municipal de Aveiro (divisão ambiente)	* Câmara Municipal de Aveiro (divisão ambiente)	* Câmara Municipal de Aveiro (divisão ambiente)
	*Centro Social e Paroquial da Borralha (Águeda)  *Centro de Educação Integrada - Bela Vista (Águeda)  * Universidade de Aveiro  * Colaboração: GTIAG21EA (Grupo de trabalho para a Implementação da Agenda21 Escolar de Aveiro)	* Colaboração: GTIAG21EA	* Colaboração: GTIAG21EA				Apoio: REN; APA

Quadro 10 - Objectivos e temas dos Fóruns (análise documental das fichas síntese dos documentos)

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Tema	I Fórum Infantil da Terra "Que contributo está a dar a nossa escola, a nível local, para que a Terra fique melhor?"	II Fórum Infantil da Terra "Construir Cidadania: um contributo da Carta da Terra"	III Fórum Infanto-Juvenil em Aveiro "Um compromisso com a Carta da Terra".	IV Fórum Infanto-Juvenil em Aveiro "Carta da Terra: Um compromisso ético para o Futuro"	V Fórum Infanto-Juvenil de Aveiro "Terra: O Planeta que queremos ter!"	VI Fórum Infanto-Juvenil de Aveiro " Terra: um espaço de aprendizagem"	VII Fórum Infanto-Juvenil "Terra, um Mundo Vivo"	
Obj.	<p><u>Objectivos gerais:</u></p> <p><b>Desenvolver</b> um espírito de consciência para uma melhoria do meio ambiente, promovendo a integração de conceitos de ambiente e desenvolvimento, nos programas de ensino.</p> <p><b>Proporcionar</b> um espaço articulado por diferentes instituições, órgãos e entidades comprometidas com a educação ambiental;</p> <p><b>Criar</b> espaço de discussão, actuação, mobilização e divulgação do trabalho desenvolvido no âmbito da Educação Ambiental nas escolas do Concelho de Aveiro;</p> <p><b>Promover</b> a integração e troca de experiências e conhecimentos entre alunos das diferentes escolas do município;</p> <p><b>Promover</b> um fórum de debate entre alunos e comunidade, visando a troca de experiências e planificação de acções conjuntas;</p> <p><b>Disponibilizar</b> instrumentos de participação através de espaços de socialização, de partilha de informações, articulação e mobilização de parceiros, visando a conciliação de esforços para a promoção da Educação Ambiental e valorização das escolas que desenvolvem projectos nesta área;</p> <p><b>Desenvolver</b> consciência ambiental em todos os sectores da sociedade;</p> <p><b>Promover</b> a integração de conceitos de ambiente e desenvolvimento humano nos projectos curriculares</p>	<p><u>Objectivos gerais:</u></p> <p><b>Desenvolver</b> um espírito de consciência para uma melhoria do meio ambiente, promovendo a integração de conceitos de ambiente e desenvolvimento, nos programas de ensino.</p> <p><b>Proporcionar</b> um espaço articulado por diferentes instituições, órgãos e entidades comprometidas com a educação ambiental;</p> <p><b>Criar</b> espaço de discussão, actuação, mobilização e divulgação do trabalho desenvolvido no âmbito da Educação Ambiental nas escolas do Concelho de Aveiro;</p> <p><b>Promover</b> a integração e troca de experiências e conhecimentos entre alunos das diferentes escolas do município;</p> <p><b>Promover</b> um fórum de debate entre alunos e comunidade, visando a troca de experiências e planificação de acções conjuntas;</p> <p><b>Disponibilizar</b> instrumentos de participação através de espaços de socialização, de partilha de informações, articulação e mobilização de parceiros, visando a conciliação de esforços para a promoção da Educação Ambiental e valorização das escolas que desenvolvem projectos nesta área;</p> <p><b>Desenvolver</b> consciência ambiental em todos os sectores da sociedade;</p> <p><b>Promover</b> a integração de conceitos de ambiente e desenvolvimento humano nos projectos curriculares</p>	<p><u>Objectivos pedagógicos:</u></p> <p><b>Criar</b> grupos para trabalhar numa metodologia que construa redes de interacção de experiências/iniciativas/projetos/propostas pedagógicas concretas, mobilizando a comunidade educativa para as problemáticas sócio-ambientais.</p> <p><b>Promover</b> um Fórum de debates entre alunos, visando a troca de experiências, planificação de acções conjuntas e divulgando os seus projectos pedagógicos</p> <p><b>Utilizar</b> o processo do Dia da Terra para trabalhar a Carta da Terra, divulgando o trabalho desenvolvido no âmbito da Educação Ambiental das escolas de Aveiro</p> <p><b>Promover</b> a integração e troca de experiências e conhecimentos entre alunos e comunidade, visando a troca de experiências e planificação de acções conjuntas;</p> <p><b>Disponibilizar</b> instrumentos de participação através de espaços de socialização, de partilha de informações, articulação e mobilização de parceiros, visando a conciliação de esforços para a promoção da Educação Ambiental e valorização das escolas que desenvolvem projectos nesta área;</p> <p><b>Desenvolver</b> consciência ambiental em todos os sectores da sociedade;</p> <p><b>Promover</b> a integração de conceitos de ambiente e desenvolvimento humano nos projectos curriculares</p>	<p><u>Objectivos Pedagógicos:</u></p> <p><b>Proporcionar</b> o encontro de crianças de diferentes localidades, para que juntas possam conviver, aprender/ensinar e partilhar.</p> <p><b>Proporcionar</b> um espaço de troca de experiências e formação entre todos os actores envolvidos (alunos, professores/educadores, outros técnicos).</p> <p><b>Dar visibilidade</b> a trabalhos realizados nas escolas/instituições educativas, divulgando-os no âmbito da Educação Ambiental e Agenda 21/Escolar das escolas de Aveiro.</p> <p><b>Criar grupos</b> para trabalhar numa metodologia que construa redes de interacção de experiências/iniciativas/projetos/propostas pedagógicas concretas, mobilizando a comunidade educativa para as problemáticas sócio-ambientais.</p> <p><b>Utilizar</b> o processo do Dia da Terra para trabalhar a Carta da Terra, divulgando o trabalho desenvolvido no âmbito da Educação Ambiental das escolas de Aveiro.</p> <p><b>Promover</b> a integração e troca de experiências e conhecimentos entre alunos e comunidade, visando a troca de experiências e planificação de acções conjuntas;</p> <p><b>Disponibilizar</b> instrumentos de participação através de espaços de socialização, de partilha de informações, articulação e mobilização de parceiros, visando a conjugação de esforços para a promoção da EA e valorização das escolas que desenvolvem projectos nesta área.</p> <p><b>Ser um espaço</b> de socialização de informações, articulação e mobilização de parceiros, visando a conjugação de esforços para a promoção da Educação Ambiental e valorização das escolas que desenvolvem projectos nesta área.</p> <p><b>Ser um espaço</b> para o desenvolvimento de redes escolares que tenha em</p>	<p><u>Objectivos Pedagógicos:</u></p> <p><b>Fomentar</b> na comunidade educativa o desenvolvimento de projectos no âmbito da Educação Ambiental (EA).</p> <p><b>Proporcionar</b> momentos de encontro entre crianças/jovens de diferentes localidades, para que juntas possam conviver, aprender e partilhar.</p> <p><b>Ser um espaço</b> de partilha de saberes, valores, competências e metodologias no âmbito da EA.</p> <p><b>Promover</b> a troca de conhecimentos/experiências e intercâmbio de ideias e de projectos pedagógicos/EA entre todos os actores envolvidos.</p> <p><b>Dar visibilidade</b> a trabalhos/projectos educativos realizados nas escolas/instituições educativas.</p> <p>Divulgar a Carta da Terra com a perspectiva da sua ampliação.</p> <p><b>Objectivos ambientais:</b></p> <p><b>Despertar</b> a consciência de todos para a preservação e a conservação do ambiente do nosso planeta.</p> <p><b>Ser um espaço</b> de socialização de informações, articulação e mobilização de parceiros, visando a conjugação de esforços para a promoção da EA e valorização das escolas que desenvolvem projectos nesta área.</p> <p><b>Ser um espaço</b> para o desenvolvimento de redes escolares que tenha em</p>	<p><u>Objectivos:</u></p> <p><b>Proporcionar</b> uma percepção integrada dos problemas ambientais na comunidade educativa, fomentando atitudes e comportamentos favoráveis à promoção de um desenvolvimento sustentável.</p> <p><b>Contribuir</b> para a formação de cidadãos conscientes sobre a gravidade e complexidade dos problemas ambientais, sensibilizando-os para a participação na tomada de decisões adequadas.</p> <p><b>Proporcionar</b> momentos de encontro entre crianças/jovens de diferentes localidades, para que juntas possam conviver, aprender e partilhar, articulando de projectos inter-escolas.</p> <p><b>Ser um espaço</b> de partilha de saberes, valores, competências e metodologias no âmbito da EA.</p> <p><b>Dar visibilidade</b> a trabalhos/projectos educativos realizados nas escolas/instituições educativas.</p> <p><b>Divulgar</b> a Carta da Terra com a perspectiva da sua ampliação</p> <p><b>Objectivos ambientais:</b></p> <p><b>Despertar</b> a consciência de todos para a preservação e a conservação do ambiente do nosso planeta.</p> <p><b>Ser um espaço</b> de socialização de informações, articulação e mobilização de parceiros, visando a conjugação de esforços para a promoção da EA e valorização das escolas que desenvolvem projectos nesta área.</p> <p><b>Ser um espaço</b> para o desenvolvimento de redes escolares que tenha em</p>	<p><u>Objectivos:</u></p> <p><b>Possibilitar</b> que crianças e jovens dos municípios que integram a <i>Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA)</i> se apropriem localmente de compromissos globais, assumindo responsabilidades para a construção de sociedades sustentáveis.</p> <p><b>Proporcionar</b> uma percepção integrada dos problemas ambientais na comunidade educativa, fomentando atitudes e comportamentos favoráveis à promoção de um desenvolvimento sustentável.</p> <p><b>Contribuir</b> para a formação de cidadãos conscientes sobre a gravidade e complexidade dos problemas ambientais, sensibilizando-os para a participação na tomada de decisões adequadas.</p> <p><b>Proporcionar</b> momentos de encontro entre crianças/jovens de diferentes localidades, para que juntas possam conviver, aprender e partilhar, articulando de projectos inter-escolas.</p> <p><b>Ser um espaço</b> de partilha de saberes, valores, competências e metodologias no âmbito da EA.</p> <p><b>Dar visibilidade</b> a trabalhos/projectos educativos realizados nas escolas/instituições educativas.</p> <p><b>Divulgar</b> a Carta da Terra com a perspectiva da sua ampliação</p> <p><b>Objectivos ambientais:</b></p> <p><b>Despertar</b> a consciência de todos para a preservação e a conservação do ambiente do nosso planeta.</p> <p><b>Ser um espaço</b> de socialização de informações, articulação e mobilização de parceiros, visando a conjugação de esforços para a promoção da EA e valorização das escolas que desenvolvem projectos nesta área.</p> <p><b>Ser um espaço</b> para o desenvolvimento de redes escolares que tenha em</p>	<p><b>2010</b></p> <p>VII Fórum Infanto-Juvenil</p> <p>"Terra, um Mundo Vivo"</p>



Participação e Cidadania: memória dos Fóruns Infanto-Juvenis de Aveiro

			<p>participantes a participação no Fórum de discussão que já funciona na página WEB da Carta da Terra <a href="http://www.earthcharter.org">www.earthcharter.org</a>.</p> <p><b>Ser um espaço de</b> socialização de informações, articulação e mobilização de parceiros, visando a conjugação de esforços para a promoção da Educação Ambiental e valorização das escolas que desenvolvem projectos nesta área</p> <p><b>Ser um espaço de</b> fomento de redes de interacção/comunicações sobre diferentes temas com a expansão e melhoria da Educação Ambiental</p> <p><b>Promover e cooperar</b> na educação e consciencialização pública em relação à alteração do clima, e estimular à participação nesse processo.</p>	<p>Ambiental e valorização das escolas que desenvolvem projectos nesta área.</p> <p><b>Contribuir</b> para a formação de uma sociedade global com um novo sentido de interdependência e de responsabilidade partilhada pelo bem-estar da família humana e do planeta em geral.</p> <p>Ser um espaço de fomento de redes de interacção/comunicações sobre diferentes temas com a expansão e melhoria da Educação Ambiental</p>	consideração os aspectos socio-ambientais		educativas, com vista à criação de uma rede de cidadãos com o ambiente. <b>Divulgar</b> a Carta da Terra com a perspectiva da sua
--	--	--	--	---	---	--	---

Quadro 11 - Objectivos sistematizados a partir do quadro 10

ANO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
	I Fórum Infantil da Terra	II Fórum Infantil da Terra	III Fórum Infanto-Juvenil em Aveiro	IV Fórum Infanto-Juvenil em Aveiro	V Fórum Infanto-Juvenil de Aveiro	VI Fórum Infanto-Juvenil de Aveiro	VII Fórum Infanto-Juvenil
<b>Objectivos</b>	<p><b>Motivar</b> a comunidade educativa</p> <p><b>Promover</b> a integração de conceitos</p> <p><b>Promover</b> o intercâmbio de experiências</p>	<p><b>Desenvolver</b> um espírito de consciência</p> <p><b>Proporcionar</b> um espaço</p> <p><b>Criar</b> espaço de discussão, actuação, mobilização e divulgação</p> <p><b>Promover</b> a integração e troca de experiências e conhecimentos</p> <p><b>Promover</b> um fórum de debate entre alunos e comunidade</p> <p><b>Disponibilizar</b> instrumentos de participação</p> <p><b>Promover</b> a integração de conceitos de ambiente</p>	<p><b>Criar</b> grupos para trabalhar numa metodologia que construa redes de interacção de experiências/iniciativas/projectos/opostas pedagógicas concretas</p> <p><b>Promover</b> um Fórum de debates entre alunos</p> <p><b>Utilizar</b> o processo do Dia da Terra para trabalhar a Carta da Terra</p> <p><b>Promover</b> a integração e troca de experiências e conhecimentos entre alunos</p> <p><b>Divulgar</b> a Carta da Terra</p> <p><b>Criar</b> entre os participantes</p> <p><b>Promover</b> entre os participantes a participação no Fórum de discussão que já funciona na página WEB da Carta da Terra <a href="http://www.earthcharter.org">www.earthcharter.org</a>.</p> <p><b>Ser um espaço</b> de socialização de informações, articulação e mobilização de parceiros</p> <p><b>Ser um espaço</b> de fomento de redes de interacção/comunicações</p> <p><b>Promover e cooperar</b> na educação e consciencialização pública</p>	<p><b>Proporcionar</b> o encontro de crianças de diferentes localidades</p> <p><b>Proporcionar</b> um espaço de troca de experiências e formação entre todos os actores envolvidos</p> <p><b>Dar visibilidade</b> a trabalhos</p> <p><b>Criar grupos</b> para trabalhar numa metodologia que construa redes de interacção de experiências/iniciativas/projectos</p> <p><b>Utilizar</b> o processo do Dia da Terra para trabalhar a Carta da Terra.</p> <p><b>Divulgar</b> a Carta da Terra</p> <p><b>Ser um espaço</b> de socialização de informações, articulação e mobilização de parceiros,</p> <p><b>Contribuir</b> para a formação de uma sociedade global</p>	<p><b>Fomentar</b> na comunidade educativa o desenvolvimento de projectos no âmbito da Educação Ambiental</p> <p><b>Proporcionar</b> momentos de encontro entre crianças/jovens de diferentes localidades</p> <p><b>Ser um espaço</b> de partilha de saberes, valores, competências E.A.</p> <p><b>Promover</b> a troca de conhecimentos/experiências e intercâmbio de ideias e de projectos pedagógicos</p> <p><b>Dar visibilidade</b> a trabalhos/projectos educativos realizados nas escolas.</p> <p><b>Divulgar</b> a Carta da Terra</p>	<p><b>Proporcionar</b> uma percepção integrada dos problemas ambientais na comunidade educativa</p> <p><b>Contribuir</b> para a formação de cidadãos conscientes sobre a gravidade e complexidade dos problemas ambientais,</p> <p><b>Proporcionar</b> momentos de encontro entre crianças/jovens de diferentes localidades,</p> <p><b>Ser um espaço</b> de partilha de saberes, valores, competências</p> <p><b>Dar visibilidade</b> a trabalhos/projectos educativos</p> <p><b>Divulgar</b> a Carta da Terra</p>	<p><b>Possibilitar</b> que crianças e jovens dos municípios que integram a <i>Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (C/IRA)</i></p> <p><b>Proporcionar</b> uma percepção integrada dos problemas ambientais na comunidade educativa</p> <p><b>Proporcionar</b> momentos de encontro entre crianças/jovens de diferentes localidades, <b>Ser um espaço</b> de partilha de saberes, valores, <b>Fortalecer</b> o papel da escola</p> <p><b>Dar visibilidade</b> a trabalhos/projectos educativos</p> <p><b>Divulgar</b> a Carta da Terra</p>

**Quadro 12 - Agregação dos objectivos a partir do quadro 11**

Objectivos	- Promover a integração de conceitos - Promover o intercâmbio de experiências - Promover a integração e troca de experiências e conhecimentos - Promover a integração de conceitos de ambiente - Promover um fórum de debate entre alunos e comunidade - Promover um Fórum de debates entre alunos - Promover a integração e troca de experiências e conhecimentos entre alunos - Promover entre os participantes a <u>participação</u> no Fórum de discussão que já funciona na página WEB da Carta da Terra - Promover e cooperar na educação e consciencialização pública - Promover a troca de conhecimentos/experiências e intercâmbio de ideias e de projectos pedagógicos  1 - Disponibilizar instrumentos de <u>participação</u>	- Proporcionar um espaço de troca de experiências e formação entre todos os actores envolvidos - <b>Proporcionar</b> momentos de encontro entre crianças/jovens de diferentes localidades <b>Proporcionar</b> momentos de encontro entre crianças/jovens de diferentes localidades - <b>Proporcionar</b> uma percepção integrada dos problemas ambientais na comunidade educativa - <b>Proporcionar</b> uma percepção integrada dos problemas ambientais na comunidade educativa - <b>Proporcionar</b> momentos de encontro entre crianças/jovens de diferentes localidades	Desenvolver um espírito de consciência	- Dar visibilidade a trabalhos - <b>Dar visibilidade</b> a trabalhos/projectos educativos - <b>Dar visibilidade</b> a trabalhos/projectos educativos realizados nas escolas - <b>Dar visibilidade</b> a trabalhos/projectos educativos	- Criar entre os participantes - Criar espaço de discussão, actuação, mobilização e divulgação - Criar grupos para trabalhar numa metodologia que construa redes de interacção de experiências/iniciativas/projectos/propostas pedagógicas concretas	Ser um espaço de socialização de informações, articulação e mobilização de parceiros - Ser um espaço de fomento de redes de interacção/comunicações - Ser um espaço de socialização de informações, articulação e mobilização de parceiros - Ser um espaço de socialização de informações, articulação e mobilização de parceiros, - Ser um espaço para o desenvolvimento de redes escolares - Ser um espaço de partilha de saberes, valores, competências e metodologias no âmbito da EA - Ser um espaço de partilha de saberes, valores, competências - Ser um espaço de partilha de saberes, valores	Divulgar a Carta da Terra - Divulgar a Carta da Terra - Divulgar a Carta da Terra - Divulgar a Carta da Terra - Divulgar a Carta da Terra
------------	---	---	--	---	--	--	--

**Quadro 13** – Objectivos dos projectos dos Fóruns Infanto-Juvenis ao longo dos anos (por agregação)

<b>Categoria A:</b> Objectivos gerais, específicos, ambientais e educativos dos Fóruns Infanto-Juvenis	
<b>Frequência utilizada</b>	<b>Grupos ou unidades de objectivos dos projectos dos Fóruns Infanto-Juvenis</b>
<b>8</b>	<b>Ser um espaço de ...</b> Mobilização de redes/interacção/comunicações (2) Socialização (3) Partilha (3)
<b>8</b>	<b>Promover...</b>
<b>6</b>	<b>Proporcionar...</b>
<b>5</b>	<b>Divulgar...</b>
<b>4</b>	<b>Dar visibilidade ...</b>
<b>3</b>	<b>Criar espaço de...</b>
<b>2</b>	<b>Promover participação...</b>
<b>2</b>	<b>Motivar...</b>
<b>1</b>	<b>Desenvolver...</b>

Elaboração própria



**Quadro 14 - Listagem dos objectivos dos projectos educativos/apresentações nos Fóruns (2004 – 2010)**

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Tema	I Fórum Infantil da Terra "Que contributo está a dar a nossa escola, a nível local, para que a Terra fique melhor?"	II Fórum Infantil da Terra "Construir Cidadania: um contributo da Carta da Terra"	III Fórum Infanto-Juvenil em Aveiro "Um compromisso com a Carta da Terra"	IV Fórum Infanto-Juvenil em Aveiro "Carta da Terra: Um compromisso ético para o Futuro"	V Fórum Infanto-Juvenil em Aveiro "Terra: O Planeta que queremos ter!"	VI Fórum Infanto-Juvenil de Aveiro "Terra: um espaço de aprendizagem"	VII Fórum Infanto-Juvenil "Terra, um Mundo Vivo"
Objectivos	<p>Fazer sentir aos alunos que o seu próprio trabalho é fundamental para as transformações do meio em que vive;</p> <p>Ajudar a formar uma população escolar consciente e preocupada com o ambiente.</p> <p>Participar em processos de decisão...</p> <p>Proporcionar a tomada de consciência que simples atitudes individuais podem, no seu conjunto, melhorar o Ambiente Global;</p> <p>Aplicar conceitos e ideias de educação e gestão ambiental à vida quotidiana da escola;</p> <p>Estimular a criação de parcerias.</p> <p>Participar em formas de promoção do ambiente;</p> <p>Reconhecer algumas formas de poluição dos cursos de água;</p> <p>Identificar alguns desequilíbrios ambientais provocados pela actividade humana.</p> <p>Este projecto mostrou todo o percurso que uma turma da Escola da Vera Cruz fez, em Educação Ambiental, ao longo de quatro anos de escolaridade.</p> <p>O principal objectivo é desenvolver actividades sem agressão ao Ambiente;</p> <p>Preservar as árvores e conservar a Terra Verde e facilitar condições de igualdade no acesso à participação trabalhando problemas ambientais nas suas várias dimensões.</p>	<p>Desenvolve actividades de Educação Ambiental nas suas várias dimensões, de acordo com os princípios da Agenda21 Escolar, desenvolver actividades sem violação/agressão ao Ambiente.</p> <p>Acompanhar o crescimento de diferentes plantas (Violetas, Amorei-perfeitos, Radish, Melão e Go-ya).</p> <p>Trocar receitas e confeccionar refeições,</p> <p>Preservar a água existente e reaproveitar águas sujas, e participar num concurso de produção do maior Radish elaborando, simultaneamente, trabalhos de Expressão Plástica e Corporal relacionados com estas actividades;</p> <p>Sensibilizar outras pessoas a adoptarem a mesma atitude, de forma a reduzir os elevados custos do tratamento de água e</p> <p>Preservar a tão escassa água do planeta.</p> <p>Os alunos adquirem as competências necessárias à solução de problemas a nível local e global; com a permuta de dados e experiências tomam-se pessoas responsáveis, críticas e intervenientes assegurando, assim, a sua formação integral num espaço privilegiado de educação para a cidadania.</p> <p>Descentralizar as actividades da Casa da Juventude;</p> <p>Rentabilizar o espaço escola, como meio privilegiado de formação;</p> <p>Promover um conjunto de</p>	<p>Promover a Educação Ambiental;</p> <p>Desenvolver a capacidade de observação e experimentação.</p> <p>Dar a conhecer a Quinta da Molta e a sua biodiversidade.</p> <p>Contacto com a natureza, com vista à preservação do meio ambiente;</p> <p>Consencialização da importância da preservação da natureza; estimular o trabalho de grupo fora da sala de aula.</p> <p>Sensibilizar a comunidade escolar para os problemas ambientais "Resíduos industriais e resíduos hospitalares".</p> <p>Alertar para a preservação do ambiente;</p> <p>Aplicar ideias de educação e gestão ambiental à vida quotidiana da escola/casa; intervir em iniciativas de defesa ambiental.</p> <p>Incentivar as crianças e comunidade para a concretização da política dos 3Rs;</p> <p>Suscitar a curiosidade e motivação nas crianças para a protecção do meio ambiente, debater para o perigo da poluição ambiental</p> <p>Participar em actividades que alertem para a preservação do ambiente;</p> <p>Implementar a Agenda21 ao nível local, visando a aplicação de</p>	<p>Reconhecer materiais e objectos que possam ser reutilizados, para as suas funções habituais e para outras de carácter lúdico ou educativo;</p> <p>Estimular a criatividade e a procura de soluções alternativas, de forma a desincentivar o consumo excessivo de alguns bens menos essenciais;</p> <p>Promover atitudes de apropriação do trabalho realizado e de valorização dos materiais, numa perspectiva de conservação dos recursos naturais que estão na sua origem.</p> <p>Desenvolver competências nas crianças para que se tomem participativos, para que tenham uma imagem apropriada e positiva acerca de si, dos outros e das suas capacidades, para que aprendam a participar com confiança e segurança e reconhecem os que afectam os seus pensamentos e acções, sendo progressivamente responsáveis pelos seus actos.</p> <p>Consencializar para a importância da natureza, com especial influência para o ser Humano.</p> <p>Preservar e usar racionalmente a água;</p>	<p>Sensibilizar crianças e adultos para as condições difíceis que o futuro na Terra nos reserva;</p> <p>Promover uma mudança de atitudes face à vida na Terra.</p> <p>Sensibilizar a comunidade educativa para a deposição, recolha, redução e reutilização de materiais.</p> <p>Sensibilização para a importância da separação do lixo e da reciclagem e consequente transmissão dos conhecimentos adquiridos aos pais, familiares e comunidade em geral.</p> <p>Sensibilizar para as problemáticas ambientais;</p> <p>Contribuir para a implementação da Agenda 21 Local;</p> <p>Intervir em iniciativas para a defesa do Ambiente e do consumidor;</p> <p>Participar nos processos de decisão para a tomada de consciência da importância do Ambiente no dia-a-dia.</p> <p>Sensibilizar para a preservação do ambiente;</p> <p>Crar uma base de dados sobre as espécies florísticas mais representativas da Ria;</p>	<p>Preservar o ambiente e usar racionalmente a água;</p> <p>Reduzir o consumo de electricidade e usar energias alternativas;</p> <p>Promover uma cultura de paz;</p> <p>Promover a Educação Multicultural;</p> <p>Sensibilizar para a Diversidade Linguística;</p> <p>Fomentar a partilha de experiências;</p> <p>Desenvolver as TIC.</p> <p>Informar e sensibilizar os alunos para a importância do litoral e da sua preservação;</p> <p>Conhecer e contactar com ecossistemas dunares;</p> <p>Compreender a necessidade de se intervir no processo das alterações climáticas para a preservação do litoral.</p> <p>Contribuir para a implementação da Agenda21, ao nível local/ pensur local, Agir Global";</p> <p>Proporcionar a tomada de consciência que simples atitudes individuais podem, no seu conjunto, melhorar o Ambiente Global.</p>	<p>Conscencializar os alunos de várias idades (entre os 16 e os 20 anos de idade) sobre a interacção entre ambiente, recursos, economia e saúde;</p> <p>Analisar alguns aspectos dos recursos ambientais, hídricos, agro-alimentares e piscatórios, zoológica e artísticos (cerâmica) em relação com a economia nacional e europeia;</p> <p>Relacionar o Homem com o Ambiente, reflectindo sobre o papel do mesmo na preservação do meio ambiente;</p> <p>Pretende-se que os alunos tomem consciência da situação global do planeta em termos ambientais, bem como do que pode ser feito, e do que já está a ser feito, para mudar esta situação.</p> <p>Melhorar habitats através da realização de actividades de intervenção local com vista à manutenção da biodiversidade dunar;</p> <p>Ampliar os conhecimentos sobre a fauna e flora das dunas e factores da sua degradação;</p> <p>Colaborar para a preservação das dunas da praia de S. Jacinto;</p> <p>Desenvolver competências de responsabilidade e de participação;</p>

<p><b>Consciencializar os alunos e a comunidade escolar</b> para a importância da conservação da Natureza; Despertar nos jovens comportamentos responsáveis para preservação das espécies vegetais.</p> <p>Num contexto de educação ambiental propuseram-se várias iniciativas <b>com o objectivo de sensibilizar os alunos para a preservação da natureza</b>, o embelezamento do espaço envolvente ao edifício, a <b>defesa das condições naturais</b> que a Terra nos oferece, a <b>manutenção da saúde</b> recorrendo ao exercício ao ar livre, para a <b>promoção de valores</b> em geral.</p>	<p>actividades lúdico-formativas, de forma a <b>estimular a participação</b> dos jovens, prevenindo comportamentos de risco;</p> <p><b>Potenciar capacidades</b>, fomentando a auto-estima e valorização pessoal</p> <p>Têm a ver com o excessivo consumo de energia, e de água, <b>pretendendo-se levar</b> todos os indivíduos utilizadores das mesmas, a <b>terem atitudes de preservação</b> dos bens essenciais e a reduzir os seus consumos.</p> <p>Continua a estar na base a <b>Educação para a Cidadania</b> e a tomada de consciência da importância dos valores cívicos.</p> <p>Despertar nas crianças o <b>interesse pela natureza</b>;</p> <p><b>Sensibilizar as crianças para a conservação de espécies</b> selvagens;</p> <p><b>Sensibilizar as crianças</b> para a importância da Terra como suporte imprescindível à vida;</p> <p><b>Proporcionar momentos de cooperação, partilha e espírito</b> de entre ajuda entre as crianças.</p>	<p>conceitos e ideias de educação e gestão ambiental à vida quotidiana da escola;</p> <p><b>Intervir em iniciativas</b> para a defesa do ambiente e do consumidor.</p> <p><b>Incluir nas crianças “o gosto pela protecção</b> da beleza, da diversidade e da vitalidade da Terra.</p> <p><b>Cultivar espécies</b> vegetais;</p> <p><b>Reduzir o consumo</b> de electricidade;</p> <p><b>Preservar e usar racionalmente</b> a água;</p> <p><b>Promover uma cultura</b> de tolerância, não-violência e paz;</p> <p><b>Promover a Educação</b> Multicultural;</p> <p><b>Sensibilizar para a diversidade</b> linguística;</p> <p><b>Fomentar a partilha</b> de experiências;</p> <p><b>Desenvolver as TIC</b></p> <p><b>Proporcionar a tomada de consciência</b>, de atitudes individuais a fim de melhorar o Ambiente Global.</p> <p><b>Participar em actividades</b> em prol do ambiente;</p> <p><b>Implementar a Agenda21</b> a nível local;</p> <p><b>Aplicar conceitos e ideias</b> de educação e gestão ambiental à vida quotidiana na escola;</p> <p><b>Identificar factores</b> que contribuíam para a degradação do ambiente e alterações climáticas.</p> <p><b>Criar objectos utilitários</b>, através de aproveitamento de materiais recicláveis (garrafas plásticas).</p> <p><b>Reconhecer o ambiente</b> na sua totalidade, ou seja, nos seus aspectos naturais e criados pelo Homem (tecnológico e social, económico, político, Histórico-cultural, moral e estético);</p>	<p><b>Reduzir o consumo</b> de electricidade e <b>usar energias alternativas</b>;</p> <p><b>Promover uma cultura</b> de tolerância, não-violência e paz;</p> <p><b>Cultivar espécies</b> vegetais;</p> <p><b>Promover a Educação</b> Multicultural;</p> <p><b>Sensibilizar</b> para a Diversidade Linguística;</p> <p><b>Fomentar a partilha</b> de experiências;</p> <p><b>Desenvolver as TIC</b></p> <p><b>Promover práticas</b> que visem a melhoria das condições ambientais, sociais, económicas;</p> <p><b>Proporcionar a tomada de consciência</b>, de atitudes individuais a fim de melhorar o Ambiente Global.</p> <p><b>Participar em actividades</b> em prol do ambiente;</p> <p><b>Implementar a Agenda21</b> a nível local;</p> <p><b>Aplicar conceitos e ideias</b> de educação e gestão ambiental à vida quotidiana na escola;</p> <p><b>Identificar factores</b> que contribuíam para a degradação do ambiente e alterações climáticas.</p> <p><b>Criar objectos utilitários</b>, através de aproveitamento de materiais recicláveis (garrafas plásticas).</p> <p><b>Reconhecer o ambiente</b> na sua totalidade, ou seja, nos seus aspectos naturais e criados pelo Homem (tecnológico e social, económico, político, Histórico-cultural, moral e estético);</p>	<p><b>Elaborar um herbário”</b> .</p> <p><b>Sensibilização dos alunos e comunidade educativa</b> para a importância dos pólos, dos seus ecossistemas para a sustentabilidade do Planeta Terra;</p> <p><b>Intercâmbio com Instituições locais</b> e projecção do trabalho para a cidade;</p> <p><b>Desenvolvimento de conhecimentos científicos e de competências estéticas</b>;</p> <p><b>Interdisciplinaridade</b>.</p> <p><b>Promover a preservação</b> do ambiente;</p> <p><b>Sensibilizar as crianças e comunidade</b> para os efeitos nocivos da poluição e estratégias para impedir.</p> <p>A <b>importância da apicultura</b> e as suas potencialidades;</p> <p><b>Conhecer a vida</b> das abelhas;</p> <p>a <b>importância do mel</b>.</p> <p><b>Defender e melhorar</b> a nossa saúde;</p> <p><b>Defender e melhorar</b> o ambiente;</p> <p><b>Defender a solidariedade</b>, a entreajuda, o respeito e o bem-estar de todas as pessoas.</p> <p><b>Consciencializar os alunos</b> para a preservação das dunas.</p> <p><b>Desenvolver e aprofundar</b> os laços de amizade e solidariedade entre os alunos, num ambiente de cooperação, companheirismo e consciência ambiental;</p>	<p><b>Relevar a importância</b> de saber ler e escrever;</p> <p><b>Aumentar a consciência</b> fonológica do grupo;</p> <p><b>Apresentar várias formas</b> de ler: a importância de saberem os seus dados pessoais.</p> <p><b>Sensibilizar</b> para os danos causados no planeta pela actividade humana;</p> <p><b>Lembrar</b> como o Homem pode tirar partido daquilo que o planeta nos oferece sem o danificar;</p> <p><b>Consciencializar</b> para as consequências resultantes dos danos causados ao planeta.</p> <p><b>Respetar a Terra a vida</b> em toda a diversidade;</p> <p><b>Transmitir às futuras gerações valores</b> que apoiem a longo prazo, a prosperidade das comunidades;</p> <p><b>Reduzir, reutilizar e reciclar</b> materiais usados nos sistemas de produção e consumo;</p> <p><b>Oferecer a todos, especialmente às crianças e aos jovens</b>, oportunidades de educação que lhes permita contribuir activamente para o desenvolvimento sustentável.</p> <p><b>Proteger o ecossistema</b> dunar e o património natural a ele associado, incluindo a sua flora e fauna;</p> <p><b>Promover acções de sensibilização ambiental</b>;</p>	<p><b>Contribuir para a formação de cidadãos intervenientes e conscientes</b></p> <p><b>Promover o Ambiente e a Ciência</b> através do ensino da Arte.</p> <p><b>Defesa do Património Natural local</b> e do conhecimento das potencialidades do Património edificado e sua reabilitação enquanto meio de poupança de energia e diminuição do impacto nos recursos naturais.</p> <p><b>Apresentação do projecto</b> no desfile de moda “VestirArte” que irá decorrer em Maio integrado nas Festas da Cidade de Aveiro.</p> <p><b>Fomentar o espírito de pesquisa</b>;</p> <p><b>Promover a interdisciplinaridade</b>;</p> <p><b>Desenvolver o trabalho de grupo e cooperação</b>;</p> <p><b>Desenvolver a capacidade</b> de selecção e organização da informação e dos conhecimentos;</p> <p><b>Divulgar o património</b> natural;</p> <p><b>Promover a criatividade</b> e a imaginação;</p> <p><b>Utilizar formas diversificadas de comunicação</b> para transmitir mensagens;</p> <p><b>Aplicar os conhecimentos</b> na resolução de problemas concretos.</p> <p><b>Desenvolver atitudes de preservação</b> do Ambiente;</p> <p><b>Sensibilizar a Comunidade Educativa</b> Local para a problemática dos Resíduos Orgânicos;</p> <p><b>Alertar para a importância</b> dos produtos naturais numa</p>
---	--	--	---	--	---	--

				<p><b>Levar à responsabilização</b> e ao comportamento com sistemas de valores relativos aos problemas ambientais;</p> <p><b>Constituir um processo contínuo de aprendizagem</b> a aplicar tanto na vida escolar como extra-escolar;</p> <p><b>Organizar estratégias interdisciplinares</b> com vista ao desenvolvimento de acções participadas;</p> <p><b>Promover o relacionamento</b> inter-pessoal no sentido de desenvolver as relações sócio-afectivas</p>	<p><b>Contribuir para a implementação</b> da Educação Ambiental, enquanto área transversal, na política das escolas;</p> <p><b>Fomentar a investigação científica</b> de carácter ambiental de acordo os conteúdos programáticos em análise;</p> <p><b>Reconhecer a importância da conservação</b> e reabilitação dos Recursos Naturais em geral e dos Recursos Hídricos, em particular;</p> <p><b>Compreender o funcionamento</b> de um aquíário de água doce;</p> <p><b>Aplicar e explorar os materiais</b> do projecto RIOS, enquanto auxiliares pedagógicos;</p> <p><b>Realizar saídas de campo</b> de monitorização do Projecto Rios;</p> <p><b>Conceber estratégias</b> e planos de acção para a reabilitação de troços de rios e ribeiras no âmbito do projecto Rios.</p> <p><b>Consciencializar</b> para a necessidade de uma ética global;</p> <p><b>Operacionalizar medidas</b> de mitigação de CO2 e a sua quantificação;</p> <p><b>Produção de materiais</b> didácticos</p> <p><b>Sensibilização</b> para a necessidade de reciclar, reutilizar e reduzir; aprendizagem em acção;</p> <p><b>Inculcar nos alunos valores</b> éticos, sociais e ambientais;</p> <p><b>Promover a Educação</b> Multicultural (tolerância, não violência e paz);</p> <p><b>Sensibilizar</b> para a Diversidade Linguística;</p>	<p>alimentação saudável e equilibrada;</p> <p><b>Embelezar a escola;</b></p> <p><b>Encorajar a comunidade</b> a efectuar pequenas alterações ao seu comportamento com vista à <b>preservação do ambiente</b>;</p> <p><b>Compreender</b> que o comportamento quotidiano de cada indivíduo afecta o ambiente global.</p> <p><b>Promover e praticar</b> a solidariedade;</p> <p><b>Ajudar</b> os mais pobres;</p> <p><b>Reconhecer a importância</b> e o <b>valor dos direitos</b> de que todos devem usufruir – casa, alimentos, descanso, educação, amigos, brinquedos, saúde e alegria</p> <p><b>Sensibilizar</b> para a importância da preservação das espécies;</p> <p><b>Conhecer espécies</b> em vias de extinção e formas de evitar o seu desaparecimento;</p> <p><b>Promover o convívio</b> entre os alunos de diferentes escolas;</p> <p><b>Proporcionar a partilha</b> de conhecimentos.</p> <p><b>Promover a Educação</b> Ambiental na Escola</p> <p><b>Reconhecer a importância</b> do desenvolvimento e utilização das energias alternativas;</p> <p><b>Respeitar a Natureza</b></p> <p><b>Ser cidadão consciente</b> e interventivo;</p> <p><b>Aprender a apreciar e a amar a natureza;</b> Aprender a manter um espírito ecológico;</p> <p><b>Desenvolver actividades</b> integradoras de diferentes saberes;</p>
--	--	--	--	--	---	--



				<p><b>Fomentar a partilha de experiência;</b></p> <p><b>Cultivar espécies vegetais;</b></p> <p><b>Desenvolver as TIC</b></p> <p><b>Respeitar a Terra e a vida</b> em toda a sua diversidade;</p> <p><b>Sensibilizar as crianças</b> para os graves problemas ambientais;</p> <p><b>Promovendo a protecção</b> do meio ambiente e valores ecológicos;</p> <p><b>Valorizar atitudes de</b> respeito, cuidados e usos adequados dos recursos naturais;</p> <p><b>Favorecer comportamentos e atitudes de</b> poupança energética;</p> <p><b>Aplicar o conceito de reutilização e de</b> recuperação do material;</p> <p><b>Reconhecer a responsabilidade de todos</b> como intervenientes na redução dos desperdícios...</p> <p>Proceder ao <b>contacto e troca de experiências</b> com as escolas participantes, para numa fase posterior, e em contacto com as restantes turmas, da nossa escola, envolvidas no projecto, <b>partilhem a informação</b> recolhida, de forma a valorizar as tarefas já empreendidas.</p> <p><b>Conhecer os diferentes tipos de energias</b> – renováveis e não renováveis e as respectivas fontes;</p> <p><b>Desenvolver nos alunos uma atitude de respeito e</b> promoção de uma vida melhor.</p>	<p><b>Desenvolver o espírito de cidadania;</b></p> <p><b>Intervir em iniciativas</b> para a defesa do direito do consumidor;</p> <p><b>Desenvolver a capacidade</b> de transmitir mensagens;</p> <p><b>Informar e sensibilizar os alunos</b> para a conservação e recuperação dos ecossistemas dunares;</p> <p><b>Desenvolver nos alunos interesses</b> potenciadores de uma mudança de comportamentos que contribuam para a conservação das dunas e da sua biodiversidade;</p> <p><b>Intervir</b> adequadamente em ambientes naturais – dunas de S. Jacinto;</p> <p><b>Reduzir as ameaças</b> sobre a biodiversidade com a protecção de espécies, controlo e monitorização ambientais;</p> <p><b>Conhecer a biodiversidade</b> existente na marinha da Troncalhada;</p> <p><b>Estudar o ambiente</b> sedimentar da marinha da Troncalhada;</p> <p><b>Relacionar a influência da variação</b> de parâmetros ambientais como a temperatura, a salinidade e o pH na dinâmica das comunidades vivas da marinha da Troncalhada;</p> <p><b>Conhecer a realidade</b> do salgado avelense;</p> <p><b>Promover o “Desenvolvimento Sustentável”</b> da marinha da Troncalhada e com isso preservar os habitats;</p> <p><b>Conscientizar o público-alvo</b> para a necessidade de preservar a actividade tradicional do Sal.</p>
--	--	--	--	---	--

							<p>de forma a conservar o património natural e cultural existente e defender a biodiversidade, nomeadamente, na marinha da Troncalhada. Marinha de Santiago da Fonte – Qual a sua importância? Processo de extração de sal artesanal; Principais seres vivos que habitam as salinas; Impacte social, económico e cultural resultante da redução do sal artesanal.</p> <p>Fomentar os princípios da Carta da Terra.</p> <p>Tornar os cidadãos conhecedores e agentes de mudança no quadro dos princípios e valores da Carta da Terra.</p> <p>Criar documentos, materiais de apoio às ferramentas pedagógicas e à difusão de «boas práticas» no âmbito da Carta da Terra.</p> <p>Promover o desenvolvimento de uma consciência ambiental, individual e colectiva, favorável ao desenvolvimento sustentável do meio e da sociedade.</p> <p>Promover a tomada de atitudes ecológicas e ambientalmente saudáveis;</p> <p>Reforçar o envolvimento e cooperação dos pais, JI, EB1 e de outros parceiros na promoção de acções que visem o exercício da cidadania.</p> <p>Descobrir o mundo através da observação directa,</p> <p>Preservação da Natureza e hábitos ecológicos</p> <p>Progredir na interiorização, no respeito e valorização do património cultural e ambiental;</p> <p>Sensibilizar as crianças e comunidade para o</p>
--	--	--	--	--	--	--	--

								respeito para com a natureza, seus recursos naturais e espécies animais; <b>Desenvolver atitudes e comportamentos de respeito de preservação do planeta.</b> <b>Produção de Biodiesel</b> a partir de óleos alimentares usados.  <b>Sensibilizar para a biodiversidade</b> na alimentação;  <b>Promover hábitos alimentares</b> mais saudáveis.
--	--	--	--	--	--	--	--	---

**Quadro 15 - Agrupamento dos objectivos dos projectos educativos/apresentações nos Fóruns a partir do quadro 14**

<u>Preservação - Educação para conservação – biodiversidade</u>	<u>Ação - Agir na comunidade/escolar ou extl</u>	<u>Cidadania</u>	<u>Consciencialização – tomar consciência – conhecimentos – atitudes – habilidades - participação</u>	<u>Promover competências</u>	<u>Mudança de atitudes e comportamentos</u>	<u>Informar e sensibilização</u>	<u>Outros</u>
Têm a ver com o excesso de consumo de energia, e de água, <b>pretendendo-se levar todos os indivíduos utilizadores das mesmas, a terem atitudes de preservação</b> dos bens essenciais e a reduzir os seus consumos.	<b>Participar em formas de promoção do ambiente</b>  O principal objectivo é <b>desenvolver actividades</b> sem agressão ao Ambiente;  <b>Participar num concurso</b> de produção do maior Radish elaborando, simultaneamente, trabalhos de Expressão Plástica e Corporal relacionados com estas actividades  <b>Intervir em iniciativas</b> para a defesa do ambiente e do consumidor.	Participar em processos de decisão.  <b>Facultar condições de igualdade no acesso à participação</b> trabalhando problemas ambientais nas suas várias dimensões.  com a <b>permuta de dados e experiências</b> tornam-se pessoas responsáveis, críticas e interventientes  assegurando, assim, a sua formação integral num <b>espaço privilegiado para a educação</b> para a cidadania.  <b>Defesa das condições naturais</b> que a Terra nos oferece, a <b>manutenção da saúde</b> recorrendo ao exercício ao ar livre, para a <b>promoção de valores</b> em geral.  <b>Promover a Educação Ambiental.</b>  <b>Promover a Educação Ambiental</b> na Escola  <b>Proporcionar momentos de cooperação, partilha e espírito de entre ajuda</b> entre as crianças.  <b>Promover o relacionamento</b> inter-pessoal no sentido de desenvolver as relações sócio-afectivas.  <b>Defesa das condições naturais</b> que a Terra	<b>Proporcionar a tomada de consciência</b> que simples atitudes individuais podem, no seu conjunto, melhorar o Ambiente Global  <b>Consciencializar os alunos e a comunidade escolar</b> para a importância da conservação da Natureza;  <b>Participar nos processos de decisão para a tomada de consciência</b> da importância do Ambiente no dia-a-dia.  <b>Consciencializar para a</b> necessidade de uma ética global;  <b>Consciencializar para as</b> consequências resultantes dos danos causados ao planeta.  <b>Consciencializar os alunos</b> de várias idades /entre os 16 e os 20 anos de idade) sobre a interacção entre ambiente, recursos, economia e saúde;  <b>Pretende-se que os alunos tomem consciência</b> da situação global do planeta em termos ambientais, bem como do que pode ser feito, e do que já está a ser feito, para mudar esta situação.  <b>Desenvolver competências</b> de responsabilidade e de participação;  <b>Embelezar a escola;</b>  <b>Consciencializar o público-alvo</b> para a necessidade de preservar a actividade tradicional do Sal, de forma a <b>conservar o património natural e cultural</b> existente e <b>defender a biodiversidade</b> , nomeadamente, na marinha	<b>Aplicar conceitos e ideias de educação e gestão ambiental</b> a vida quotidiana da escola.  <b>Ajudar a formar uma população escolar consciente e preocupada com o ambiente.</b>  <b>Reconhecer algumas formas de poluição</b> dos cursos de água.  <b>Identificar alguns desequilíbrios ambientais</b> provocados pela actividade humana  Os alunos <b>adquirem as competências</b> necessárias à solução de problemas a nível local e global.  <b>Rentabilizar o espaço escola,</b> como meio privilegiado de formação;  <b>Potenciar capacidades,</b> fomentando a auto-estima e valorização pessoal  <b>Desenvolver as TIC</b>  <b>Desenvolver as TIC</b>  <b>Desenvolver as TIC</b>  <b>Desenvolver as TIC.</b>  <b>Desenvolver competências</b> nas crianças para que se tornem participativos, para que tenham uma imagem apropriada e positiva acerca de si, dos outros e das suas capacidades, para que <b>aprendam a participar</b> com confiança e segurança e reconheçam os que afectam os seus pensamentos e acções, sendo progressivamente responsáveis pelos seus actos.  <b>Constituir um processo</b>	<b>Trocar receitas</b> e confeccionar refeições,  <b>Aplicar ideias de educação e gestão ambiental</b> à vida quotidiana da escola/casa; <b>intervir</b> em iniciativas de defesa ambiental.  <b>Incentivar as crianças e comunidade</b> para a concretização da política dos 3Rs;  <b>Incluir nas crianças "o gosto pela protecção</b> da beleza, da diversidade e da vitalidade da Terra.  <b>Fomentar a partilha</b> de experiências;  <b>Fomentar a partilha</b> de experiências;  <b>Reconhecer materiais e objectos</b> que possam ser reutilizados, para as suas funções habituais e para outras de carácter lúdico ou educativo;  <b>Estimular a criatividade</b> e a procura de soluções alternativas, de forma a desincentivar o consumo excessivo de alguns bens menos essenciais;  <b>Promover atitudes</b> de apropriação do trabalho realizado e de valorização dos materiais, numa perspectiva de <b>conservação dos recursos naturais</b> que estão na sua origem.  <b>Reduzir o consumo</b> de electricidade e <b>usar energias alternativas;</b>  <b>Promover práticas</b> que visem a melhoria das condições ambientais, sociais, económicas;  <b>Proporcionar a tomada de consciência</b> de atitudes individuais a fim de melhorar o Ambiente Global.  <b>Levar à responsabilização</b> e ao comportamento com sistemas de valores relativos aos problemas ambientais;	Este projecto mostrou todo o percurso que uma turma da Escola da Vera Cruz fez, em <b>Educação Ambiental</b> , ao longo de quatro anos de escolaridade  <b>Sensibilizar os alunos para a preservação da natureza,</b> o embelezamento do espaço envolvente ao edifício.  <b>Sensibilizar pessoas a</b> adotarem a mesma atitude, de forma a <b>reduzir os elevados custos do tratamento de água.</b>  <b>Sensibilizar as crianças</b> para a importância da Terra como suporte imprescindível à vida;  <b>Sensibilizar a comunidade escolar</b> para os problemas ambientais "Resíduos industriais e resíduos hospitalares".  <b>Sensibilizar para a diversidade</b> linguística.  <b>Sensibilizar para a Diversidade Linguística.</b>  <b>Reconhecer o ambiente</b> na sua totalidade, ou seja, nos seus aspectos naturais e criados pelo Homem (tecnológico e social, económico, político, Histórico-cultural, moral e estético);  <b>Sensibilizar crianças e adultos</b> para as condições difíceis que o futuro na Terra nos reserva;  <b>Sensibilizar a comunidade educativa</b> para a deposição, recolha, redução e reutilização de materiais.	<b>Descentralizar as actividades</b> da Casa da Juventude;  <b>Identificar factores</b> que contribuíam para a degradação do ambiente e alterações climáticas.  <b>Susitar a curiosidade e motivação nas crianças para a protecção</b> do meio ambiente, debater para o perigo da poluição ambiental  <b>Aumentar a consciência</b> ecológica do grupo;  <b>Apresentar várias formas</b> de ler, a importância de saberem os seus dados pessoais  <b>Produção de Biodiesel</b> a partir de óleos alimentares usados.  <b>Estimular a criação de parcerias.</b>  <b>Relevar a importância</b> de saber ler e escrever;

Participação e Cidadania: memória dos Fóruns Infanto-Juvenis de Aveiro

<p><b>Alertar</b> para a preservação do ambiente;</p> <p><b>Participar</b> em actividades que alertem para a preservação do ambiente;</p> <p><b>Cultivar</b> espécies vegetais;</p> <p><b>Preservar</b> e usar racionalmente a água;</p> <p><b>Consciencializar</b> para a importância da preservação da natureza, com especial influência para o ser Humano.</p> <p><b>Preservar</b> e usar racionalmente a água;</p> <p><b>Cultivar</b> espécies vegetais;</p> <p>Despertar nos jovens comportamentos responsáveis para preservação das espécies vegetais.</p> <p><b>Criar uma base de dados</b> sobre as espécies florísticas representativas da Ria;</p> <p><b>Elaborar</b> um herbário</p> <p><b>Promover</b> a preservação do ambiente;</p> <p><b>Conhecer</b> a vida das abelhas; a importância do mel</p> <p><b>Consciencializar</b> os alunos para a preservação das dunas.</p> <p><b>Reconhecer</b> a importância da conservação e reabilitação dos Recursos Naturais em geral e dos Recursos Hídricos, em particular;</p> <p><b>Realizar</b> saídas de campo de monitorização do Projecto Rios;</p> <p><b>Cultivar</b> espécies vegetais;</p> <p><b>Preservar</b> o ambiente e usar racionalmente a</p>	<p><b>Intercâmbio</b> com instituições locais e projecção do trabalho para a cidade;</p> <p><b>Conceber estratégias</b> e planos de acção para a reabilitação de troços de rios e ribeiras no âmbito do projecto Rios.</p> <p><b>Operacionalizar medidas</b> de mitigação de CO2 e a sua quantificação;</p> <p><b>Produção de materiais</b> didácticos</p> <p><b>Aplicar o conceito de reutilização</b> e de recuperação do material;</p> <p><b>Reduzir o consumo</b> de electricidade e usar energias alternativas;</p> <p><b>Compreender a necessidade de se intervir</b> no processo das alterações climáticas para a preservação do litoral.</p> <p><b>Reduzir, reutilizar e reciclar</b> materiais usados nos sistemas de produção e consumo;</p> <p><b>Apresentação do projecto</b> no desfile de moda "VestirArte" que irá decorrer em Maio, integrado nas Festas da Cidade de Aveiro.</p> <p><b>Divulgar</b> o património natural;</p> <p><b>Desenvolver actividades</b> integradoras de diferentes saberes;</p> <p><b>Intervir em iniciativas</b> para a defesa do direito do consumidor;</p> <p><b>Criar documentos, materiais de apoio</b> às ferramentas pedagógicas e a difusão de «boas práticas» no âmbito da Carta da Terra.</p> <p><b>Organizar estratégias interdisciplinares</b> com</p>	<p>nos oferece;</p> <p><b>manutenção da saúde</b> recorrendo ao exercício ao ar livre, para a <b>promoção de valores</b> em geral.</p> <p><b>Desenvolve actividades de Educação Ambiental</b> nas suas várias dimensões, de acordo com os princípios da Agenda21 Escolar; desenvolver actividades sem violação/agressão ao Ambiente;</p> <p><b>Implementar a Agenda21</b> ao nível local, visando a aplicação de conceitos e ideias de educação e gestão ambiental à vida quotidiana da escola;</p> <p><b>Implementar a Agenda21</b> a nível local.</p> <p><b>Contribuir para a implementação</b> da Agenda 21 Local;</p> <p><b>Contribuir para a implementação</b> da Agenda21, ao nível local pensar local, Agir Global";</p> <p><b>Promover</b> um conjunto de actividades lúdico-formativas, de forma a <b>estimular a participação</b> dos jovens, prevenindo comportamentos de risco.</p> <p><b>Contribuir para a implementação</b> da Educação Ambiental, enquanto transversal, na política das escolas;</p> <p><b>Favorecer comportamentos e atitudes</b> de poupança energética;</p> <p>Continua a estar na base a <b>Educação para</b></p>	<p>da Troncalhada, Maninha de Santiago da Fonte – Qual a sua importância? Processo de extração de sal artesanal; Principais seres vivos que habitam as salinas; Impacte social, económico e cultural resultante da redução do sal artesanal.</p> <p><b>Promover o desenvolvimento de uma consciência ambiental</b>, individual e colectiva, favorável ao desenvolvimento sustentável do meio e da sociedade;</p>	<p><b>continuo de aprendizagem</b> a aplicar tanto na vida escolar como extra-escolar;</p> <p><b>Desenvolvimento de conhecimentos científicos e de competências estéticas e Interdisciplinaridade.</b></p> <p>A importância da <b>apicultura</b> e as suas potencialidades;</p> <p><b>Fomentar a investigação científica</b> de carácter ambiental de acordo os conteúdos programáticos em análise;</p> <p><b>Compreender o funcionamento</b> de um aquário de água doce;</p> <p><b>Aplicar e explorar os materiais</b> do projecto RIOS, enquanto auxiliares pedagógicos;</p> <p><b>Conhecer os diferentes tipos de energias</b> – renováveis e não renováveis e as respectivas fontes;</p> <p><b>Oferecer a todos, especialmente às crianças e aos jovens</b>, oportunidades de educação que lhes permita contribuir activamente para o desenvolvimento sustentável.</p> <p><b>Analisar</b> alguns aspectos dos recursos ambientais, hídricos, agro-alimentares e piscatórios, zootécnica e artísticos (cerâmica) em relação com a economia nacional e europeia;</p> <p><b>Promover o Ambiente e a Ciência</b> através do ensino da Arte.</p> <p><b>Fomentar o espírito de pesquisa</b></p> <p><b>Promover a interdisciplinaridade;</b></p> <p><b>Desenvolver o trabalho de grupo e cooperação;</b></p> <p><b>Desenvolver a capacidade de selecção e organização</b> da informação e dos conhecimentos;</p> <p><b>Promover a criatividade</b> e a imaginação;</p>	<p><b>Promover uma mudança de atitudes</b> face à vida na Terra.</p> <p><b>Defender e melhorar a nossa saúde;</b></p> <p><b>Defender e melhorar o ambiente;</b></p> <p><b>Defender a solidariedade,</b> a entreajuda, o respeito e o bem-estar de todas as pessoas.</p> <p><b>Desenvolver e aprofundar</b> os laços de amizade e solidariedade entre os alunos, num ambiente de cooperação, companheirismo e consciência ambiental;</p> <p><b>Inculcar nos alunos valores</b> éticos, sociais e ambientais;</p> <p><b>Fomentar a partilha</b> de experiência;</p> <p><b>Promovendo a protecção</b> do meio ambiente e valores ecológicos;</p> <p><b>Valorizar atitudes</b> de respeito, cuidados e usos adequados dos recursos naturais;</p> <p><b>Reconhecer a responsabilidade</b> de todos como intervenientes na redução dos desperdícios....</p> <p><b>Desenvolver nos alunos uma atitude de respeito</b> e promoção de uma vida melhor.</p> <p><b>Proporcionar a tomada de consciência</b> que simples atitudes individuais podem, no seu conjunto, melhorar o Ambiente Global.</p> <p><b>Relacionar o Homem com o Ambiente</b>, reflectindo sobre o papel do mesmo na preservação do meio ambiente;</p> <p><b>Contribuir para a formação de cidadãos</b> intervenientes e ambientalmente conscientes</p> <p><b>Desenvolver atitudes de preservação</b> do Ambiente;</p> <p><b>Compreender</b> que o comportamento quotidiano de cada indivíduo afecta o ambiente global.</p> <p><b>Respeitar a Natureza</b></p> <p><b>Aprender a apreciar e a amar</b> a natureza, Aprender a manter um espírito ecológico;</p>	<p><b>Sensibilização para a importância da separação</b> do lixo e da reciclagem e consequente transmissão dos conhecimentos adquiridos aos pais, familiares e comunidade em geral.</p> <p><b>Sensibilizar</b> para as problemáticas ambientais;</p> <p><b>Sensibilizar para a preservação</b> do ambiente;</p> <p><b>Sensibilização dos alunos e comunidade educativa</b> para a importância dos seus ecossistemas para a sustentabilidade do Planeta Terra;</p> <p><b>Sensibilizar as crianças e comunidade</b> para os efeitos nocivos da poluição e estratégias para impedir.</p> <p><b>Sensibilização para a necessidade</b> de reciclar, reutilizar e reduzir; aprendizagem em acção;</p> <p><b>Sensibilizar para a Diversidade</b> Linguística;</p> <p><b>Sensibilizar para a Diversidade</b> Linguística;</p> <p><b>Sensibilizar as crianças</b> para os graves problemas ambientais;</p> <p><b>Informar e sensibilizar os alunos para a importância</b> do litoral e da e da sua preservação;</p> <p><b>Sensibilizar para os danos</b> causados no planeta pela actividade humana;</p> <p><b>Lembrar como o Homem</b> pode tirar partido daquilo que o planeta nos oferece sem o danificar;</p> <p><b>Promover acções de sensibilização ambiental;</b></p> <p><b>Sensibilizar a Comunidade Educativa</b> Local para a problemática dos Resíduos Orgânicos.</p>
--	---	--	--	---	--	---

<p>água;</p> <p><b>Conhecer e contactar</b> com ecossistemas dunares;</p> <p><b>Proteger o ecossistema dunar</b> e o património natural a ele associado, incluindo a sua flora e fauna;</p> <p><b>Melhorar habitats</b> através da realização de actividades de intervenção local com vista à manutenção da biodiversidade dunar;</p> <p><b>Ampliar os conhecimentos sobre a fauna e flora das dunas</b> e factores da sua degradação;</p> <p><b>Colaborar para a preservação das dunas</b> da praia de S. Jacinto</p> <p><b>Defesa do Património Natural local</b> e conhecimento das potencialidades do Património edificado e sua reabilitação enquanto meio de poupança de energia e diminuição do impacto nos recursos naturais.</p> <p><b>Encorajar a comunidade</b> a efectuar pequenas alterações ao seu comportamento com vista à <b>preservação do ambiente</b>;</p> <p><b>Sensibilizar</b> para a importância da preservação das espécies;</p> <p><b>Conhecer espécies</b> em vias de extinção e formas de evitar o seu desaparecimento;</p> <p><b>Desenvolver nos alunos</b> interesses potenciadores de uma mudança de comportamentos que contribuam para a conservação das dunas e da sua biodiversidade;</p> <p><b>Intervir</b> adequadamente em ambientes naturais –</p>	<p>vista ao desenvolvimento de acções participadas</p>	<p><b>a Cidadania</b> e a tomada de consciência da importância dos valores cívicos;</p> <p><b>Promover uma cultura</b> de tolerância, não-violência e paz;</p> <p><b>Promover uma cultura</b> de tolerância, não-violência e paz;</p> <p><b>Promover</b> a Educação Multicultural;</p> <p><b>Promover a Educação</b> Multicultural;</p> <p><b>Promover a Educação</b> Multicultural (tolerância, não violência e paz);</p> <p><b>Promover uma cultura</b> de tolerância, não-violência e paz;</p> <p><b>Promover a Educação</b> Multicultural;</p> <p><b>Respeitar a Terra e a vida</b> em toda a sua diversidade;</p> <p>Proceder ao <b>contacto e troca de experiências</b> com as escolas participantes, para numa fase posterior e em contacto com as restantes turmas, da nossa escola envolvidas no projecto, <b>partilhem a informação</b> recolhida, de forma a valorizar as tarefas já realizadas.</p> <p><b>Fomentar a partilha</b> de experiências;</p> <p><b>Respeitar a Terra e a vida</b> em toda a diversidade;</p> <p><b>Transmitir às futuras gerações valores</b> que apoiem a longo prazo, a prosperidade das comunidades;</p> <p><b>Promover e praticar</b> a solidariedade;</p>	<p><b>Utilizar formas diversificadas de comunicação</b> para transmitir mensagens;</p> <p><b>Aplicar os conhecimentos</b> na resolução de problemas concretos.</p> <p><b>Reconhecer a importância</b> do desenvolvimento e utilização das energias alternativas;</p> <p><b>Desenvolver a capacidade</b> de transmitir mensagens.</p>	<p><b>Promover hábitos alimentares</b> mais saudáveis;</p> <p><b>Promover a tomada de atitudes</b> ecológicas e ambientalmente saudáveis;</p>	<p><b>Informar e sensibilizar os alunos</b> para a conservação e recuperação dos ecossistemas dunares;</p> <p><b>Sensibilizar as crianças e comunidade</b> para o respeito para com a natureza, seus recursos naturais e espécies animais;</p> <p><b>Sensibilizar para a biodiversidade</b> na alimentação;</p> <p><b>Alerar para a importância</b> dos produtos naturais numa alimentação saudável e equilibrada;</p>	
--	--	--	--	---	--	--

## Participação e Cidadania: memória dos Fóruns Infanto-Juvenis de Aveiro

<p>dunas de S. Jacinto;</p> <p><b>Reduzir as ameaças</b> sobre a biodiversidade com a protecção de espécies, controlo e monitorização ambientais.</p> <p><b>Conhecer a biodiversidade</b> existente na marinha da Troncalhada;</p> <p><b>Estudar o ambiente</b> sedimentar da marinha da Troncalhada;</p> <p><b>Relacionar a influência da variação</b> de parâmetros ambientais como a temperatura, a salinidade e o pH na dinâmica das comunidades vivas da marinha da Troncalhada;</p> <p><b>Conhecer a realidade</b> do salgado avelrense;</p> <p><b>Promover o “Desenvolvimento Sustentável”</b> da marinha da Troncalhada e com isso preservar os habitats;</p> <p><b>Descobrir o mundo</b> através da observação directa;</p> <p><b>Preservação da Natureza</b> e hábitos ecológicos</p> <p><b>Progridir</b> na interiorização, no respeito e valorização do património cultural e ambiental;</p> <p><b>Desenvolver atitudes e comportamentos de respeito</b> de preservação do planeta.</p>	<p>Ação - Agir na comunidade (escolar ou ext) - 24</p>	<p><b>Ajudar</b> os mais pobres;</p> <p><b>Reconhecer a importância e o valor</b> dos direitos de que todos devem usufruir – casa, alimentos, descanso, educação, amigos, brinquedos, saúde e alegria</p> <p><b>Promover o convívio</b> entre os alunos de diferentes escolas;</p> <p><b>Proporcionar a partilha</b> de conhecimentos.</p> <p><b>Ser cidadão</b> consciente e interventivo;</p> <p><b>Desenvolver o espírito</b> de cidadania;</p> <p><b>Fomentar os princípios</b> da Carta da Terra;</p> <p><b>Tornar os cidadãos conhecedores e agentes de mudança</b> no quadro dos princípios e valores da Carta da Terra;</p> <p><b>Reforçar o envolvimento e cooperação</b> dos pais, JI, EB1 e de outros parceiros na promoção de acções que visem o exercício da cidadania.</p>	<p>Consciencialização – tomar consciência – conhecimentos – atitudes – habilidades – participação - 11</p>	<p>Promover competências - 32</p>	<p>Mudança de atitudes e comportamentos - 32</p>	<p>Informar e sensibilização - 24</p>	<p>Outros - 8</p>
---	--	--	--	-----------------------------------	--	---------------------------------------	-------------------

**Quadro 16 - Projectos escolares/temáticas e objectivos apresentados nos Fóruns Infanto-Juvenis**

Ano/Estabelecimento ensino e/ou educação	Projectos/apresentações	Temática (s)	Objectivos
<b>2004</b>  <b>Escola EB 2/3 Aires Barbosa (Aveiro) -</b> (alunos do 5.º- 9.º ano)	“Clube Verde”	Ambiente em geral - EA Resíduos	Fazer sentir aos alunos que o seu próprio trabalho é fundamental para as transformações do meio em que vive; ajudar a formar uma população escolar consciente e preocupada com o ambiente.
<b>EB1 de S. Bernardo</b> (alunos JI/1.ºCEB)	Programa Eco-Escola está orientado para a Implementação da Agenda 21, ao nível local: Pensar local, Agir Global”	Água; Biodiversidade; Terra; Energias; Resíduos	Participar em processos de decisão...; Proporcionar a tomada de consciência que simples atitudes individuais podem, no seu conjunto, melhorar o Ambiente Global; Aplicar conceitos e ideias de educação e gestão ambiental à vida quotidiana da escola; estimular a criação de parcerias.
<b>EBI de Eixo</b> (4.ºano)	“O Parque da Balsa”	Água; cursos de água Este projecto vem alertar para o problema do lançamento de águas residuais a céu aberto para a Balsa.	Participar em formas de promoção do ambiente; reconhecer algumas formas de poluição dos cursos de água; identificar alguns desequilíbrios ambientais provocados pela actividade humana.
<b>EB1 da Vera Cruz</b> (4.ºano)	“ Crescendo com o ambiente”		Este projecto mostrou todo o percurso que uma turma da Escola da Vera Cruz fez, em Educação Ambiental, ao longo de quatro anos de escolaridade.



<b>Agrupamento de Escolas de Cacia</b>	"GREEN EARTH, Communication Through Pictures"		O principal objectivo é desenvolver actividades sem agressão ao Ambiente; preservar as árvores e conservar a Terra Verde e facultar condições de igualdade no acesso à participação trabalhando problemas ambientais nas suas várias dimensões.
<b>Escola Básica dos 2º,3º ciclos Castro Matoso</b> (Oliveirinha)	"As árvores antigas da minha Terra" Clube da Floresta – «Os Texugos»	Mostra e descreve algumas categorias de árvores, que foram descobrindo no recinto da e na floresta perto da escola	Consciencializar os alunos e a comunidade escolar para a importância da conservação da Natureza; Despertar nos jovens comportamentos responsáveis para preservação das espécies vegetais.
<b>Centro Educativo Dr. Alberto Souto</b> (2º e 3º ciclo)	"Educação para a Cidadania"	Educação para a cidadania está na base do desenvolvimento de todas as actividades apresentadas.	Num contexto de educação ambiental propuseram-se várias iniciativas com o objectivo de sensibilizar os alunos para a preservação da natureza, o embelezamento do espaço envolvente ao edifício, a defesa das condições naturais que a Terra nos oferece, a manutenção da saúde recorrendo ao exercício ao ar livre, para a promoção de valores em geral.
<b>2005</b> <b>EB2,3 Cacia - Agrupamento de Escolas de Cacia</b>	" <i>Working Together</i> " engloba outros projectos internacionais "Water and Germination" , "Melon" e "Go-ya"		Desenvolve actividades de Educação Ambiental nas suas várias dimensões, de acordo com os princípios da Agenda21 Escolar; desenvolver actividades sem violação/agressão ao Ambiente, acompanhar o crescimento de diferentes plantas (Violetas, Amores-

<p><b>EB1 Eixo - “Espaço +”</b> (alunos 2º e 3º ciclos)</p>	<p>“Espaço +”</p>	<p>Enquadra-se na Agenda21 Escolar e pretende sensibilizar para a Carta da Terra</p>	<p>perfeitos, Radish, Melão e Go-ya), trocar receitas e confeccionar refeições, preservar a água existente e reaproveitar águas sujas, e participar num concurso de produção do maior Radish elaborando, simultaneamente, trabalhos de Expressão Plástica e Corporal relacionados com estas actividades; sensibilizar outras pessoas a adoptarem a mesma attitude, de forma a reduzir os elevados custos do tratamento de água e preservar a tão escassa água do planeta. Os alunos adquirirem as competências necessárias à solução de problemas a nível local e global; com a permuta de dados e experiências tornam-se pessoas responsáveis, críticas e interventientes assegurando, assim, a sua formação integral num espaço privilegiado de educação para a cidadania.</p> <p>Descentralizar as actividades da Casa da Juventude; Rentabilizar o espaço escola, como meio privilegiado de formação; promover um conjunto de actividades lúdico-formativas, de forma a estimular a participação dos jovens, prevenindo comportamentos de risco; potenciar capacidades, fomentando a auto-estima e valorização pessoal</p> <p>Têm a ver com o excessivo consumo de energia, e de água, pretendendo-se levar todos os indivíduos utilizadores das mesmas, a terem atitudes de preservação dos bens essenciais e a reduzir os seus consumos. Continua a estar na base a Educação para a Cidadania e a tomada de consciência da importância dos valores cívicos.</p>
---	-------------------	--	---

<b>Escola do 1º Ciclo de São Bernardo</b> (JI/1ºCEB)	Programa Eco-Escola	Água; Biodiversidade; Ruído; Energia; Resíduos; Tema do Ano: Transportes	Despertar nas crianças o interesse pela natureza; Sensibilizar as crianças para a conservação de espécies selvagens; Sensibilizar as crianças para a importância da Terra como suporte imprescindível à vida; Proporcionar momentos de cooperação, partilha e espírito de entre ajuda entre as crianças.
<b>Jardim Infantil da Casa da Cruz – S.C.M.A.</b>	“Terra, um mundo vivo”		
<b>JI Arco-íris</b> (ATL)		Ambiente em geral	
<b>EB1 Glória</b> (4ºano)	“Ambiente e cidadania”	Floresta	
<b>EB1 S. Jacinto</b>		Resíduos	
<b>EBI Eixo</b>	“O Parque da Balsa”	Água; cursos de água	
<b>ATL Arco-íris</b> (JI)		Ambiente em geral	

<b>2006</b>				Promover a Educação Ambiental; desenvolver a capacidade de observação e experimentação.
<b>Centro Social e Paroquial da Vera Cruz</b> (JI)	“À Descoberta do Planeta Terra”			
<b>Santa Casa da Misericórdia Aveiro</b> (JI)	“Vamos descobrir a Quinta da Moita”	Biodiversidade		Dar a conhecer a Quinta da Moita e a sua biodiversidade.
<b>Estabelecimento de Ensino de Santa Joana</b> (1º e 2º ciclos)	“Plantar uma árvore”	Clube das Ciências		Contacto com a natureza, com vista à preservação do meio ambiente; consciencialização da importância da preservação da natureza; estimular o trabalho de grupo fora da sala de aula.
<b>Escola Básica dos 2º,3º ciclos de S. Bernardo</b> (turma do 8º ano)	“Eco-escolas”	Resíduos		Sensibilizar a comunidade escolar para os problemas ambientais “Resíduos industriais e resíduos hospitalares”.
<b>EB1 dos Areais</b>	“Eco-escolas”	Resíduos		Alertar para a preservação do ambiente; aplicar ideias de educação e gestão ambiental à vida quotidiana da escola/casa; intervir em iniciativas de defesa ambiental.
<b>Associação S. Social – Casa Mãe de Aradas</b> (JI)	“Educar pelo ambiente”			Incentivar as crianças e comunidade para a concretização da política dos 3Rs; suscitar a curiosidade e motivação nas crianças para a protecção do meio ambiente, debater para o perigo da poluição ambiental

<b>EB1 de S. Bernardo</b>	“Eco-escolas”		Participar em actividades que alertem para a preservação do ambiente; implementar a Agenda21 ao nível local, visando a aplicação de conceitos e ideias de educação e gestão ambiental à vida quotidiana da escola; Intervir em iniciativas para a defesa do ambiente e do consumidor.
<b>Agrupamento de Escolas de Cacia – EB2,3 Cacia</b> (5º,6º e 7º anos)	Projecto internacional “WORKING TOGETHER” “YOUR AND OUR GARDEN”, “COTTON” “STOP THE GLOBAL WARMING” “USO RACIONAL DA ÁGUA”	Estes projectos são desenvolvidos de acordo com o Princípio II da Carta da Terra: Integridade Ecológica dos sistemas da Terra e gestão do uso de recursos renováveis e não renováveis.	Inculzir nas crianças “o gosto pela protecção da beleza, da diversidade e da vitalidade da Terra.  Cultivar espécies vegetais; Reduzir o consumo de electricidade; Preservar e usar racionalmente a água; Promover uma cultura de tolerância, não-violência e paz; promover a Educação Multicultural; Sensibilizar para a diversidade linguística; Fomentar a partilha de experiências; desenvolver as TIC
<b>EB1 Vera Cruz</b> (alunos do 4ºano)	“Protecção do Ambiente - Viagem dos Eco-Robôs ao planeta Terra”.	Resíduos	Troca experiências sobre processos de reduzir a emissão de gases causadores do efeito de estufa, nomeadamente de dióxido de carbono, de forma a travar o aquecimento global do planeta, procurando estratégias de redução do consumo de electricidade e optando pelo uso de energias alternativas.  Reconhecer materiais e objectos que possam ser reutilizados, para as suas funções habituais e para outras de carácter lúdico ou educativo; Estimular a criatividade e a procura de soluções alternativas, de forma a desincentivar o consumo excessivo de alguns bens menos essenciais; Promover atitudes de apropriação do trabalho realizado e de valorização dos materiais, numa perspectiva de conservação dos recursos naturais que estão na sua origem.
<b>Centro Social e Paroquial da Vera Cruz</b>	“Reutilizar brincando”	Resíduos	

<b>Jl Santa Casa da Misericórdia de Aveiro</b>	"Eu, Nós e o Mundo"		Desenvolver competências nas crianças para que se tomem participativos, para que tenham uma imagem apropriada e positiva acerca de si, dos outros e das suas capacidades, para que aprendam a participar com confiança e segurança e reconheçam os que afectam os seus pensamentos e acções, sendo progressivamente responsáveis pelos seus actos.
<b>Estabelecimento de Ensino Santa Joana</b>	"Educação Ambiental e Formação Cívica"		Consciencializar para a importância da preservação da natureza, com especial influência para o ser Humano.
<b>Escola Básica do 2º e 3º ciclo de Cacia</b>	Projecto internacional "Working Together" O projecto engloba outros como: "A PEQUENA CARTA DA TERRA", é desenvolvido em parceria com a Escola Básica da Bélgica e da Rússia. "O AMBIENTE É DE TODOS-vamos usar bem a energia" é feito em parceria com os alunos do 6º ano da Escola Básica da Bélgica "USO RACIONAL DA ÁGUA" está a ser desenvolvido em parceria com o Núcleo de Estudos em percepção ambiental/NEPA, das Faculdade UNIVIX, Vitória – Espírito Santo, Brasil, sob supervisão de Roosevelt Fernandes. É a continuação do projecto iniciado em anos anteriores.		Preservar e usar racionalmente a água; Reduzir o consumo de electricidade e usar energias alternativas; Promover uma cultura de tolerância, não-violência e paz; cultivar espécies vegetais; Promover a Educação Multicultural; Sensibilizar para a Diversidade Linguística; Fomentar a partilha de experiências; Desenvolver as TIC
<b>EB1 dos Areais</b>	" Os amigos da Terra"	Resíduos	Promover práticas que visem a melhoria das condições ambientais, sociais, económicas; proporcionar a tomada de consciência, de atitudes individuais a fim de melhorar o Ambiente Global.

<b>EB1 de S. Bernardo</b> (JI e 1º CEB)	Eco-Escolas"		Participar em actividades em prol do ambiente; Implementar a Agenda21 a nível local; Aplicar conceitos e ideias de educação e gestão ambiental à vida quotidiana na escola; Identificar factores que contribuem para a degradação do ambiente e alterações climáticas.
<b>IPSS Florinhas do Vouga</b>	"Reciclar para melhorar."	Resíduos	Criar objectos utilitários, através de aproveitamento de materiais recicláveis (garrafas plástico).
<b>Centro Social e Paroquial da Vera Cruz</b> (Jardim de Infância)	" Reutilizar brincando"	Resíduos	
<b>Centro Educativo Dr. Alberto Souto</b>	"Agenda21 Escolar"		Reconhecer o ambiente na sua totalidade, ou seja, nos seus aspectos naturais e criados pelo Homem (tecnológico e social, económico, político. Histórico-cultural, moral e estético); Levar à responsabilização e ao comportamento com sistemas de valores relativos aos problemas ambientais; constituir um processo contínuo de aprendizagem a aplicar tanto na vida escolar como extra-escolar; organizar estratégias interdisciplinares com vista ao desenvolvimento de acções participadas; promover o relacionamento inter.pessoal no sentido de desenvolver as relações sócio-afectivas
<b>Escola EB1 das Barrocas</b>	"Estufa"		
<b>Santa Casa da Misericórdia de Aveiro</b> (Jardim de Infância)	"Todos nós fazemos a diferença – o nosso compromisso para um futuro melhor"		

EB2,3 de S. Bernardo EB1 Areias de Vilar EB2,3 João Afonso <u>2008</u>			
Estabelecimento de Ensino Santa Joana	"O sonho de uma criança"		Sensibilizar crianças e adultos para as condições difíceis que o futuro na Terra nos reserva; Promover uma mudança de atitudes face à vida na Terra.
Escola Básica Integrada de Eixo	"Reciclagem de materiais"	Resíduos	Sensibilizar a comunidade educativa para a deposição, recolha, redução e reutilização de materiais.
Jl de Aveiro (Glória)	"Melhorar o ambiente"	Resíduos	Sensibilização para a importância da separação do lixo e da reciclagem e consequente transmissão dos conhecimentos adquiridos aos pais, familiares e comunidade em geral.
EB1 de São Bernardo	"Eco-Escolas"		Sensibilizar para as problemáticas ambientais; Contribuir para a implementação da Agenda 21 Local; Intervir em iniciativas para a defesa do Ambiente e do consumidor; Participar nos processos de decisão para a tomada de consciência da importância do Ambiente no dia-a-dia.
EB2,3 João Afonso (turma do 8ºano)	"Elaboração de um herbário no âmbito do projecto..."		Sensibilizar para a preservação do ambiente; Criar uma base de dados sobre as espécies florísticas mais representativas da Ria; Elaborar um herbário".



<b>EB2,3 João Afonso</b> (alunos do 9ºano)	“ Vestir Arte Polar – no âmbito da Fundação Ilídio Pinho”		Sensibilização dos alunos e comunidade educativa para a importância dos pólos, dos seus ecossistemas para a sustentabilidade do Planeta Terra; Intercâmbio com Instituições locais e projecção do trabalho para a cidade; Desenvolvimento de conhecimentos científicos e de competências estéticas; interdisciplinaridade.
<b>A.S.S. Casa Mãe de Aradas</b> (JI)	“ Educar pelo Ambiente”		Promover a preservação do ambiente; sensibilizar as crianças e comunidade para os efeitos nocivos da poluição e estratégias para impedir.
<b>EB1 da Glória</b> (4ºano)	“As abelhas e Nós”		A importância da apicultura e as suas potencialidades; Conhecer a vida das abelhas; a importância do mel.
<b>EB1 da Vera Cruz</b>	“Defesa da Saúde e do Ambiente”		Defender e melhorar a nossa saúde; Defender e melhorar o ambiente; Defender a solidariedade, a entreatajuda, o respeito e o bem-estar de todas as pessoas.
<b>EB1 da Barrocas</b>	“Divulgar para preservar: Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto”		Consciencializar os alunos para a preservação das dunas.
<b>EB2,3 Dr. Fortunato de Almeida – Nelas</b> (escola convidada)	“Projecto Rios”		Desenvolver e aprofundar os laços de amizade e solidariedade entre os alunos, num ambiente de cooperação, companheirismo e consciência ambiental; Contribuir para a implementação da Educação Ambiental, enquanto área transversal, na

<p><b>E. S. com 3º ciclo do E.B. Dr. Joaquim de Carvalho (Figueira da Foz)</b> (escola convidada)</p> <p><b>JI de Aveiro</b></p> <p><b>Agrupamento de Escolas de Cacia</b></p> <p><b>Centro Social e Paroquial da Vera Cruz</b></p>	<p>“Verdades Convenientes” no âmbito da necessidade de políticas de sustentabilidade sendo colocado (este ano lectivo) a ênfase nas energias alternativas.</p> <p>“Eco-cientistas em acção”</p> <p>“Working Together – A pequena Carta da Terra”</p> <p>“O Capitão Planeta e os Guardiões da Terra”</p>	<p>Educação para a Sustentabilidade</p>	<p>política das escolas; fomentar a investigação científica de carácter ambiental de acordo os conteúdos programáticos em análise; reconhecer a importância da conservação e reabilitação dos Recursos Naturais em geral e dos Recursos Hídricos, em particular; Compreender o funcionamento de um aquífero de água doce; Aplicar e explorar os materiais do projecto RIOS, enquanto auxiliares pedagógicos; realizar saídas de campo de monitorização do Projecto Rios; conceber estratégias e planos de acção para a reabilitação de troços de rios e ribeiras no âmbito do projecto Rios.</p> <p>Consciencializar para a necessidade de uma ética global; Operacionalizar medidas de mitigação de CO2 e a sua quantificação; produção de materiais didácticos</p> <p>Sensibilização para a necessidade de reciclar, reutilizar e reduzir; aprendizagem em acção; integração da comunidade educativa”</p> <p>Incutir nos alunos valores éticos, sociais e ambientais; Promover a Educação Multicultural (tolerância, não violência e paz); Sensibilizar para a Diversidade Linguística; Fomentar a partilha de experiência; Cultivar espécies vegetais; Desenvolver as TIC</p> <p>Respeitar a Terra e a vida em toda a sua diversidade; Mudar mentalidades e sentimentos para alcançar a Sustentabilidade e o papel que cada um desempenha na sua preservação; Sensibilizar as crianças para os graves problemas ambientais, promovendo a protecção do meio ambiente e valores ecológicos; Valorizar atitudes de respeito, cuidados e usos</p>
---	---	---	--

<p><b>Escola Sec. DR. Jaime Magalhães Lima</b> (alunos 8ºano)</p> <p><b>EB1 de Vilar</b></p>	<p>“Projecto Rios”</p> <p>“Energias renováveis”</p>		<p>adequados dos recursos naturais; Favorecer comportamentos e atitudes de poupança energética; Aplicar o conceito de reutilização e de recuperação do material; Reconhecer a responsabilidade de todos como intervenientes na redução dos desperdícios...</p> <p>Proceder ao contacto e troca de experiências com as escolas participantes, para numa fase posterior, e em contacto com as restantes turmas, da nossa escola envolvidas no projecto, partilhem a informação recolhida, de forma a valorizar as tarefas já empreendidas.</p> <p>Conhecer os diferentes tipos de energias – renováveis e não renováveis e as respectivas fontes; desenvolver nos alunos uma atitude de respeito e promoção de uma vida melhor.</p>
<p><b><u>2009</u></b></p> <p><b>EB2,3 DE CACIA</b></p> <p><b>EB1 de Vilar</b> (1.º e 2.º ano)</p>	<p>“WORKING TOGETHER – A PEQUENA CARTA DA TERRA”</p> <p>“Pelas dunas, por nós”</p>		<p>Preservar o ambiente e usar racionalmente a água; Reduzir o consumo de electricidade e usar energias alternativas; promover uma cultura de tolerância, não-violência e paz; Promover a Educação Multicultural; Sensibilizar para a Diversidade Linguística; Fomentar a partilha de experiências; desenvolver as TIC.</p> <p>Informar e sensibilizar os alunos para a importância do litoral e da sua preservação; Conhecer e contactar com ecossistemas dunares; Compreender a necessidade de se intervir no processo das alterações climáticas para a preservação do litoral.</p>

<b>EB1 de S. Bernardo</b>	Eco-Escolas	Contribuir para a implementação da Agenda21, ao nível local” pensar local, Agir Global”; Proporcionar a tomada de consciência que simples atitudes individuais podem, no seu conjunto, melhorar o Ambiente Global.
<b>Jl de Aveiro</b>	“Alfabetização”	Relevar a importância de saber ler e escrever; Aumentar a consciência fonológica do grupo; apresentar várias formas de ler; a importância de saberem os seus dados pessoais.
<b>Estabelecimento de Ensino de Santa Joana</b>	“Confissões do Planeta Terra: pequenos apontamentos da longa história a Terra”	Sensibilizar para os danos causados no planeta pela actividade humana; Lembrar como o Homem pode tirar partido daquilo que o planeta nos oferece sem o danificar; Consciencializar para as consequências resultantes dos danos causados ao planeta.
<b>Escola B1 das Barrocas</b> (1º e 3ºanos)	“Uma Escola Sabiente para um Mundo Diferente”	Respeitar a Terra a vida em toda a diversidade; Transmitir às futuras gerações valores que apoiem a longo prazo, a prosperidade das comunidades; Reduzir, reutilizar e reciclar materiais usados nos sistemas de produção e consumo; Oferecer a todos, especialmente às crianças e aos jovens, oportunidades de educação que lhes permita contribuir activamente para o desenvolvimento sustentável.
<b>EB1 da Vera Cruz</b>	História «Valéria e a Vida»	Sensibilizar e incentivar os alunos destas turmas, da escola (e outros que possam eventualmente assistir à nossa apresentação) para a necessidade de serem tomadas atitudes para a necessidade de serem tomadas atitudes de respeito pela Terra e por toda a sua diversidade, impedindo assim, possíveis danos causados ao Ambiente.
<b>E.S. Mário Sacramento</b>		

<p>Trabalho realizado por: Ana Carolina Almeida Maria Canha</p> <p><b>E.S. Homem Cristo</b> <b>Grupo 1</b></p> <p>Trabalho realizado por: Ana Filipa Barbosa Marina Guiomar</p> <p><b>E.S. Homem Cristo</b> <b>Grupo 2</b></p> <p>Trabalho realizado por: Adriana Santos &amp; José Mário</p>	<p>“Biodiversidade Marinha” “Biodiversidade na Ria de Aveiro”</p> <p>“O LADO negro de AVEIRO” - A POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA - O SANEAMENTO, URBANO E INDUSTRIAL</p> <p>Reserva Natural das Dunas de S.Jacinto – Dunas</p>		<p>Proteger o ecossistema dunar e o património natural a ele associado, incluindo a sua flora e fauna; Promover acções de sensibilização ambiental; Promover e divulgar os seus valores naturais, estéticos e científicos.</p>
<p><b>2010</b></p> <p><b>EPA – Escola Profissional de Aveiro</b></p>	<p>“Ecologia – Biodiversidade da ria de Aveiro”</p>		<p>Consciencializar os alunos de várias idades /entre os 16 e os 20 anos de idade) sobre a interacção entre ambiente, recursos, economia e saúde; Analisar alguns aspectos dos recursos ambientais, hídricos, agro-alimentares e piscatórios, zootécnica e artísticos (cerâmica) em relação com a economia nacional e europeia; Relacionar o Homem com o Ambiente, reflectindo sobre o papel do mesmo na preservação do meio ambiente; Pretende-se que os alunos tomem consciência da situação global do planeta em termos ambientais, bem como do que pode ser feito, e do que já está a ser feito, para mudar esta situação.</p>

<p><b>EB2,3 João Afonso de Aveiro</b> Grupo 1</p>	<p>“Os protectores das dunas de S. Jacinto – âmbito: biodiversidade”</p>		<p>Melhorar habitats através da realização de actividades de intervenção local com vista à manutenção da biodiversidade dunar; Ampliar os conhecimentos sobre a fauna e flora das dunas e factores da sua degradação; Colaborar para a preservação das dunas da praia de S. Jacinto; Desenvolver competências de responsabilidade e de participação; Contribuir para a formação de cidadãos intervenientes e ambientalmente conscientes</p>
<p><b>EB2,3 João Afonso de Aveiro</b> Grupo 2</p>	<p>“Cidadania e Sustentabilidade – Rock in Rio”</p>		<p>Promover o Ambiente e a Ciência através do ensino da Arte. Defesa do Património Natural local e conhecimento das potencialidades do Património edificado e sua reabilitação enquanto meio de poupança de energia e diminuição do impacto nos recursos naturais. Apresentação do projecto no desfile de moda “VestirArte” que irá decorrer em Maio integrado nas Festas da Cidade de Aveiro.</p>
<p><b>Agrupamento de escolas de Esgueira – Escola Aires Barbosa</b></p>	<p>“Os segredos que a água esconde” (Área de Projecto)</p>		<p>Fomentar o espírito de pesquisa; Promover a interdisciplinaridade; Desenvolver o trabalho de grupo e cooperação; Desenvolver a capacidade de selecção e organização da informação e dos conhecimentos; Divulgar o património natural; Promover a criatividade e a imaginação; Utilizar formas diversificadas de comunicação para transmitir mensagens; Aplicar os conhecimentos na resolução de problemas concretos.</p>

<b>Escola EB2,3 da Branca (Albergaria-a-Velha)</b>	<i>“Educação Ambiental na Escola”</i>	Desenvolver atitudes de preservação do Ambiente; Sensibilizar a Comunidade Educativa Local para a problemática dos Resíduos Orgânicos; Alertar para a importância dos produtos naturais numa alimentação saudável e equilibrada; Embelezar a escola; Encorajar a comunidade a efectuar pequenas alterações ao seu comportamento com vista à preservação do ambiente; Compreender que o comportamento quotidiano de cada indivíduo afecta o ambiente global.
<b>Bela Vista – Centro de Educação Integrada (CEI, Agueda)</b>	“Dar e Receber”- âmbito do princípio 3 “Justiça social e económica” (Carta da Terra)	Promover e praticar a solidariedade; Ajudar os mais pobres; Reconhecer a importância e o valor dos direitos de que todos devem usufruir – casa, alimentos, descanso, educação, amigos, brinquedos, saúde e alegria
<b>Estabelecimento de Ensino Santa Joana</b>	“A vida por um fio”	Sensibilizar para a importância da preservação das espécies; Conhecer espécies em vias de extinção e formas de evitar o seu desaparecimento; Promover o convívio entre os alunos de diferentes escolas; proporcionar a partilha de conhecimentos.
<b>Escola Secundária c/ CEB Dr. Mário Sacramento</b>	<i>“Projecto AmbiEscola ”</i>	Promover a Educação Ambiental na Escola
<b>EB1 de S. Bernardo</b>	<i>Programa Eco-Escolas</i>	Reconhecer a importância do desenvolvimento e utilização das energias alternativas; Respeitar a Natureza; Ser cidadão consciente e interventivo; Aprender a apreciar e a amar a natureza; Aprender a manter um espírito ecológico; Desenvolver actividades integradoras de diferentes saberes; Desenvolver o espírito de cidadania; Intervir em iniciativas para a defesa do direito do consumidor; Desenvolver a capacidade de transmitir mensagens.

<p><b>EB1de Vilar</b></p>	<p><i>“Controlo de exóticas invasoras”</i></p>		<p>Informar e sensibilizar os alunos para a conservação e recuperação dos ecossistemas dunares; Desenvolver nos alunos interesses potenciadores de uma mudança de comportamentos que contribuam para a conservação das dunas e da sua biodiversidade; Intervir adequadamente em ambientes naturais – dunas de S. Jacinto; Reduzir as ameaças sobre a biodiversidade com a protecção de espécies, controlo e monitorização ambientais.</p>
<p><b>Escola Secundária c/ CEB Dr. Mário Sacramento</b> Grupo 1</p>	<p><i>“Castelos de Sal”</i></p>		<p>Conhecer a biodiversidade existente na marinha da Troncalhada; Estudar o ambiente sedimentar da marinha da Troncalhada; Relacionar a influência da variação de parâmetros ambientais como a temperatura, a salinidade e o pH na dinâmica das comunidades vivas da marinha da Troncalhada; Conhecer a realidade do salgado aveirense; Promover o “Desenvolvimento Sustentável” da marinha da Troncalhada e com isso preservar os habitats; Consciencializar o público-alvo para a necessidade de preservar a actividade tradicional do Sal, de forma a conservar o património natural e cultural existente e defender a biodiversidade, nomeadamente, na marinha da Troncalhada.</p>
<p><b>Escola Secundária c/ CEB Dr. Mário Sacramento</b> Grupo 2</p>	<p><i>“Rock in Ria”</i></p>		<p>Marinha de Santiago da Fonte – Qual a sua importância? Processo de extracção de sal artesanal; Principais seres vivos que habitam as salinas; Impacte social, económico e cultural resultante da redução do sal artesanal.</p>
<p><b>Escola Secundária c/ CEB Dr. Mário Sacramento</b> Grupo 3</p>	<p><i>“Um olhar sobre a Ria e o Salgado de Aveiro”</i></p>		<p>Conhecer problemas locais a fim de se poderem compreender os problemas globais; Fomentar os princípios da Carta da Terra; Tornar os cidadãos conhecedores e agentes de mudança no quadro dos princípios e valores da Carta da Terra; Criar</p>



<b>Jl das Barrocas</b>	<i>“Amigos do Ambiente”</i>	documentos, materiais de apoio às ferramentas pedagógicas e à difusão de «boas práticas» no âmbito da Carta da Terra.
<b>Colégio Infantil Passo Certo</b>	<i>“Natureza”</i>	Promover o desenvolvimento de uma consciência ambiental, individual e colectiva, favorável ao desenvolvimento sustentável do meio e da sociedade; Promover a tomada de atitudes ecológicas e ambientalmente saudáveis; Contribuir para a construção e interiorização de valores consentâneos com as questões ambientais; Reforçar o envolvimento e cooperação dos pais, JI, EB1 e de outros parceiros na promoção de acções que visem o exercício da cidadania.
<b>Trá-lá-lá, Educação para a Criança</b>	<i>“Criar laços para o futuro”</i>	Conviver com os elementos da Natureza; Descobrir o mundo através da observação directa; Preservação da Natureza e hábitos ecológicos
<b>Escola Secundária de Estarreja</b>	<i>BioESE”</i>	Promover o conhecimento sobre o mundo e os povos que o habitam; Progredir na interiorização, no respeito e valorização do património cultural e ambiental; Sensibilizar as crianças e comunidade para o respeito para com a natureza, seus recursos naturais e espécies animais; Desenvolver atitudes e comportamentos de respeito de preservação do planeta.
<b>Santa Casa da Misericórdia de Aveiro</b>	<i>“Que Rica Salada”</i>	Produção de Biodiesel a partir de óleos alimentares usados.  Sensibilizar para a biodiversidade na alimentação; Promover hábitos alimentares mais saudáveis.

Recolha e sistematização de informação dos conteúdos de documentos (Documentos fichas de inscrição, resumos do projecto).

**Quadro 17 – Temáticas dos projectos curriculares apresentados nos Fóruns**

Anos	Áreas temáticas desenvolvidas nos projectos/apresentações dos estabelecimentos educativos /ensino
<u><b>2004</b></u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Água</li> <li>-Água</li> <li>-Cursos de água</li> <li>-Ambiente em geral</li> <li>-Ambiente em geral – EA</li> <li>- Educação ambiental</li> <li>-Preservar as árvores</li> <li>- Preservação da natureza</li> <li>-Conservar a Terra Verde</li> <li>-Conservação da Natureza</li> <li>-Conservação</li> <li>-Conservação/preservação da natureza</li> <li>-Promoção de valores em geral</li> <li>- Promoção de valores</li> <li>-Cidadania</li> <li>- Educação para a Cidadania</li> <li>-Comportamentos responsáveis para preservação das espécies vegetais</li> <li>-Acesso à participação</li> <li>-Energias</li> <li>-Resíduos</li> <li>-Resíduos</li> <li>-Árvores</li> <li>-Biodiversidade</li> <li>-Biodiversidade</li> <li>-CT</li> <li>-Terra</li> <li>-Agenda21 Escolar</li> </ul>
<u><b>2005</b></u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ambiente em geral</li> <li>Ambiente em geral</li> <li>Educação Ambiental</li> <li>Agenda21 Escolar</li> <li>Crescimento de diferentes plantas</li> </ul>

	<p>Preservar a água</p> <p>Adquirem as competências</p> <p>Educação para a cidadania</p> <p>Educação para a Cidadania</p> <p>Participação</p> <p>Potenciar capacidades</p> <p>Agenda21</p> <p>CT</p> <p>Terra</p> <p>Consumo de energia</p> <p>Tomada de consciência</p> <p>Água</p> <p>Água; cursos de água</p> <p>Biodiversidade</p> <p>Ruído; Energia</p> <p>Resíduos</p> <p>Resíduos</p> <p>Transportes</p> <p>Conservação de espécies selvagens</p> <p>Floresta</p>
<b><u>2006</u></b>	<p>Educação Ambiental</p> <p>Ambiente em geral</p> <p>Ambiente em geral</p> <p>Observação e experimentação</p> <p>Terra</p> <p>Terra</p> <p>Biodiversidade</p> <p>Árvore</p> <p>Preservação do meio ambiente</p> <p>Preservação do ambiente</p> <p>Consciencialização</p> <p>Resíduos - "Resíduos industriais e resíduos hospitalares</p> <p>Resíduos</p> <p>Resíduos - política dos 3Rs</p> <p>Resíduos</p> <p>Agenda21</p> <p>Defesa do ambiente e do consumidor</p> <p>Cultivar espécies vegetais</p>

	<p>Energia</p> <p>Água</p> <p>Educação Multicultural – CT</p> <p>Reduzir a emissão de gases causadores do efeito de estufa – AC</p>
<b><u>2007</u></b>	<p>Resíduos</p> <p>Conservação dos recursos naturais</p> <p>Tomem participativos</p> <p>Educação Ambiental</p> <p>Formação Cívica</p> <p>Preservação da natureza</p> <p>Água</p> <p>Energias – energias alternativas</p> <p>Cultura de tolerância, não-violência e paz – CT</p> <p>Cultivar espécies vegetais</p> <p>Educação Multicultural</p> <p>Terra</p> <p>Ambiente em geral</p> <p>Agenda21</p> <p>Agenda21</p> <p>Alterações climáticas</p> <p>Resíduos - reutilização</p> <p>Resíduos</p> <p>Comportamento com sistemas de valores</p> <p>Desenvolvimento de acções participadas</p> <p>Relacionamento inter-pessoal</p> <p>Estufa</p>
<b><u>2008</u></b>	<p>Mudança de atitudes</p> <p>Terra</p> <p>Terra</p> <p>CT</p> <p>Resíduos – separação e reutilização</p> <p>Resíduos – politica 3R's</p> <p>Resíduos - politica 3R's</p> <p>Herbário</p> <p>Preservação do ambiente</p> <p>Espécies florísticas locais</p> <p>Ecossistemas</p> <p>Sustentabilidade do Planeta Terra</p> <p>Ambiente em geral</p>

	<p> Ambiente em geral  Ambiente em geral  Educação Ambiental  Preservação do ambiente  Poluição  Apicultura - Abelhas  Saúde e do Ambiente  Preservação das dunas.  Conservação e reabilitação dos Recursos Naturais em geral e dos Recursos Hídricos  Curso de água  Ética global  AC - mitigação de CO2  Eco-cientistas  Cultivar espécies vegetais  Educação para a Sustentabilidade  Energia - energias renováveis </p>
<b><u>2009</u></b>	<p> Água  Energia - consumo, energias alternativas  CT - Educação Multicultural...  Terra  Terra - tomadas atitudes de respeito - CT  Importância do litoral e da e da sua preservação - ecossistemas dunares  Ecossistema dunar  AC  Agenda21  Ambiente em geral  Alfabetização  Consciencializar para as consequências  Resíduos - política 3R's  Desenvolvimento sustentável  Biodiversidade Marinha  Biodiversidade na Ria de Aveiro  Poluição atmosférica  EA </p>
<b><u>2010</u></b>	<p> <i>Biodiversidade</i>  Biodiversidade - Ecossistema dunar  biodiversidade na alimentação  Preservação do meio ambiente – EA  Formação de cidadãos intervenientes e ambientalmente </p>

	<p>conscientes</p> <p>Cidadania</p> <p>Sustentabilidade</p> <p>Ambiente e a Ciência</p> <p>Ensino da Arte</p> <p>Defesa do Património Natural e edificado local</p> <p>Divulgar o património natura</p> <p>Energia</p> <p>Água</p> <p>Educação Ambiental</p> <p>Educação Ambiental</p> <p>Resíduos Orgânicos</p> <p>Alimentação saudável e equilibrada</p> <p>Preservação do ambiente</p> <p>CT - Promover e praticar a solidariedade</p> <p>CT</p> <p>Preservação das espécies</p> <p>Energia - energias alternativas</p> <p>Ser cidadão consciente e interveniente</p> <p>Cidadania</p> <p>Atitudes e comportamentos de respeito de preservação do planeta</p> <p>Respeito e valorização do património cultural e ambiental</p> <p>Direito do consumidor</p> <p>Conservação e recuperação dos ecossistemas dunares</p> <p>Biodiversidade</p> <p>Biodiversidade existente na marinha da Troncalhada</p> <p>Património natural e cultural - Salgado aveirense</p> <p>Desenvolvimento Sustentável</p> <p>Ambiente em geral - consciência ambiental</p> <p>Cidadania</p> <p>Preservação da Natureza</p> <p>Hábitos alimentares mais saudáveis</p> <p>Produção de Biodiesel</p>
--	--

<b>Categorização – Áreas temáticas desenvolvidas (segundo Luisa Schmidt)</b>	
<b>Ano 2004</b>	
<b>Conservação e biodiversidade</b>	-Biodiversidade -Biodiversidade - Comportamentos responsáveis para preservação das espécies vegetais Preservação da natureza Conservar a Terra Verde Conservação da Natureza Conservação Conservação/preservação da natureza
<b>Água</b>	Água -Água -Cursos de água
<b>Energia</b>	-Energia Energias renováveis
<b>Cidadania e participação</b>	Educação para a Cidadania Cidadania Acesso à participação Promoção de valores Promoção de valores em geral CT Terra Agenda21 Escolar
<b>Florestas</b>	Árvores Preservar as árvores
<b>Ambiente em geral e DS</b>	Ambiente em geral Ambiente em geral/EA Educação ambiental
<b>Resíduos</b>	Resíduos Resíduos

**8 - Conservação e biodiversidade**

8 - Educação para a Cidadania

3 - Água

3 - Ambiente em geral e DS

2 - Energia

**2 - Florestas**

2 - Resíduos

<b>Categorização – Áreas temáticas desenvolvidas (segundo Luisa Schmidt)</b>	
<b>Ano 2005</b>	
<b>Conservação e biodiversidade</b>	Crescimento de diferentes plantas Biodiversidade Conservação de espécies selvagens
<b>Água</b>	Preservar a água Água Água; cursos de água
<b>Energia</b>	Consumo de energia Energia
<b>Cidadania e participação</b>	Agenda21 Escolar Adquirem as competências Educação para a cidadania Educação para a Cidadania Participação Potenciar capacidades Agenda21 CT Terra Tomada de consciência
<b>Florestas</b>	Floresta
<b>Ambiente em geral e DS</b>	Ambiente em geral Ambiente em geral Educação Ambiental
<b>Resíduos</b>	Resíduos Resíduos
<b>Ambiente urbano</b>	Transportes
<b>Outros</b>	Ruído

- **Conservação e biodiversidade 3**
- Água 3
- Energia 2
- Educação para a Cidadania 10
- **Florestas 1**
- Ambiente em geral e DS 3
- Resíduos 2
- **Ambiente urbano 1**
- **Outros 1**



<b>Categorização – Áreas temáticas desenvolvidas (segundo Luisa Schmidt)</b>	
<b>Ano 2006</b>	
<b>Conservação e biodiversidade</b>	Biodiversidade Cultivar espécies vegetais
<b>Água</b>	Água
<b>Energia</b>	Energia
<b>Cidadania e participação</b>	Terra Terra Preservação do meio ambiente Preservação do ambiente Agenda21 Educação Multicultural – CT
<b>Florestas</b>	Árvore
<b>Ambiente em geral e DS</b>	Educação Ambiental Ambiente em geral Ambiente em geral
<b>Resíduos</b>	Resíduos - “Resíduos industriais e resíduos hospitalares Resíduos Resíduos - política dos 3Rs Resíduos
<b>Ar e atmosfera</b>	Reduzir a emissão de gases causadores do efeito de estufa AC
<b>Ciência e tecnologia</b>	Observação e experimentação
<b>Outros</b>	Defesa do ambiente e do consumidor

**2 - Conservação e biodiversidade**

1 - Água

1 – Energia

6 - Educação para a Cidadania

**1 - Florestas**

3 - Ambiente em geral e DS

4 - Resíduos

**3 – Ar e atmosfera****1 - Ciência e tecnologia****1 - Outros**

<b>Categorização – Áreas temáticas desenvolvidas (segundo Luisa Schmidt)</b>	
<b>Ano 2007</b>	
<b>Conservação e biodiversidade</b>	Conservação dos recursos naturais Formação Cívica Cultivar espécies vegetais Preservação da natureza
<b>Água</b>	Água
<b>Energia</b>	Energias – energias alternativas
<b>Cidadania e participação</b>	CT - Cultura de tolerância, não-violência e paz Educação Multicultural Terra Agenda21 Agenda21 Desenvolvimento de acções participadas Comportamento com sistemas de valores Relacionamento inter-pessoal Processos participativos
<b>Ambiente em geral e DS</b>	Educação Ambiental Ambiente em geral
<b>Resíduos</b>	Resíduos Resíduos - reutilização Resíduos
<b>Ar e atmosfera</b>	AC
<b>Agricultura</b>	Estufa

#### 2007 – Áreas temáticas desenvolvidas nos projectos

4 - Conservação e biodiversidade

1 - Água

1 – Energia

9 - Educação para a Cidadania

2 - Ambiente em geral e DS

3 - Resíduos

1 – Ar e atmosfera

1 - Agricultura

<b>Categorização – Áreas temáticas desenvolvidas (segundo Luisa Schmidt)</b>	
<b>Ano 2008</b>	
<b>Conservação e biodiversidade</b>	Herbário Preservação do ambiente Espécies florísticas locais Ecossistemas Preservação das dunas. Conservação e reabilitação dos Recursos Naturais em geral Cultivar espécies vegetais
<b>Água</b>	Curso de água Conservação e reabilitação dos Recursos Hídricos
<b>Energia</b>	Energia - energias renováveis
<b>Cidadania e participação</b>	Mudança de atitudes Terra Terra CT Sustentabilidade do Planeta Terra Ética global Educação para a Sustentabilidade Preservação do ambiente
<b>Ambiente em geral e DS</b>	Ambiente em geral Ambiente em geral Ambiente em geral Educação Ambiental
<b>Resíduos</b>	Resíduos – separação e reutilização Resíduos – política 3R's Resíduos - política 3R's
<b>Ar e atmosfera</b>	Poluição AC - mitigação de CO2
<b>Ciência e tecnologia</b>	Eco-cientistas
<b>Saúde e qualidade de vida</b>	Saúde e do Ambiente
<b>Actividades económicas</b>	Apicultura

2008– Áreas temáticas desenvolvidas nos projectos

8- Conservação e biodiversidade

1- Água

1– Energia

8- Educação para a Cidadania

4- Ambiente em geral e DS

3- Resíduos

2– Ar e atmosfera

1- Ciência e tecnologia

1-Saúde e qualidade de vida

1 - Agricultura

<b>Categorização – Áreas temáticas desenvolvidas (segundo Luisa Schmidt)</b>	
<b>Ano 2009</b>	
<b>Conservação e biodiversidade</b>	Importância do litoral e da sua preservação Ecossistemas dunares Ecossistema dunar Biodiversidade Marinha Biodiversidade na Ria de Aveiro
<b>Água</b>	Água
<b>Energia</b>	Energia - consumo Energias alternativas
<b>Cidadania e participação</b>	CT - Educação Multicultural Terra Terra - tomadas atitudes de respeito CT Agenda21 Consciencializar para as consequências
<b>Ambiente em geral e DS</b>	Ambiente em geral Desenvolvimento sustentável EA
<b>Resíduos</b>	Resíduos - política 3R's
<b>Ar e atmosfera</b>	AC Poluição atmosférica
<b>Outros</b>	Alfabetização

#### 2009– Áreas temáticas desenvolvidas nos projectos

5- Conservação e biodiversidade

1- Água

2– Energia

6- Educação para a Cidadania

3- Ambiente em geral e DS

1- Resíduos

2– Ar e atmosfera

1 - Outros

<b>Categorização – Áreas temáticas desenvolvidas (segundo Luisa Schmidt)</b>	
<b>Ano 2010</b>	
<b>Conservação e biodiversidade</b>	<i>Biodiversidade</i> Biodiversidade - Ecossistema dunar Biodiversidade na alimentação Preservação das espécies Conservação e recuperação dos ecossistemas dunares Biodiversidade Biodiversidade existente na marinha da Troncalhada Preservação da Natureza
<b>Água</b>	Água
<b>Energia</b>	Energia Energia - energias alternativas
<b>Cidadania e participação</b>	Formação de cidadãos intervenientes e ambientalmente conscientes Cidadania Sustentabilidade Preservação do ambiente CT - Promover e praticar a solidariedade Ser cidadão consciente e interveniente Cidadania Atitudes e comportamentos de respeito de preservação do planeta Ambiente em geral - consciência ambiental Cidadania
<b>Ambiente em geral e DS</b>	Preservação do meio ambiente EA Educação Ambiental Educação Ambiental Desenvolvimento Sustentável Ensino da Arte
<b>Resíduos</b>	Resíduos Orgânicos
<b>Ciência e tecnologia</b>	Ambiente e a Ciência
<b>Património histórico-cultural e natural</b>	Defesa do Património Natural e edificado local Divulgar o património natural Respeito e valorização do património cultural e ambiental Património natural e cultural - Salgado aveirense
<b>Saúde e qualidade de vida</b>	Alimentação saudável e equilibrada Hábitos alimentares mais saudáveis
<b>Consumo</b>	Direito do consumidor
<b>Outros</b>	Produção de Biodiesel

2010– Áreas temáticas desenvolvidas nos projectos

8- Conservação e biodiversidade

1- Água

2- Energia

10- Educação para a Cidadania

6- Ambiente em geral e DS

1- Resíduos

1- Ciência e tecnologia

4 -Património histórico-cultural e natural

2 - Saúde e qualidade de vida

1 – consumo

1- outros

**Quadro 18** - Dimensão: Identificação das temáticas do artigo dos jornais “Diário de Aveiro”

<u>Parâmetros de registo – análise</u>	<u>Registo</u>
<u>Data de publicação (Ano) - (mês) - (Dia)</u>	Foto1 2001.Abril.21 - (sábado)
<u>Título da notícia (...)</u>	<b>“Câmara Municipal de Aveiro e ASPEA comemoram Dia da Terra – Alertar para problemas ambientais”</b>
<u>Chamada de 1ª página (Sim - S) – (Não - N)</u>	<u>S</u>
<u>Ilustração [Sim -S] [Não - N]</u>	<u>S</u>
<u>Nº página</u>	<u>5</u>
<u>Nome autor do artigo (...)</u>	<u>N</u>
<u>Nome director do jornal (...)</u>	<u>Adriano Callé Lucas</u>

<u>Parâmetros de registo - análise</u>	<u>Registo</u>
<u>Data de publicação (Ano) - (mês) - (Dia)</u>	Foto2 2002.Abril.22 - (segunda-feira)
<u>Título da notícia (...)</u>	<b>“Actividades invadem Aveiro - Hoje é o Dia da Terra”</b>
<u>Chamada de 1ª página (Sim - S) – (Não - N)</u>	<u>S</u>
<u>Ilustração [Sim -S] [Não - N]</u>	<u>S</u>
<u>Nº página</u>	<u>3</u>

<u>Parâmetros de registo – análise</u>	<u>Registo</u>
<u>Data de publicação (Ano) - (mês) - (Dia)</u>	Foto3 2002.Abril.23 - (terça-feira)
<u>Título da notícia (...)</u>	<b>“Dia da Terra comemorado – Crianças ambientalistas”</b>
<u>Chamada de 1ª página (Sim - S) – (Não - N)</u>	<u>N</u>
<u>Ilustração [Sim -S] [Não - N]</u>	<u>S</u>
<u>Nº página</u>	<u>3</u>

<u>Parâmetros de registo – análise</u>	<u>Registo</u>
<u>Data de publicação (Ano) - (mês) - (Dia)</u>	Foto4 2003.Abril.22 - (terça-feira)
<u>Título da notícia (...)</u>	<b>“Hoje, no Centro Cultural e de Congressos – Dia Mundial da Terra”</b>
<u>Chamada de 1ª página (Sim - S) – (Não - N)</u>	<u>N</u>
<u>Ilustração [Sim -S] [Não - N]</u>	<u>S</u>

Nº página	5
<b><u>Parâmetros de registo – análise</u></b>	<b><u>Registo</u></b>
Data de publicação (Ano) - (mês) - (Dia)	Noticia/Foto5 2004.Abril.21 - (quarta-feira)
Título da notícia (...)	“ Dia da Terra assinalado em Aveiro”
Chamada de 1ª página (Sim - S) – (Não - N)	N
Ilustração [Sim -S] [Não - N]	N
Nº página	6
<b><u>Parâmetros de registo análise</u></b>	<b><u>Registo</u></b>
Data de publicação (Ano) - (mês) - (Dia)	Foto6 2005.Abril.22 - (sexta-feira)
Título da notícia (...)	“ <i>Construir Cidadania: um contributo da Carta da Terra</i> - Dia da Terra assinalado hoje”
Chamada de 1ª página (Sim - S) – (Não - N)	N
Ilustração [Sim -S] [Não - N]	N
Nº página	5
<b><u>Parâmetros de registo análise</u></b>	<b><u>Registo</u></b>
Data de publicação (Ano) - (mês) - (Dia)	Foto7 2006.Abril.21 - (sexta-feira)
Título da notícia (...)	“Dia da Terra comemorado em Aveiro”
Chamada de 1ª página (Sim - S) – (Não - N)	N
Ilustração [Sim -S] [Não - N]	N
Nº página	5
<b><u>Parâmetros de registo análise</u></b>	<b><u>Registo</u></b>
Data de publicação (Ano) - (mês) - (Dia)	Foto8 2008.Abril.22 - (terça-feira)
Título da notícia (...)	“Hoje e amanhã, no Centro Cultural e de Congressos Fórum Ambiental reúne 1200 jovens”
Chamada de 1ª página (Sim - S) – (Não - N)	N
Ilustração [Sim -S] [Não - N]	N
Nº página	3
<b><u>Parâmetros de registo análise</u></b>	<b><u>Registo</u></b>

<u>Data de publicação (Ano) - (mês) - (Dia)</u>	<u>Foto9</u> <u>2009.Abril.21 - (terça-feira)</u>
<u>Título da notícia (...)</u>	<b>"Fórum Infanto-juvenil reúne centenas de alunos"</b>
<u>Chamada de 1ª página (Sim - S) – (Não - N)</u>	<u>N</u>
<u>Ilustração [Sim -S] [Não - N]</u>	<u>N</u>
<u>Nº página</u>	<u>5</u>



Frequência absoluta e relativa das temáticas ambientais abordadas nos projectos e apresentadas nos fóruns infanto-juvenis de 2004 a 2010

Tabela 1

<b>2004</b>		
<b>Temáticas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa [%]</b>
Conservação e biodiversidade	8	29
Água	3	11
Energia	2	7
Educação para a Cidadania	8	29
Florestas	2	7
Ambiente & Desenvolvimento Sustentável	3	11
Resíduos	2	7
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>100</b>

Tabela 2

<b>2005</b>		
<b>Temáticas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa [%]</b>
Conservação e biodiversidade	3	12
Água	3	12
Energia	2	8
Educação para a Cidadania	10	40
Ambiente & Desenvolvimento Sustentável	3	12
Resíduos	2	8
Ambiente Urbano	1	4
Outros	1	4
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>100</b>

Tabela 3

Temáticas	2006	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa [%]
Conservação e biodiversidade	2	9
Água	1	4
Energia	1	4
Educação para a Cidadania	6	26
Florestas	1	4
Ambiente & Desenvolvimento Sustentável	3	13
Resíduos	4	17
Poluição atmosférica	3	13
Ciência e tecnologia	1	4
Outros	1	4
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>100</b>

Tabela 4

Temáticas	2007	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa [%]
Conservação e biodiversidade	4	18
Água	1	5
Energia	1	5
Educação para a Cidadania	9	41
Ambiente & Desenvolvimento Sustentável	2	9
Resíduos	3	14
Poluição atmosférica	1	5
Agricultura	1	5
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>100</b>

Tabela 5

Temáticas	2008	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa [%]
Conservação e biodiversidade	8	27
Água	1	3
Energia	1	3
Educação para a Cidadania	8	27
Ambiente & Desenvolvimento Sustentável	4	13
Resíduos	3	10
Poluição atmosférica	2	7
Agricultura	1	3
Ciência e tecnologia	1	3
Saúde e Qualidade Ambiental	1	3
<b>TOTAL</b>	30	100

Tabela 6

Temáticas	2009	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa [%]
Conservação e biodiversidade	5	24
Água	1	5
Energia	2	10
Educação para a Cidadania	6	29
Ambiente & Desenvolvimento Sustentável	3	14
Resíduos	1	5
Poluição atmosférica	2	10
Outros	1	5
<b>TOTAL</b>	21	100

Tabela 7

Temáticas	2010	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa [%]
Conservação e biodiversidade	8	22
Água	1	3
Energia	2	5
Educação para a Cidadania	10	27
Ambiente & Desenvolvimento		
Sustentável	6	16
Resíduos	1	3
Património Natural e Histórico-Cultural	4	11
Ciência e tecnologia	1	3
Saúde e Qualidade Ambiental	2	5
Consumo	1	3
Outros	1	3
<b>TOTAL</b>	<b>37</b>	<b>100</b>



## **ANEXOS 4**

### **FICHA DE REGISTO ARTIGO JORNAL**

---

---

## FICHA DE REGISTO ARTIGO JORNAL



### Dimensão: Identificação e morfologia do artigo

Parâmetros de registo - análise	Registo
Data de publicação (Ano) - (mês) - (Dia)	<b>Foto1</b> 2001.Abril.21 - (sábado)
Título da notícia (...)	"Câmara Municipal de Aveiro e ASPEA comemoram Dia da Terra – Alertar para problemas ambientais"
Chamada de 1ª página (Sim - S) – (Não - N)	S
Ilustração [Sim -S] [Não - N]	S
Nº página	5
Nome autor do artigo (...)	N
Jornalista (Sim - S) – (Não - N)	S
Nome director do jornal (...)	Adriano Callé Lucas

### Dimensão: Análise temática – conteúdo do artigo

Secção da notícia  (confirmar as diferentes secções no período de ... a ...com uma pessoa do jornal)	Editorial
	Artigo de opinião
	Crónica
	Local Aveiro - S
	Exposições
	Internacional/Nacional (ultima página)
	Caderno Económico
	Outras secções

**Dimensão: Análise temática – conteúdo do artigo**

Tipologia de notícia	Actividade – Acção
	Estudo – Projecto
	Evento: Congresso, colóquio, jornadas, encontro...
	Entrevista
	Conferência de imprensa
	Comunicado
	Reunião
	Legislação
	Reivindicação
	Denúncia
	Publicidade
	Anúncio
	Depoimento
	Efemérides
	Tratados – Declarações de eventos internacionais
	Outras tipologias: codificar a posteriori

Âmbito de estudo	Ambiente
	Educação ambiental
	PMADSA
	<b>Agenda 21</b>
	Desenvolvimento local
	<b>Participação ambiental</b>
Âmbito territorial	Internacional
	Nacional
	<b>Local</b>
	Outros temas: - Ambiente Urbano - Ruído

**Dimensão: Análise - protagonistas do artigo**

Actores sociais: enunciadores (declarantes da notícia) Administração	«Políticos» subdivisão?
	«Técnicos e especialistas» subdivisão?
	«Sociedade civil» subdivisão?
	«Institucionais» subdivisões?
Actores sociais: referentes (referido/citado na notícia) Administração	«Políticos» subdivisão?
	«Técnicos e especialistas» subdivisão?
	- Fernando Louro (ASPEA)
	- Pedro Liberato (Programa Polis)
	- German Vargas (Universidade Santiago)
	- Olga Pinho (Quercus)



	<p>«Sociedade civil» subdivisão?</p> <p>Associações ambientalistas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- ASPEA</li><li>- Quercus</li></ul> <p>Grupos culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Fanfarra de Santa Cecília (S.Bernardo)</li><li>- Circo Experimental de Aveiro</li><li>- Grupo Folclórico da Casa Povo de Cacia</li><li>- Humaniarte</li><li>- Arlequim (grupo de teatro)</li></ul> <p>Clubes cívicos e/ou Clubes sociais e desportivos</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Movimento Jovem Bairro de Santiago</li><li>- Associação Jovens Progriné</li><li>- Grupos de capoeira</li></ul>
	<p>«Institucionais» subdivisões?</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Universidade Santiago</li><li>- Programa Polis</li><li>- Casa do Ambiente Almada</li><li>- CM Sintra</li><li>- EPA (Escola Profissional de Aveiro)</li></ul>



### FICHA DE REGISTO ARTIGO JORNAL

#### Dimensão: Identificação e morfologia do artigo

Parâmetros de registo - análise	Registo
Data de publicação (Ano) - (mês) - (Dia)	Foto2 2002.Abril.22 - (segunda-feira)
Título da notícia (...)	"Actividades invadem Aveiro - <i>Hoje é o Dia da Terra</i> "
Chamada de 1ª página (Sim - S) – (Não - N)	S
Ilustração [Sim -S] [Não - N]	S
Nº página	3
Nome autor do artigo (...)	N
Jornalista (Sim - S) – (Não - N)	S
Nome director do jornal (...)	Adriano Callé Lucas

#### Dimensão: Análise temática – conteúdo do artigo

Secção da notícia  (confirmar as diferentes secções no período de ... a ...com uma pessoa do jornal)	Editorial
	Artigo de opinião
	Crónica
	<b>Local Aveiro - S</b>
	Exposições
	Internacional/Nacional (ultima página)
	Caderno Económico
	Outras secções

#### Dimensão: Análise temática – conteúdo do artigo

Tipologia de notícia	Actividade – Acção
	Estudo – Projecto
	<b>Evento: Congresso, colóquio, jornadas, encontro...</b>
	Entrevista
	Conferência de imprensa
	Comunicado
	Reunião
	Legislação
	Reivindicação
	Denúncia
	Publicidade
	Anúncio
	Depoimento
	<b>Efemérides</b>
	Tratados – Declarações de eventos internacionais
	Outras tipologias: codificar a posteriori

<b>Âmbito de estudo</b>	Ambiente
	Educação ambiental
	PMADSA
	<b>Agenda 21</b>
	Desenvolvimento local
	<b>Participação ambiental</b>
	<b>Cidadania Ambiental</b>
<b>Âmbito territorial</b>	Internacional
	Nacional
	<b>Local</b>
	Outros temas: - Transportes e mobilidade sustentável - Floresta - Agenda 21Escolar

**Dimensão: Análise - protagonistas do artigo**

Actores sociais: enunciadores (declarantes da notícia) Administração	«Políticos» subdivisão?
	«Técnicos e especialistas» subdivisão?
	«Sociedade civil» subdivisão?
	«Institucionais» subdivisões?
Actores sociais: referentes (referido/citado na notícia) Administração	«Políticos» subdivisão?
	«Técnicos e especialistas» subdivisão?
	- Fernando Vieira (Serviços Municipalizados de Aveiro)
	- António Manuel Morais (CNEFF)
	- Hilda Weissman – Ayuntamiento de Barcelona
	«Sociedade civil» subdivisão?
	- Movimento Jovem Bairro Santiago
	- Associação Jovem Progriné
	- GITA (Grupo independente de Teatro de Aveiro)
	- Grupo de Capoeira
	«Institucionais» subdivisões?
	- EPA (Escola Profissional de Aveiro)
	- Serviços Municipalizados Aveiro
	- CNEFF
	- Ayuntamiento de Barcelona
	- EB2,3 S. Bernardo
	- Escola de dança de Aveiro
	- Conservatório de Música (alunos)



### **FICHA DE REGISTO ARTIGO JORNAL**

Dimensão: Identificação e morfologia do artigo

Parâmetros de registo - análise	Registo
Data de publicação (Ano) - (mês) - (Dia)	<b>Foto3</b> 2002.Abril.23 - (terça-feira)
Título da notícia (...)	" <i>Dia da Terra comemorado – Crianças ambientalistas</i> "
Chamada de 1ª página (Sim - S) – (Não - N)	N
Ilustração [Sim -S] [Não - N]	S
Nº página	3
Nome autor do artigo (...)	N
Jornalista (Sim - S) – (Não - N)	S
Nome director do jornal (...)	Adriano Callé Lucas

**Dimensão: Análise temática – conteúdo do artigo**

Secção da notícia  (confirmar as diferentes secções no período de ... a ...com uma pessoa do jornal)	Editorial
	Artigo de opinião
	Crónica
	<b>Local Aveiro - S</b>
	Exposições
	Internacional/Nacional (ultima página)
	Caderno Económico
	Outras secções

**Dimensão: Análise temática – conteúdo do artigo**

Tipologia de notícia	Actividade – Acção
	Estudo – Projecto
	<b>Evento: Congresso, colóquio, jornadas, encontro...</b>
	Entrevista
	Conferência de imprensa
	Comunicado
	Reunião
	Legislação
	Reivindicação
	Denúncia
	Publicidade
	Anúncio
	Depoimento
	<b>Efemérides</b>
	Tratados – Declarações de eventos internacionais
	Outras tipologias: codificar a posteriori

Âmbito de estudo	Ambiente
	Educação ambiental
	PMADSA
	<b>Agenda 21</b>
	Desenvolvimento local
	<b>Participação ambiental</b>
Âmbito territorial	<b>Cidadania Ambiental</b>
	Internacional
	Nacional
	Local
	Outros temas: - Transportes e mobilidade sustentável - Agenda 21 Escolar

**Dimensão: Análise - protagonistas do artigo**

Actores sociais: enunciadores (declarantes da notícia) Administração	«Políticos» subdivisão?
	- Manuel Rodrigues - Vereador Educação CMA
	«Técnicos e especialistas» subdivisão?
	«Sociedade civil» subdivisão?
	- Rosa Mota – Humaniarte
	- Joaquim Pinto – ASPEA
Actores sociais: referentes (referido/citado na notícia) Administração	«Institucionais» subdivisões?
	- Rita Ribeiro (criança 8ª – Escola Primária nº3 Vera Cruz)
	- Maurício Varela – 4ºano Escola Primária nº3 Vera Cruz
	«Políticos» subdivisão?
	- Vereador Educação CMA
	«Técnicos e especialistas» subdivisão?
	«Sociedade civil» subdivisão?
	- Humaniarte
	- ASPEA
	- Humaniarte
	«Institucionais» subdivisões?
	- CMA – divisão da educação

(...)



### **FICHA DE REGISTO ARTIGO JORNAL (tiradas fotografias às notícias)**

#### **Dimensão: Identificação e morfologia do artigo**

Parâmetros de registo - análise	Registo
Data de publicação (Ano) - (mês) - (Dia)	<b>Notícia/Foto5</b> 2004.Abril.21 - (quarta-feira)
Título da notícia (...)	"Dia da Terra assinalado em Aveiro"
Chamada de 1ª página (Sim - S) – (Não - N)	N
Ilustração [Sim -S] [Não - N]	N
Nº página	6
Nome autor do artigo (...)	N
Jornalista (Sim - S) – (Não - N)	S
Nome director do jornal (...)	Adriano Callé Lucas

#### **Dimensão: Análise temática – conteúdo do artigo**

Secção da notícia  (confirmar as diferentes secções no período de ... a ...com uma pessoa do jornal)	Editorial
	Artigo de opinião
	Crónica
	Aveiro
	Exposições
	Internacional/Nacional (ultima página)
	Caderno Económico
	Outras secções: Cultura

#### **Dimensão: Análise temática – conteúdo do artigo**

Tipologia de notícia	Actividade – Acção
	Estudo – Projecto
	Evento: Congresso, colóquio, jornadas, encontro, Fórum Infantil...
	Entrevista
	Conferência de imprensa
	Comunicado
	Reunião
	Legislação
	Reivindicação
	Denúncia
	Publicidade
	Anúncio
	Depoimento
	Efemérides
	Tratados – Declarações de eventos internacionais
	Outras tipologias: codificar a posteriori

Âmbito de estudo	Ambiente
	Educação ambiental
	PMADSA
	Agenda 21
	Desenvolvimento local
	Participação ambiental
Âmbito territorial	Cidadania Ambiental
	Educação Ambiental
	Internacional
	Nacional
	Local
	Outros temas: - “Crescer com o ambiente” - “Parque da Balsa – Eixo” - “As árvores antigas da minha terra” - “Green Earth” - “Educação para a cidadania” - “Semear para crescer saudável”

**Dimensão: Análise - protagonistas do artigo**

Actores sociais: enunciadores (declarantes da notícia) Administração	«Políticos» subdivisão?
	«Técnicos e especialistas» subdivisão?
	«Sociedade civil» subdivisão?
	«Institucionais» subdivisões?
Actores sociais: referentes (referido/citado na notícia) Administração	«Políticos» subdivisão?
	«Técnicos e especialistas» subdivisão?
	«Sociedade civil» subdivisão?
	- ASPEA
	- AREARia
	«Institucionais» subdivisões?
	- CMA – Divisão educação e ambiente
	- CAE - Centro Área Educativa de Aveiro
	- SMA - Serviços Municipalizados de Aveiro
	- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
	- Federação concelhia das associações de pais
	- Escola Vera Cruz (Aveiro)
	- 1ºCiclo Eixo
	- EB2,3 Castro Matoso
	- EB1 S. Bernardo
	- EB2,3 Aires Barbosa
	- Agrupamento de escolas de Cacia
	- Centro Social e Paroquial da Borralha



### FICHA DE REGISTO ARTIGO JORNAL

#### Dimensão: Identificação e morfologia do artigo

Parâmetros de registo - análise	Registo
Data de publicação (Ano) - (mês) - (Dia)	<b>Foto6</b> 2005.Abril.22 - (sexta-feira)
Título da notícia (...)	" <i>Construir Cidadania: um contributo da Carta da Terra (CT) - Dia da Terra assinalado hoje</i> "
Chamada de 1ª página (Sim - S) – (Não - N)	N
Ilustração [Sim -S] [Não - N]	N
Nº página	<b>5</b>
Nome autor do artigo (...)	N
Jornalista (Sim - S) – (Não - N)	S
Nome director do jornal (...)	Adriano Callé Lucas

#### Dimensão: Análise temática – conteúdo do artigo

Secção da notícia  (confirmar as diferentes secções no período de ... a ...com uma pessoa do jornal)	Editorial
	Artigo de opinião
	Crónica
	<b>Local Aveiro - S</b>
	Exposições
	Internacional/Nacional (ultima página)
	Caderno Económico
	Outras secções

#### Dimensão: Análise temática – conteúdo do artigo

Tipologia de notícia	Actividade – Acção
	Estudo – Projecto
	<b>Evento:</b> Congresso, colóquio, jornadas, encontro, Fórum Infantil...
	Entrevista
	Conferência de imprensa
	Comunicado
	Reunião
	Legislação
	Reivindicação
	Denúncia
	Publicidade
	Anúncio
	Depoimento
	Efemérides
	Tratados – Declarações de eventos internacionais
	Outras tipologias: codificar a posteriori



Âmbito de estudo	Ambiente
	Educação ambiental
	PMADSA
	Agenda 21
	Desenvolvimento local
	Participação ambiental
	Cidadania Ambiental
Âmbito territorial	Educação Ambiental
	Internacional
	Nacional
Temáticas ambientais (Outras)	Local
	Uso do solo
	Alterações climáticas
	Ordenamento do território
	Consumo
	Catástrofes naturais
Outros temas: - Carta da Terra	
Dimensão: Análise - protagonistas do artigo	
Actores sociais: enunciadores (declarantes da notícia) Administração	«Políticos» subdivisão?
	«Técnicos e especialistas» subdivisão?
	«Sociedade civil» subdivisão?
	«Institucionais» subdivisões?
Actores sociais: referentes (referido/citado na notícia) Administração	«Políticos» subdivisão?
	«Técnicos e especialistas» subdivisão?
	«Sociedade civil» subdivisão?
	«Institucionais» subdivisões?

(...)

## **ANEXOS 5**

### **DOCUMENTOS OFICIAIS**

---

---

## Consentimento Informado

**Título do estudo:** Fórum Infanto-Juvenil de Aveiro

**“Investigadora da infância” responsável:** Adelina Pinto

**Instituição/Departamento:** Universidade de Aveiro - Curso de Mestrado em Ciências da Educação

**Telefone para contacto:** 963312857

**Procedimentos.** A tua participação neste trabalho de investigação, consistirá em respostas a questões colocadas (via net) e, posteriormente em conversa(s) descontraída(s) em horário que não prejudique as tuas aulas (a combinar conjuntamente).

**Benefícios.** Este trabalho de investigação trará um maior conhecimento sobre o tema a abordar – *participação infantil*. Será muito importante a tua participação na investigação a partir das tuas opiniões/ideias/sugestões...

**Sigilo.** Todas as informações fornecidas serão confidenciais e de conhecimento (apenas) meu, enquanto “investigadora da infância” e da minha orientadora – Prof. Dr. Rosa Madeira.

Mais informo que não serás identificada (o) em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta investigação forem divulgados em qualquer forma (tese/apresentação na Universidade). Os resultados estarão à tua disposição quando finalizada a investigação. O teu nome ou o material que indique a tua participação não será divulgado sem a tua permissão.

Este “Consentimento” encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada no trabalho de investigação e a outra entregue.

Gostaria de ter a tua colaboração. Para poder tomar nota e reflectir sobre as tuas ideias depois dos encontros, peço-te autorização para gravar as nossas conversas. As conversas não serão mostradas a ninguém.

Eu, \_\_\_\_\_,

*fui informado(a) do estudo, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.*

*Declaro que concordo em participar desse estudo. Foi-me dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.*

*Obrigada pela tua colaboração!*

Sim, quero participar.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Aveiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

Tomei conhecimento e autorizo a colaboração do meu educando.

Assinatura do teu Encarregado de Educação /Representante Legal:

\_\_\_\_\_

Adelina Pinto: \_\_\_\_\_

## Consentimento Informado

**Tema do estudo:** Fóruns Infanto-Juvenis de Aveiro

**“Investigadora da infância” responsável:** Adelina Pinto

**Instituição/Departamento:** Universidade de Aveiro - Curso de Mestrado em Ciências da Educação

**Procedimentos.** A participação neste trabalho de investigação consistirá em memórias escritas e, posteriormente em registos orais, como “produção do conhecimento”. O horário será de forma a não prejudicar o bom funcionamento de rotinas.

**Benefícios.** Este trabalho de investigação trará um maior conhecimento sobre o tema a abordar – *participação infantil*. Será muito importante a participação das crianças na investigação a partir das suas opiniões/ideias/sugestões...

**Sigilo.** Todas as informações fornecidas serão confidenciais.

Mais informo que as crianças não serão identificadas em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma (tese/apresentação na Universidade). Os resultados da pesquisa estarão à disposição, quando finalizada, de todos os envolvidos neste processo. O nome ou o material que indique a participação das crianças, não será divulgado sem a sua permissão.

Gostaria de ter a V/ colaboração, para poder tomar nota e reflectir sobre as ideias das crianças e, depois dos contactos, em forma de conversas informais (focus grupo), peço autorização para gravar as conversas. As conversas serão confidenciais e publicadas com nome (se autorizadas).

*Obrigada pela colaboração!*

*Declaro que concordo com este estudo.*

Assinatura: \_\_\_\_\_

*Aveiro, 3 de Novembro de 2010*

Adelina Pinto:

\_\_\_\_\_

## Consentimento Informado

**Título do estudo:** Fóruns Infanto-Juvenis de Aveiro

**“Investigadora da infância” responsável:** Adelina Pinto

**Instituição/Departamento:** Universidade de Aveiro - Curso de Mestrado em Ciências da Educação

**Procedimentos.** A participação neste trabalho de investigação consistirá em memórias escritas e, posteriormente em registos orais, como “produção do conhecimento”. O horário será por forma a não prejudicar o bom funcionamento de rotinas.

**Benefícios.** Este trabalho de investigação trará um maior conhecimento sobre o tema a abordar – *participação infantil*. Será muito importante a participação das crianças na investigação a partir das suas opiniões/idéias/sugestões...

**Sigilo.** Todas as informações fornecidas serão confidenciais.

Mais informo que as crianças não serão identificadas em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma (tese/apresentação na Universidade). Os resultados da pesquisa estarão à disposição, quando finalizada, de todos os envolvidos neste processo. O nome ou o material que indique a participação das crianças, não será divulgado sem a sua permissão.

Gostaria de ter a V/ colaboração, para poder tomar nota e reflectir sobre as ideias das crianças e, depois dos contactos, em forma de conversas informais (focus grupo), peço autorização para gravar as conversas. As conversas serão confidenciais e publicadas com nome (se autorizadas).

*Obrigada pela colaboração!*

*Declaro que concordo em participar desse estudo.*

Assinatura: \_\_\_\_\_

Aveiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

Adelina Pinto: \_\_\_\_\_

## Consentimento Informado

**Título do estudo:** Fórum Infante-Juvenil de Aveiro

**“Investigadora da infância” responsável:** Adelina Pinto

**Instituição/Departamento:** Universidade de Aveiro - Curso de Mestrado em Ciências da Educação

**Telefone para contacto:** 963312857

**Procedimentos.** A participação neste trabalho de investigação das crianças desta escola consistirá em entrevistas/conversas - *pequenos grupos de discussão*, num horário que não prejudique as aulas.

**Benefícios.** Este trabalho de investigação trará um maior conhecimento sobre o tema a abordar – *participação infantil*. Será muito importante a participação das crianças na investigação a partir das suas opiniões/idéias/sugestões...

**Sigilo.** Todas as informações fornecidas serão confidenciais e de conhecimento apenas de mim, enquanto “investigadora da infância”.

Mais informo que não serão identificadas em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma (tese/apresentação na Universidade). Os resultados da pesquisa estarão à disposição quando finalizada. O nome das crianças ou o material que indique a sua participação não será divulgado sem a sua permissão.

Este “Consentimento” encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada no trabalho de investigação e a outra será entregue a cada uma das crianças.

Gostaria poder contar com a colaboração das crianças, para poder tomar nota e refletir sobre as suas ideias. Peço autorização para gravar as conversas. Estas, não serão mostradas a ninguém.

*Declaro que tomei conhecimento deste estudo e concordo que seja realizado em horário que não prejudique as aulas dos alunos. Foi-me dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.*

*Agradeço a atenção!*

Autorizo a colaboração dos alunos.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Aveiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

Adelina Pinto: \_\_\_\_\_